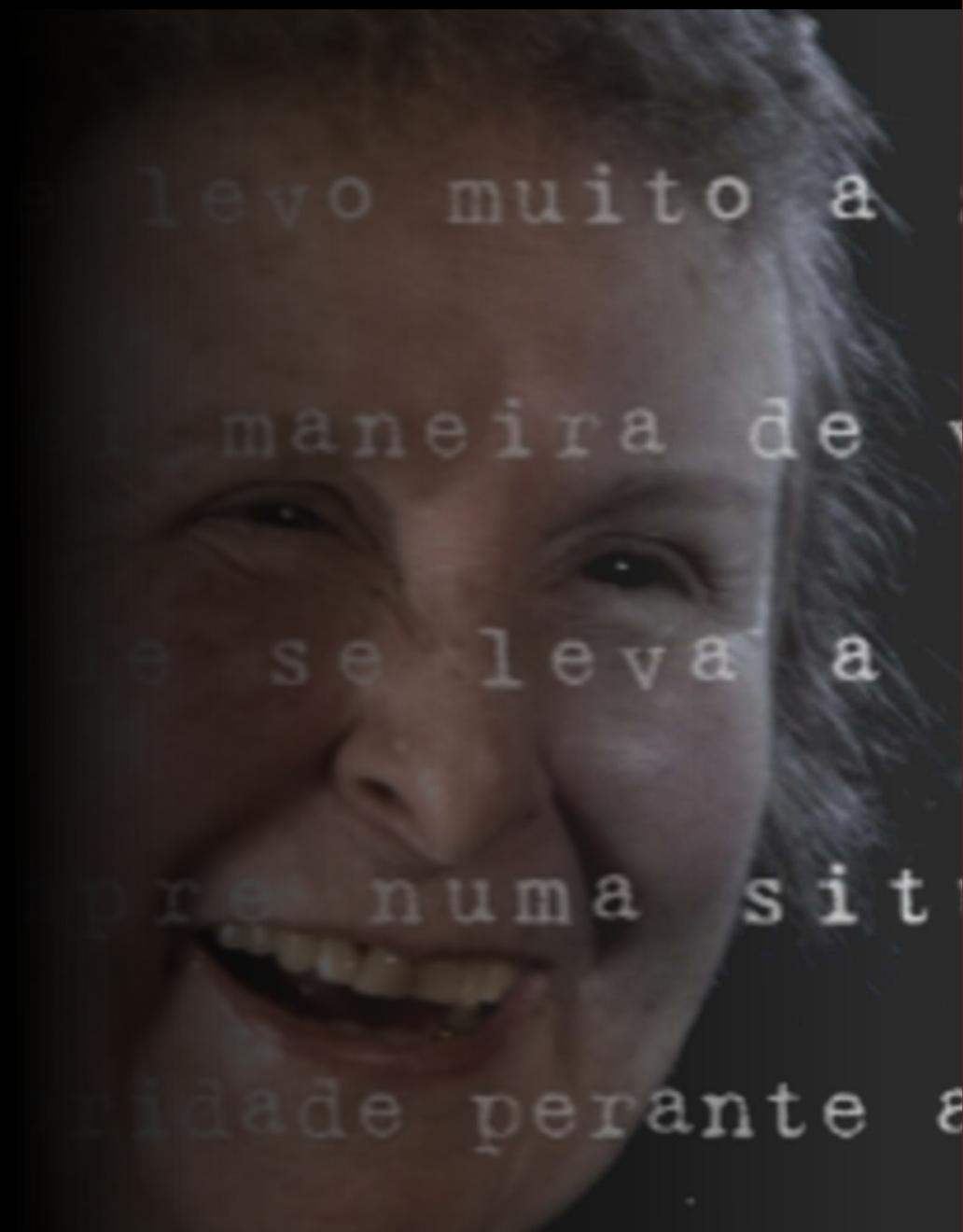


Resgate

Revista Interdisciplinar de Cultura

Dossiê Discurso e Memória



CMU
COMUNICAÇÃO & PUBLICAÇÕES

Volume XXIV, n. 1 [31], jan./jun. 2016



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor: *José Tadeu Jorge*

COORDENADORIA DE CENTROS E NÚCLEOS (COCEN)

Coordenador: *Jurandir Zullo Júnior*



CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP

Diretora: *Ana Maria Reis de Goes Monteiro*

Diretor Associado: *Jefferson de Lima Picanço*

CONSELHO CIENTÍFICO - CMU

Ana Maria Reis de Goes Monteiro

Ana Maria Oda

André Luiz Paulilo

Antônio Augusto Ferreira

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Carmen Lúcia Soares

Eliana Moreira

Emília Pietrafesa de Godoi

Fernando Antônio Abrahão

Iara Lis Schiavinatto

Jefferson de Lima Picanço

Jorge Alves de Lima

Josianne França Cerasoli

Juanito Ornelas de Avelar

Maria Sílvia Duarte Hadler



RESGATE: REVISTA INTERDISCIPLINAR DE CULTURA

EDITORA

Maria Elena Bernardes

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina de Moura Delfim Maciel (CMU)

Lauro José Siqueira Baldini (IEL/Unicamp)

Ricardo Santhiago (FCM/Unicamp e LABOI/UFF)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Reis de Góes Monteiro (FEC/Unicamp)

Ana Mauad (UFF)

Anderson Araújo Oliveira (Université du Québec à Montreal, Canadá)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Joan Pagés (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)

Josianne França Cerasoli (IFCH/Unicamp)

Luciene Lehmkuhl (UFU)

Márcia Ramos (Udesc)

Maria Stella Bresciani (Unicamp)

Miriam Paula Manini (UnB)

Mônica Raisa Schpun (CRBC/EHESS, Paris, França)

Regina Beatriz Guimarães (UFPE)

Richard Cândida Smith (University of California, Berkeley, EUA)

Roberto Elisalde (Universidad de Buenos Aires, Argentina)

Valéria Lima (Unimep)

EDITORA EXECUTIVA

Juliana Oshima Franco

(revisão e normalização)

PROJETO E EDITORAÇÃO GRÁFICA

Carlos Roberto Lamari

Ficha elaborada por: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura/ Universidade Estadual de Campinas, Centro de Memória. – Campinas, SP, v.1, n.1, jul./dez. (1990-).

Periodicidade semestral.

e-ISSN 2178-3284

Editoria do Setor de Comunicação e Publicações do CMU.

Temática do v. 24, n. 1 [31], 2016: Discurso e Memória.

1. Cultura – Periódicos. 2. Memória – Periódicos. 3. Linguística.
4. Análise do Discurso. I. Universidade Estadual de Campinas. Centro de Memória.

CDD 301.205

S U M Á R I O

Apresentação - Discurso e memória: o arquivo e a língua <i>Lauro José Siqueira Baldini</i>	5
---	---

D O S S I Ê

Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura <i>Bethania Sampaio Corrêa Mariani</i>	9
Agustina, que dizer dela aparece no museu? <i>Lucília Maria Abrahão e Sousa</i>	27
A negação da memória do trabalho no discurso do capital <i>Maria Virginia Borges Amaral</i>	37
Memória e atualidade: um percurso, um olhar, um (des)encontro <i>Âgueda Aparecida da Cruz Borges</i>	55
O pioneirismo feminino na História: análise dos depoimentos de Alice Canabrava e Olga Pantaleão <i>Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik</i>	73
Memórias e escrituras que fal(h)am em <i>Exortação aos Crocodilos</i> <i>Macon Araújo dos Santos</i>	99
Da vergonha à ostentação: um breve ensaio sobre formações discursivas que constroem a memória discursiva sobre o pênis <i>Gabriel de Oliveira Rodrigues</i>	115

A R T I G O S E E N S A I O S

<i>Umbra</i> : uma reflexão acerca da memória construída a partir do discurso literário <i>Naiara Sales Araújo</i>	139
Memória cultural e patrimônio imaterial no Médio Piracicaba, Minas Gerais <i>Raimundo Expedito dos Santos Sousa</i>	159

N O T A S D E P E S Q U I S A

A constituição de um arquivo: injunções, (de)limitações, efeitos <i>Maristela Cury Sarian</i>	181
O bom sujeito da ditadura militar em Goiás: um estudo sob a perspectiva de Michel Pêcheux sobre o Manifesto de Mauro Borges (1961) <i>Luciana Kuchenbecker Araújo</i>	203

R E S E N H A

Gestos de leitura em Análise de Discurso na atualidade: a resenha de uma obra <i>Juciele Pereira Dias</i>	225
Dos “tempos do Césio”: memória coletiva de um evento crítico <i>Marcio da Silva Queiroz</i>	235

C M U : A R Q U I V O E S U A S F O N T E S

O acervo do Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas <i>Laura Candian Fraccaro</i>	241
--	-----

Discurso e memória: o arquivo e a língua

Pensar a linguagem em suas relações com o domínio da política implica, necessariamente, colocar em questão uma dimensão que nos permita situar a imbricação entre a ordem da memória e a ordem da língua. É por considerar que tal dimensão deve-se produzir tanto no nível teórico quanto no nível analítico que o conceito de “discurso” se tornou central nos debates sobre as relações entre a língua e a exterioridade, da década de 1960 até hoje.

O Brasil é um dos países em que mais se desenvolvem, com vitalidade e originalidade, estudos no campo da Análise de Discurso. A presença no Brasil da Análise de Discurso desde o fim dos anos 1970 se encontra atualmente amplamente difundida nos diversos Estados do país, com importante produção bibliográfica e incessante produção de trabalhos acadêmicos em nível de mestrado e doutorado.

Tais estudos, longe de permanecerem no campo restrito da Linguística e das Letras, têm impacto em áreas diversas do conhecimento, como a Sociologia, a História, a Psicanálise, a Filosofia etc. Nesse sentido, é extremamente produtivo que o CMU tenha dedicado esta edição de sua revista a dar visibilidade a essa área, proporcionando uma interlocução necessária e fecunda com uma comunidade de pesquisadores ampla e heterogênea.

Esta edição tem o mérito de apresentar não só trabalhos de pesquisadores maduros e com pesquisa consolidada (e que, portanto, podem apresentar um panorama das questões atuais do campo da Análise de Discurso), como também trabalhos de pesquisadores em início de sua vida intelectual (os quais, por sua vez, traçam caminhos possíveis no campo). Este jogo entre aquilo que se consolida, aquilo que se retoma, aquilo que se perde, é, nada mais, nada menos, que a própria memória colocada em funcionamento.

Nessa via, abrimos este dossiê com o trabalho de **Bethânia Mariani** (UFF), que coloca em questão o conceito de arquivo e sua ligação com os gestos de leitura incontornáveis ao trabalho do analista de discurso na sua lida com a materialidade da língua na discursividade do arquivo. O trabalho seguinte, de **Lucília Maria Abrahão e Sousa** (USP), dirige seu olhar para o Museu da Língua Portuguesa, buscando analisar os efeitos de arquivo produzidos por uma exposição, numa análise que busca dilatar as bordas daquilo que entra e daquilo que fica “fora” do museu, produzindo efeitos de tensão no arquivo. Em seguida, **Maria Virginia Borges Amaral** (UFAL) analisa aquilo que chama de “efeitos de desmemorização” no funcionamento da memória discursiva que sedimenta os sentidos de trabalho através do discurso do Capital. Já **Águeda Aparecida da Cruz Borges** (UFMT) nos traz uma reflexão sobre a marca indígena no corpo da cidade, indicando de que modo memórias distintas se colocam em relação e estabelecem relações distintas com o urbano, num jogo em que os apagamentos são constitutivos.

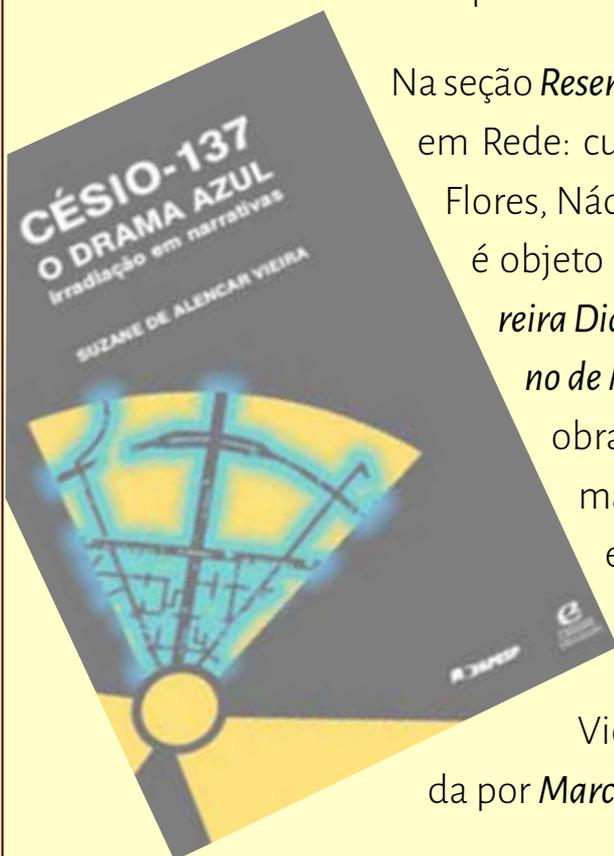
Ainda nesta mesma seção, **Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik** (UFPR) nos faz percorrer os depoimentos de Alice Canabrava e Olga Pantaleão, procurando analisar as possibilidades narrativas da rememoração do passado, articulando tais possibilidades ao quadro maior da entrada das mulheres nos cursos superiores e às dificuldades que essa posição impunha. **Maicon dos Santos** (UFC) traz a questão dos testemunhos para sua análise, procurando compreender as “falhas na fala” como rastros da memória na narração de eventos inapreensíveis. Finalizando o Dossiê, **Gabriel de Oliveira Rodrigues** (Unicamp) investiga a memória discursiva sobre o pênis, indagando sobre os efeitos de sentido de virilidade na pornografia

brasileira contemporânea em sua relação com a memória judaico-cristã e os sentidos de pornografia e arte.

A seção *Artigos e Ensaios* traz dois trabalhos também relacionados à memória: *Naiara Sales Araújo* e *Fábio Mesquita* (UFMA) apresentam uma reflexão sobre a questão da memória e sua implicação na constituição das identidades via ficção científica brasileira. Já *Raimundo Expedito dos Santos Sousa* (UFMG), analisando manifestações populares, torna visíveis as tensões entre a memória oficial e as memórias disjuntivas contra hegemônicas que possibilitam formas outras de processos identitários;

A seção *Notas de Pesquisa* é aberta com o trabalho de *Maristela Cury Sarian* (Unemat), que reflete sobre o processo de constituição do arquivo explorado em sua tese de doutoramento, e que abrangeu materiais difundidos na Internet sobre o Programa Um Computador por Aluno (Prouca), do governo federal brasileiro. Na sequência, *Luciana Kuchenbecker Araújo* (UFG), apresenta uma reflexão inicial sobre o tema de sua pesquisa, isto é, a relação entre posição-sujeito e produção de sentido num manifesto do período da ditadura militar no Brasil.

Na seção *Resenha*, o livro “Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia”, de Giovanna Flores, Nádia Neckel e Solange Gallo, é objeto da resenha de *Juciele Pereira Dias* (UFF) e *Raphael Trajano de Moraes*. Em seguida, a obra “Césio-137, o drama azul: irradiação em narrativas”, de Suzane de Alencar Vieira, é apresentada por *Marcio da Silva Queiroz* (USP).



Finalizando esta edição da *Resgate*, na seção *CMU: arquivo e suas fontes* a historiadora *Laura Candian Fraccaro* (Unicamp) dá visibilidade a uma das mais importantes e extensas coleções do CMU: o acervo do Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas.

Lançamos esta edição da revista *Resgate* para os domínios da memória, no funcionamento do arquivo.

*Lauro José Siqueira Baldini*¹
Organizador

¹ Professor do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp). Possui graduação em Letras (1995) pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG), mestrado (1999) e doutorado (2005) em Linguística pela Unicamp.

Bethania Sampaio Corrêa Mariani

bmariani@id.uff.br

Possui graduação em Letras (1982) pela PUC do Rio de Janeiro, mestrado (1989) e doutorado (1996) em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas. Em 2001, fez pós-doutorado na Stanford University, USA. É professora titular do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense.

Resumo

O presente texto discute a noção de arquivo a partir do aparato teórico da Análise do Discurso, tomando o texto de Pêcheux “Ler o Arquivo Hoje” como fundante nessa discussão. Além disso, tendo em vista uma extensa prática com leitura de arquivos, no presente texto pode-se encontrar, também, uma reflexão sobre gestos, práticas e percursos de trabalho em arquivos variados.

Palavras-chave: Arquivo; História; Incompletude; Gestos de Leitura.

Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura¹

On the incompleteness of the archive: theories and gestures in the reading pathways

1 uma primeiríssima versão desse texto foi apresentada em congresso na UERJ (2005) e foi seguida de uma publicação com o título “Arquivo e língua nacional”, em que o foco era a língua nacional. O texto em tela, por sua vez, além de modificar alguns aspectos da versão anterior, prioriza novos relatos de descrições e interpretações.

Abstract

This paper discusses the notion of archive as conceived in the theoretical background of Discourse Analysis, taking Pêcheux’s text “Ler o Arquivo Hoje” as a cornerstone in this discussion. Moreover, considering an extensive practice in reading archives, this text also includes a reflection on gestures, practices and pathways in the work on several archives.

Keywords: Archive; History; Incompleteness; Reading Gestures.

I n t r o d u ç ã o

Certa vez, caminhando por um bairro chamado Marais, em Paris, passei por uma rua que tinha como nome *rue des Archives*. Com um nome que mostra bem a singularidade de uma cultura tão marcada pela escrita e pela necessidade de conservação de sua memória, a *rue des Archives* assinala e materializa no espaço urbano parisiense a ilusão e o desejo de assegurar a presença e a completude do passado, como o plural *archives* expressa. “Preservação”, esse é um termo usado por aqueles que se ocupam dos arquivos e que já porta uma exclusão do que está em jogo nesse nosso artigo: não há arquivo em si, ou *a priori*, sem o gesto de leitura que o constituiu.

Lendo *Les Archives*, um singelo e denso livro de Jean Favier, publicado no final da década de 1950, e que faz parte da coleção *Que sais-je*, compreendi melhor o processo histórico constitutivo de uma prática de conservação e preser-

vação dos rastros do homem, prática que com o tempo tornou-se uma instituição com uma complexa organização. Como afirma Favier, “desde que os homens souberam como consignar em materiais duráveis os atos necessários para sua vida social, para suas atividades econômicas, para sua vida privada, enfim, eles conservaram *Dans Un Dessein Utilitaires* estes documentos, criando assim os arquivos, confundidos na maior parte do tempo, com a reunião dos textos literários, religiosos ou documentais que formavam as primeiras bibliotecas” (FAVIER, 2001 [1958], p. 7, tradução nossa).

Nessa conceituação constitutiva da arquivologia, em que pesa fortemente um uso pragmático visando a preservação dos “rastros humanos”, a noção de arquivo aponta para a possibilidade de armazenamento de fatos públicos ou privados produzidos no passado e, portanto, aponta para a possibilidade

de recuperação de origens ou, em outras palavras, recuperação de uma história remota. Tal história, uma vez desvelada e preservada, poderia apaziguar essa vontade de tudo significar, de tudo compreender, ou melhor, poderia resolver “a impaciência absoluta de um desejo de memória”, tão característica do humano (DERRIDA, 2001 [1995], p. 9).

Meu objetivo, com o texto que ora apresento, é duplo: por um lado, retomar a noção de arquivo, considerando a crítica de seu funcionamento em termos do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso e, por outro, apresentar os sucessivos gestos de leitura que um analista de discurso, embrenhado nas teias dos arquivos, com seus percursos e percalços, vai (re)formulando e reterritorializando.

Tendo em vista os objetivos propostos para esse texto, para começar, vou re-

tomar brevemente a noção de arquivo em sua acepção tradicional e também retomo as críticas, interrogações e reformulações propostas por Michel Foucault, Jacques Derrida e Michel Pêcheux, sobre essa noção geral, que supõe uma ilusão da completude da possibilidade do tudo

guardar, de tudo registrar para a posteridade, e de tudo poder recuperar em termos da produção de sentidos.

Em seguida, apresento um percurso meu de trabalho com arquivos, colocando em discussão minha própria prática como pesquisadora inserida no campo teórico da Análise do Discurso. Como pesquisadora, precisei entrar em arquivos públicos e bibliotecas brasileiras e estrangeiras, lidando tanto com a poeira de papéis que muitas vezes quase se desfaziam quanto com os intrincados caminhos que formam os bytes da memória metálica (Orlan-

Por um lado, retomar a noção de arquivo, considerando a crítica de seu funcionamento em termos do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso e, por outro, apresentar os sucessivos gestos de leitura que um analista de discurso, embrenhado nas teias dos arquivos, com seus percursos e percalços, vai (re)formulando e reterritorializando.

di, 1999). De forma mais específica, como analista do discurso e integrante de pesquisas no campo da História das Idéias Lingüísticas, três perguntas me moviam: O que seria / como seria organizar um arquivo sobre língua nacional em países colonizados? Até que ponto, uma língua nacional, em sua heterogeneidade fundante, poderia ser considerada, ela própria um arquivo sempre móvel e disjunto? Ou seja, um arquivo possível (do corpo verbal) constitutivo da identidade de um Estado e, ao mesmo tempo, um sistema significante, lugar para possíveis processos de identificação para aqueles que nela se inserem? Em que medida certas considerações sobre real da língua e real da história poderiam contribuir nessa discussão?

O arquivo: da tradição à crítica

A definição apresentada por Favier não está distante do que um sujeito escolarizado pode supor, sem muita leitura crítica a respeito do assunto, sobre o que seja um arquivo. “Os arquivos são

o conjunto dos documentos recebidos ou constituídos por uma pessoa física ou moral, ou por um organismo público ou privado, resultante de sua atividade, organizado em conseqüência de tal atividade e conservado tendo em vista uma utilização eventual” (FAVIER, 2001 [1958], p. 3). Como o próprio autor chama atenção, contemporaneamente o escopo da noção foi ampliado, sobretudo em função das inovações tecnológicas. Com isso, assim como os textos manuscritos (antigos ou modernos) e impressos (originais ou cópias), a imagem (fotográfica ou cinematográfica) e o som (enquanto produção sonora de diferentes atividades humanas) também passaram a constituir arquivos.

Em seu longo histórico sobre as formas de constituição dos arquivos, uma história narrada a partir da formação de arquivos em templos egípcios, prosseguindo até a contemporaneidade, Favier enfatiza o grande esforço interno da arquivística no sentido de definir suas fronteiras, de estabelecer critérios, enfim, um trabalho voltado para uma auto-organização eficaz. O ato de catalogar, distribuir e classificar leva à produção de guias de arquivo, inventários, repertórios, índices, *etc*,

instrumentos produzidos na ilusão da completude e da transparência, como se fosse possível com a catalogação a totalização de um arquivo. Um arquivo sem falhas, sem faltas... em tal projeto de arquivo sem faltas, busca-se domesticar o fato da língua, tentativa infrutífera de controlar sua materialidade equivocante, e, com isso, produzir um apagamento dos gestos daquele que operou as catalogações *etc.*

A historiadora Roudinesco, em seu livro *A análise e o arquivo* (2006, p. 9), discute “essa idéia louca segundo a qual podemos arquivar tudo” apontando, justamente, para o fato de que, nessa crença, “a obediência cega à positividade do arquivo, a seu poder absoluto, leva tanto a uma impossibilidade da história quanto a uma recusa do arquivo. Em outros termos, o culto excessivo do arquivo resulta numa contabilidade (a história quantitativa) destituída de imaginação”. Com muita imaginação, Borges, em seu conto *Funes, el memorioso* (1944) nos dá indícios justamente para pensar a tensão que constitui o suposto poder do arquivo, resulta(n)do nessa espécie de culto, e o esquecimento, que necessariamente o constitui.

Esse imenso trabalho de construir arquivos com essa característica quantitativa, esse volume agigantado, se sustenta em dois pilares centrais sobre os quais é importante tecer críticas: o próprio ato de catalogar e a idéia de documento.

Quem já trabalhou com arquivos já “sentiu na pele” como cada classificação/catalogação engendra sistemas opacos e unificadores, constituídos de acordo com suas condições históricas de produção, e voltados para si mesmos, enigmáticos para um não iniciado. Em outras palavras, os inventários que organizam uma massa textual, gerando nomeações e códigos, são fruto de determinações históricas e inconscientes, fruto, muitas vezes, de escolhas enigmáticas para quem as faz. Ao pesquisador cabe muitas vezes a tarefa de decifrar a organização de um arquivo. Isso acaba sendo parte de sua pesquisa.

Devemos compreender que a organização de um arquivo resulta de gestos de interpretação que regulam politicamente a memória das formas de administração da sociedade, como nos lembra Pêcheux em *Ler o Arquivo Hoje*

(1994). Nesse texto, Pêcheux discute o trabalho de organização dos arquivos, o policiamento dos enunciados e o apagamento seletivo da memória histórica como práticas que caminham juntas. Pêcheux mostra como que a “as necessidades da gestão administrativa dos documentos textuais de todos os tipos fizeram, assim, na primeira metade do século XX, sua junção histórica com os projetos científicos visando a construção de línguas lógicas artificiais. A primeira onda do desenvolvimento informático das décadas de 1950 a 1970 veio confirmar essa união”.

As condições históricas de produção, em seus momentos de maior ou menor democratização do Estado, marcam a constituição dos arquivos – com suas técnicas de marcar, identificar, classificar, comparar, ordenar, reunir e separar documentos –, estipulando a regulação administrativa, jurídica, econômica e política do que pode e deve circular na sociedade em termos de textos e pro-

duções de sentidos a eles vinculados. Com o desenvolvimento da rede eletrônica, a questão da circulação tendo em vista a repetibilidade ou a censura do que pode ser arquivado e/ou acessado ganha outras proporções. Orlandi (2001) chama de memória metálica, aquilo que está excessivamente acumulado (arquivado) institucionalmente

produzindo, pelo excesso, um esvaziamento e uma deshistoricização dos processos de produção dos sentidos. No funcionamento da memória metálica, sob o efeito

da repetição excessiva que coloca em circulação um determinado sentido, esvazia-se o processo de historicização que produziu sua naturalização. “Na memória metálica, a significação se dá no nível da circulação. Tomando como exemplo o Twitter ou o Facebook, quanto mais atualizações um sujeito fizer em seu perfil, mais visibilidade terá porque aumentará a circulação. Vemos que nesse caso, o ponto de partida para a construção dos sentidos não é a filia-

Esse imenso trabalho de construir arquivos com essa característica quantitativa, esse volume agigantado, se sustenta em dois pilares centrais sobre os quais é importante tecer críticas: o próprio ato de catalogar e a idéia de documento..

ção do sujeito a uma rede de constituição, mas a uma atualização e circulação” (DIAS, 2015).

Na organização dos arquivos, sempre se encontram os efeitos do funcionamento da ideologia, naturalizando alguns processos de significação e, simultaneamente, apagando outros. Pensemos, por exemplo, na liberação dos arquivos do DOPS que vem sendo efetuada nos últimos anos, algo impossível de ocorrer há 20 anos atrás, quando ainda havia uma proibição de interpretação para o período da ditadura militar.

Na organização dos arquivos, sempre se encontram os efeitos do funcionamento da ideologia, naturalizando alguns processos de significação e, simultaneamente, apagando outros. Pensemos, por exemplo, na liberação dos arquivos do DOPS que vem sendo efetuada nos últimos anos, algo impossível de ocorrer há 20 anos atrás, quando ainda havia uma proibição de interpretação para o período da ditadura militar.

Na organização dos arquivos, sempre se encontram os efeitos do funcionamento da ideologia, naturalizando alguns processos de significação e, simultaneamente, apagando outros.

Retomemos o fato de que um dos pilares centrais da constituição de arquivos é a noção de documento. A concepção de documento em arquivística está fortemente vinculada a um determinado modo de fazer da História o qual supõe a possibilidade de reconstituição do passado a partir de uma matéria inerte, o texto documental. Tal procedimento técnico, suporte de um trabalho de exegese por parte do historiador, por sua vez, se coaduna com uma concepção de transparência da linguagem. Suponhamos, então, que um pesquisador se dirija a um arquivo e consiga esgotar, ou seja, ter acesso, ler e fazer a exegese do conjunto de documentos pertinentes a sua pesquisa. Isso significa que ele esgotou seu tema de pesquisa? Ou isso significa que ele leu o gesto do arquivista que selecionou o que pertencia àquele arquivo?

Em um arquivo, portanto, o pesquisador se depara com textos que se entrecruzam uma vez expostos ao seu olhar-

-leitor no momento de sua pesquisa. E esse olhar, se não for um olhar ludibriado por uma aparente transparência e pelas construções de evidências; se for um olhar que não se deixa ludibriar, também, com a quantidade de material disponível, vai localizar outros textos, vai se deixar apanhar por enunciados, em suma, vai fazer descobertas, associações, anotações e depois, eventualmente, esquecer-las, ou recomeçar novas descobertas, associações e anotações sucessivamente. Com um olhar ao mesmo tempo determinado (em sua dupla acepção: determinado por seus objetivos e com a determinação própria – tenacidade – de quem se coloca no lugar de pesquisa) e errante, vai se aproximar de outros textos, selecioná-los muitas vezes sem nem saber exatamente o porquê de tal seleção.

Em suma, entendo que frente ao arquivo, e baseado em seus objetivos, o pesquisador se encontra mediatizado pela teoria, sem dúvida, mas também por leituras marcadas pelo lugar de onde (se) fala, com todas suas implicações, pois esse lugar de onde se fala é também o lugar onde se esquece. Assim, trabalhar com uma leitura de arquivos – lidar com a memória institucionalizada – é tam-

bém trabalhar com nossa própria discursividade.

O que estamos chamando a atenção aqui é para o fato de que no gesto de leitura de arquivo para uma pesquisa vai-se além do que se supõe constituir o próprio arquivo. Como afirma Luiz Orlandi (2006, p. 151), um trabalho com arquivo “deixa entrever que, em cada presente, em cada atualidade, somos tomados por uma intersecção na qual aquilo que julgamos saber o que somos coexiste com o aquilo que estamos nos tornando, mas que ainda não sabemos o que é. É como se cada atualidade, é como se cada configuração espaço-temporal fosse um complexo lugar de embates e de simultâneas emissões de signos que buscamos decifrar, seja como signos de nossas retenções, de nossas contenções, de nossos bloqueios, de nossas insuficiências, seja como signos de resistências ou de afirmações diferenciais anunciadoras de saídas”.

Essa reflexão ganha mais densidade ainda quando incluímos o fato teórico incontornável, como afirma Pêcheux (1994, p. 61), “que constitui a língua como materialidade específica”. Uma materialidade que constitui nosso pensamento inconsciente e que, portanto, está na

raiz da interseção mencionada acima: no labirinto e no olhar opaco se constitui o jogo entre o lembrar e o esquecer, entre o familiar e o estranho, entre o que se imagina ler e os lapsos desconcertantes que nos remetem para o desconhecido de nós mesmos. O equívoco é estrutural, constitui a língua e constitui a subjetividade do pesquisador.

Essa materialidade da língua está, também, no arquivo, constituindo “a pluralidade contraditória das filiações históricas” (PÊCHEUX, 1983, p. 53). Por isso mencionei, para o pesquisador, a necessidade de um olhar não totalizante, mas sim de um olhar opaco e errante, um olhar que se deixa apanhar pelas redes significantes que circulam em um arquivo, deixando-se, assim, interrogar por seus próprios significantes.

Leituras de arquivo: ilusões

Um arquivo, qualquer que seja, representa uma instituição que congrega em seu funcionamento aspectos políticos, técnicos, jurídicos e éticos. Em qualquer arquivo se inscreve a histo-

ricidade de uma política de silenciamento (ORLANDI, 2001) resultante das condições históricas e ideológicas de sua institucionalização e de sua inserção nas redes de memória. Assim, na organização de qualquer arquivo há sentidos colocados para serem lidos e repetidos (o que é canônico, hegemônico) e há também sentidos recalcados, silenciados, interditados. Podemos pensar, então, que nos arquivos se inscrevem sintomas da época em que foram organizados e é com esses sintomas que um pesquisador se depara.

Um exemplo. Uma das metas do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS-UFF) é a construção de um arquivo digital de imagens relacionadas a posições-sujeito no Rio de Janeiro. Trata-se de um arquivo em constante organização e reformulação, ou seja, sem um ponto final preciso, uma vez que imagens as mais variadas podem ser incluídas na proposta de sua constituição. Um ponto inicial de entrada para a constituição de tal arquivo foi uma recolha de fotos jornalísticas que registrassem confrontos entre policiais e moradores de favelas. Esse propósito já se encontrava imerso no que Pêcheux (1999)

formaliza sobre a tensão entre acontecimento e memória, e nessa proposta inicial de constituição do arquivo, não à toa, justamente como sintoma de nossa época, trouxemos essa temática como passo inicial. Ao mesmo tempo, olhando e teorizando essas fotografias, foi possível dizer que “Uma foto jornalística tem história, produz memória e também pressu(im)põe mais de um ponto de entrada e de fuga, o que tanto promove uma direção de sentidos para sua leitura quanto impede uma absolutização dos sentidos a ler. [...] a fotografia no jornal é atravessada por discursividades distintas e, para além de tornar uma determinada imagem visível, ela tem na incompletude uma das suas características” (MARIANI & MEDEIROS, 2011, p. 113).

Um outro exemplo. O governo português tomou a iniciativa de publicar, em vários volumes, documentos dos séculos XVI a XIX relativos à colonização africana, a chamada *Monumenta Africana*. Nessa obra monumental, ainda não finalizada, pode-se ler, além dos documentos disponibilizados, o gesto de interpretação dos organizadores, que selecionaram o que julgaram pertinente e interessante de se saber, na

atualidade, sobre a memória portuguesa em África.

A respeito desses gestos de interpretação, faço, aqui, um pequeno desvio. A respeito desses gestos de interpretação realizados por aqueles que tomam para si a tarefa de organizar arquivos, a já mencionada Roudinesco traz uma interessante discussão ao tematizar a ausência de arquivo e o excesso de arquivo. O excesso de arquivo, como é por exemplo a vastíssima obra de Freud, que inclui sua copiosa correspondência, produz gestos de censura naqueles que se dedicam a torná-la pública. Nem todas as cartas foram publicadas e nem todas as publicadas o foram na íntegra. Os editores dizem sempre estar respeitando os interesses de Freud ou o que Freud gostaria que fosse feito. Mas... como saber o que Freud teria feito?

Por outro lado, o caráter marcadamente oral da obra de Lacan, produzindo uma ausência de arquivo, e efeitos variados sobre a própria Psicanálise, não está menos afetado por gestos de censura. Aliás, o próprio Lacan afirma: “Sem o documento escrito, você sabe que está num sonho” (LACAN apud ROUDINESCO, 1988, p. 27). Para Rou-

dinesco (2006, p. 7), de certo modo referendando Lacan, “o poder do arquivo é tanto mais forte quanto mais ausente for o arquivo”.

De minha parte, porém, para além da questão do poder, ou fascínio, que um arquivo pode provocar, penso que tanto as ausências quanto os excessos arquivísticos produzem, em torno da construção dos arquivos textuais, posições mais explícitas ou menos implícitas de igrejinhas, grupos e escolas que se organizam em torno do que pode e deve ser arquivado e, em concorrência, lembrado. Em outras palavras, nos arquivos construídos e colocados à disposição, um pesquisador pode ler os gestos de interpretação dos que têm direito a dizer o que pode ser objeto de leitura, em determinado tempo histórico. Em suma, se nos arquivos estão inscritas políticas de alianças e de antagonismos mais ou menos disfarçados, é com essas políticas que temos de lidar.

Meu interesse em refazer parte des-

ses meus percursos de pesquisa é justamente colocar em discussão esses aspectos e como eles, muitas vezes, afetaram os resultados a que cheguei.

Para iniciar e retomando a crítica ao modo tradicional de conceber um arquivo, lembremos o fato de que nenhum arquivo institucionalizado esgota uma temática,

nunca é completo. Essa é uma das ilusões mais comuns sobre arquivos, a da completude.

Como já foi dito, um arquivo é uma não totalidade, ele resulta de gestos de leitura daqueles que em dado momento histórico o organizam. Supor, por exemplo, que no Arquivo Nacional ou que no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ambos no Rio de Janeiro, está concentrada uma totalidade de documentos relativos à história brasileira é um equívoco. Trabalhei muitos anos nesses e em outros arquivos cariocas e pude constatar na prática como eles ao mesmo

Nos arquivos construídos e colocados à disposição, um pesquisador pode ler os gestos de interpretação dos que têm direito a dizer o que pode ser objeto de leitura, em determinado tempo histórico.

tempo em que são únicos em termos do que têm em seus acervos, também se interrelacionam, se repetem, apresentam lacunas que incidem em pontos semelhantes, etc. Nesses apagamentos e sobreposições já se tem um trabalho da memória histórica, o pesquisador precisa se dar conta disso, incluir esse funcionamento em sua pesquisa. Como diz Orlandi, “não adianta trabalhar com o arquivo assim, colocar uma mochila nas costas e procurar os dados, porque às vezes as pessoas fazem isso nesse tipo de trabalho como se você fosse encontrar uma Linguística perdida ou uma língua que não é encontrável” (SCHERER, 2004, p. 41).

Para chegar ao texto do livro *Colonização linguística* (2004), peregrinei por esse conjunto de instituições cariocas, conseguindo coletar, em uma ou outra, materiais relevantes sobre os séculos XVI, XVII e XVIII. Muitas vezes, o documento está relacionado no catálogo, mas se encontra perdido ou emprestado; outras vezes o documento está sendo restaurado e não pode ser utilizado; outras vezes, ainda, o documento não pode ser fotografado, xerocopiado, restando a cópia *in loco*.

Em outros casos, cada arquivo possui uma edição diferente do livro, edições que têm nomes distintos ou que estão catalogadas de maneira diferenciada, gerando para o pesquisador uma confusão, ainda que temporária.

Ou seja, a principal característica a ser destacada aqui é a de uma pesquisa realizada na dispersão: determinados livros eram localizados no IHGB, outros no Arquivo Nacional, outros, ainda, na Biblioteca Nacional, o que tomava um tempo enorme na pesquisa e provocava, ao mesmo tempo, uma sensação de confusão nas idas e vindas pelas instituições e nos comentários variados que os bibliotecários gentilmente faziam (demonstrando seu poder e seu controle sobre o arquivo) e precisando lidar com as perguntas não respondidas.

Mas o mais interessante disso tudo, foi ter compreendido que as perguntas que eu fazia sobre a história do que acabei chamando de colonização linguística não estavam em um único lugar, afinal essa nossa língua, sua história do jeito que ela é, não vai estar mesmo (confinada) em algum lugar. É por isso

que teorizamos, do ponto de vista da análise do discurso, sobre a construção do arquivo da pesquisa, sempre realizado a partir de nossos gestos de leitura, com nossos objetivos e perguntas, em relação aos gestos que nos antecedem e que já se encontram instituídos.

Mas vejam só que interessante, ainda sobre a colonização linguística: qual não foi minha surpresa, porém, ao encontrar na biblioteca da Universidade de Stanford, nos

Estados Unidos, ao alcance das minhas mãos, praticamente todos os materiais dispersos pelas instituições brasileiras. Nessa biblioteca americana, distante do Brasil, era outra a “gestão administrativa dos documentos” (PÊCHEUX, 1994), com outras implicações, o que me fez pensar, partindo das noções de memória discursiva (a tensão entre o lembrar e o esquecer) e de memória metálica, o quanto a localização de um arquivo tem a ver com a seleção do pode ser matéria de arquivamento, do que pode ser registrado como passado a ser lido no futuro.

Nesses arquivos eletrônicos em vigor nas bibliotecas e acervos variados, há uma ilusão de organização com uma lógica aparentemente inequívoca, que permitiria tudo encontrar, produzindo um efeito de transparência.

Outro aspecto relevante do trabalho aponta para os aspectos de facilitação e falsa transparência de um arquivo com o surgimento da catalogação eletrônica e da digitalização. Nesse caso, pelo menos para mim, torna-se mais difícil ainda furar as políticas de controle do arquivo.

Como ler um arquivo eletrônico? Como desautomatizar os gestos de interpretação e as políticas de acessibilidade impostas por um programa de computador?

Nesses arquivos eletrônicos em vigor nas bibliotecas e acervos variados, há uma ilusão de organização com uma lógica aparentemente inequívoca, que permitiria tudo encontrar, produzindo um efeito de transparência. Para além de supor que essa lógica produz um efeito de transparência para aqueles que organizaram o arquivo, está em jogo, como já foi dito, uma questão política inscrita na constituição de qualquer arquivo. Por exemplo, os arquivos dos jesuítas, na Biblioteca do Vatica-

no, estão informatizados em latim, o que produz uma opacidade inicial para quem desconhece essa língua.

No caso da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional em Lisboa, a informatização também se faz presente. Isso significa que o pesquisador pode consultar “o que quiser” no computador, com o auxílio inicial de um bibliotecário. A pesquisa pode ser realizada de diferentes maneiras: por autor, por título de obra impressa, por fundo de arquivo e busca por palavras-chave. No entanto, para um pesquisador interessado nas palavras-chave “política lingüística”, “língua brasileira”, “português-brasileiro” e em um paradigma de palavras-chave dessa natureza, a busca será infrutífera, pois tais possibilidades não estão registradas como possibilidades de sentidos previamente inscritas no programa utilizado.

O funcionamento da memória metálica na constituição do arquivo eletrônico, resultado da informatização dos arquivos, produz uma infinita repetibilidade, mais ilusões sobre a estabilidade e a transparência dos sentidos e uma política de silenciamento local muito eficaz.

A memória metálica impede o trabalho da memória discursiva? Vale a pena lembrar que, conforme Pêcheux, o funcionamento da memória discursiva frente ao arquivo institucionalizado é “aquilo que, diante de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos [...] de que sua leitura necessita” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Assim, se a memória metálica em funcionamento nos arquivos metálicos impede, restringe a leitura de arquivo, pois impede, já em um momento inicial do trabalho de leitura, o encontro do pesquisador com os textos a serem lidos, os gestos de leitura do pesquisador, com seu olhar opaco, suas associações, suas lembranças e esquecimentos podem desautomatizar e produzir questões justamente sobre o funcionamento dessa memória metálica.

Língua nacional e arquivo: discursividades

Como fica a organização de um arquivo sobre a língua nacional em países que, em sua formação linguístico-

-social, foram constituídos por uma heterogeneidade fundante? Uma outra perspectiva, igualmente desafiadora, talvez, seja revirar essa questão e perguntar: até que ponto a língua nacional, em sua heterogeneidade fundante, pode ser considerada como arquivo? E retomo aqui o que disse no início dessa apresentação: Um arquivo possível do corpo verbal (ou imaginário linguístico) constitutivo da identidade de um Estado nacional e, também, lugar onde se constituem as identificações do sujeito.

Em relação à primeira pergunta – como organizar um arquivo da/sobre a língua nacional – creio que o projeto *História das Ideias Linguísticas* vem desautomatizando, progressivamente, gestos de interpretação que fixaram modos de ler a história do português-brasileiro. Inúmeras vertentes de pesquisas empreendidas sobre a constituição, formulação e circulação de idéias lingüísticas, sobre a disciplinarização do ensino da língua e da linguística, sobre políticas de língua em sua relação com o poder do Estado em diferentes conjunturas históricas e em diferentes regiões do país, a análise cuidadosa dos instrumentos linguísticos – gramáticas e dicionários –, a

proposta de construção de enciclopédia eletrônica de línguas, enfim, a questão da colonização linguística, da memória das línguas, da autoria em gramáticas, dentre tantas outras questões e vertentes de análise, tem mostrado o quanto a noção de arquivo pode ser produtiva quando associada a um campo conceitual que não se vincula a projetos totalizantes nem se deixa atrair pela ilusão da completude.

Retomo Orlandi (apud SCHERER, 2006, p. 22), mais uma vez, quando ela diz: “Não há nenhuma Linguística perdida que nós podemos encontrar de repente, mas há elementos de arquivo, há a possibilidade de você construir arquivos” a partir de perguntas sobre o próprio funcionamento dos arquivos.

Construir um arquivo da língua nacional ou sobre a língua nacional, nessa perspectiva, é lidar com um trabalho de descrição/interpretação que, ao buscar compreender os gestos de interpretação que instaram sentidos e produziram efeitos de unidade do pensamento frente à questão da língua, se deixa afetar pelo real da língua e pelo real da história.

Arquivo e língua nacional, termos que

se interrelacionam em um mesmo enunciado: uma abordagem possível daquilo que se supõe factível de uma construção: a partir de uma imensa e heterogênea massa textual, dispersa em diferenciados arquivos, cabendo ao pesquisador produzir hipóteses de trabalho, historicizar afirmações que se tomam como verdades atemporais e, assim, desautomatizar gestos de interpretação, sem perder de vista que um arquivo por ter a falta como elemento constitutivo, é sempre incalculável, fragmentado, labiríntico e imprevisível.

O trabalho discursivo com as idéias linguísticas realiza uma desmontagem de produções de sentidos estabilizados, um trabalho de tecitura de relações textuais em que o dito está sempre jogando com o não dito, com as margens dos dizeres, com a memória e com o silenciamento. Pretende-se compreender, dessa forma, as sucessivas camadas de sentidos produzidos para a língua nacional, compondo um mosaico de sentidos nunca apreensível em sua totalidade, seja para o pesquisador, seja para quem fala a língua.

Retornando aos termos *arquivo* e *lín-*

gua, é possível poder dizer que, se temos como ponto teórico central “a discursividade como efeitos linguísticos materiais na história” (PÊCHEUX, 1994, p. 63), temos trabalhado mais exatamente com “a materialidade da língua na discursividade do arquivo”, buscando construir arquivos a partir de leitura/escuta da repetibilidade, dos efeitos metafóricos, dos silenciamentos e da dispersão das formas materiais afetadas pelo interdiscurso.

A construção de um arquivo, do ponto de vista discursivo, nunca está pronta ou finalizada, pois depende dos gestos de compreensão analítica feitos pelos pesquisadores. Discursivamente, um arquivo está sempre em movimento histórico e afetado pela materialidade da língua.

Para finalizar, é importante dizer que língua, nesse contexto de discussão, é compreendida como tesouro de significantes que está na origem da constituição do sujeito, embora o sujeito não tenha acesso à totalidade desse tesouro. Língua, aqui, como lugar de inscrição do desejo e da lei, permitindo a produção de sentidos e a eficácia da determinação ideológica bem como as falhas e

o *non sense*. Língua como sistema sujeito a falhas, lugar de deslizamentos na relação entre significante e significado. Por fim, compreendo que na língua um impossível de dizer se inscreve.

Falar de língua nacional em países que em sua origem foram colonizados, é problematizar esse tesouro de significantes em termos da heterogeneidade

linguística que o constituiu e que constituirá para os sujeitos usuários dessa mesma língua, uma relação ao mesmo tempo íntima e estranha. Se é possível pensar na língua nacional como arquivo, podemos, talvez, aproximar e elaborar as questões que constituem tanto as contradições históricas quanto os enigmas e os sofrimentos tormentosos e desejantes do sujeito.

Referências

ACHARD, P.; PÊCHEUX, M. et al. *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

BORGES, J. L. Funés, el memorioso. In: _____. *Ficciones*. Buenos Aires: Artificios, 1944.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 [1995].

DIAS, Cristiane. Memória Metálica. Verbete. *Enciclopédia Discursiva da Cidade*. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=119>>. Acesso em: set. 2015.

FAVIER, J. *Les Archives*. Paris: Les Presses Universitaires, 2001 [1958].

MARIANI, B. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, B.; MEDEIROS, V. Olhem, dizem as fotos, é assim: mulher, favela e confronto policial. In: AZEVEDO, N.; FONTE, R. (Orgs.). *Análise do discurso: mo(vi)mento de interpretações*. Curitiba: CRV, 2011. p. 111-130.

ORLANDI, E. *Discurso e texto*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, L. O gato entre Alice e Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/dis/transversal/rizomas/O_gato_entre_Alice_e_Foucault.doc>. Acesso em: abr. 2014.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1983.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Pontes, 1994.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P.; PÊCHEUX, M. et al. *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

ROUDINESCO, E. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SCHERER, Amanda Eloína. História das ideias x história de vida. Entrevista com Eni Orlandi. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 7, p. 11-51, 2006. ISSN 2179-2194. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/6349/3855>>. Acesso em: maio 2016.

Lucília Maria Abrahão e Sousa

luciliasousa@gmail.com

Possui graduação em Letras (1988) pelo Centro Universitário Barão de Mauá de Ribeirão Preto e doutorado direto em Psicologia (2002) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). É livre-docente em Ciência da Informação e Documentação pela mesma instituição (2010), onde atua como docente em regime de dedicação exclusiva na graduação e pós-graduação.

Resumo

O presente artigo objetiva analisar, sob o ponto de vista da teoria discursiva proposta por Pêcheux, a exposição “Agustina Bessa-Luís – vida e obra”, promovida pelo Museu da Língua Portuguesa em parceria com o Instituto Camões e com o apoio do Consulado Geral de Portugal em São Paulo, no primeiro semestre de 2015. Mobilizando as noções de arquivo e discurso, observamos como o nome próprio inscreve um modo de funcionamento sobre a autora, produzindo efeitos de uma biografia construída por textos e fotografias.

Palavras-chave: Discurso; Museu da Língua Portuguesa; Arquivo, Agustina Bessa-Luís.

Agustina, que dizer dela aparece no museu?

Agustina, which of her discourses appears in the museum?

Abstract

This article aims to analyze, from the point of view of discursive theory proposed by Pêcheux, the exhibition “Agustina Bessa-Luís - life and work”, promoted by the Portuguese Language Museum in partnership with the Camões Institute and with the support of the Consulate General of Portugal in Sao Paulo in the first half of 2015. Mobilizing the notions file and speech, noted as the name inscribed itself an operating mode of the author and shall apply from a biography constructed by texts and photographs.

Keywords: Discourse; Portuguese Language Museum; Archive; Agustina Bessa-Luís.

I n t r o d u ç ã o

Do museu, que dizer?

“As palavras são objetos magros incapazes de conter o mundo. Usamo-las por pura ilusão. Deixámo-nos iludir assim para não perecermos de imediato conscientes da impossibilidade de comunicar e, por isso, a impossibilidade da beleza. Todas as lagoas do mundo dependem de sermos ao menos dois. Para que um veja e o outro ouça. Sem um diálogo não há beleza e não há lagoa”.

Valter Hugo Mãe

O Museu da Língua Portuguesa foi inaugurado em março de 2006, na Estação da Luz, centro histórico e comercial de São Paulo, capital do estado mais rico do Brasil, uma inauguração em vários sentidos: um museu inédito na cidade e um museu com um acervo dado por arquivos literários dispostos em exposições, tendo como ponto de sustentação a língua considerada patrimônio imaterial pela Unesco. Um museu nomeado como primeiro, inédito, nunca visto: como transformar a espessura da língua portuguesa em uma superfície institucionalizada? Em que lugar imaginário é feita a urdidura disso que escorrega na boca do falante, que (se)

move ao sabor da subjetividade com significações sempre inesperadas, que tem regras subvertidas a cada movimento de inventar dos poetas, que não tem “governo nem nunca terá”? Que língua está museificada e se mantém como tal ao falar de uma autora portuguesa? Tais questões são farol para os desdobramentos que proponho aqui.

Em primeiro lugar cabe interpretar em que região da cidade o MLP é instalado. Traços de contrastes sociais duros e gritantes, constantes em todo o país, ali tem seu rosto mais marcado. De um lado, o comércio intenso que atrai tantos lojistas de todo o estado, as esculturas de artistas consagrados

dispostas no Parque da Luz, a Pinacoteca do Estado com o seu acervo notório e a sua política de exposições temporárias, a malha densa do transporte metro-ferroviário público municipal e o Museu. Esse complexo recebe diariamente visitantes de várias regiões do país e do exterior, pode ser considerado corredor de escoamento dos cidadãos, posta-se como inscrição simbólica do poder público, é lubrificado por cifras muito expressivas tendo em vista a economia que coloca em movimento. Do ponto de vista estratégico, é o centro antigo da cidade sendo “revitalizado”, o que pode ser lido a partir de uma política de entrada mais efetiva do Estado em uma região dominada pelo tráfico e prostituição, contando com o aparato repressor que isso encerra, sobretudo porque, para além do complexo arquitetônico, o em torno guarda uma gama bastante larga de exclusão. Vejamos.

Nas calçadas das ruas, nas marquises do prédio da estação, nos terrenos com construções abandonadas perambulam, dormem e vivem moradores de rua e sem-teto que fazem a língua museificada ser revestida por outros efeitos, seres que montam sua morada no espaço público rasgando a portentosi-

dade dos prédios oficiais e apontando um furo na trama social, furo que traz a margem para o centro. Há trabalhadores informais – muitos migrantes de regiões mais pobres ou imigrantes latinos de países em situação mais precária que a nossa – que andarilham sem a oficialidade dos registros, produzindo sentidos de língua e de vida imprevisíveis, falando outras línguas em curso, vendendo muitas vezes o seu único bem sobrevivente, o próprio corpo.

Há certa força na forma despedaçada como eles desfilam sua privacidade em público, abrindo a ferida de um Estado que não alcança todos, tampouco assiste igualmente a todos. [...] E esse espaço abre, no centro denominado “antigo” ou “deteriorado” da cidade, um lugar para monumentalizar a língua portuguesa, não todos os modos de inscrevê-la, mas um deles. Lugar esse tão propalado, referenciado mesmo, apontando, com novas políticas de patrimonialização, o que pela língua nos leva à criação do Museu da Língua Portuguesa (MLP), um lugar de todos e de ninguém pela língua que nos une e nos afasta. (ROMÃO & SCHERER, 2013, p. 340-341).

Também ali se aglutinam os viciados em crack e os vendedores de pedra, deliram a céu aberto, falam uma lín-

gua de alucinações e de enredos fragmentados diante de policiais que não apenas vigiam e guardam o patrimônio, mas também expulsam esses exilados para outro canto, mais para lá, mais para longe, tentando varrer as margens que insistem em denunciar sua presença ali (BALDINI, 2013, p. 190). Mas para onde

exatamente eles deverão se endereçar? Em que língua é (ex)posta a exclusão dos que não entram no Museu, na Pinacoteca, nas escolas e no mercado formal de trabalho? Em que vagão embarcam diariamente estes que têm sua vida privada esgarçada no espaço público sem a promessa de uma estação de luz? Como fazer dialogar o que se apresenta na ordem da rua com o que está posto na dos livros?

A língua portuguesa posta em museu faz falar a inscrição “do que deve ser lembrado na relação com a língua do Estado brasileiro” (SILVA SOBRINHO, 2011, p. 90), ou seja, legitima-se a língua que nos garante imaginariamente uma unidade capaz de arre-matar todas as



O museu institucionaliza a língua portuguesa como aquela que costura os dois mundos – tão díspares – que se postam dentro e fora do prédio da estação férrea, a língua do gabinete e a das ruas, a língua de dentro das casas de memória e a língua afora...



desigualdades constantes no cenário descrito anteriormente; a língua que borda uma representação identitária capaz de apaziguar a diversidade e a diferença, de normatizar uma narrativa histórica fechada para o estudo do português, de domesticar os sentidos tão escorregadios na inscrição subjetiva de

cada um ao se deparar com o próprio da fala. Tais contradições colocam o MLP como um lugar de tensão permanente, cujos desdobramentos se colocam vivos a cada novo evento literário ou exposição.

Nesses termos, o museu institucionaliza a língua portuguesa como aquela que costura os dois mundos – tão díspares – que se postam dentro e fora do prédio da estação férrea, a língua do gabinete e a das ruas, a língua de dentro das casas de memória e a língua afora... Se de um lado o Museu instrumentaliza a língua como una e politicamente de todos, domesticando os efeitos dela em totens, painéis, jogos e projeções etc.; de outro, ele também promove exposições literá-

rias constantes, nas quais é possível observar as movências e os deslizamentos da língua na trama poética e nos modos de fazer falar a subjetividade do escritor, lugar privilegiado do imponderável.

Tais exposições temporárias re-costuram, de forma sempre diversa, campos de documentos estabilizados em outro lugar, produzindo efeitos de arranjo, bricolagem e ruptura a partir de uma memória discursiva sobre o nome de um autor (SOUSA ROMÃO, 2014). Ao prestarem homenagem a escritores da literatura de língua portuguesa – brasileiros ou não – renegociam outros espaços de dizer a respeito de uma data comemorativa tais como ano de morte ou nascimento de um movimento literário ou de um autor, publicação de obra etc. Articula-se, a partir da voz de uma curadoria selecionada pelo MLP e composta por intelectuais e artistas, um protocolo de empréstimo de documentos advindos de órgãos oficiais ou de acervos privados. Alguns já conhecidos do público roçam outros tantos, que estavam guardados e fora de circulação, produzindo um dizer fora do script convencional. Os da casa – a maioria dos temas de exposições foi de autores brasileiros – se misturam com os de fora, em geral portugueses como

é o caso que iremos interpretar. Esses pontos sinalizam que o modo de produção, constituição e circulação do discurso (ORLANDI, 2001) das exposições literárias é bastante singular e atribui um valor de prestígio à voz curadora.

A contribuição da teoria discursiva aqui (PÊCHEUX, 1993) é interpretar, no espaço discursivo das exposições, como se estrutura certa instância heterogênea do arquivo, como roçam as fronteiras contraditórias dessa montagem derivada da combinação de documentos, que foram disponibilizados a partir da posição de autoridade do MLP e da divisão social do trabalho de leitura de documentos feita pela voz curadora em relação a um nome da literatura e sobre língua. Temos aqui outra esfera do dentro e fora na trama de dizer das exposições – diferente daquela já anotada em relação ao espaço e os cidadãos –, o que nos permite situar tal justaposição nos seguintes termos, o de-dentro administrativo do MLP em colagem com o de-fora da voz curadora, na maior parte das vezes alheia à própria gestão do museu visto que do campo da ciência, da comunicação e da arte. No caso em análise a seguir, duas instituições comparecem imbricadas, marcando outro modo de dizer dessa condição de-dentro e de-fora, enfim o estrangeiro e/ou o familiar.

De Agustina, que dizeres entram em discurso?

Até o momento, trabalhei na direção de situar o MLP a partir do jogo basculante de contradições – o local e o entorno, a voz gestora do museu e a da curadoria das exposições literárias. Meu trajeto aqui será analisar como tal movimento de diferença, tensão e confronto toma corpo na exposição de “Agustina Bessa-Luís – vida e obra”, promovida pelo MLP em parceria com o Instituto Camões e com o apoio do Consulado Geral de Portugal em SP, no primeiro semestre de 2015. Com concepção de Inês Pedrosa e João Botelho – dois grandes nomes do cenário literário e artístico português –, a exposição veio pronta de Portugal e consta de 20 painéis, dos

quais apresento tão somente cinco fotografias cedidas pelo MLP. Indago: o que acontece quando duas instituições oficiais de língua se entrecruzam tendo como mote o nome de uma autora ainda viva? Que teia de sentidos se produz aí considerando que o Instituto lusitano compôs um enredo a ser tomado ao pé da letra pelo Museu? Dois pontos merecem atenção: primeiro, as duas instituições juntas produzem um discurso tido como legitimado sobre a autora e ideologicamente posto como evidente para dizer sobre ela, um dizer bastante conservador e tradicional, diga-se de passagem. O segundo ponto diz respeito à impossibilidade de acesso ao material da exposição, tendo em vista o fato de que não foi possível fotografar nem reproduzir outras imagens que não aquelas disponibilizadas pelo MLP (na sequên-



Imagem 1 – Exposição “Agustina Bessa-Luís, vida e obra”, no Museu da Língua Portuguesa.

Fonte: MUSEU, 2015.

cia). Para reprodução dos outros painéis expostos, era preciso ter autorização do Instituto estrangeiro para o qual escrevi três vezes sem resposta. Não interessa aqui investigar o quanto tal silenciamento produz efeitos e como ele não se dá sem o traço autoritário e centralizador que marca a constituição dos arquivos oficiais, quero apenas apontar como o efeito de controle dá-se a desdobrar no enovelamento dessas duas instituições.

É com esse enquadramento de longe (e buscando estar perto da autora) – disposto na Imagem 1 – que vou acompanhar a fotografia dos painéis dispostos de modo suspenso e elaborados por um misto de fotografias e dados biográficos a respeito da portuguesa, que estudou no Porto e em Coimbra e tem uma produção bastante representativa em prosa e poesia. Assim a define o site do MLP:

Maria Agustina Ferreira Teixeira Bessa nasceu no dia 15 de outubro de 1922 em Vila Meã (Amarante – Portugal) e se tornou uma escritora mundialmente conhecida sob o pseudônimo literário de Agustina Bessa-Luís. Autora de várias dezenas de obras, entre romances, contos, peças teatrais, livros infantis e crônicas, a escritora ainda dedicou seu tempo a outras

atividades sendo que entre 1990 e 1993 foi diretora do renomado Teatro Nacional de Maria II em Lisboa. Para o Museu da Língua Portuguesa esta é uma bela oportunidade de aproximar os brasileiros das obras desta importante autora de nosso idioma, mas que ainda não é muito conhecida e lida no Brasil. Com a realização desta mostra, o Museu segue cumprindo seu papel de valorização da língua portuguesa e da nossa melhor expressão literária (MUSEU, 2015).

Aqui os efeitos do biográfico marcam o modo como ela será discursivizada pela exposição, melhor dizendo, a partir de fotografias com passagens da vida pessoal, cenas imensas da mocidade enoveladas com outras da maturidade, imagens das capas dos livros



Imagem 2 – Registro da exposição “Agustina Bessa-Luís, vida e obra” (MLP).

Fonte: MUSEU, 2015.

publicados pela autora e datas importantes nessa trajetória. É interessante reconhecer, nesse modo de dizer sobre um autor, o funcionamento do imaginário biografista e individual de uma dada produção. Não se relacionam fotos de época, tampouco de cenários sociais, inscrevendo o efeito de certa personalidade centrada no mérito particular e na produção solitária, apagada a relação da literatura com suas condições de produção.

Diferente da maioria das exposições literárias promovidas pelo MLP, não há uma montagem cenográfica capaz de atualizar os efeitos das obras literárias de Agustina Bessa, tampouco instalações para que o leitor-visitante adentre suas estruturas, interagindo com o que elas apresentam ou inspiram, interferindo no modo de dizer do/sobre o outro. O que se mostra aqui, na Imagem 2, é uma ordem de uma ilustração explicativa sobre a autora, em que pesem poucos momentos de aparição da voz dela com o recurso da fotomontagem de modo a produzir com as imagens um efeito de realidade e de verdade sobre a autora.

Anotamos aqui o último ponto do jogo

tenso de dentro e de fora do MLP: as exposições promovidas por ele em geral fazem circular outros efeitos de sentido sobre o modo de se apresentar um autor ou obra, quais sejam, montagem cênica bastante elaborada, jogos interativos ao longo dos espaços expositores, leituras oralizadas dos livros, iluminação convidativa e roupagem artística no modo de apresentar os objetos, circulação a ser construída a partir dos vários caminhos que se abrem ao longo do material exposto. De dentro, tal regularidade se mantém constante; nesse caso, o Instituto estrangeiro traz outra maneira de apresentação, quebrando a ordem do repetível em que o literário fazia graça, estruturando um traço mais convencional para a divulgação das fotografias e dados da/sobre a autora. A voz dela diretamente é apresentada abaixo na montagem abaixo (Imagem 3).

É possível interpretar aqui o efeito de uma confissão: não levar-se a sério, o que faz estender e hiperbolizar o riso escancarado no rosto da escritora. É possível indagar: o que significa não se levar a sério? Em que momento da vida isso é possível? Que rompimento se produz na significação esperada sobre



Imagem 3 – Fotografia de um dos painéis da exposição “Agustina Bessa-Luís, vida e obra” (MLP).

Fonte: MUSEU, 2015.

seriedade? Fazer chacota de si seria a salvação? Brincar consigo, rir de si mesmo, produzir-se sem o peso das severidades e, assim, adotar uma posição de ganho na vida: a poeta faz rodopiar tais efeitos. O que está em jogo é da ordem do humor, da troça e também da leveza como se a voz da autora se espalhasse de maneira a marcar com mais força o riso escancarado e os cabelos prateados. Tem-se aqui também um dizer às avessas: a pior forma de viver dá-se pela incapacidade de rir de si mesmo. Levantar-se a sério é inferioridade, diminuir-se diante da vida, o pior: ao dizer assim, Agustina tem sua voz editada pelo Instituto, que destaca os sentidos do riso como aqueles que devem ser mostrados quando se fala da autora.

O dentro e fora em jogo tenso

O roçar tenso do dentro e fora do MLP coloca em jogo uma fronteira que desejosamente quis dilatar, pelo que ela aponta do funcionamento do discurso, ser efeito pelo que não é possível estar ali. Essas bordas fronteiriças estão sempre em movimento, colocando em relação o que pode e deve ser apresentado em um museu, o que deve ou não fazer parte da trama da língua oficial, os que devem e podem adentrar uma exposição, a quem é dada a confiança de uma curadoria e quem não pode ocupar tal posição, quais instituições podem e devem ser parceiras do museu. Isso capta a atenção de um leitor mais atento, é

preciso atravessar a cortina de evidência dos sentidos tidos como transparentes, e indagar o modo de a história se inscrever na língua e marcar a emergência da

subjetividade. Só assim, é possível entrar em uma exposição literária sem certezas e sair dela rindo de si mesmo, “a melhor maneira de viver”.

Referências

BALDINI, L. O que nos une é aquilo que nos separa. *Revista Letras - Língua, Museu e patrimônio*, Santa Maria, v. 23, n. 46, jan./jun. 2013, p.189-202.

CERVO, L. M. *Língua, patrimônio nosso*. 2012. 199 fls. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2012.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. Notícias. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/noticias_interna.php?id_noticia=432>. Acesso em: 30 abr. 2015.

ORLANDI, E. *Discurso e texto* – formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Unicamp, 1993.

ROMÃO, L. M. A. S. Escrever pra passarinho: Braga no Museu da Língua Portuguesa. *Revista Datagramazero*, v. 15, n. 1, 2014, p. 1- 14.

ROMÃO, L. M. S.; SCHERER, A. A língua na economia da luz como espaço de reflexão sobre o que somos. *Revista Letras – Língua, Museu e patrimônio*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan./jun. 2013.

SILVA SOBRINHO, J. S. “A língua é o que nos une”: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. 2011. 133 fls. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.

Maria Virginia Borges Amaral
mvirginia39@gmail.com

Graduada em Serviço Social (1977), mestre em Letras e Linguística (1994) e doutora em Letras e Linguística (1999) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde atua como professora associada dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social e em Letras e Linguística.

Resumo

Este artigo apresenta uma análise do discurso do capital que intenta regular, ressignificar e silenciar a memória discursiva do trabalho. O sentido de trabalho historicamente sedimentado nos discursos das classes fundamentais desta sociedade é apropriado pelos representantes institucionais do capital para ser negado. Novas ideias são formuladas a partir de imagens valorativas que ofuscam os trabalhadores e os impedem de conhecer sua posição de sujeito, sua real identidade nas relações de trabalho, produzindo *efeitos de desmemoriação*. É isto que este texto pretende demonstrar.

Palavras-chaves: Trabalho; Discurso; Memória Discursiva; História.

A negação da memória do trabalho no discurso do capital¹

The denial of working memory in the capital's discourse

1 Agradecimento ao CNPq – Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – pelo apoio às pesquisas realizadas pela autora deste artigo.

Abstract

This article presents a discourse analysis of capital that intends to regulate, give a new meaning and silence the discursive memory of work. The sense of work historically settled in the discourses of the fundamental classes of this society is appropriated by institutional representatives of capital to be denied. New ideas are formulated from evaluative images that obscure the workers and prevent them from knowing their subject position, their real identity in labor relations, producing oblivion effects. This is what this paper aims to demonstrate.

Keywords: Work; Discourse; Discursive Memory; History.

I n t r o d u ç ã o

O título deste artigo, antes de se conformar à negatividade, sugere que a reviravolta das ideias dominantes no campo discursivo do trabalho e as tentativas de negação da identidade desta ação humana são inerentes à lógica e ao controle do capital. As ideias sobre o trabalho hoje fazem parte de um universo discursivo onde são formuladas imagens valorativas que ofuscam os trabalhadores e os impedem de conhecer sua posição de sujeito, sua real identidade nas relações de trabalho, produzindo *efeitos de desmemoriação*. Esse é o ponto de partida da análise do discurso sobre o trabalho, formulado e divulgado nos domínios do capital, que apresentamos neste artigo.

Alguns conceitos fundamentais com os quais a Análise do Discurso trabalha, sob os parâmetros teóricos que lhe são específicos, serão recuperados aqui como orientadores da investiga-

ção realizada. Para a exposição do que pretendemos demonstrar, dividimos o artigo em, basicamente, dois pontos articulados ao conteúdo da análise: fundamentos da teoria marxiana sobre o trabalho e a análise propriamente dita do discurso, objeto deste estudo, à luz de conceitos fundamentais da teoria do discurso.

O domínio discursivo da memória

Em uma reflexão sobre arquivo que resultou em um artigo publicado em 2014 (AMARAL, 2014), pensamos a relação arquivo e memória discursiva numa perspectiva de historicidade, o que nos levou ao conceito de memória revisto e definido para além da vinculação à faculdade de conservar, lembrar e evocar fatos de experiências vividas e tudo que estiver associado aos mesmos, inclusive

os não presenciados, mas conhecidos por meios diversos de comunicação.

Consideramos a noção de memória associada à compreensão dos conceitos de arquivo e de história, uma relação indissociável em que se pode identificar a *memória discursiva* nessas particularidades conceituais. A memória discursiva posiciona-se no *domínio discursivo de memória* caracterizado pelo *interdiscurso*, um operador discursivo que permite a constituição e a funcionalidade de *discursos transversos*¹. Reconhecemos, a partir de Courtine (2009), que o domínio de memória no discurso não aniquila a presença dos outros dois domínios (domínio de atualidade e o domínio de antecipação); na malha discursiva, todos contribuem para a produção de efeitos de sentido.

Decerto, é no domínio de memória que está a possibilidade de, no processo de conhecimento de discursos, o analista identificar um *domínio das formulações-origem* (não necessariamente “o começo” do processo discursivo, como sugere o termo) responsável pela

1 Assim como definido por Pêcheux (1988, p. 164): “discursos transversos’, que efetuam um encadeamento entre um discurso com o seu ‘outro’, o que não se mostra imediatamente na superfície discursiva”.

constituição do lugar onde ocorrem os enunciados “que configuram como elementos de saber próprio a uma FD [Formação Discursiva]” (COURTINE, 2009, p. 112). Na teoria social crítica marxiana, como veremos adiante, encontra-se a formulação clássica de que “trabalho [ou força de trabalho] é mercadoria”. Retomada por outras formulações marxistas ou posta à margem do processo de produção por outros discursos, é, por vezes, transformada, enquadrada, escondida, para ressurgir ressignificada na história do capitalismo. As *formulações-origem*, portanto, não podem ser consideradas enunciados passados ao qual se pode fazer meras remissões no presente.

Arquivo, memória e história são conceitos que encerram em si grandes *paradoxos e ambiguidades*, para usar uma consideração de Jacques Le Goff (2013) ao se referir à história. Geralmente, pensa-se arquivo como lugar de “coisa velha”, memória como lembranças do passado e história como ciência do passado; os três conceitos estariam, pois, ligados ao passado. Essa compreensão apaga a natureza do arquivo, a função da memória e a contradição

da história, aniquila-se a dialética entre passado, presente e futuro; consequentemente “o presente é desmemoriado, apagando o sentido que os acontecimentos poderiam dar à vida” (AMARAL, 2014, p. 22).

Ora, o arquivo, numa perspectiva de historicidade, não implica uma representação do passado, nem uma representação do futuro, visto que a historicidade, segundo Jameson (1996, p. 290), é “uma percepção do presente como história”. Decerto só há história no tempo presente, na contemporaneidade, como diz Le Goff (2013, p.53), “na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não só é inevitável como legítimo”; e mais, “o interesse pelo passado está em esclarecer o presente” (LE GOFF, 2013, p. 15).

No domínio discursivo, a memória adquire outros elementos que a possibilitam cumprir a função de articular passado e presente, operando no domínio de atualização discursiva. Isto ocorre em um funcionamento discursivo onde a memória aciona elementos operadores como a paráfrase para se fazer representar, para adquirir con-

cretude com as palavras. Nesse sentido, cabe ouvir Achard (1999, p. 16): “A memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase”. Os fatos ocorridos são reconstituídos pelo discurso (dos mais diversos gêneros, da arte, da ciência, do senso comum), pelas operações parafrásticas, e à memória, funcionando no discurso, cabe conduzir o que é plausível, que se pode admitir como provável, por não contrariar a verdade. Quando se diz, “toda brincadeira tem um fundo de verdade”, pode-se parafrasear com “toda mentira tem um fundo de verdade” visto que se julga a possibilidade de o dito aproximar-se de alguma verdade e, portanto, não ser de todo negativo, improvável. O julgamento é conduzido pelas propriedades discursivas que acionam a memória do dizer.

Por conseguinte, *memória discursiva*, nesta perspectiva teórica, revelando-se como *interdiscurso*, consiste em, como trata Orlandi (2002, p. 31), um “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma do pré-construído, o já dito que está na base do

dizível, sustentando cada tomada de palavra”. A ação operativa da memória no discurso se dá, pois, por meio da paráfrase, o principal mecanismo discursivo em que se expressa o interdiscurso, conforme entende Guimarães (1995, p. 68): “aquilo que se significa, os efeitos de sentido, são efeitos do interdiscurso no acontecimento”. Portanto, o *aqui* (lugar) e o *agora* (tempo) do discurso por si só não garantem os sentidos, tampouco o sujeito a quem é atribuída a responsabilidade do dizer. O discurso, ao ser anunciado, mobiliza um conjunto complexo de outros dizeres instalados, produzidos e reproduzidos pela memória discursiva. Então, a paráfrase é o operador da memória por excelência. Os efeitos de sentidos produzidos pelos e nos discursos são constituídos numa operação parafrástica. A noção de paráfrase discursiva que orienta as análises de discurso nesta perspectiva histórica é uma noção “contextual” porque depende das formações discursivas, do espaço de significação sócio-histórico aos quais o discurso está relacionado e onde podem produzir sentidos.

Desta feita, pode-se afirmar que o sentido não é exclusividade de uma palavra, ele é resultado de um con-

junto complexo de dizeres, historicamente sedimentado e acionado com a colaboração da memória discursiva, operando em formações discursivas, lugares que acumulam práticas de discurso e definem o que pode e o que não pode ser reformulado daquilo que foi dito. Como diz Achard (1999, p. 15), “o passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as formulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos”. Disto decorre o processo de atualização caracterizado como domínio discursivo de atualidade. Em outras palavras, ao acionar o passado para produzir sentido no presente o discurso estabelece conexões de paráfrases capazes de reformulações adequadas aos propósitos do movimento discursivo atual. O passado só pode fazer sentido no presente se adaptado ao “novo” discurso, seja reafirmando-o, seja negando-o. Em qualquer direção a memória estará historicamente atuando e contribuindo para o conhecimento e fortalecimento da posição do sujeito na formação discursiva em que está inscrito o discurso que representa.

Os fatos de discurso, dos quais fala-

remos neste artigo, inscrevem-se na memória discursiva do trabalho e produzem sentido na formação discursiva cuja extensão abrange o maior espaço discursivo da sociedade regida pelas leis do capital: o mercado – lugar de circulação e transação de mercadorias. É certo que este lugar é lido e interpretado por diversos pensadores dos mais diferentes domínios discursivos, desde os domínios da administração científica, passando pelos das práticas econômicas até os que lidam com a subjetividade dos trabalhadores para moldá-los aos interesses do capital. Evidentemente, as práticas discursivas que se ocupam de questões concernentes ao trabalho são exercidas em várias instâncias de natureza pública ou privada, por órgãos governamentais ou de iniciativa privada, empresariais ou populares, todos expõem em alguma medida suas propostas para minimizar os conflitos nas relações de trabalho.

Uma vez situada a perspectiva que define a relação entre arquivo, história e memória proponho, neste trabalho, mostrar o funcionamento da *memória discursiva* em um enunciado marcado pela modalidade *negativa* para produ-

zir *efeitos ideológicos de desmemoriação*. Procurarei, mostrar essa ocorrência discursiva em um único enunciado da memória discursiva do trabalho inscrita na prática social do capitalismo contemporâneo. O enunciado foi extraído do discurso da Organização Internacional do Trabalho (OIT), porta-voz do sujeito universal – o capitalismo – e, por isso, representante dos três segmentos pilares da sociedade capitalista: governantes, empresários e trabalhadores.

Sobre o discurso em análise

O organismo internacional que trata sobre o trabalho, cujo discurso tomamos para análise – a Organização Internacional do Trabalho (OIT) –, apresenta-se como uma agência especializada das Nações Unidas com a missão de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um Trabalho Decente (OIT, [2012], 2015). É uma das maiores representantes corporativas do capitalismo no mundo, sendo, pois, um sujeito discursivo, porta-voz de formações discursivas originárias e re-

presentantes do capital. Sua história está atrelada à história do desenvolvimento, das crises e dos avanços da sociedade capitalista, sobretudo nos períodos das Grandes Guerras Mundial. É, portanto, produto da história real, da luta de classes de uma época marcada pela destruição social, política e econômica decorrente daquele acontecimento. Foi fundada em 1919, justamente quando o mundo procurava se reerguer após os desastres econômicos, sociais, políticos e naturais causados pela Primeira Guerra Mundial (1913-1918). Tinha como proposta promover a “justiça social” para alcançar a “paz universal”. A justiça social para a OIT está diretamente relacionada ao trabalho, às condições de trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores. A esta instituição foi delegada a responsabilidade de formular e aplicar as Normas Internacionais do Trabalho com o intuito de dirimir os conflitos entre as classes. Mantém-se a representação no Brasil desde a década de 1950, com programas e atividades comprometidos com os objetivos da Organização.

O discurso da OIT se expressa em documentos que norteiam as suas ações. A sua Constituição, por exemplo, é um texto em vigor desde a sua aprovação na 29ª reunião da Conferência In-

ternacional do Trabalho realizada em Montreal, em 1946, e tem como anexo a Declaração referente aos fins e objetivos da Organização aprovada na 26ª reunião da Conferência, na Filadélfia, em 1944. Esta Declaração inspirou a Carta das Nações Unidas (1946) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Nelas foi reafirmado o princípio de “justiça social” considerado pelas grandes corporações capitalistas como uma condição necessária à paz mundial. É nesse material discursivo, documentados e registrados como concretude dos arquivos, onde podem ser apreendidos os elementos da memória discursiva, em que são identificadas ideias orientadoras das ações da OIT até hoje: o trabalho como fonte de dignidade; *o trabalho não é mercadoria*; a pobreza é uma ameaça à prosperidade e “todos os seres humanos tem o direito de perseguir o seu bem estar material em condições de liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades” (OIT, [1944], 2015).

Evidentemente, esses enunciados sugerem quão complexas são as expressões do discurso afirmador das ideias do capitalismo com vistas à produção material e controle do trabalho. Destes enunciados destacamos *o trabalho não*

é *mercadoria* para percebermos como a sua condição negativa domina o dizer na tentativa de regular a memória do trabalho e destituí-lo da história (da luta de classes).

A retomada da memória do trabalho como mercadoria

Procuraremos identificar no acontecimento discursivo como a negação provoca interrupções no percurso da memória discursiva com vistas à desregularização do que está historicamente sedimentado na memória social. Primeiramente, é necessário perguntar por que o discurso apropriado pela OIT nega o trabalho como mercadoria; qual o sentido de mercadoria que a desmereceria como um predicativo do trabalho. Evidentemente, a resposta encontra-se no discurso que desvenda os nexos da sociedade capitalista e mostra no processo de produção o caráter destrutivo do capital.

Na teoria marxiana, tem-se o trabalho, antes de tudo, como um processo em que o homem “com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio

com a natureza” (MARX, 1988, p. 202). Somente o homem é capaz de prever, planejar, atribuir sentido ao processo do trabalho, porque somente a ele cabe um “ato teleológico” (LUKÁCS, 1979), um ato exclusivo do indivíduo, único ser capaz de produzir ideias, de elaborar representações do mundo, de pensar e pôr finalidade às suas ações laborais. Marx (1988) concebe o trabalho em seus estudos na forma exclusivamente humana, portanto com as particularidades racionais que o distingue de outras formas ditas trabalho, como o trabalho dos animais ou o das máquinas.

É interessante ressaltar, para esta reflexão sobre a negação do trabalho, que nesse movimento contraditório, capital e trabalho produzem sua identidade sempre em relação ao outro. Não há capital sem trabalho, e somente nesta forma de produção o trabalho produz sentido em relação à dominação do capital. O trabalho se deixa silenciar pelo capital ao permitir a negação da propriedade que constitui a sua identidade, *ser mercadoria*. Dessa forma, o discurso do capital silencia o trabalho e o ressignifica, produzindo um *efeito de desmemoriação*. Ao tentar eliminar da memória discursiva a mercadoria como predicado do trabalho, o discurso simula

restabelecer no trabalho a sua condição de *propriedade interna*, de ser a “forma exclusivamente humana” que foi expropriada do trabalhador. O trabalho que deveria preservar essas particularidades, visto que, como diz Marx (1988, p. 202), ele é “antes de tudo”,

[...] o processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se de recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

O trabalho se torna exterior ao trabalhador devido à alienação na sociedade capitalista. Marx (1989, p. 162) fala do *trabalho exteriorizado* ou alienado no modo de produção capitalista: “O trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence a sua natureza [ao seu ser]; [...]. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si”. É o objetivo do discurso do capital, acirrar o *efeito de desmemoriação* produzido no trabalho exteriorizado; o trabalhador “não se afirma no trabalho”, esgota-se numa atividade prática de mortificação, e desloca

suas necessidades vitais para “suas funções animais – comer, beber, procriar, quando muito na habitação, no adorno, etc. – enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal.” O efeito de regulação ou “eliminação” da memória discursiva produzido nas ações de controle do capital sobre o trabalho. Ao capital convêm que o trabalho perca a sua memória discursiva-histórica, mesmo que seja de natureza destrutiva, para fortalecer a dominação. Interessa-lhe a força de trabalho humana como mercadoria, embora fetichizada no discurso do “trabalho decente” da OIT.

Mas a questão é mais complexa do que aparenta. Para o trabalho se tornar mercadoria “tem de ser empregado em valores de uso, em coisa que sirvam para satisfazer as necessidades de qualquer natureza” (MARX, 1988, p. 201). A complexidade do conceito de trabalho na concepção de Marx tem embasamento no de mercadoria, ponto de partida da sua investigação:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto

de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 1988, p. 41).

Deste conceito deduz-se que trabalho também é mercadoria, o trabalho é meio de produção. Segundo Marx (1988, p. 45), a força de trabalho humana ou o trabalho humano, “constitui a substância dos valores [...] que se revela nos valores do mundo das mercadorias”. E mais: “qualquer mercadoria se troca por outra nas diversas proporções” (Idem, p. 43). Trabalho troca-se por dinheiro (mercadoria) em forma de salário. Portanto, nesta sociedade não se pode negar que *trabalho é mercadoria*.

Mesmo assim, o discurso da OIT retoma o discurso da economia política, acerca do trabalho na ótica da teoria social crítica marxiana, na tentativa de deslocar e desregular os sentidos produzidos neste outro lugar discursivo que contraria o seu. Quando o discurso afirmativo do capital intenta negar o trabalho dizendo que *trabalho não é mercadoria* intenciona desmascarar o discurso da crítica onde se diz que *trabalho é mercadoria*. A negação do trabalho como mercadoria formulada no discurso da OIT troca no presente ideias aparentemente do passado. Aqui lembramos Indursky (1990, p.121) quando diz que “O enunciado negativo refuta a que

se lhe opõe ideologicamente”. Um enunciado negativo remete ao dito que se quer silenciar; é uma tentativa de substituição do sentido; uma maneira de abafar o sentido censurado².

Cabe lembrar que as formas negativas dos discursos são expressões concretas do exercício das formações ideológicas compreendidas apenas em relação à prática social, elas são produtos da história real e nelas se mantêm e se reproduzem. As formações ideológicas que sustentam a prática social da sociedade capitalista (formação ideológica do capital e formação ideológica do trabalho) (AMARAL, 2007) conduzem um movimento constitutivo do *silenciamento necessário*, ou seja, o que não se deve dizer para se dizer o que é preciso³ em função da ordem vigente. As duas formações ideológicas fundamentais da ordem capitalista mantêm suas formas de representação, seus espaços de significações e seus discursos. Embora tenham particularidades que distinguem suas posições discursivas não são de todo autônomas e independentes, ambas se estabelecem em um processo de contradição em que

2 Orlandi (1992, p. 162-163) considera o silêncio “a possibilidade do dizer vir a ser outro”. Para ela, usando a metáfora da “dobra”, “o silêncio é o ponto de inversão possível [...] onde o discurso se desdobra em ‘outras’ palavras”.

3 Análise inspirada em Orlandi (1992).

se afirmam e se negam mutuamente. O capital e o trabalho formam um todo contraditório, se afirmam e se negam mutuamente numa relação de *incompleteude* própria dessa relação dialética.

No decurso da história vê-se que as ideias do domínio do capital não medem esforços para *silenciar* as do campo do trabalho, seja por meio da repressão, seja por meio da persuasão, mas sempre lançando mão dos recursos discursivos-ideológicos que funcionam na luta de classes. Este é um dos aspectos do processo de dominação de uma classe sobre a outra, demonstrado por Marx e Engels (1986). Na sociedade dominada pelo capital, as ideias dominantes são as da classe dominante e, por isso mesmo, por ser dominante, apropria-se das ideias dominadas e as adequa aos interesses da classe. “Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência, e por isso pensam” (MARX & ENGELS, 1986, p. 72). Na medida em que os indivíduos dominam enquanto classe, dominam como pensadores, regulam a produção e a distribuição de ideias que passam a ser dominantes em uma época histórica. Portanto, o ato discursivo de o capital negar o trabalho como mercadoria implica a ocultação das condições de exploração

inerentes a este modo de produção. O trabalhador é conduzido a um processo de alienação muito mais potente; além de se desgastar física e mentalmente no trabalho como já acontece no processo de trabalho capitalista, tiram-lhe a capacidade de compreender a sua posição de sujeito dominado, expropriado, subsumido às condições impostas pelo capital.

Ao trabalhador é ocultada a subsunção formal do trabalho ao capital, como denominam Marx (2004, p. 94) quando se referem à forma que se funda na *mais valia absoluta*, constituída por atos essenciais: o primeiro é caracterizado pela relação monetária entre comprador – quem se apropria do sobretrabalho – capitalista, e vendedor – quem fornece o sobretrabalho – o trabalhador. Nesse processo, “o comprador faz com que o vendedor caia sob a sua dependência econômica”. O segundo ato, inerente ao anterior diz respeito às condições objetivas (meios de produção) e às subjetivas (meios de subsistência) do trabalho. Estas são monopolizadas pelo comprador e se lhe opõem como capital. “Quanto mais plenamente essas condições de trabalho se lhe põem como propriedade alheia, tanto mais plena e formalmente se estabelece a relação entre o capital e o trabalho assalariado” (Idem). No proces-

so de produção da mais valia absoluta, o comprador impõe certas condições para o aumento da produção: aumenta o ritmo de trabalho, intensifica a vigilância sobre o processo de produção, ameaça com demissões caso a meta não seja alcançada, mesmo que para isto o trabalhador perca sua saúde e seu bem-estar. A exigência é maior do que as compensações. Todo o excedente é recolhido em forma de lucro.

O discurso do capital nega o trabalho como mercadoria no processo de produção da mais valia absoluta onde opera a subsunção direta do processo de trabalho ao capital. Mas a negação atinge também a forma de *subsunção real do trabalho* no capital em que se produz *mais valia relativa*. Este processo está ligado ao avanço científico e tecnológico. Extraída toda a energia do trabalhador, esgotada sua capacidade humana de produzir mais valia absoluta, o capitalista investe em tecnologias para acelerar a produção e aumentar o lucro. O trabalhador é “convidado” a se retirar da cena produtiva sem nenhuma bonificação e em seu lugar trabalham as máquinas incrementadas pela tecnologia; a quantidade de trabalho humano é diminuída em função da força de trabalho mecânica.

Nesse ponto da produção capitalista, o trabalho desenvolve-se em grande escala graças à aplicação da ciência e da tecnologia, originando uma forma modificada da produção material que agora passa a constituir “a base para o desenvolvimento das relações capitalistas, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho” (Idem, p. 105). Por conseguinte, o capitalismo avança e conquista todos os ramos de produção, da indústria formal à artesanal, transforma a agricultura e o artesanato em grande indústria ou pequenas empresas formalmente capitalistas. O objetivo imediato da produção capitalista é produzir a maior quantidade possível de mais valia, e isto é alcançado com o desenvolvimento da subordinação real do trabalho ao capital.

A negação discursiva de que o trabalho é mercadoria tende a eliminar qualquer barreira que impeça a dominação da subjetividade do trabalhador pelo capital. Disto decorre que interessa ao capital que o produto do processo de trabalho contenha “o máximo possível de trabalho não pago, e isso só se alcança mediante a produção para a própria produção”. Isto

ocorre quando “as condições coletivas para o trabalho de numerosos operários que cooperam entre si, permitirem, enquanto tais, economizar” (Idem, p. 108), fazendo com que o valor relativo do produto decresça e aumente o valor absoluto. A subsunção real do trabalho ao capital equivale ao modo de produção capitalista na sua completude, é quando os capitalistas se apoderam totalmente do trabalho e se fortalecem. Mas, mesmo com a força que adquiriram, os capitalistas não podem anular as determinações gerais do processo de trabalho.

O trabalho continua a ser produtivo na medida em que se objetiva em mercadorias como unidade de valor de uso e de valor de troca. [...] É produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é que valoriza o capital (MARX, 2004, p. 109).

É importante ressaltar que o sentido de trabalho produtivo na teoria marxiana é relativo à produção de mais valia, de excedente que gera lucro para o capital no processo de produção de mercadoria. O que pareceria oposto ao trabalho produtivo, o trabalho improdutivo não desvaloriza o trabalho em geral, ao contrário, acrescenta condições de realização e completude do modo de pro-

dução capitalista na esfera dos serviços e da circulação das mercadorias.

A negação da memória do trabalho

Na concepção materialista do discurso compreende-se que um discurso tem nos seus nexos as ideias afirmativas reforçadas e as negativas reformuladas, constituindo a sua historicidade, a sua memória discursiva. Sendo a palavra a materialidade do discurso e a memória discursiva uma dialética da repetição e da regularização, conforme entende Pêcheux (1999, p. 52), é possível afirmar que a retomada de acontecimentos discursivos como este sobre o trabalho se dá por meio de mecanismos específicos como a paráfrase operada com a repetição para afirmar ou negar o discurso outro. Então, a palavra – materialidade discursiva – não se limita a retomar, na memória, às “mentalidades” de uma época, “mas as condições verbais dos objetos (científico, estético, ideológico...) em uma conjuntura histórica dada” (PÊCHEUX, 2011, p. 151-152).

Nessa linha de raciocínio, vemos a *ne-*

gação polêmica e a *denegação*, a partir da discussão feita por Indursky (1990). Tomemos esses conceitos como operadores da memória discursiva. No enunciado *trabalho não é mercadoria* instaura-se uma negação polêmica porque representa posições de sujeitos de Formações Discursivas antagônicas, ocorrendo um confronto entre práticas discursivas sociais: uma historicamente constituída em defesa do capital e outra em oposição a sua lógica e a sua ação de exploração do trabalho. Ao refutar um saber discursivo da Formação Discursiva crítica refuta-se um saber aparentemente exterior à Formação Discursiva afirmativa que representa. O elemento de saber refutado é *trabalho é mercadoria*.

O sentido do enunciado negativo – *trabalho não é mercadoria* – só se estabelece em relação à memória discursiva, que autoriza o discurso transversal em que se inscreve o enunciado afirmativo – *trabalho é mercadoria* – próprio ao discurso da crítica ao capital.

Ainda com base nas contribuições de Indursky, identificamos no enunciado em análise a ocorrência da *denegação*, também um mecanismo acionador da memória do discurso. Segundo Indursky (1990, p. 119), lembrando o conceito

na psicanálise, “a denegação instaura-se quando o sujeito nega um comportamento seu que não reconhece, deixando-o recalcado em seu inconsciente”. No campo da Análise do Discurso, Indursky considera *denegação discursiva* “aquela negação que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso”. Isso ocorre quando um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito no interior de uma mesma formação discursiva, mas mesmo assim é negado, permanecendo recalcado e se manifestando através da modalidade negativa. É o que acontece no enunciado *trabalho não é mercadoria*.

O confronto de posições do sujeito se estabelece no interior da mesma formação discursiva, na mesma que representa os interesses do capital. O enunciado que se encontra na memória discursiva desse dizer é a sua forma afirmativa *trabalho é mercadoria*, ele também pertence à Formação Discursiva em que os sujeitos porta-vozes, representantes do discurso do capital, se inscrevem, e poderia ser dito, mas não o dizem por razões ideológicas, por colocar em risco os princípios da ideologia dominante.

No lugar discursivo em que os sujeitos são afetados transitam discursos pro-

pagadores da formação ideológica do capital constituídas por um conjunto de ideias, princípios e procedimentos responsáveis pela reprodução do modo de produção capitalista. Nesse lugar, promulga-se um discurso de trabalho com dignidade, trabalho decente, que não poderia admitir formas diversas de exploração, em respeito aos princípios dos direitos humanos. Se o discurso deixasse transparecer que o *trabalho é uma mercadoria*, que no processo de produção material o trabalho assume forma de valor, contrariaria a máxima de respeito à pessoa e, sobretudo, à liberdade de “escolha do trabalho”, conforme reza o Artigo 23º da Carta Internacional dos Direitos do Homem (1948 [2001])⁴. Na Declaração da Filadélfia, de 1944 (OIT, 1944 [2015]), a memória discursiva deste artigo é retomada, reformulada e, numa operação parafrástica, preserva a essência do que se quer definir como *trabalho* nas sociedades capitalista: “atividade remunerada equitativa e satisfatoriamente, de sorte que permita ao

4 Carta Internacional dos Direitos do Homem (1948), Artigo 23.º 1: “Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. 3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social”.

trabalhador reproduzir com dignidade a sua vida e a da sua família”.

A história da sociedade capitalista dos dias atuais produz discursos com efeitos de deslizamentos da memória social constitutiva das relações sociais de dominação no trabalho que caracteriza a luta de classes. Hoje, a história se apresenta como vítima da memória do trabalho e faz um esforço para livrar-se dela. Formula discursos cujo teor é negar-se, negando a memória histórica. A história remaneja a memória para regularizar o seu campo atribuindo novos sentidos aos discursos já sedimentados. Procura emboscar em si o que é da sua própria constituição – o sentido de trabalho e a luta de classe.

Considerações finais

Deixemos aqui parte das nossas reflexões acerca da memória discursiva do trabalho e as investidas da ideologia dominante para regulá-la. Tudo nos conduziu a antigas certezas acerca da força do capitalismo para dominar o sujeito na sua totalidade, da sua força

física aos seus pensamentos e à capacidade de elaborar ideias e julgamentos relativos à sua condição de vida.

Como diz Pêcheux (1997, p.157):

Se é verdade que a ideologia recruta sujeitos entre os indivíduos [...], é preciso, então, compreender de que modo os ‘voluntários’ são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhe dizer), enquanto “sujeitos-falantes”.

E mais adiante: “[...] sob a evidência de que ‘eu sou realmente eu’ [...] há o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio” (PÊCHEUX, 1997, p. 159). Esse é o papel da ideologia dominante, criar para os sujeitos processos de identificação, seja negando o que está dado como certezas, com evidências aparentemente incontestáveis, seja regulando essas certezas, pondo-as em novos patamares e atribuindo novos valores (AMARAL, 2005).

O discurso da ideologia dominante na sociedade do capital em tempos atuais produz evidências de verdades inquestionáveis por meio de discursos aparentemente irrefutáveis. A Formação Discursiva defensora da ordem vigente define o

que não pode ser dito para preservar a relação hierárquica na qual o poder é exercido e a exploração do homem pelo próprio homem é efetivada. Essa formação discursiva aciona o sistema de dispersão nas relações de trabalho, para estabelecer as regras a partir das orientações determinadas pelo capital em seu discurso atravessado pelos discursos de liberdade e igualdade para os trabalhadores, com isso negando a identidade real do trabalho — o trabalho é mercadoria.

Concluiremos estas reflexões com o pensamento marxiano, o qual aponta para o processo de interpelação-identificação do sujeito no espaço de significação do trabalho em que cada homem, sendo interpelado pela ideologia, vê no outro a sua imagem e com ele se identifica na ordem da desigualdade de classes — “eu sou realmente trabalhador” ou “eu sou realmente o patrão, dono do meu negócio”: “Assim, na relação do trabalho alienado, cada homem olha os outros homens segundo o padrão e a relação em que ele próprio, enquanto trabalhador, se encontra” (MARX, 1989, p. 166).

No percurso analítico do discurso sobre o trabalho que ora apresentamos, tomamos por base a relação memória-história para aproximarmos o máximo possível

do conhecimento acerca da condição humana no trabalho e da necessidade que a humanidade tem de sustentar-se em um imaginário capaz de reproduzir sua existência envolta de ilusões e sujeita aos *efeitos de desmemoriação* produzidos no

discurso do capital. Embora tente, esse discurso não pode anular a identidade do trabalhador. Reconhecendo-se como sujeito explorado, o trabalhador poderá lutar; desconhecendo sua identidade, acomodar-se-á.

Referências

ACHARD, Pierre. Memória e reprodução discursiva do sentido. In: ACHAR, Pierre [et al]. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-22.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. *Discurso e Relações de Trabalho*. Maceió: Edufal, 2005.

_____. *O Avesso do Discurso*—Análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: Edufal, 2007.

_____. A dialética do arquivo: “pensar para trás”, entender o presente e mudar o futuro. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 11-22, 2014. ISSN 1980-332x. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55138/33531>>. Acesso em: maio 2016.

CARTA INTERNACIONAL DOS DIREITOS DO HOMEM (1948). Gabinete de Documentação e Direito Comparado Procuradoria-Geral da República. Lisboa. 2001. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DA JUSTIÇA (1945). Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do Discurso político*: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: UFSCar, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

INDURSKY, Freda. Polêmica e Denegação: Dois funcionamentos Discursivos da Negação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 117-122, jul./dez. 1990.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo*—a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social, princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. Trabalho assalariado e capital. (1850 [s/d]). In: _____. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984. v.1.

_____. *O capital*. Tradução de Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. v.1.

_____. *Manuscritos econômicos - filosóficos*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1989.

_____. *Capítulo VI*. Inédito de O Capital. São Paulo: Centauro, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Brasil. *Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social [1948]*. 1998. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica>>. Acesso em: jan. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Constituição da organização internacional do trabalho (OIT) e seu anexo Declaração de Filadélfia [1944]*. Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/legis_jur/sumario>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. *Organização Internacional do Trabalho Escritório no Brasil: trabalho decente para uma vida digna [2012]*. Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 55-66

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al. Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. Metáfora e Interdiscurso. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi*. 2.ed. Campinas: Pontes; 2011. p. 151-161

Águeda Aparecida da Cruz Borges

guidabcruz@hotmail.com

1 Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), mestre e doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professora da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário do Araguaia

Resumo

Sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso de base materialista, procuro compreender os materiais significantes recortados para análise, dentre eles algumas imagens, que concebo como discurso. O objetivo é mostrar a partir das análises, mais uma vez, o modo revolucionário de leitura proporcionado pela teoria, já que esta supera a transparência da linguagem e, além disso, atravessa a estrutura linguística, pois considera outras materialidades significantes: a imagem, a cidade, por exemplo, sobre o que imprimo o olhar, trazendo para o presente, uma memória indígena Xavante na cidade de Barra do Garças (MT), que se inscreve nesses materiais.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Memória; Materialidades.

Memória e atualidade: um percurso, um olhar, um (des)encontro

*Memory and news: a journey, a look, a
(des) meeting*

Abstract

Under the theoretical perspective of the materialist basis of Discourse Analysis, I try to understand the significant materials delimited for analysis, including some pictures, which I conceive as speech. The objective is to show, again, from the analysis, the revolutionary way of reading provided by theory, since it overcomes the transparency of language and, in addition, permeate the linguistic structure, considering other significant materialities: the image, the town, for example, over what I printed the look, bringing to the present, a Xavante indigenous memory in the city of Barra do Garças (MT), which forms part of these materials.

Keywords: Discourse Analysis; Memory; Materialities.

I n t r o d u ç ã o

A introdução de um texto exige alguns elementos para que, a partir deles, sejam desenvolvidos os trajetos... Este texto traz como corpus alguns materiais aparados da tese de doutorado que defendi em 2013. São aqueles recortes, que continuam a incomodar povoando a memória e colocando questões.

O objetivo principal compreende em chamar a atenção, mais uma vez, para o modo revolucionário de leitura proporcionado pela Análise de Discurso, que supera a transparência da linguagem e, ainda mais, atravessa a estrutura linguística, pois considera outras materialidades significantes: a imagem, a cidade, neste caso, Xavante na cidade de Barra do Garças (MT), sobre o que imprimo o olhar, trazendo para o presente os sentidos que se inscrevem nesses materiais.

Discurso e memória

Assim, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso de base materialista, procuro compreender, o “corpus” como arquivo conforme define Pêcheux (1982, p. 57), “no sentido amplo do campo de documentos pertencentes e disponíveis sobre uma questão”, muito produtiva nos estudos da Análise de Discurso. Não se trata de considerar tal noção como enunciados conservados por uma via arquivística, mas como um modo de acompanhar as práticas discursivas de uma sociedade, acerca de um tema, de um assunto. Citando Guilhaumou e Malidier (2010, p. 162):

A partir da busca por aquilo que instala o social no interior do político, não pudemos mais ignorar a multiplicidade de dispositivos textuais disponíveis. Vemos

que a Análise de Discurso ampliou seu campo de investigação: do interesse pelo discurso doutrinário ou institucional, ela passou ao que poderíamos chamar a história social dos textos.

As imagens, de acordo com Orlandi (2010), concebo como discurso. A autora diz que a imagem carrega o deslocamento de sentidos, tem pontos de deriva, incide em outros discursos. Dessa maneira, funciona com o verbal na construção da memória discursiva (a memória do dizer).

Observar o discurso, na opacidade do não verbal, faz com que, segundo Pêcheux (2007) em *O Papel da Memória*, o tema da imagem seja revisto. O autor escreve que a questão da imagem encontra a análise de discurso por outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) (PÊCHEUX, 2007, p. 55).

O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma

imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita. Movimento totalmente inverso ao que ocorre com a linguagem verbal, pois quanto mais se segmenta a língua, menos ela significa.

E é pensando sobre tais aspectos que considero importante escrever, também, sobre os efeitos de sentido da teoria em mim, sinto a mudança na compreensão dos materiais, da sociedade, do mundo que me trouxeram para esta reflexão, ou seja, me possibilitaram produzir deste e não de outro modo este texto. É no momento em que eu me debruço sobre as leituras, antes incompreensíveis, e agora significando, ao passo que vai se dando o movimento no gesto de interpretação, permitindo a construção do arquivo colado à teoria, que me constituo, subjetivamente e, também, como analista. É no/pelo gesto de interpretação, desde a seleção dos materiais para a construção do “corpus”, que é o procedimento metodológico da Análise de Discurso, que nos conformamos eu e o texto.

De acordo com Nunes (1994, p. 30-31) “a interpretação só é possível para algo que é da ordem do sujeito, e não da língua, das gramáticas”, se na/pela Análise de Discurso consideramos o “outro”, per-

cebemos conforme o autor que é, também, nessa direção que Pêcheux define a possibilidade do ato interpretativo: o outro como “o próprio princípio do real histórico”:

É porque há o “outro” nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas se podem organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes (PÊCHEUX, 1990, p. 54).

O trabalho de leitura e produção, desde a seleção dos materiais contribui para que nos conheçamos e ao Outro, o diferente, o indígena Xavante presente na cidade de Barra do Garças (MT) e afirmemos que ele é atravessado pela memória discursiva, aquilo que retorna pela formulação de um já-dito, estruturado pelo esquecimento ideológico, da ordem do inconsciente, que nos interpela e nos afeta. A ideologia determina a filiação do sujeito a redes de memória para produzir sentidos para um “saber” que produz efeitos (PÊCHEUX, 1999).

É imprescindível se confrontar com essa memória sob a história que sulca o arquivo não escrito dos discursos subter-

râneos. O interesse desse heterogêneo discursivo, feito de cacos e de fragmentos, é que ele permite recuperar as condições concretas da existência das contradições através das quais a história se produz, sob a repetição das memórias estratégicas (PÊCHEUX, 1981).

O modo como os acontecimentos significam em mim se desdobra em questões que desejo responder, pois:

Os sentidos são determinados pela maneira como se dá a inscrição do sujeito na língua e na história, e como se dá o acontecimento na história do sujeito. O Real do Sentido. [...] é por essa inscrição na língua e na história que os sentidos se produzem na trajetória de pesquisa que se dá a construir (DIAS, 2011, p. 13).

Assim, envolvida pela teoria, sigo entre fazer um pouco da sua história, seus efeitos e críticas “provocações”, deslocamentos e constituir-me analista para me posicionar, por exemplo, como professora/pesquisadora, que reside em Barra do Garças (MT), uma cidade frequentada por indígenas, principalmente, os Xavante.

Considero sempre importante, frente a várias vertentes da Análise de Discurso, redizer a história, do meu jeito, sobre a vertente a que me filio. Ela teve inaugura-

ção na França, com Michel Pêcheux e colaboradores (década de 1960), foi e é difundida e renovada/ampliada no Brasil, a partir da obra de Eni Orlandi. Não é uma metodologia, é uma disciplina de interpretação que se dá na/pela intersecção de epistemologias distintas: a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. É Orlandi (1996) quem credita à teoria a condição de *disciplina de entremeio*, já que sua constituição se dá às margens das chamadas ciências humanas, entre as quais ela produz um deslocamento significativo.

Henry (1997, p. 14) explicita a proposta de Pêcheux quando o autor aponta a abertura de uma fissura teórica e científica na área das Ciências Sociais e, assim, proporciona com a Análise Automática do Discurso um instrumento científico para as Ciências Sociais. O que seria para Pêcheux um instrumento? A resposta a este questionamento passa pela compreensão de que toda ciência é vista/produzida por uma mutação, o que lhe é peculiar na construção do conhecimento.

O autor segue dizendo que para Pêcheux a ciência em si é uma ciência da ideologia, com a qual se rompe (HENRY, 1997, p. 17). Nessa medida, a reinvenção dos instrumentos, das prá-

ticas técnicas, das práticas científicas é significativa. Ele diz que as ciências no jogo constitutivo de se projetarem criam seu próprio *spielraum*, se ajustando a novos espaços em prol de sua consistência. Espaços em que a ciência coloca questões através da interpretação de instrumentos pela teoria. Em outras palavras, é esse movimento da atividade científica que a faz uma prática.

É possível observar que as Ciências Sociais têm um sentido técnico, mas significativo com a prática política e com a ideologia no discurso. Assim, se é no/pelo discurso que se liga a humanidade, já que não há uma relação direta entre o sujeito e o mundo, nada mais significativo do que compreendê-lo, enquanto funcionamento, numa injunção a interpretação (cf. ORLANDI, 1996). Nessa dinâmica o sujeito é capturado na opacidade da linguagem. Paul Henry (1997, p. 24) cita Pêcheux “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”.

Pensando por essa vertente discursiva, o espaço naturalizado torna-se promissor à reflexão teórica sobre as dessimetrias e

as dissimilaridades entre os interlocutores “em convívio” em determinadas condições de produção. É nesse ponto das amarras da diferença, configuradas no discurso, que Pêcheux constitui a ruptura, o dispositivo teórico. Daí é sempre relevante enfatizar o caráter revolucionário atribuído pela Análise de Discurso aos estudos da linguagem, afastando-se do aspecto formal e categorizador conferido pelo estruturalismo.

Não é minha pretensão recompor, neste artigo, toda a história da Análise de Discurso, até porque, o meu desejo é sempre o de experimentar o seu funcionamento na análise dos materiais. No entanto, é importante enfatizar que a Análise de Discurso se constituiu, em determinadas condições de produção, como um acontecimento nas práticas linguísticas que contrariavam as ideias dominantes do estruturalismo. Ela nasceu no interstício das contradições existentes entre as disciplinas da Linguística Imanente e as Ciências Sociais, como já dissemos, e se formou no lugar em que a linguagem precisa ser referida a sua exterioridade para que se apreenda o seu funcionamento, enquanto processo significativo. Arranca a linguagem da transparência ao expor o sujeito ao equívoco, à ideologia, na sua relação com o simbólico.

Daí, não fazer sentido, numa abordagem discursiva, pensar a imagem, circunscrita numa moldura, como um todo coerente. Nem tampouco pensá-la como um “meio privilegiado das intenções comunicativas” (SOUZA, 2001, p. 65).

O indígena presente na cidade de Barra do Garças, no/pelo enredamento discursivo, como materialidade significativa, no movimento possibilitado pela Análise de Discurso, funciona como condição de produção no discurso no âmbito do visível, ao mesmo tempo em que é constituído por uma rede de diferentes e conflitantes discursos se tornando opaco e contraditório para os sujeitos (HASHIGUTI, 2007).

Ao olhar do outro, o sujeito (corpo do sujeito) significa pela sua materialidade colada à posição que se inscreve em um determinado espaço. Assim, ao lançar o olhar para o corpo indígena Xavante na cidade da pesquisa, não o vejo separado desse espaço, os dois se constituem, ou seja, é preciso considerar no gesto de interpretação a *especialização do corpo*. Sobre essa imbricação, Orlandi (2004), no seu livro *Cidade dos Sentidos*, nos coloca que em diferentes espaços, diferentes corpos são permitidos, acolhidos ou excluídos, posicionando diferentemente

os sujeitos. Desse modo, podemos reafirmar que há uma interconstitutividade entre corpo e espaço na identificação do sujeito no discurso.

Levando em conta que venho chamando a atenção para o olhar, os jeitos de olhar, o corpo olhado e que se olha, seria preciso buscar fundamentos construídos historicamente acerca dos significados do corpo/olhar e muitos autores o fizeram, dentre eles trago Courtine (2008, p. 10), que afirma: “Jamais o corpo humano conheceu transformações e uma grandeza e de uma profundidade semelhantes às encontradas do decurso do século XX”. O autor enfatiza, no seu volume III, *as mutações do olhar* que se lançou sobre o corpo desde o apagamento da linha divisória do ‘corpo’ e do ‘espírito’ atravessando muitos pensadores e sendo inventado teoricamente na psicanálise. O enunciado “o inconsciente fala através do corpo” foi base de muitas interrogações e ainda o é. Aqui trato do corpo linguagem que se abre ao simbólico produzindo efeitos de sentido a partir do gesto de interpretação pela via do olhar que não desvincula o corpo indígena na relação com as imagens, desse sujeito, impressas no corpo da cidade.

A presença/frequência indígena no cor-

po da cidade imprime marcas na construção discursiva urbana (Imagens 1 a 3) como, por exemplo: numa placa de rua “Rua Xavante”; no nome da maior viação de ônibus do lugar, “Viação Xavante”, circulando em vários lugares; na fachada da “Auto Escola Xavante” [sic]; e, propriamente, na presença viva, frequente desses corpos indígenas que movimentam a, movimentam-se na/pela cidade e por

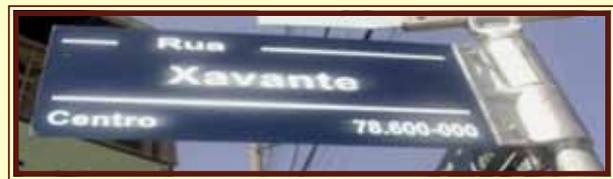


Imagem 1 - Placa de uma rua em Barra do Garças (MT) (maio/2011).

Fonte: Elaborada pela autora.



Imagem 2 - Muro do Prédio da Empresa Xavante em Barra do Garças (maio/2011).

Fonte: Elaborada pela autora.



Imagem 3 - Fachada do Prédio da Autoescola Xavante (maio/2011).

Fonte: Elaborada pela autora.

este texto. Nomear é também dominar, a cidade é dominada pelo corpo e pela imagem do nome: Xavante.

A cidade, embora incorpore na sua organização a impressão do nome Xavante, enxerga o sujeito indígena como um fora do lugar, um corpo que não cabe na cidade, no entanto, paradoxalmente, vai criando uma *espécie de naturalização* acerca dessa presença/frequência na constituição urbana.

Como apresentado na materialidade significativa das imagens, observamos a inscrição do discurso de uma presença na escrita dos/nos lugares, pois o indígena, ele mesmo, contraditoriamente à presença marcante na cidade, não é um indivíduo no convívio das relações sociais (com raras exceções), pois, no geral, apenas faz parte de um cenário, como retorno a uma memória colonial/colonizadora, como um “enfeite”, ou um nome. Enquanto nome sim, enquanto sujeito não. Enquanto sujeito é negado, é alvo de preconceito, não chega a ser brasileiro, não devia estar na cidade, suja, enfeia, entulha o espaço urbano (BORGES, 2013). Essa presença é recoberta por uma naturalização que ressoa no discurso da população que indicamos com P1, P4, P5, como:

Transgressão na organização social: [P1] “Já acostumamos a ver índio por todo canto, jogado por aí”.

Negação: [P4] “É... tá normal, mas não devia de ser assim, eles devia se tocá e voltá pro lugar de onde veio”.

Conformação: [P5] “Fazer o quê? Já tão aí me smo né?”.

Outras formas de naturalização se imprimem em materiais que apelam para o uso de imagens de indígenas, não os que circulam pela cidade, mas que remontam ao imaginário de indígena da colonização, ou seja, com penas, pintados na contradição constitutiva do processo de identificação do sujeito indígena Xavante, imprimindo um desejo de que ele retorne ao que era. O jogo de imagens estereotipadas faz emergir lugares de enunciação, como o do *empreendimento*, o do turismo *ecológico* como esperança para a geração de empregos.

Fomos movidos a observar algumas imagens (Imagens 4 e 5), montagens no *facebook* do Portal do Araguaia - Agência de Viagem e Turismo, de Barra do Garça, e que consideramos bastante significativas para pensar o nosso objeto, nessa contradição.



Imagem 4 – Publicação sobre tribos indígenas de Barra do Garças.

Fonte: PORTAL (2012).

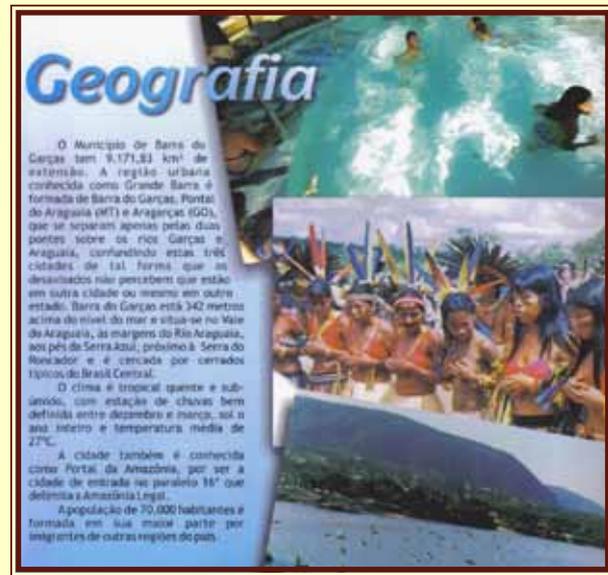


Imagem 5 – Publicação sobre a geografia de Barra do Garças.

Fonte: PORTAL (2012).

Primeiramente, é preciso observar que a imagem dos indígenas que aparecem nas fotomontagens (Imagens 4 e 5) não são nem de Xavante e nem de Bororo que frequentam a cidade de Barra do Garças, aliás, as indumentárias típicas e próprias para os rituais, não são, comumente, usadas na cidade, por um lado poderíamos pensar na ruptura com o imaginário de índio homogêneo, ou seja, há muitas etnias, diferentes entre si e entre nós, mas o lado que indica a circulação das fotomontagens é, sob a nossa perspectiva, focado no empreendimento realizado na/pela venda da imagem estereotipada de indígenas, como retorno à memória. O portal uti-

liza-se de um artefato tecnológico de montagem, cria uma estratégia para impressionar os turistas, vende a imagem, gira o capital.

Além disso, os dizeres impressos na Imagem 4 tomam a cultura indígena como *folclore*. Nesse caso, o indígena que frequenta a cidade, que é rejeitado desse espaço, no discurso, não coincide com o indígena das imagens em que o exótico é mostrado, oferecido.

Aqui, consideramos importante refletir no jogo discursivo, sobre a fotografia, reiterando que essa materialidade não funciona apenas como ilustração ela

é da ordem do não verbal e compõe a discursividade, não é um complemento, faz parte do processo de significação.

Um dos grandes desafios que se apresenta ao analista do discurso diante de uma materialidade discursiva que mistura o verbal e o não verbal é a própria definição da materialidade discursiva. Muitos trabalhos, fundamentados na Análise de Discurso, que tem o *corpus* construído de imagens, ao interpretar o funcionamento discursivo, apresentam-se como a Semiótica e muito de análise histórica.

O exercício de interpretação da imagem, como na interpretação do verbal, numa perspectiva discursiva, exige, também, a relação com a cultura, o social, o histórico, o sujeito, o espaço, as condições de produção. Por exemplo, uma fotografia consiste no aspecto material, nas técnicas fotográficas, no olhar de quem fotografa e, assim, como outras materialidades, expostas aos leitores estará sujeita a outras interpretações.

Ao se interpretar a imagem pelo olhar e não através da palavra - apreende-se a sua matéria significante em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espec-

tador a partir do caráter de incompletude inerente, eu diria, à linguagem verbal e não-verbal. O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita (SOUZA, 2001, p. 73).

Courtine (2008), nos fala sobre os estúdios e empresários do cartão postal na França e na Inglaterra, no caso enfocando as bizarrices do corpo humano, de maneira a despertar a curiosidade. Com as palavras do autor:

A questão era a exploração das formas materiais de uma cultura visual da massa. Os modos de difusão desses singulares cartões postais demonstravam que a exibição do anormal tem precisamente por alvo a propagação de uma norma corporal. O monstro é sempre uma exceção que confirma a regra: é a normalidade do corpo urbanizado do cidadão que o desfile dos estigmatizados convida a reconhecer no espelho deformador do anormal [...]. A percepção das excentricidades do corpo, ilustrada por esses cartões tinha parentesco, de fato [...] com uma exploração da periferia do território nacional, com mergulho na profundidade dos campos distantes [...] da produção de

imagens médicas e de um exotismo etnológico (COURTINE, 2008, p. 280).

Não quero dizer que é o mesmo que ocorre na exposição de imagens do corpo indígena enfeitado, diferente, exótico, em condições de produção outras, mas os efeitos de sentido produzidos em quem olha recobre o objetivo de quem expõe considerando a sociedade de consumo, de proposições de empreendimento, do turismo chamado ecológico, exótico.

Outra imagem estereotipada que me intrigou nesse olhar para o indígena na cidade foi uma pintura em um muro (Imagem 6) que no enredo discursivo, sob o meu parecer, pode intervir no processo de (des)identificação do indígena Xavante, por exemplo, na relação com o rosto exposto/desenhado se abrindo para a rua, espaço público e, de certa forma, impondo um discurso de que ao artista tudo é lícito. Quando penso, assim e não de outro modo, me ponho a crer que ao analista de discurso, também, quando ele se utiliza desse dispositivo teórico para interpretar.

O indígena da fotografia não é um Bororo, não é um Karajá, não é um Xavante, a imagem materializa uma

memória da imagem que se tem de indígena, mas não de um sujeito indígena de uma determinada etnia. Nesse caso, é possível enxergar, na materialidade da figura, a conjunção de elementos de diversas etnias: colar de um povo, cocar de outro, brincos de outro e na própria fisionomia não há uma marca que possibilita dizer: esse indígena é do povo Xavante, por exemplo. Reafirmo é uma criação que retoma o imaginário indígena genérico. Assim é possível asseverar que, pelo imaginário que se tem de índio, trata-se da pintura de um sujeito indígena; contudo, é impossível identificá-lo em uma etnia específica. É uma imagem feita que afeta o olhar curioso. Tomo novamente Courtine (2008, p. 323), quando o autor coloca que:

A produção e a distribuição em massa das mercadorias culturais, a urbanização dos públicos, a sistematização das técnicas de fabricação das imagens determinam as expectativas, padronizam o modo de recepção, homogeneízam as respostas emocionais: a fábrica de sonhos inventa o espectador moderno.

A quantidade diversa de materiais significantes espalhados na cidade imprimindo a marca indígena, isto é, discursos sobre, de, para os indígenas em



Imagem 6 – Pintura em um muro da cidade de Barra do Garças (maio/2011).

Fonte: Elaborada pela autora.

Barra do Garças funciona significando-os neste espaço. Porém, a pluralidade de materiais que toma conta dos espaços sem que os sujeitos se deem conta, sem controle, se mostrando visíveis/invisíveis, encontra os discursos de negação do sujeito indígena. A imagem que é produzida é outra. Esse é mais um modo de disfarçar os sentidos que produzem e reafirmam a explosão do social no espaço urbano. É possível pensar como Orlandi (2012, p. 195), em *Transbordamento de um excesso de linguagem*,

quando a autora trata da tatuagem no corpo, o sujeito se textualizando ou do grafiteiro na produção de inscrições nos muros da cidade. Já em 2004, Orlandi escreveu que:

[...] na prática capitalista a materialidade simbólica da cidade fica reduzida à urbanização: a cidade e o social passam a significar somente pela discursividade urbanista. Assim, “a quantidade estruturante (n)da cidade, não se metaforiza bem: o tempo urge, o espaço é entulhado, o outro é inimigo. O conflito, a diferença, o

social se transferem, naturalizadamente, para os sentidos da violência. (ORLANDI, 2004, p. 35).

O que as incursões no corpus possibilitam visualizar são deslocamentos discursivos desde a conversão missionária/colonizadora da época do “descobrimento” para outras discursividades, nas condições de produção atuais, fundadas no real da história=na contradição.

É na perspectiva que trabalha Barbai (2010) que nos orientamos para ampliar a reflexão, o autor utiliza o termo despersonalizado remetendo-o ao imigrante brasileiro deportado, atentemos:

A deportação não silencia o corpo quebrado, desenraizado do espaço. Ela produz uma disjunção entre corpo e voz, fazendo a boca balbuciar e exhibir o corpo como um resto, uma sobra que transforma a voz em cacos de enunciação, ponto de furo do interdiscurso no intradiscurso. Viver *despersonalizado* é habitar no limiar entre o nacional e o intruso, o jurídico e o ilegal, a vida e a morte, o humano e o inumano. Porém, não se apaga a vida: a acústica da voz em um corpo habitado pela quebra. (BARBAI, 2010, p. 32, grifo nosso).

Em Barra do Garças, sob o nosso olhar, o sujeito indígena materializado pelo

desenho da nomeação, pela disposição/exposição de imagens diversas no espaço urbano funda uma cidade Xavante, na contradição com o sujeito presente/frequente, pois, diferente do sujeito deportado em que “não se apaga a vida: *a acústica da voz* em um corpo habitado pela quebra”, os Xavante, no silêncio da língua própria que o Outro desconhece, se impõe na materialidade do corpo que circula no espaço da cidade entre o vir e retornar à aldeia, corpo que se mostra, que resiste à invisibilidade, diríamos, ao processo de colonização, de *despersonalização*. Para fortalecer a reflexão cito Orlandi (2011, p. 15), no que concordamos:

A materialidade do sujeito implica o corpo. O que em si é uma inversão do que diz Foulcaut (1977, p.70), onde ele afirma que a materialidade do corpo implica o sujeito. A perspectiva de que ele fala permite a M. Pêcheux criticá-lo em seu sociologismo.

O interdiscurso - a memória afetada pelo esquecimento- é irrepresentável, mas, no funcionamento se presentifica na textualização do discurso, na materialidade significativa, nos vestígios deixados pelos gestos de interpretação. Desse modo, posso dizer que, no

processo de configuração (e legitimação) de determinadas forma-sujeito na relação como outras formas materiais, há recorrências discursivas e há, necessariamente, a produção da resistência. No caso deste texto, interessa-nos, que se compreenda, que se reflita questões importantes para o campo teórico da Análise de Discurso, sobretudo, pelo fato de que em toda relação com os sentidos ficam vestígios passíveis de serem mobilizados. Nesse movimento, sob o efeito ideológico, sujeito/espaco e sentido vão se constituindo na trama indelével do discurso.

Ao apresentar a proposta inicial deste texto eu disse sobre a importância de nos conhecermos e conhecer o “outro”, o diferente que faz parte do nosso espaço de vivência. Quanto a mim venho me desafiando a, pelo menos, produzir algumas reflexões em relação ao que toca historicamente os povos indígenas.

Ao “final” é preciso dizer que a relação sujeito/cidade é, de fato, um espaço movente, dinâmico, um universo opaco chamando à interpretação. A cidade expõe as diferenças, e nos expõe ao cruzamento de sentidos heterogêneos, principalmente, quando se trata de

tramas como as que abordamos.

Certificamos que o espaço naturalizado é promissor à reflexão teórica sobre as os sujeitos “em convívio” nas mais diversas condições de produção e na constituição do processo de identificação/subjetivação desses sujeitos.

É importante reafirmar a prática política-ideológica conferida pela Análise de Discurso aos estudos da linguagem e os efeitos de sentido da teoria em mim, pois venho experimentando os deslocamentos na compreensão teórica e na análise dos materiais, na relação com a sociedade, o mundo, o político na produção dos meus escritos.

É preciso sempre reiterar que a Análise de Discurso partiu do materialismo histórico. E foi desse lugar que teceu críticas às filosofias espontâneas da linguagem de caráter idealista. Esse fato não é perceptível para muitos estudiosos, mas o próprio Pêcheux reconheceu que não escapamos dos riscos de cair no idealismo naqueles pontos onde “pensamos” ser materialistas, mas é, na contradição, que podemos trabalhar o imaginário de que os sujeitos concretamente fazem sua história. Se não nos

debruçamos sobre essa questão, nos impossibilitamos de entender e, assim, propor possíveis enfrentamentos ao desumanizante sistema capitalista.

Um aspecto forte dessas considerações “finais”, que se encontra, também, na tese de doutorado, já anotada, está em que a forma sujeito histórica capitalista, dominante, não atinge integralmente o indígena Xavante na cidade, ainda que interpelado por essa forma sujeito, sofrendo/vivendo sob esse modo de produção, os indígenas Xavante, que se deslocam para a cidade carregam outra formação social, outro modo de produção. Pêcheux (1988, p. 286) “no próprio sujeito, os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non sens* do sujeito dividido”, dividido entre a aldeia e a cidade, a forma histórica Xavante-da aldeia e a forma histórica ocidental-da cidade.

Na perspectiva ocidental o poder não alcança, na totalidade, a memória Xavante, não porque são “incapazes”, “inferiores”, “incompetentes”; mas porque resistiram/resistem a esse tipo de organização negaram-se a constituir um

Estado como o modelo ocidental, que tem como base as categorias *comando-obediência*.

A passagem ao ambiente urbano, às vezes é colocada como automática cristalizando-se, assim, estados ou situações, em modos de ser. Diferente de outros modos de migração, de outros povos, o deslocamento da aldeia para a cidade pode se dar, também, como migração em relação a determinados povos indígenas que migraram para as cidades e passaram a habitá-las, como os Pankararu migraram do nordeste brasileiro e se estabeleceram nos arredores, em favelas da cidade de São Paulo; mas, por exemplo, não podemos dizer o mesmo sobre os Guarani-Kaiowá em Dourados (MS), já que ali a cidade é que cresceu e “engoliu” a aldeia. São muitos e diferentes casos que carecem de tratamento diferenciado. O que analisamos é diferente em relação aos dois exemplos apresentados, pois como em Barra do Garças (MT) os Xavante são frequentes, por assim dizer: estão em um vai e vem constante entre as aldeias e a cidade.

As especificidades de cada caso implicam modos (e intensidades) de relação específicos com a cidade. Há de se levar em conta a sócio cosmologia

de cada povo, a formação social e os discursos constitutivos do sujeito. Ao olhar do outro, o corpo/sujeito significa pela sua materialidade colada à posição que se inscreve em um determinado espaço. Assim, ao lançar o olhar para o corpo índio Xavante na cidade da pesquisa, não o vi separado desse espaço, os dois se constituem, pois, no gesto de interpretação produz-se a *espacialização do corpo*. Nesse ponto é relevante imprimir que há uma interconstitutividade entre corpo e espaço na identificação do sujeito no discurso.

Corpo/sujeito/nome/imagem se constituem na materialidade do acontecimento Xavante na cidade de Barra do Garças, mas no real da história impera a contradição, e o próprio do acontecimento que realiza no direito a um dos modos de inscrição no urbano.

Enfatizando que, no caso deste texto, a imagem irrompe como um acontecimento do significante entre o gesto artístico e o gesto interpretativo a que a sociedade e, em especial, os educadores deveriam ter acesso.

Referências

- BARBAI, Marcos Aurélio. Travessias contemporâneas: o brasileiro clandestino deportado. *Revista Guavira – Letras*, Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, n. 10, p. 25-39, jan./jul. 2010. ISSN 1980-1858. Disponível em: <<http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/269/239>>. Acesso em: maio 2016.
- BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. *Da aldeia para a cidade: processos de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças/MT, alteridade irreduzível?* 2013. 265 fls. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013
- COURTINE, Jean-Jacques. *História do Corpo: as mutações do olhar – o século XX*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- DIAS, Cristine Pereira. *Cidade, cultura e corpo: a velocidade do mundo*. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2011.

HASHIGUTI, Simone. O corpo como materialidade do/no discurso. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO, 3, 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/3SEAD/Simposios/SimoneHashiguti.pdf>>.

Acesso em: ago. 2011.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997. p. 13-38.

_____. O recorte significativo na memória. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 3, 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2007. Disponível em: <www.discursos.ufrgs.br/sead/trabalho_aceitos> Acesso em: fev. 2009.

MALDIDIÉ, Denise; GUILHAUMOU, J. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Tradução de Suzy Lagazzi e José Horta Nunes. In: ORLANDI, Eni et al (Orgs.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

NUNES, José Horta. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010.

_____. Ler Michel Pêcheux hoje. In: *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 11-20.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. L'étrange miroir de l'Analyse du Discours. *Langages*, Paris, n. 62, p. 5-8, jun. 1981.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). 2. ed. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. (2007) Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al (Orgs.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, 1990. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3011/4094>>. Acesso em: maio 2016.

_____. *Sobre a (des-) construção das teorias linguísticas* (1982). Tradução de Celene M. Cruz e Clémence Jouët-Pastré. *Revista Línguas e Instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 2, 1999.

PORTAL DO ARAGUAIA. Disponível em: <<http://www.viagens.portaldoaraguaia.tur.br>>. Acesso em: fev. 2012.

SOUZA, Tânia Clemente. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. *Rua – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 65-94, 2001.

Carmem Silvia da Fonseca Kummer
Liblik

carmemsfk@gmail.com

Bacharel (2004), mestre (2007) e doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O pioneirismo feminino na História: análise dos depoimentos de Alice Canabrava e Olga Pantaleão

The female pioneerism in History: analysis of Alice Canabrava's and Olga Pantaleão's testimonials

Resumo

Alice Canabrava e Olga Pantaleão foram as primeiras mulheres que se formaram em Geografia e História, em 1938, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) e que deixaram depoimentos escritos acerca de suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Por meio das ferramentas da análise do discurso e da memória, procuramos analisar esses testemunhos tendo como eixo norteador dois acontecimentos: a entrada de mulheres em cursos superiores e as dificuldades iniciais que tiveram para consolidar suas carreiras em âmbito universitário.

Palavras-chave: Alice Canabrava; Olga Pantaleão; carreiras.

Abstract

Alice Canabrava and Olga Pantaleão were the first women who graduated in Geography and History, in 1938, at Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras of Universidade de São Paulo (FFCL/USP), and who left written testimonies about their academic and professional trajectories. Through memory and discourse analysis tools, we analyzed these testimonies having as a guide two events: women's entry into higher education and the initial difficulties they had to consolidate their careers at the university.

Keywords: Alice Canabrava; Olga Pantaleão; careers.

I n t r o d u ç ã o

As trajetórias acadêmicas e profissionais das historiadoras e professoras universitárias Olga Pantaleão e Alice Piffer Canabrava constituem objeto de investigação desse artigo, cujos elementos serão problematizados pela análise do discurso e memória. Para tanto, escolhemos seus respectivos depoimentos escritos no início da década de 1980, os quais revelam as experiências que tiveram na universidade a partir de 1935, ano em

que ingressaram no ensino superior. Um dos principais motivos que remetem à escolha destas profissionais incide no fato de terem sido as primeiras mulheres que concluíram o curso de Geografia e História no país, em 1938, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). Mais do que isso, elas acompanharam a criação e institucionalização do curso de Geografia e História e, mais tarde, foram as principais representantes do



Imagem 1 – Alice Canabrava em reunião da SBPC, em São Paulo (1984).

Fonte: Blay e Lang (2004, p. 84).



Imagem 2 – Retrato de Olga Pantaleão (sem data).

Fonte: Blay e Lang (2004, p. 106).

sexo feminino, chamadas então de “as pioneiras”, no desenvolvimento de pesquisas voltadas à História. Iremos analisar, portanto, seus depoimentos, nos quais constam descrições sobre a infância; o ingresso na universidade e o contato com as primeiras matérias e professores; a decisão de fazer doutorado; os concursos prestados para o cargo de Professor Titular e, por fim, as trajetórias como pesquisadoras. Por meio das ferramentas analíticas que a memória e o discurso nos oferecem, podemos perceber as maneiras como Alice e Olga expressam as dificuldades de serem reconhecidas num espaço profissional que, em seu início, era predominantemente masculino.

Os conceitos norteadores que orientam esta análise partem, em primeiro lugar, da noção formulada por Maurice Halbwachs, qual seja, os “quadros sociais da memória”. Nota-se que a memória das historiadoras está articulada com seus grupos de relacionamento, com a sociabilidade da época e com a profissão, uma vez que são grupos de referência associados a seus depoimentos. É possível verificar uma história social bem desenvolvida pois elas atravessaram um determinado

tipo de sociedade e contexto universitário, com características bem marcadas e conhecidas. Aliado a isso, a ideia de “memória geracional” (CANDAU, 2012) e de “memória e identidade” (POLLAK, 1992) indicam uma memória de fundação que tem seu lugar próprio no jogo identitário que, nesse caso, remete à identidade profissional do “historiador brasileiro”. Em outras palavras, tanto Alice quanto Olga sentem-se parte de uma geração de historiadores que foram responsáveis por dar continuidade ao trabalho empreendido pela geração dos formadores e, com isso, institucionalizar nas décadas de 1940 e 1950 o currículo e a pesquisa histórica.

Nas próximas linhas desta nota introdutória, descrevemos uma breve biografia delas e, em seguida, analisamos seus discursos conforme um eixo norteador dos mesmos, qual seja, as temporalidades que os regem. A primeira parte do artigo diz respeito à análise dos depoimentos enquanto resultados de um determinado contexto histórico e, particularmente, universitário. Procuramos responder quais são as condições de produção dos mesmos, os motivos pelos quais as questões

de gênero são priorizadas, o estilo de suas narrativas, as interdições e, finalmente, as relações possíveis entre as formações discursivas e a memória pessoal e coletiva. Na segunda parte do artigo, analisamos as informações referentes às experiências do passado, ou seja, aquelas situadas a partir da década de 1930 e que condizem com a trajetória acadêmica e profissional das historiadoras em questão.

Olga Pantaleão nasceu em Ariranha, estado de São Paulo, em 1917. Licenciou-se em Geografia e História pela FFCL da USP em 1938. Em 1944, tornou-se doutora em História pela mesma faculdade. Entre 1939 a 1947 assumiu o cargo de primeira assistente e, depois, professora interina da cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. Foi fundadora do campus de Marília da Unesp (Universidade Estadual Paulista) e professora titular de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, de 1959 a 1975. De 1966 a 1976, foi professora visitante de História do Brasil e História da América Latina na Universidade de Indiana, Estados Unidos. Assumiu os cargos de vice-diretora da Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, de 1963 a 1965, e de diretora da mesma Faculdade, de 1971 a 1975. Em sua carreira tornou-se, também, sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Olga Pantaleão contribuiu com artigos relacionados à presença inglesa no Brasil, publicados na obra *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sergio Buarque de Holanda.

Alice Piffer Canabrava nasceu em Araras, estado de São Paulo, em 1911. Assim como Olga, licenciou-se em Geografia e História em 1938, pela FFCL. Doutorou-se em História em 1942, com tese em História Econômica. Quatro anos depois de conquistar o título de doutora, tornou-se livre-docente de História da Civilização Americana da FFCL e, em 1951, obteve título de professora catedrática de História Geral e do Brasil, da Faculdade de Economia e Administração da USP, exercendo a função até 1981. Alice foi também uma das pioneiras no desenvolvimento de pesquisas voltadas à História Quantitativa e História Econômica na Universidade de São Paulo, além de ter sido uma das fundadoras da Associação dos Professores Universitários de História, bem como da *Revista Brasileira de História*.

Cabe observar que estaríamos tratando com vencedoras, aqui consideradas pioneiras. Certamente havia outras que chegaram à mesma posição e ainda aquelas que se formaram em História, mas não seguiram a carreira docente na universidade, ou aquelas que reorientaram suas vidas seguindo outras opções. A seleção dos depoimentos e a escolha destas profissionais incidem, como iremos explicar nas próximas linhas, no contexto de produção de seus discursos, escritos e comunicados em 1984.

A década de 1980: um momento favorável para lembrar e narrar o passado

O caminho percorrido (1984) foi escrito por Alice Canabrava por solicitação das sociólogas Eva Blay e Alice Lang, que tomaram a iniciativa de reunir depoimentos das primeiras alunas da USP que, mais tarde, consolidaram suas carreiras acadêmicas no ensino superior como pesquisadoras e professoras. O texto foi escrito em 1984, quando Alice tinha 73 anos de idade e se aposentado da universidade há 3 anos. Ela o redigiu

para ser apresentado na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), onde outras professoras universitárias – como Gilda de Mello e Souza, Jandyra França Barzaghi, Maria Conceição Vicente de Carvalho e Verônica Rapp de Eston – também comunicaram e compartilharam suas trajetórias profissionais. Estas mulheres foram então chamadas de “as pioneiras”.

Nessa reunião, o conjunto de narrativas memorialísticas e autobiográficas vem ao encontro da necessidade de professoras e pesquisadoras universitárias de externar experiências passadas, muitas vezes difíceis e conflituosas, no contexto da inauguração dos primeiros cursos superiores da FFCL. Alguns trechos dele foram publicados em um artigo redigido por Eva Blay e Alice Gordo Lang (1984), intitulado “A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo”. Posteriormente, em 2003, o depoimento foi publicado pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). O depoimento de Olga também foi escrito e apresentado na SBPC em 1984, e tal como *O caminho percorrido*, foi acrescentado, em 2004,

no livro *Mulheres na USP: Horizontes que se abrem*, também de Blay e Lang.

Ambos depoimentos estão situados nos limites do discurso, autobiografia e memória. São registros feitos no ano de 1984 que trazem, pelos fios da memória, as experiências que as historiadoras tiveram como alunas e professoras a partir de meados da década de 1930, momento da criação da FFCL. Devido ao propósito de Blay e Lang em organizar depoimentos somente de ex-alunas da USP que se tornaram professoras e pesquisadoras universitárias, boa parte dos acontecimentos narrados tratam do processo de entrada das mulheres na universidade, a sociabilidade entre as moças e rapazes universitários, a relação que as pioneiras tiveram com seus professores e as dificuldades que enfrentaram nos primeiros anos da vida profissional. Logo, seus discursos alinham-se especificamente a um eixo central de produção de conteúdo mediado pela memória: as experiências femininas no âmbito universitário, ora como alunas, ora como professoras. Como observa Ecléa Bosi (1994, p. 10), este registro alcança uma memória pessoal que, como se mostrará adiante, é também uma memória social e de

grupo. É possível verificar uma história social bem desenvolvida nas experiências de Olga e Alice, pois elas atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas.

São discursos que se afastam do presente e se lançam para o passado. As lembranças, que ocorrem no plano individual, através de critérios diversos, selecionam, organizam e sistematizam situações que foram vivenciadas. É esse o procedimento de Olga e Alice em seus testemunhos. A escrita memorialista segue a tradição dos estudos de Maurice Halbwachs (2006), que acentua o caráter social e reconstrutor da memória com relação à história. Um dos precursores da idéia de que a memória individual está interligada à memória coletiva, Halbwachs destaca o papel constitutivo das lembranças que os indivíduos têm em comum na união de um grupo social. A memória coletiva, na sua concepção, é composta pelas lembranças de cada um dos indivíduos que pertencem a um determinado grupo social e, por isso, apresentam formas e conteúdos semelhantes de memória.

Como foi informado na introdução, os

depoimentos das historiadoras estão articulados a dois momentos históricos. O primeiro diz respeito ao próprio período em que ele foi escrito, ou seja, no início da década de 1980. É justamente neste período, ou melhor, a partir da década de 1970, que os estudos de gênero, a história das mulheres e as teorias feministas são recebidos por universidades brasileiras, principalmente a USP e Unicamp. A partir de então, surgem os primeiros estudos sobre a condição das mulheres no Brasil baseados nos debates teóricos iniciados nos Estados Unidos, França e Inglaterra. Mesmo considerando o fato de que Alice e Olga não se intitularam como feministas e não pesquisaram temas relativos à História das Mulheres, elas não estavam alheias a este processo.

Pelo contrário, elas estavam inseridas num espaço institucional que começou a receber e a produzir os primeiros trabalhos da área e, por consequência, socializaram com outras pesquisadoras e transitaram nos mesmos espaços que elas. A partir de suas vivências atuais, mediadas então pelos debates feministas que adentraram nas universidades

públicas do país no início da década de 1970, é que a memória delas pôde construir significados e elaborar interpretações em relação às experiências pretéritas. Dificilmente elas teriam consciência e configurado os mesmos sentidos às suas vivências se as tivessem narrado nas décadas de 1930 ou 1940. É dessa maneira que podemos entender a constituição dos significados inerentes ao depoimento das historiadoras em questão, ou seja, reconhecendo suas condições de produção. Como afirma Eni Orlandi, “falar em discurso é falar em condições de produção”, nas quais constam os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso (ORLANDI, 1983, p. 146).

As primeiras páginas do testemunho de Alice remetem ao momento histórico em que ela o redigiu, o qual foi fundamental para a escolha dos temas abordados no texto, especialmente aqueles articulados com as dificuldades que teve na vida profissional por ser mulher. Ela desenvolve, inicialmente, noções relativas a uma sociedade preconceituosa com as mulheres, em que “em sua grande maioria [elas] permanecem, na História, como figuras silenciosas, em

grande parte obscuras, mães, esposas ou filhas sem voz própria” (CANABRAVA, 2003, p. 6). A historiadora lembra a mulher como “figura silenciosa”, impedida por muito tempo de comunicar sua própria visão de mundo, de modo que os depoimentos femininos são relativamente “raros na literatura histórica brasileira”. Enfatiza que somente nos últimos anos

surgiram iniciativas que procuram “resgatar” a memória feminina.

No entanto, ela toma extremo cuidado para não generalizar e dizer que todos os homens comportavam-se da mesma maneira com o sexo oposto, sobretudo no âmbito universitário. Para a historiadora, apesar de não fazer menções,



Imagem 3 – Alice Canabrava (de branco) em jantar em homenagem pela conquista da cátedra de História Econômica na Faculdade de Economia (sem data).

Fonte: Acervo de Alice Canabrava (BLAY & LANG, 2004, p. 105).

“excelentes pessoas situavam-se dentro do seu tempo e do seu meio” (CANABRAVA, 2003, p. 4). Alice tem a consciência de distinguir as pessoas que se opuseram à sua carreira daquelas que não tiveram comportamentos hostis. Tampouco se faz de vítima singular que enfrentou solitariamente as dificuldades colocadas, uma vez que ela percebia as discriminações que acometiam a vida de outras mulheres universitárias. As primeiras linhas de seu testemunho são dedicadas para, primeiramente, esclarecer que não conservou nenhum ressentimento àqueles que lhe foram hostis e, segundo, situar o contexto social e histórico inerente a sua trajetória profissional:

Não conservei ressentimento com respeito aos que se opunham à minha ascensão na Universidade. Excelentes pessoas situavam-se dentro do seu tempo e do seu meio, expoentes de uma sociedade preconceituosa para com as mulheres. Não se suponha que tenha sido eu, o único alvo da discriminação: esta visava a todas. No meu caso, a resistência provocou o desenrolar de todo o processo. Em outros, este se interrompeu ou nem foi acionado, dado o afastamento da interessada, seja voluntário, seja imposto pelas circunstâncias. Por outro lado,

pareceu-nos que é possível descortinar, nos anos 70, as evidências do esmorecer das barreiras contra as mulheres na Faculdade de Filosofia, com a aceitação de sua atividade como realização profissional, consubstanciada em carreira acadêmica, propiciada, senão imposta, a todos os docentes, pela reforma universitária. Entretanto, sou informada aqui, de que a oposição masculina subsiste em outros setores da Universidade. A luta não está finda (CANABRAVA, 2003, p. 17).

Da mesma forma, Olga também articula suas memórias com as dificuldades que enfrentou no início de sua vida profissional. Apesar de ter sido contratada como Primeira Assistente da Cadeira de História Geral, indicada pelo Professor Gagé, o qual sempre lhe deu “total apoio”, ela narra que:

Então, as coisas começaram a mudar. Uma reação masculina contra as mulheres começou a se manifestar por força de vários fatores: quando a mulher se mostrava mais competente do que os homens do mesmo campo de estudo e de ensino, quando ocupava ou passava a ocupar lugar desejado por algum colega do sexo masculino, ou pela simples razão do preconceito antifeminista. Não posso dizer que era uma situação geral na Faculdade: houve colegas nossas que nunca foram inquietadas e puderam permanecer pelo

tempo que quiseram nos seus postos. Mas, em certo momento, instalou-se em alguns setores uma atitude antifeminista bem marcada. Na História, por exemplo, um de seus professores falava ser preciso pôr o “mulherio” para fora da Faculdade (PANTALEÃO, 2004, p. 112).

Assim como Alice, Olga não especifica como foi essa “reação masculina contra as mulheres”. Seria uma reação por parte dos colegas de turma? Ou seriam, sobretudo, os professores catedráticos que não desejavam compartilhar suas cadeiras com as jovens moças? Não é possível saber exatamente que tipo de hostilidades elas sofreram, nem o quanto isso impactou e modelou suas carreiras. No entanto, o que chama a atenção na fala de Olga, é a palavra “antifeminismo”. Seria possível os homens de sua época serem compreendidos a partir de suas atitudes antifeministas? Creio que não, justamente porque as alunas daquela época não eram feministas e porque as “ações masculinas” não se direcionavam a uma luta feminista. Aqui percebe-se algo interessante que pode ser compreendido à luz do trabalho de Halbwachs: a memória individual não pode ser distanciada das memórias coletivas. Não é o indivíduo isoladamente que tem o controle do resgate sobre o passado, pois a memória é constituída

por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais, o resultado desse processo. E Olga, quando escreveu seu testemunho no início da década de 1980, atravessou algumas gerações, compareceu a reuniões que visavam formar uma associação de mulheres universitárias, e inclusive narrou suas experiências articuladas a um determinado fio condutor: a luta das pioneiras. Por isso ela aplica o conceito “reação antifeminista”, recentemente adquirido à época, como modelo para compreender e dar sentido aos comportamentos masculinos do passado.

Podemos concluir a partir disso que, apesar do indivíduo considerar que sua memória é estritamente pessoal, uma vez que ela pode resgatar acontecimentos nos quais só ele esteve envolvido, ela é na verdade coletiva, pois ainda que esteja só, o indivíduo é o resultado das interações sociais. O fato é também que Olga produz linguagem e também está reproduzida nela, acreditando ser a fonte exclusiva do seu discurso quando, na verdade, o seu dizer nasce também a partir de outros discursos. Neste caso, trata-se até de reconhecermos outros testemunhos que foram dados



Imagem 4—*Olga Pantaleão, paraninfa da FFCL de Marília (sem data).*

Fonte: Acervo de Osmar Pantaleão (BLAY & LANG, 2004, p. 115).

por mulheres que ingressaram na USP na década de 1930 e que lá trilharam suas carreiras acadêmicas. Suas palavras, portanto, são partes de formações discursivas. Afinal, como afirma Eni Orlandi (1983, p. 146), “as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, assim é que se considera o discurso como fenômeno social”.

Alice Canabrava nos informa logo no início que deixou “correr os dedos na máquina de escrever, ao leve toque das reminiscências” e que não “omitiu alguns pormenores que me pareceram significativos para caracterizar o ambiente” (CANABRAVA, 2003, p. 4). Para-

doxalmente, na mesma frase ela deixa claro que outras informações, também importantes, ficariam para um possível livro autobiográfico, que na verdade nunca chegou a ser escrito. Estas passagens são propícias para pensarmos no que Michel Foucault explicou sobre a interdição da palavra, isto é, de que maneira podemos pensar a definição do que pode ser dito, ou não dito, dependendo de cada circunstância. Na interdição, “não temos o direito de dizer o que nos apetece, não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, quem quer que seja não pode falar do que quer que seja” (FOUCAULT, 1998, p. 7). Alice é uma historiadora que tinha a consciência de que seu depoimento seria lido por um determinado público: a

de historiadores, sejam alunos ou professores. São seus pares profissionais, com os quais ela, mesmo aposentada, mantinha relações e redes de contato. Além disso, há de se considerar a preocupação de todo intelectual, independente da área que atua, em preservar uma imagem pública sólida e respeitável mediante seus colegas de trabalho.

Por isso, nem tudo pode ser falado, exposto e revelado. Ainda para Foucault, é sabido que as regiões onde “a grelha mais se aperta, são as regiões da sexualidade e as da política” (FOUCAULT, 1998, p. 8). O discurso de Alice Canabrava, aparentemente, pode até “nem ser nada” – como diz Foucault, no entanto, os interditos que o atingem revelam de imediato o seu vínculo a acontecimentos que podem remeter a companheiros de trabalho, situações conflituosas no meio profissional, disputas, enfim, afetos e desafeitos. Exemplo disso é notado quando ela narra as dificuldades que lhe apareceram no início de sua vida profissional. Ao concluir, em 1942, sua tese de doutorado, “O comércio português no Rio da Prata”, Alice conta que “mereceu elogios da crítica nacional e estrangei-

ra, publicados em revistas internacionais” (CANABRAVA, 2003, p. 18). Com efeito, sem fazer menções ou detalhar ocorrências cujos personagens “masculinos” lhe foram hostis, ela apenas informa que o relacionamento com os colegas homens mudou depois que recebeu louvores à sua tese:

Deste modo, involuntariamente, emergi, aos olhos dos meus colegas masculinos, como possível candidata ao provimento efetivo da cadeira de História da América, a ser posta em concurso. Até então, o relacionamento com esses colegas havia sido muito afável, direi até, não isento de estima pessoal. A partir de então, o círculo de hostilidade subterrânea começou a se desenhar para mim com evidências, a se apertar anonimamente em uma ou outra ocorrência da atividade universitária, sem alterar a aparência da superficial cordialidade (CANABRAVA, 2003, p. 19).

Ao mesmo tempo em que está consciente dos limites impostos a seu discurso, afinal de contas é necessário preservar a si mesma e os nomes de seus pares profissionais, Alice também demonstra determinados cuidados e “Como historiadora, não vejo razão para reduzir o testemunho a referências vagas que podem dar margem

a suposições não corretas, puramente imaginativas”, diz Alice Canabrava (2003, p. 4). reflete os limites da própria memória.

Observa-se, portanto, a preocupação da historiadora em transmitir sua experiência da forma mais verossímil possível. Ela parece ter consciência do processo de rememoração ao expor sua preocupação com referências vagas que podem estar associadas a uma mera “imaginação”.

Olhares sobre o passado e a reconstituição de trajetórias acadêmicas

O segundo momento histórico presente nos depoimentos refere-se a um devir relacionado à trajetória de vida, particularmente aquela relacionada às experiências acadêmicas, cuja preocupação por parte das historiadoras seria narrar os acontecimentos que lhes foram mais caros. Esse tempo tem início na infância, no caso de Alice, e finda na conquista da Cátedra. É nesse sentido que Olga e Alice narram suas histórias

de vida, tecendo os fios das lembranças, as quais se misturam, se organizam de maneira não linear e se somam de forma que um acontecimento, uma pessoa ou um afeto conduzem à memória de outros eventos que foram importantes.

Se Olga não especifica sua história familiar, pois inicia seu depoimento somente a partir do momento em que ingressou na FFCL, Alice não poupa informações a respeito de sua história pessoal condizente à infância que teve numa cidade do interior. A historiadora nasceu em 1911 em Araras, interior de São Paulo. Após completar o estudo primário nessa cidade, Alice transferiu-se, acompanhada da irmã, para a capital do estado, onde cursou o ginásio no Colégio Stafford e, mais tarde, a Escola Normal Caetano de Campos.

Após essa experiência em São Paulo, regressou a Araras e dedicou-se durante quatro anos ao ensino primário, lecionando no grupo escolar local, o único do município. Ela chegou a trabalhar também, em 1931, em Manduri, um “lugarejo em meio a um grande campo arenoso”, onde havia apenas uma rua central, mas sem cinema, médico ou

praça que pudessem remeter à estrutura de um centro urbano (CANABRAVA, 2003, p. 10). E finalmente, “transferida para Araras, minha terra natal, fui encontrá-la estagnada como a havia conhecido na minha infância” (CANABRAVA, 2003, p. 8). Era uma cidade pequena, “dilacerada por lutas políticas”, que dificultava progressos profissionais ou acadêmicos para a jovem estudante:

Ruas sem calçamento, em geral ermas após o meio dia, praças nuas, chão duro, parca iluminação à noite, apenas o jardim, na praça central, continuava belo, com árvores enormes e canteiros floridos; em torno, os antigos casarões térreos, chamada “nobreza da terra”. Nenhuma perspectiva para alguém que desejasse prosseguir nos estudos, além do curso primário, ou exercer qualquer outra atividade paralela (CANABRAVA, 2003, p. 8-9).

Sem muitas perspectivas de crescimento pessoal e profissional, e intimamente “sempre inconformada”, Alice folheava diariamente as páginas do Diário Oficial, em busca de uma oportunidade para se mudar para São Paulo e continuar a estudar. Possivelmente, estas informações são fornecidas para atender a um objetivo: intentam mostrar o ambiente em que Alice Canabrava se situ-

ava, afastada da capital do estado, absorvida numa área de trabalho muito diferente daquela que iria futuramente escolher. Nessa mesma direção, a própria historiadora chama atenção para o fato de que estas lembranças podem parecer muito afastadas do propósito que reuniu as pioneiras na reunião da SBPC em 1983. Mas, como ela diz, tais lembranças “não significam narrativa vã”, pois intentam mostrar o “ambiente em que me movia, afastada da capital do Estado, absorvida em área de trabalho muito diferente daquela que iria escolher, ao entrar para a Faculdade” (CANABRAVA, 2003, p. 9).

Para compreendermos os motivos que levaram Alice a introduzir as memórias de sua infância e adolescência, a especialista em análise do discurso e crítica cultural, Leonor Arfuch, traz à luz a temática da genealogia no interior das biografias. Ou seja, nenhuma posição de enunciação advém “de graça” no espaço discursivo da fala de quem tece sua própria biografia: o desafio é justamente achar uma voz autobiográfica que possa dar sentido a um mito de origem, a uma genealogia, a um devir predestinado. Por isso, o espaço biográfico – a narração de histórias e experiências,

a captação de vivências e lembranças – opera, completamente, nesse “resgate” do próprio local de origem (ARFUCH, 2010, p. 60). E, por extensão, Benito Schmidt (2000, p. 58) também chama atenção para o fato de que em muitos trabalhos biográficos, é possível perceber que os autores buscam na infância e/ou na adolescência uma espécie de predestinação para suas atividades futuras. Dito de outra maneira, a vivência em Araras e Manduri é associada às lembranças pessoais de Alice que, por sua vez, estão relacionadas aos motivos que lhe impulsionaram a voltar a São Paulo e decidir por um curso Superior. A falta de possibilidades na carreira, estímulo e crescimento nessas cidades lhe causavam grandes inquietações.

Outro tema abordado nos depoimentos em questão trata da intensa e crescente entrada de mulheres nos cursos da FFCL. Podemos falar que houve um processo de feminização no curso de Geografia e História a partir da década de 1930? A resposta é definitivamente positiva se considerarmos o amplo acesso e estímulo que as mulheres receberam do governo do país para ingressarem nos cursos da FFCL. A necessidade do

Estado de preparar professores para o ensino médio em expansão no país, levou os governos estaduais a recorrer, a partir de 1935, ao comissionamento, por meio do qual professoras e professores primários em exercício do magistério poderiam cursar a faculdade, sem prejuízo dos vencimentos, subsidiados pela Secretaria da Educação (BLAY & LANG, 2004, p. 51). Esta foi a primeira política pública implementada na Universidade de São Paulo, um ano após sua criação.

O regime de comissionamento foi um dos fatores determinantes para a inclusão de alunos e alunas provenientes de diferentes condições socioeconômicas, de várias faixas etárias, de mulheres e homens, de portadores de diplomas diversos. O corpo discente, já a partir do segundo ano de funcionamento da FFCL da USP, passou a incorporar setores da classe média, pessoas vindas do interior do Estado, famílias ligadas ao magistério, famílias tradicionais empobrecidas e, sobretudo, mulheres (TRIGO, 1997, p. 68-69).

Embora essa política tivesse como principal objetivo a formação de profissionais para a educação primária e



Imagem 5 – Olga Pantaleão (1ª à esquerda), uma das fundadoras da FFCL de Marília (sem data).

Fonte: Acervo de Osmar Pantaleão (BLAY & LANG, 2004, p. 115).

secundária, essa ação teve uma outra consequência, não previamente planejada: o regime de comissionamento permitiu uma presença significativa de mulheres na FFCL, já que estas representavam a maioria das egressas das escolas Normais do Estado. Uma nova realidade para a época, quando era pouco comum a presença das mulheres no ensino superior do Brasil.

Essa afirmação fica mais evidente quando se analisa a seção de Geografia e História, que não apresentava nenhuma mulher entre os 16 matriculados em 1934. Porém, conforme o *Anuário da FFCL*, em 1935, ano em que o decreto passa a vigorar, há 16 matrículas femininas, num total de 29. Nos anos seguintes, o número de mulheres continua a

exceder o número de homens. A seção de Filosofia também reflete essa realidade: há 12 matrículas femininas no ano de 1935, num total de 27, contra apenas uma mulher matriculada num universo de 46 matrículas no ano anterior (BLAY & LANG, 2004, p. 53). Foi por meio do comissionamento que Alice e Olga conseguiram entrar na FFCL, cujo acontecimento é notadamente enfatizado em seus depoimentos para que possamos compreender por que o curso de Geografia e História teve, tradicionalmente, mais mulheres que homens nos bancos das salas de aula:

A Faculdade, desde a sua segunda turma, foi invadida pelas mulheres em quase todos os seus cursos, constituindo-se num caso à parte no conjunto da Universida-

de: as outras Escolas Superiores acolhiam muito poucas mulheres e algumas lhes estavam ainda fechadas, principalmente por causa dos preconceitos existentes na sociedade. Essa entrada das mulheres na Filosofia foi permitida por vários fatores: pela abertura dos vestibulares aos egressos das Escolas Normais, pelas facilidades, como os comissionamentos, dados aos professores primários para fazerem os cursos, pelo fato de a nova Faculdade não estar submetida aos preconceitos da época e pela diversidade de cursos oferecidos, a acenar com novas carreiras ao alcance das mulheres dos idos de 1930 (PANTALEÃO, 2004, p. 109).

Esse decreto, além de promover uma melhoria no ensino primário estadual, também teve uma consequência não prevista pelos autores da medida: a abertura de um caminho para o ingresso de mulheres na universidade pública estadual. Aberta essa possibilidade, muitas delas seguiram a carreira acadêmica. A FFCL significou para as mulheres uma ampla possibilidade de ingresso no ensino superior. Abria-se um espaço e uma oportunidade para trilhar novos caminhos em meio a uma sociedade que preconizava um modelo tradicional e conservador para a mulher: casamento, lar e filhos.

Ao ingressar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1935, para frequentar os cursos de Geografia e História, Alice Canabrava sentiu-se “inquieta ante a grandeza dos mestres da instituição, mas profundamente entusiasmada” (CANABRAVA, 2003, p. 10). Os mestres, o conteúdo dos cursos e a metodologia de ensino significaram para ela uma “verdadeira mutação” em sua vida. Representavam um salto enorme em relação ao tipo de ensino que havia recebido na Escola Normal, pois o curso superior lhe permitiria “refletir a vida cultural do país” e a “proporcionar uma visão do mundo completamente nova” (CANABRAVA, 2003, p. 9).

Não apenas ela, mas podemos afirmar que praticamente todos os primeiros alunos e alunas da USP externaram um profundo entusiasmo e reconhecimento pelo contato que tiveram com um novo modelo didático exposto nas aulas dos professores europeus. Era, para eles e elas, uma revolução no ensino se comparado ao que tinham aprendido no ensino Normal, Clássico ou Científico. A inovação não se resumia ao tipo de aulas que eram ofertadas, mas como afirmam Blay e Lang (2004, p. 10), “ao

conteúdo e à relação que se estabelecia entre os professores e alunas(os)”. Uma nova e diferente sociabilidade estava sendo vivenciada por essas mulheres.

O espaço universitário que estava sendo criado na década de 1930 tinha a característica de abarcar elementos diferentes em relação aos padrões vigentes de espaço e sociabilidades da época. Para o(a) aluno(a), esse processo significava inserir-se, como informa Graziela Perosa (2005), num espaço público, misto, fora do restrito controle moral imposto pela religião e pelas famílias, no qual as mulheres estariam expostas à influência de um ambiente intelectual, laico e à convivência com jovens de origens sociais e culturais diferentes. O intercâmbio e as amizades consolidadas entre alunos e alunas são lembrados por Olga da seguinte maneira:

Na vida estudantil não havia objeções quanto à presença de representantes do sexo feminino e não havia qualquer discriminação; pelo menos eu nunca percebi. Na escola, os estudantes não ficavam confinados ao relacionamento dentro dos seus cursos: havia um grande intercâmbio, marcado por grande camaradagem. Eu, por exemplo, tinha uma turma de amigos composta de gente de Geo-

grafia e História, de Ciências Sociais, da Química, da Matemática, da Biologia que se reunia, passeava, excursionava junto (PANTALEAO, 2004, p. 111).

De maneira semelhante, a época estudantil de Alice Canabrava na USP é contada por ela como uma fase especial, quase idílica, cuja sociabilidade seria muito diferente em relação aos anos posteriores, nos quais ela assumiria sua via profissional dentro da instituição universitária. Ou seja, além dos elogios tecidos a boa parte do corpo docente do curso de Geografia e História, instituindo-os como representantes do saber, ela também descreve de forma positiva sua turma, pois havia “oportunidade para a confraternização entre os estudantes das várias classes, com animadas conversas, jantares à noite” (CANABRAVA, 2003, p. 14). Durante a graduação, a historiadora afirma que não havia distinção em sua classe, ou seja, homens e mulheres eram tratados de forma semelhante, sem diferenças, situação que mudou apenas quando ela começou a dar os primeiros passos na vida profissional e acadêmica pois neste contexto entrou um elemento novo em cena: a competição.

O encantamento de Alice assemelha-se ao de suas colegas de geração e, passados cinquenta anos, o reconhecimento entusiasmado se mantinha. Alice analisa em seu depoimento as inovações didáticas e metodológicas trazidas pelos professores franceses e os comparava aos professores brasileiros da FFCL. São os mesmos jovens professores que, décadas depois, se tornaram autores de respeitabilidade internacional nas respectivas áreas: Braudel, Monbeig, Bastide, entre outros. A historiadora deve a esses professores a capacidade de despertar no aluno(a) a curiosidade e a “sede pelo conhecimento”.

Seria quase impossível, aqui, deixar de lado a interpretação da ideia de “memória geracional”, observada muito bem por Joël Candau. Ela é também uma memória de fundação que tem seu lugar próprio no jogo identitário que, nesse caso, remete à identidade do historiador em relação ao sentimento de pertencimento a uma turma em processo de formação. Em outras palavras, é a consciência de pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas das quais o grupo ou o indivíduo se sente mais ou menos herdeiro (CAN-

DAU, 2012, p. 142). E tanto Alice quanto Olga passaram por experiências individuais e coletivas que marcaram essa primeira geração de historiadores que estavam se formando na FFCL e, ao se lembrarem de suas vivências, associam-nas com a criação da FFCL. Elas acompanharam o início da consolidação do curso de Geografia e História e isso significa dizer que enfrentaram dificuldades iniciais inerentes a todo o processo de institucionalização de um curso universitário: a estruturação do corpo docente, a organização de bibliotecas, a aquisição de livros e a instalação de salas de aula constituíram as principais dificuldades recordadas por elas. O sentimento de incerteza quanto ao futuro do curso, e até mesmo da Universidade, predominava na vida dos estudantes que, naquela época, inquietavam-se ao imaginar se conseguiram se formar. Olga recorda que:

Foram tempos difíceis, em que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras lutava para se impor, seja no conjunto da Universidade, seja na sociedade da época, em que aparecia como novidade e cujo futuro parecia, às vezes, incerto. As sucessivas mudanças exerciam um efeito negativo no espírito dos estudantes; a Faculdade não acabaria fechando por

falta de instalações, deixando-nos com um curso inacabado? A dificuldade, no entanto, foi vencida, sempre com soluções provisórias, mas que permitiram à Faculdade ficar e realizar os seus objetivos gerais, tornando-se realmente o fundamento da nova Universidade de São Paulo (PANTALEÃO, 2004, p. 109).

Superados os desafios nos primeiros anos do curso, as historiadoras relatam mais dois acontecimentos que foram marcantes em suas trajetórias: a conquista do doutorado e a cátedra. Olga relata com certa tranquilidade as experiências do seu doutorado. Ao que tudo indica, ela não enfrentou grandes problemas para realizá-lo, pois recebeu ajuda financeira por meio de uma licença remunerada que lhe permitiu ausentar-se da FFCL, já que sua pesquisa foi feita na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Além disso, conta ela que recebeu auxílio para obter livros importados, com mediação do Conselho Britânico, necessários a sua pesquisa, cuja compra foi autorizada pelo secretário da USP, Murilo Mendes. Olga concluiu seu doutorado em 1944, cuja tese chamou-se “A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola, de 1713 a 1783”. Assim, num

tempo em que fazer tese de doutorado era uma novidade, as “mulheres começaram a aparecer, participando de uma tradição de pesquisa que dura até hoje” (PANTALEÃO, 2004, p. 110). Por outro lado, ela descreve as dificuldades que haviam para as mulheres em relação à defesa da tese:

Na inscrição para o doutorado, as mulheres tinham as mesmas facilidades que os homens; mas talvez em certos casos tivessem mais dificuldades na defesa de tese, quando era possível alijar candidata indesejável. Contudo, no preparo do trabalho encontravam-se facilidades (PANTALEÃO, 2004, p. 111).

Sobre estas dificuldades, Alice narra detalhadamente os principais acontecimentos. Ao terminar o doutorado em 1942, cuja tese recebeu o título “O comércio português no Rio da Prata”, Alice tentou o concurso para a cadeira de História da América. Esse processo não surtiu resultados positivos por conta, segundo ela, de muitos obstáculos enfrentados. Alguns deles ela narra no testemunho:

Outras armadilhas não lograram êxito e delas tive conhecimento depois de vários anos passados. A livraria onde compra-

va a maior parte dos livros para pagá-los mensalmente, ao todo ou em parte, foi avisada do risco em que incorria, mas não considerou advertência, com base na relação de muitos anos sem problemas. Um funcionário da Faculdade, como o próprio me contou em anos recentes, foi incumbido de me seguir diariamente e dar conta dos lugares que eu frequentava. Ouvi conselhos e insinuações de que não devia desafiar a hostilidade já construída: iria ser fatalmente reprovada. A minha resposta foi invariavelmente a mesma, sem qualquer argumento: “eu faço o concurso, caberá à banca me reprovar” (CANABRAVA, 2003, p. 20).

Apesar de obter a média mais alta no conjunto das provas, estas não se constituíram a base do critério para indicação ao cargo de professor catedrático, uma vez que esta se decidia com a votação dos membros da banca.

Deste modo, fechados e protegidos pela organização interna do grupo, os colegas do sexo masculino se favoreciam de uma estrutura legal, por eles elaborada, para servir aos seus interesses. Verificando-se o empate na votação, coube ao presidente da banca a decisão final e a tomou em favor do meu concorrente, sob a justificativa de que já se encontrava no exercício do cargo como professor contratado (CANABRAVA, 2003, p. 24).

Mas o esforço de Alice não fora inócuo. Organizava-se em 1946 a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA/USP), para a qual ela se transferiu de imediato. Tornou-se a primeira professora catedrática da Universidade de São Paulo, em 1951, após concurso de provas e títulos. Dos professores economistas recebeu sempre “firme apoio” para se dedicar a História Econômica do Brasil de maneira que sua trajetória é narrada sem percalços quando elege este acontecimento, a transferência para a FCEA, como um dos principais contextos favoráveis à ascensão de sua vida profissional.

De fato, a ocupação da cátedra constituiu uma das principais dificuldades para as mulheres que desejavam fixar suas carreiras nos cursos universitários durante as primeiras décadas desde a criação da USP. No máximo era possível conquistar o cargo de professor titular. Assim como Alice, Olga também recorreu à mesma estratégia para se posicionar e consolidar sua profissão: realizou sua transferência para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, que estava no início de suas

atividades, sendo professora titular entre 1959 a 1975, e diretora entre 1971 a 1975. Assim ela expõe suas lembranças acerca da cátedra, cujo discurso cruza com o depoimento de Alice.

Finalmente, a Cátedra, posto final na carreira universitária na época, estava bem fora do alcance das mulheres: erguia-se uma muralha masculina contra a simples possibilidade. No anos 40, a única mulher catedrática na Congregação da Faculdade de Filosofia foi Noemy Silveira Rudolfer, que viera transferida do Instituto de Educação quando este foi extinto e, portanto, não tivera de pleitear a Cátedra. Durante quase um ano, de julho de 1946 a junho de 1947, mais uma mulher, eu mesma, pode aparecer nesse quadro, regendo interinamente a Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. Durou pouco tempo: por pressão e ação do grupo masculino dominante no curso de Geografia e História tive de deixar a Faculdade, tendo feito o restante de minha carreira fora da USP.

E finalmente, uma mulher fez o concurso para a Cadeira de História da

Civilização Americana: Alice Piffer Canabrava. Foi um acontecimento! Mas, apesar de ter obtido as melhores notas, não ganhou o concurso: a banca examinadora escolheu o segundo colocado em notas, homem, naturalmente, dando-lhe a Cátedra; esse absurdo era possível, então, por força do regulamento do concurso, o qual permitia à banca votar no candidato que ficaria em primeiro lugar. Isso foi tudo o que aconteceu, na década de 40, referente à ocupação da Cátedra pelas mulheres (PANTALEÃO, 2004, p. 113-114).

Conforme o *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, de 1939 a 1949, 1950, 1951 e 1952, apenas o nome de Alice Canabrava consta na lista do corpo docente como representante feminina. Ela compartilhava o *métier* com Alfredo Ellis Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda, Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo Rofrigues de Mello, Eduardo d'Oliveira França, Pedro Moacyr Campos, Odilon Araújo Grellet, Plínio Marques da Silva Ayrosa, Aroldo Edgard de Azevedo, Ary França, João Dias da Silveira. Grande parte desses homens foram seus colegas de turma e conquistaram as cátedras depois

que também defenderam suas teses de doutorado.

Considerações finais

Os depoimentos de Alice e Olga revelam facetas de uma sociedade que estava vivenciando o ingresso das mulheres na universidade e, por extensão, na vida pública. Em termos profissionais, eram poucas as oportunidades que elas tinham para desenvolver uma carreira que não se restringisse ao “cuidado do outro”, como a de professora primária, enfermeira ou assistente social. Mas a realização de um curso superior e a dedicação à carreira universitária modificaram, aos poucos, as relações de sociabilidade entre homens e mulheres na esfera pública. Nessa perspectiva, o trabalho intelectual e docente na universidade, em sua historicidade, está sendo considerado como uma atividade viva, um conceito circunscrito no espaço, no tempo e no corpo das agentes que nele se projetaram.

Os depoimentos aqui analisados pela

ótica do discurso nos ajudam a pensar como as jovens estudantes da década de 1930 perceberam que podiam construir suas vidas além dos limites consagrados para a mulher. Estudaram, formaram-se e desenvolveram brilhantes carreiras universitárias. Elas precisaram superar a ideologia patriarcal na qual foram educadas; lutar para abrir novos espaços de apoio que lhes permitissem trilhar as novas profissões e criar um espaço de visibilidade, no qual inclui o “poder da fala e da escrita”, que lhes garantisse um lugar entre seus pares profissionais.

A memória, enquanto forma de lembrança que se volta para o passado, é um processo que contém inúmeras possibilidades narrativas. De um modo geral a rememoração e a verbalização do passado constituem-se como um processo amplo e intencionalmente seletivo por parte do depoente. No caso dos depoimentos analisados, isso ficou evidente da seguinte forma: se por um lado Alice Canabrava não se inibiu de falar da cidade natal, da família e juventude, Olga preferiu silenciar sobre tais assuntos ou não os

associar com episódios da vida acadêmica. A seletividade se manifestou também em eventos profissionais que lhe foram mais importantes que outros, como a conclusão do doutorado, as pesquisas que fizeram, o concurso para Professor Titular e, no caso de Alice, a conquista da Cátedra. Isto é, todas as propriedades intelectuais que configuram notoriedade à trajetória acadêmica aos professores universitários foram selecionadas e narradas, tendo como fio condutor as dificuldades que tiveram de imporem suas competências profissionais num mundo acadêmico androcêntrico.

Finalmente, a partir desses apontamentos, perguntamos de que forma podemos explicar as tensões, dúvidas e dilemas inerentes aos próprios depoimentos, uma vez que ao historiador é atribuída a capacidade de sempre questionar a veracidade de suas fontes, sejam elas quais forem? Como bem explicitado por Michael Pollak (1992), as memórias individual e coletiva, ainda que se comuniquem, têm marcos ou pontos relativamente in-

variantes. As memórias individuais rompem com a ordem cronológica, enfatizam acontecimentos próximos e são atravessadas por sentimentos e emoções que podem refutar ou trazer para o depoimento determinados registros. O registro individual, contudo, pode ser falho e parcial e por isso é necessário refletir o conjunto total das narrativas, cruzar com outros tipos de fontes e investigar os contextos históricos da época estudada. Ademais, podemos tanto nos lembrar de um episódio específico do passado em seus múltiplos detalhes, como apenas de seu significado, pois guardamos sentidos, esquemas e estruturas constituídas coletivamente, que nos “facilitam” a lembrança de eventos vivenciados no passado. Por extensão, ao procurarmos dar sentido ao passado, podemos ser influenciados pelos esquemas adquiridos e estes podem nos induzir a lembrar o que não aconteceu, ou ao contrário, a esquecer importantes aspectos. E finalmente, por meio da memória coletiva, podemos compreender, por exemplo, como certos eventos tornam-se mitos e outros são esquecidos.

Referências

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 36, n. 12, dez. 1984.

_____. *Mulheres na USP*: horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004.

CANABRAVA, Alice P. *O caminho percorrido*. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*. As formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PANTALEÃO, Olga. Depoimento. In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Mulheres na USP*: horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004.

PEROSA, Graziela. Educação diferenciada e trajetórias profissionais femininas. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SCHMIDT, Benito. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: _____. (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000.

TRIGO, Maria Helena B. *Espaços e tempos vividos: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.

Maicon Araújo dos Santos

maiconservo@gmail.com

Licenciado em Letras (2004) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); especialista em Ensino de Literatura Brasileira (2007) pela mesma universidade; mestre (2012) e doutorando em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professor da UECE.

Resumo:

A narração de experiências traumáticas tensiona os limites entre memória e linguagem. A possibilidade de representar o que aconteceu é dissipada na memória estilhaçada, e malograda na tentativa de representar-se em linguagem. O sujeito que viveu experiências de choque tem sua subjetividade constantemente questionada em suas certezas, quando estas são invadidas pelas lembranças involuntárias que surgem com todo o peso do vivido. Desse modo, essa subjetividade em devir funda-se em uma memória que é feita de puro rastro, reminiscência, que ressurge no presente, este então abalado pela força do passado que se inaugura de novo. A verdade do passado se confunde com a abertura do presente nos dramas pessoais experienciados. É o que se vê na narrativa de *Exortação aos crocodilos* (1999), romance de António Lobo Antunes, em que os fatos são apresentados nesse momento de limiar do acontecimento, que é todo o acontecer. O sentido que se fala está nesse movimento. Daí o acontecimento, junto à linguagem, permanecer em um processo de constante abertura: a força da experiência presente alterando as lembranças do passado, refazendo estas na linguagem que é fala que falha e está a dizer.

Palavras-chave: Memória; Linguagem; Narrativa.

Memórias e escrituras que fal(h)am em *Exortação aos Crocodilos*

Memories and scriptures that speak (fail) in “Exortação aos Crocodilos”

Abstract:

The narration of traumatic experiences tightens the boundaries between memory and language. The ability to represent what happened is dissipated in the shattered memory, and unsuccessful in trying to represent in language. The man who lived shock experiences has its subjectivity constantly challenged in their certainties, when they are invaded by involuntary memories that come with the full weight of the lived. This way, this subjectivity in becoming is based on a memory that is made of pure trail, throwback, which reappears in the present time, this so shaken by the force of the past that opens again. The truth of the past is intertwined with the opening of the present in the experienced personal tragedies. This is what we see in the narrative *Exortação aos crocodilos* (1999), a novel by António Lobo Antunes, in which the facts are presented at the moment of occurrence of the threshold, that's all happening. The meaning it talks is this movement. Hence the event, along with language, remain in a constant process of opening: the strength of this experience by changing the memories of the past, retracing these in language that is speak that fail and is to say.

Keywords: Memory; Language; Narrative.

I n t r o d u ç ã o

Um passo em falso

Em *Exortação aos crocodilos*, romance de António Lobo Antunes de 1999, a narrativa é um passo em falso. Muito menos que uma história, configura-se como um projeto de narrar, que falha sempre em estratégias linguísticas imprecisas e insuficientes: a

linguagem é incapaz de dizer essa coisa que é tecida pelas lembranças das subjetividades, das personagens. O romance está no divã, e dele saem múltiplas vozes que se confundem e gaguejam um quase-enredo, uma quase-história, que estamos a seguir a esperar...

Uma colcha de retalhos em que as costuras não se sustentam, está cheia de buracos através dos quais sondamos, suspeitamos, angustiadamente, uma resposta à pergunta que funda toda narrativa: “O que aconteceu?”. Esses retalhos são as sensações, que, revividas pelas *personas*, são acrescidas de uma emoção e de um desejo potencialmente novos que redimensionam a verdade da memória, e fazem do que aconteceu algo incerto, questionável, desestabilizando as possibilidades da verdade da linguagem e desfazendo os limites entre o que é passado e o que é presente.

Tinha sonhado com a minha avó e ao chegar à janela antes da manhã, atravessan-



Imagem 1 – Capa do livro “Exortação aos Crocodilos”, de António Lobo Nunes, pela Editora Dom Quixote, de Lisboa (1999).

do os móveis sem tocar no soalho como se continuasse a dormir (o corpo era a sombra do meu corpo movendo-se sem peso nos chinelos porque o corpo verdadeiro permanecia na cama, nesta cama ou em Coimbra há muitos anos, perto dos salgueiros altos, a eu crescida observado a eu pequena ou a eu pequena observando a eu crescida, não sei) (ANTUNES, 1999, p. 7).

Essa é a cena inicial do romance. Ele começa com um notório jogo de verbos em diferentes tempos e modos. Delineia-se, desde aí, o recurso da conjugação (e confusão) das temporalidades, manifesta em linguagem, reveladora da fragmentação e da fragilidade das subjetividades que ocupam o lugar das personagens nesse livro. A incerteza do que aconteceu tem sua origem nessas subjetividades que estão no limite do ser e do não-ser. Elas são um acontecimento, esvaziado, no entanto, de toda a potência do acontecer, restando, daí, apenas a possibilidade de lembrar.

Traço de semelhança entre as personas do livro, a memória é o que possibilita algum viver (e algum morrer) à Mimi, à Fátima, à Celina e à Simone. Estão presas àquela como a uma tábua de salvação, como o que possibilita o ser.

Facultar à memória a condição de viver e de ser está além de nostalgia: é fazer do passado o presente e o condicionante de todo o futuro possível.

De fato, a dominância do instante promove uma diluição das temporalidades dos fatos: tudo acontece no agora, ao qual vão sendo integrados ao longo dos capítulos os lapsos de memória das quatro mulheres que protagonizam a narrativa. É o mesmo agora que vai se redefinindo pelas lembranças de cada subjetividade em devir. Como num quadro cubista, a cena é uma só, reaberta, no entanto, sob um novo ângulo a cada devaneio, a cada espasmo de memória, refazendo a visão, tornando o mesmo diferente. Todo o acontecimento já está dado; o que vai se nos desvelando são as nuances, as sugestões de detalhes, sempre envolvidas na brumacidade das lembranças em que não se confia, dado que oriundas de subjetividades profundamente incertas de si próprias, desconfiadas de si mesmas.

Não há, assim, progressão textual. O que há é uma circularidade em torno de um acontecido que se repete: o mesmo, que, repetido, nunca é o mes-

mo, porque se faz na intempestividade própria da linguagem literária. Assim, a explosão narrada por Mimi é a mesma que narram as outras mulheres, e nunca é a mesma dita por elas, pois são vozes distintas, subjetividades em carência de si mesmas, e nisso semelhantes, que, no entanto, transformadas em linguagem, são sempre outras.

Isso se manifesta em texto nas expressões que se repetem diferenciando-se sempre pelo acréscimo de um novo termo, um novo sintagma, o novo que abala a estrutura linguística, refazendo o dito, re-dizendo, re-definindo as coisas e os seres. É linguagem sobre linguagem num movimento gaguejante, em que se repete sempre o mesmo esforçando-se por crescer a este um termo seguinte que lhe dê sentido.

[...] fosse um tique, não um chamamento, qualquer coisa que a boca sabe de cor ignorando que o sabe, intitulavam meu pai a um conjunto de parcelas desconexas contradizendo-se, anulando-se, estranhando-se e onde o termo

- Filha

não passava do resultado de uma combustão de acaso, de tempos a tempos a maçã de adão saltava para diante após uma colher de sopa e fechava-se numa contracção inesperada, a pupila redonda amortecia por instantes e tornava a crescer, a minha mãe resplandecendo alegrias de vitória

- Engoliu

apressava-se a teimar no caldo julgando obter o consentimento de pedaços do meu pai (e que não eram o meu pai mas fragmentos de estranhos que alguém reuniu ao acaso, não podia ser meu pai dado que o meu pai nunca dizia

- Filha

dizia

- Eh

dizia

- Tu aí

dizia

- Simone

no caso de me pedir dinheiro emprestado ou encontrá-lo a rondar-me as gavetas e mesmo assim o

- Simone

não significava

- Simone

significava

- O que fazes aqui vai-te embora some-te da vista (ANTUNES, 1999, p. 268-269).

É um jogo do dizer que arquiteta um discurso em devir e apresenta uma realidade contingente, em constante mutação, impossível de ser logicamente estabelecida. Porque, aqui, a realidade é a subjetividade de sujeitos indefinidos e indefiníveis que se fazem linguagem em processo de elaboração de si própria.

As partes desconexas do sujeito desconectam a linguagem racional. O

que se escuta, então, é uma fala doentia, esquizofrênica, que não sabe de si mesma e, por isso mesmo, não pode significar, fixar um signo, ou um sentido. Fica-se em um regime de signos:

Os signos emitem signos uns para os outros. Não se trata ainda de saber o que tal signo significa, mas a que outros signos remete, que outros signos a ele se acrescentam, para formar uma rede sem começo nem fim que projeta sua sombra sobre um *continuum* amorfo atmosférico. É esse *continuum* amorfo que representa, por enquanto, o papel de “significado”, mas ele não para de deslizar sob o significante para o qual serve apenas de meio ou de muro: todos os conteúdos vêm dissolver nele suas formas próprias. Atmosferização ou mundanização dos conteúdos. Abstrai-se, então, o conteúdo (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 62).

O acontecimento de linguagem que é *Exortação aos crocodilos* desfaz a noção clássica de signo linguístico, apontando ao longo de todo o livro que o sentido não está no dito, mas no fluxo do dizer. É na dinâmica do signo que se delinea a possibilidade de um significar. À clássica pergunta acerca do significado do texto ou do livro responde-se com o significante, com o que é possível referir-se a. O que quer dizer o livro está a dizer (e a ser dito)

em cada texto que o forma sem, no entanto, dizê-lo definitivamente.

Nesse sentido, não há sentido. O que há é uma significância ilimitada, que acaba por constituir um meio em que os conteúdos dos signos se dissolvem, destituindo-se de suas formas próprias, (f)ato que implica uma dessignificação do signo, que o torna impotente em si mesmo, precisando, a partir disso, remeter-se a outro signo, e este a outro e assim *ad infinitum*.

O signo não significa. Ele sinaliza, aponta. Por isso o que a fala fala não é exatamente o que ela diz. A fala fala: nesse trabalho está todo o significado. Na ação da linguagem, no movimento das palavras é que se promove um acesso ao significar. Uma fala difícil, que força as palavras a um limite agramatical¹, condição mesma para fazer a poesia acontecer em texto.

Essa fala difícil é que promove uma

¹ A linguagem empurrada a seu limite, acaba por evitar o significante como princípio de entrada do processo de significação. O agramatical tende ao assignificante, problematiza essa condição de primazia no estabelecimento de uma referência lógica e inteligível, circunstancialmente dominante, que privilegia na linguagem o significante. No lugar disso, tem-se uma dinâmica de reterritorializações e desterritorializações do desejo, o que, segundo Deleuze, promove o “rachar das palavras”, abrindo o signo a ressignificar no movimento intempestivo e circular do signo na linguagem.

vibração na estrutura da linguagem literária que é, por isso, criadora, abre o processo de significância, e este permanece. Inicia-se uma errância da linguagem em que as palavras são indícios de uma inconstância, de uma incerteza. Por isso elas não podem também ser estruturadas, bem acabadas, com um significante e um significado bem definidos. As palavras só podem ser também, estrutural e semanticamente, imprecisas. Daí os termos em decomposição no texto antuniano. As palavras não se sustentam (- Como carregariam assim um significado?). Rapidamente elas entram em processo de desmontagem, incompletude, recorte e deformação. É um processo de abertura só. E errância...

Como na fala psicanalítica, em que se fala o que ninguém sabe (Cf. FREUD, 1974), a fala, no romance, é permitida pelo não-saber. A ausência de pensamento, de (cons)ciência é que possibilita essa fala reveladora e criadora, que diz no fazer da linguagem. O não-pensar abre espaço para a manifestação do desejo, a força impulsionadora do falar. Fala livre, que revela nas falhas, no limite do que é dito e do que se quer

ocultar. Nesse ponto, a fala está à beira do desastre. E força uma passagem. Acaba falando a partir da resistência do silêncio que se quer sobrepor. O que se tem nas palavras são restos desse silêncio.

Na verdade, preferir-se-ia não falar, à maneira de *Bartleby*². As experiências de choque ou traumáticas abalam e desconcertam a razão, o pensamento. Não há como dizê-las. Prefere-se não dizê-las. Prefere-se não. Mas quando se força a fala de tais experiências, o que resulta é uma fala selvagem, sem limites, inaugural, a fala do acontecimento.

Através das significações abolidas e das designações perdidas, o vazio é o lugar do sentido ou do acontecimento que se compõem com o seu próprio não-senso, lá onde não há mais lugar a não ser o lugar. O vazio é ele próprio o elemento paradoxal, o não-senso da superfície, o ponto aleatório sempre deslocado de onde jorra o acontecimento como sentido (DELEUZE, 2007, p. 139-140).

O vazio é o lugar do infinito da linguagem. É esse momento de limiar do acontecimento que é todo o acontecer. Porque este não se efetiva, não se conclui, mas está a fazer-se, reverbe-

² Faz-se referência ao conto-novela *Bartleby, o escrivão*, de Herman Melville.

rando na intempestividade da significância da linguagem. O sentido está nesse movimento. Daí o acontecimento, junto à linguagem, permanecer em um processo de constante abertura. As quatro mulheres do romance participam do mesmo ocorrido. Estão no mesmo acontecer que se inaugura a cada fala de uma delas. Vivenciam-no em profundidade, ao ponto de transmutar seus passados pessoais: a força da experiência presente alterando as lembranças do passado. É o princípio da rememoração benjaminiana. “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

A verdade do que é lembrado no presente será tanto mais forte quanto maior o traço emotivo associado à lembrança. O passado ressuscita na abertura que o presente apresenta, no rasgo da consciência do sujeito que vive a experiência do momento. O presente, assim, ilumina o passado. Nesse instante, passado e presente se confundem, e se alteram. Instala-se um princípio de alteridade (não de conti-

nuidade) entre os tempos: o presente é o outro do ser passado, e vice e versa. O que aconteceu deixa de fundar a narrativa porque todo acontecimento está a acontecer, reverberando sobre si mesmo um princípio de ação que é incerto.

[...] tectos de rosas de estuque, pirâmides de folhas, as portadas da varanda que não lográvamos fechar, golpeei o sujeito de chapéu ou o bêbedo mascarado de mulher que me troçava da taberna, um espantalho assimétrico desmoronou no talude o seu fato vazio enquanto uma tosse molhada, enquanto a boca

- Eh

enquanto o senhor bispo, enquanto o comandante, enquanto o general

- Eh

no compartimento onde desmanchavam a feira antes da vinda do exército, se eu não for para Espinho, se não me derem o café, se não tivermos tempo de abandonar a vivenda, esconder o carro na vereda de silvas, premir o detonador no pinhal, o sujeito de chapéu sentado nos chorões a fitar-me, os guardas espanhóis a prenderem-me os braços, a afastarem-me do meu pai, a empurrarem-me, o meu namorado a tirar-me a metralhadora

- Estás doida?

caras que apareciam e desapareciam no armazém, o cigarro da viúva entre a mesa e os lábios, os presépios do Cordeiro iluminados, a surda a abençoar-me num sorriso, a afilhada do senhor bispo a mirá-las a ambas e a mirar-me a seguir como se entendesse por fim

- Vocês aí

a minha mãe amarrava-me a toalha ao pescoço, aproximava-se com a sopa de cenoura e a colher, tentei explicar ao meu

namorado que não era doente, não era inválida, podia falar conforme as pessoas falam, nunca roubei dinheiro a ninguém, não descia aos esgotos a fumar e a contar moedas mas a minha boca não conseguia, os sons paralisavam-se, não sentia as gengivas, não me sentia a mim, graças a Deus uma frase completa formou-se devagar ecoando sílabas, o olho intacto desorbitava-se a conservá-la, a mantê-la nítida, a aperfeiçoá-la, ajudando-a a não submergir em restos de discursos, estilhaços de recordações, gestos imóveis, talvez meus, flutuando sem ordem, rostos muito antigos, familiares e estranhos

não, familiares

não, estranhos

não, familiares (ANTUNES, 1999, p. 276-277).

Os acontecimentos estão no mesmo lapso de tempo: o agora. Confundem-se porque se equivalem, substituem-se, tensionam-se. Nesse forçar os fatos, produz-se (e se tem acesso a) o acontecer em estado puro, o fato aberto, a jorrar intempestivamente no fluxo sígnico das palavras em devir. Os fatos são inconclusos, abertos, em espiral, não linear, “flutuando sem ordem”.

Essa abertura, em verdade, desestabiliza toda noção de estrutura de texto, de tempo e espaço narrativo, de representação. Está-se a perseguir o acontecimento. A inverdade da memória é a origem desse processo. Os “gestos imóveis” como cenas do pas-

sado reconstruído, retomado, não se sustentam na narrativa de *Exortação* porque seus limites estáticos são desfeitos com a fragilidade da lembrança enquanto estilhaço; abrem-se neles linhas de fuga do certo que aconteceu que tocam no que deveria ter acontecido e no que poderia acontecer. Um fato cria o outro. É um brotar espontâneo que condiciona o narrar. São sintagmas nominais e orações coordenadas que se justapõem a períodos simples, incisivos, vibrantes, num frenesi verbal que liquidifica toda imagem que principiava a formar-se. As quase-imagens da memória surgem e, imediatamente, esvaem-se em incertezas da lembrança, confundindo-se com outras lembranças em resto que surgem e se desfazem. Presente e passado se confundem na força do instante criador.

A ficção cria sua verdade, pautada no mistério dos não-fatos, sendo “uma experiência que, ilusória ou não, aparece como meio de descoberta e de um esforço, não para expressar o que sabemos, mas para sentir o que não sabemos” (BLANCHOT, 1997, p. 81). A associação livre das palavras e das lembranças revela a condição dessa

escritura: não há pensamento. A falência da linguagem e a impossível representação do passado são resultantes da ausência de pensamento enquanto consciência, ou seja, enquanto instância elaborada racionalmente que ajusta o desejo irrepresentável a uma expressão estruturada e inteligível. Não é isso o que pulsa no texto de Lobo Antunes. O que está aí é o desejo em potência, uma dinâmica de sensações a interpenetrarem-se e, assim, a criar a escrita instintiva, a que não tem expressão, a que não representa, mas apresenta, com a força do desejo, a realidade interior das subjetividades fragilizadas pelos traumas re-vividos. E o trauma não tem passado (Cf. FREUD, 1974). A escritura literária (poética) também não³. Estabelece-se assim um discurso em devir, que fala no trânsito das temporalidades da língua e da memória. É sempre limiar. Dizer o indizível: a estratégia da linguagem é circular nela mesma.

Construir uma frase completa, reveladora de uma certeza do que se pensa, o que aponta para alguma compreensão

³ Conforme propõe Gaston Bachelard, em *A poética do espaço* (1988), ao destacar o caráter inaugural do instante criador da poesia.

de si e da realidade, estabelecer sentido, é um milagre — “graças a Deus”. Mas isso não dura:

[...] enxergava a minha mãe, a Gisélia, o anel do senhor bispo na dispensa, o meu namorado e o sujeito de chapéu a fitarem-me na camioneta, os guardas espanhóis empilharam o último caixote e designavam-me com o dedo, lembro-me de palavras que assim juntas, umas a seguir às outras, embora dispostas numa sequência que me parecia correcta não possuíam sentido, compreendia cada uma e não as compreendia agrupadas visto cavalgarem-se, misturarem-se, anularem-se ao passo que a minha frase ali estava pronta a exprimir-se, óbvia, exaltante, nítida, ordenando o mundo, trouxe-a devagarinho com a língua até ao vértice da boca sem que nada saísse do lugar, os ditongos firmes, as vogais correctas, o nexos sem uma única falha, uma frase melhor, mais bonita, mais ampla que todas as frases que consegui até hoje, não existiam dúvidas, segredos, mistérios, tudo simultaneamente tão profundo e tão simples, o que do meu corpo não era meu tornou a pertencer-me, não necessito que me alimentem, me levantem, me deem, me mudem a roupa às terças-feiras, me vigiem o sono, receiem que morra, descansem que não vou morrer, me passem de manhã uma esponja na cara, os ombros simétricos, os olhos iguais, as mãos da mesma idade, eu idêntica a mim na

camioneta em Alcântara, voltei-me para a janela decidida a oferecer-lhes a razão, o motivo, a explicação verdadeira, apoiei o nariz ou a testa, a testa, notava-se que era a testa, no caixilho a fim de me escutarem melhor, a testa a pedir

- Oiçam

a aconselhar

- Oiçam

a advertir com segurança

- Ides finalmente saber

nenhuma saliva a embaraçar-me, nenhum músculo a trair-me, nenhum dente que me proibisse, os guardas espanhóis e o meu namorado à espera, reverentes, tive a impressão de que alguém

(o sujeito do chapéu sempre a palpar a nuca?)

comentava

- Está doida

e não era o sujeito do chapéu, era uma brincadeira do vento nas casas, essas manias do vento que as paredes deformam de modo que limpei a garganta, estendi o pescoço, comprimi a língua nas gengivas, senti que o pedaço de um pedaço se imobilizava e murchava, nada de importante, o pedaço de um pedaço, a frase inteira, completa, sem falhas, elucidando o mundo, ultrapassou os lábios e o fragmento murcho no instante em que desciam o vidro

- Eh

exatamente o que pretendia comunicar-lhes, o que pretendia esclarecer

- Eh

só Deus sabe o que me custou falar tanto, ser-lhes tão generosa, tão útil

- Eh

e então pude dar-me a recompensa de alastrar no banco, me despir de ossos, colocar uma sobre a outra as mãos desiguais à medida que tudo se calava no interior de mim e a minha mulher e a minha filha abandonavam a sala até não sobrar mais que o carrinho do chá (ANTUNES, 1999, p. 278-279).

O resto que comunica, que esclarece, é toda a possibilidade da fala. “Eh” é um ruído, um balbucio, uma negação da palavra. E é tudo que se consegue dizer. Todo o discurso inteligível, racional, que pretende estabelecer uma verdade, uma ciência, “ordenar o mundo”, falha, não se sustenta. A grande fala lúcida e firme, sem “dúvidas, segredos, mistérios”, efetiva-se em um profundo desastre. O que se tenta ordenar é a fala que representa o mundo, uma expressão deste; projeto desde o princípio condenado ao fracasso, dado que a realizar-se por um ser que não se afirma, que não tem certeza de si: o

pai com trombose se confunde com a filha – esta também desfigurada e desajustada pelas experiências traumáticas da infância e da vida adulta como guerrilheira do partido comunista. As subjetividades em pedaços da filha e do pai confundem-se, são incertas, desordenadas. Uma frase lógica e ordenadora é impossível. O que é possível é uma fala sem lógica, sem pensamento, a fala do desejo frustrado.

“Eh” é resultado e, ao mesmo tempo, anúncio: um esgotamento da possibilidade da fala e uma tentativa da mesma. Ficamos a esperar um dizer. “Eh” coloca a linguagem em seu momento de origem, em que há um prenúncio no caos instaurado. Anuncia-se algo na desordem e na falta. Esse algo é incerto, e nunca se saberá dele, mas pode-se senti-lo todo no momento em que se apresenta.

Sem dúvida a maioria das recordações que buscamos aparecem à nossa frente sob a forma de imagens visuais. Mesmo as formações espontâneas da *mémoire involontaire* são imagens visuais ainda em grande parte isoladas, apesar do caráter enigmático da sua presença. Mas por isso mesmo, se quisermos captar com pleno conhecimento de causa a vibração mais

íntima dessa literatura, temos que mergulhar numa camada especial, a mais profunda, dessa memória involuntária, na qual o momentos da reminiscência, não mais isoladamente, com imagens, mas informes, não-visuais, indefinidos e densos, anunciam-nos um todo, como o peso da rede anuncia sua presa ao pescador (BENJAMIN, 1994, p. 48-49)

Pode-se sentir a profunda falha, o fracasso da imagem e da linguagem inscritos no “Eh”. A indefinição das imagens fundada na densidade do discurso potencialmente incomunicável é o que permite a fala da *Exortação* em quatro vozes. As lembranças surgem, invadem a subjetividade em ruínas, estabelecem uma dinâmica de interpenetração dos resíduos mnemônicos eivados de erotismo – substância das experiências traumáticas – que enchem o ser abrindo os limites deste, criando linhas de fuga de qualquer limite, o que impossibilita a estruturação, a organização do pensamento, da realidade e da linguagem. No fim, é esta que fala, desestruturando e anunciando o que se fica a esperar infinitamente.

As mulheres estão (inconscientemente?) à procura de uma redenção. O passado lhes vem para participar delas, reconstituí-las, refazê-las e refazer-se

nelas. E encontra na precariedade-potência do signo linguístico a abertura para balançar-se entre o dizer e o ocultar, entre o presente e o passado, entre a lembrança e o esquecimento. Por isso elas falam, falam até que falham. O esboço de pessoa que são não sustenta o discurso: gaguejam, não sabem, não lembram, não terminam a frase, o pensamento falha. São subjetividades frágeis que vibram em uma linguagem estranha e insuficiente. Por isso a tentativa de rememorar o vivido no sentido de resgatar o passado é desde o princípio impossível. É o movimento de tecer a memória que revela a possibilidade de falar do passado. Fazer o passado é *uma* maneira de tê-lo, e, conseqüentemente, de ter a si próprio.

As mulheres estão à procura de si mesmas. Ter o seu passado lhes daria um presente, um si-mesmo. Elas não se governam, não são capazes de conduzir suas vidas porque são incapazes de se relacionarem consigo próprias e com seu meio. São providas de um impoder. Estão sempre sob a custódia de um outro que lhes manipula o tempo todo em todos os tempos. Através da memória, esses manipuladores governam as vidas dessas mulheres. O tio abusador, o padrinho pervertido, o namorado

miserável, o general, perpetuam-se a apoderar-se delas. São subjugadas pela força da reminiscência revivida e presentificada que se atualiza como uma “lei de verdade”, uma forma de poder que se impõe às suas vidas.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjugua e torna sujeito a (FOUCAULT, 2010, p. 278).

A lembrança determina a persona das mulheres ao tornarem-nas subjetividades incertas e sujeitas à força da lembrança traumática. Elas são condicionadas pela memória. Suas identidades não passam de meras sujeições à força das reminiscências. Não conseguem ser mais que isso. Suas ações, inclusive, são condicionadas pelo poder da lembrança, pois o poder se exerce, como destaca Foucault (2010, p. 243), como “um con-

junto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos”. São os sujeitos do trauma, da guerra, em que o governo de si desmorona no indivíduo neurótico e esquizofrênico que impossibilita uma sociedade, um discurso, uma frase em ordem.

Uma escritura da desordem, porque coloca em texto a desordem da subjetividade contemporânea, sujeita à força da reminiscência, condicionada pela precariedade do rastro, traduzida em linguagem insuficiente.

Falando sobre a obra de Proust, Benjamin (1994, p. 37) diz: “Sabemos que Proust não descreveu em sua obra uma vida como de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu”. E conclui que

um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Num outro sentido, é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura. Ou seja, a unidade do texto está apenas no *actus purus* da própria recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação (BENJAMIN, 1994, p. 37).

O texto de Lobo Antunes é um tecido denso e instável. A sequência de palavras ilimitada é decorrente do acontecimento, que é lembrado, fugindo, com isso, das amarras da representação do vivido na realidade. O que é dito apresenta-se e não representa. Cada fala é inaugural, um novo presente e um novo passado. Uma narrativa que circula numa espiral vista de cima, ou seja, muda sem mudar, o ato puro, deixando o ato narrativo a acontecer sem cessar, pois, afinal, “No fundo, é o mesmo dia que retorna sempre sob a forma dos dias feriadados, que são os dias da reminiscência” (BENJAMIN, 1994, p. 230).

Reminiscência é rastro⁴, é resto, vestígio. Pensar um “rigor” da reminiscência é aproximar-se da instabilidade da linguagem do romance antuniano. O que temos são pistas do que aconteceu. E pistas não intencionais. As reminiscências são indícios deixados sem intenção prévia. Fruto do acaso e da negligência, elas simplesmente acontecem,

4 Aqui nos termos de Emmanuel Lévinas (1993, p. 84): “O rastro autêntico [...] decompõe a ordem do mundo; vem como em ‘sobre-impressão’. Sua significância original desenha-se na marca impressa que deixa, por exemplo, aquele que quis apagar seus rastros, no cuidado de realizar um crime perfeito. Aquele que deixou rastros ao querer apagá-los, nada quis dizer nem fazer pelos rastros que deixou. Ele decompôs a ordem de forma irreparável”.

invadem a consciência fraturada das subjetividades desestruturadas pelos traumas. Denunciam uma presença ausente e anunciam uma ausência presente. Nesse entre elas vibram, pulsam entre as palavras que tentam agarrá-las e acomodá-las em suas estruturas linguísticas. Mas as lembranças escapam, tem a selvageria da experiência de choque, explodem os limites, vazam pelo discurso que se torna inapreensível, denso e indefinido. O fio de Ariadne é rompido, como as migalhas espalhadas que garantiam o caminho seguro são dissipadas pela força do tornado- memória do sujeito fraturado pelos traumas vividos. A memória desse sujeito está em ação permanente: fazendo, desfazendo, refazendo o que acontece(u), involuntariamente, ela desprovê a consciência de qualquer segurança de si e de toda capacidade de organização do mundo.

É a tessitura do acontecer que promove o texto literário. Em *Exortação aos crocodilos*, a dinâmica entre a lembrança, o esquecimento e a palavra vai cosendo e desfazendo o bordado imperfeito da história. “o mesmo dia” aponta para essa circularidade em que se faz a

narrativa: é o mesmo presente a inaugurar o mesmo passado novo uma vez mais.

A memória fala na falha. O que ela pode dizer de mais autêntico é do domínio do não-representável. Essa autenticidade confere à memória uma potência criadora. Ela sai de sua condição depositária, passiva e inativa, para um estado de elemento que institui possibilidades de ações, de interpretações e de sensações. As lembranças das experiências de choque são fundadas no desejo que impulsiona ações instintivas, fora do cerceamento da razão. A espontaneidade delas rompe os limites da representação, desfazendo as imagens da memória – que dariam a certeza do que é lembrado – em reminiscências que são rastros, lampejos incertos do acontecido. Nesse movimento de negatividade e luminosidade tem-se o momento limiar em que se estabelece a possibilidade da criação. O que se cria é uma abertura do acontecimento, em que este é percebido em sua dinâmica de construção. O que aconteceu é impossível de ser representado ou definido porque ele, novamente, acontece, no relato que está vivo, inapreensível.

A narrativa do acontecimento vibra em linguagem criadora, um discurso volátil, nutrido pelas sensações do agora que engloba presente e passado. Nessa narrativa, está-se a viver de novo o ocorrido, e, ao mesmo tempo, reelabora-se o acontecido (e o sujeito que testemunha), que continua a acontecer na linguagem essencialmente intempestiva.

A memória falha na fala. Na tentativa de evocar o inapreensível – o passado vivido –, a fala da memória circula na abertura que a incerteza do sujeito promove em relação a si e ao que, de fato, aconteceu. As palavras são pedaços de um querer-dizer essencial que não se dá. Respondem apenas à intenção originária, às sensações obscu-

ras do indivíduo, que são puro desejo, irrepresentável, impalavreável. Ficamos no movimento em que um signo remete a um outro signo, sem nunca remeter a um significado preciso, a algum referencial seguro. É a condição do instante inaugural, fala que está sempre começando, está por dizer, por isso tateante, redundante, despedaçada, caótica, e anunciadora do que nunca chega. É a condição da Poesia: essa linguagem de memória em rastro é potencialmente a linguagem da Poesia. Esta que também se faz no agora que continua a acontecer e na abertura do signo rachado pela força do desejo criador da subjetividade em ruínas do indivíduo que está a (des)fazer-se infinitamente.

Referências

ANTUNES, António Lobo. *Exortação aos crocodilos*. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: _____. *Bachelard* – textos escolhidos. 3. ed. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril, 1988. (Coleção Os pensadores).

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Obras Escolhidas, v.1).

BLANCHOT, Maurice. *A parte do fogo*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs* – capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 2.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. 2. ed. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 269-282.

FREUD, Sigmund. Cinco lições de psicanálise. In: _____. *Freud* – textos escolhidos. Tradução de Durval Marcondes, J. Barbosa e Jayme Salomão. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os pensadores). Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/cincolicoespsicanalise.html>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

LEVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. Tradução de Pergentino Pivato. Petrópolis: Vozes, 1993.

MELVILLE, Henry. *Bartleby, o escrivão*. Tradução de Gil de Carvalho. Lisboa: Assírio & Alvim, 1988.

Gabriel de Oliveira Rodrigues

gaboli@uol.com.br

Licenciado em Letras (2000) pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG); mestre em Ciências da Comunicação/Jornalismo (2007) pela Escola de Comunicações Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP); e doutorando em Linguística/Análise do Discurso no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp).

Resumo

Embasado em alguns conceitos da Análise do Discurso francesa e da Psicanálise lacaniana, o presente ensaio pretende abrir uma discussão sobre a memória discursiva em torno de noções de virilidade, e sua representação em imagens do pênis disseminadas tanto pela Arte Ocidental de cultura com origem judaico-cristã, bem como algumas representações na pornografia brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Memória discursiva; Pênis; Pintura; Pornografia.

Da vergonha à ostentação: um breve ensaio sobre formações discursivas que constroem a memória discursiva sobre o pênis

From shame to ostentation: a brief essay about discursive formations that build the discursive memory about the penis

Abstract

Based on concepts of French Discourse Analysis and the Psychoanalysis by Lacan, the present essay intends to discuss the discursive memory, its concepts of virility and representation through images of the penis spread in the Western Art, culturally based on the Judeo-Christian logic, and in some representations in contemporary Brazilian pornography.

Keywords: Discursive memory; Penis; Painting; Pornography.

I n t r o d u ç ã o

Repetibilidade de representações e memória discursiva

O que se conhece por *memória* em Análise do Discurso (AD), termo cunhado por Jean-Jacques Courtine na década de 1980, possui lugar nos estudos e textos da área desde antes. Termos como *repetição* e *interdiscurso* aparecem já em escritos de Michel Pêcheux na década de 1970, remetendo à ideia de memória.

Partindo do princípio que o sujeito, ao tomar a palavra e formular o discurso, ilude-se entendendo ser ele – sujeito – a fonte do seu discurso quando, na verdade, os saberes trazidos preexistem ao discurso do sujeito (foram formulados antes, em outro lugar, por outro sujeito), constituindo a noção de repetibilidade. O efeito de esquecimento é o responsável por tal ilusão, funcionando para que o sujeito não tenha consciência de tal repetição de um discurso *sempre-já-lá* – que Pêcheux chama de *pré-construído*. Assim, de acordo com a noção de memória discursiva, o

sujeito produz seu discurso sob a repetibilidade, mas iludido de ser a origem do saber pelo efeito de esquecimento.

Pierre Achard (2007, p. 13) sustenta que existe a formação de um efeito de série que iniciaria uma regularização na qual residem os implícitos e que funcionaria como dispositivo de recolhimento destes “sob a forma de remissões, retomadas e efeitos de paráfrase”. Assim, entende-se que o implícito é produzido pela repetição, uma série que permite a regularização de certo efeito de sentido.

Tal repetição estabelece uma espécie de regularidade de sentidos, que pode ser quebrada pela incidência de um acontecimento discursivo – que fixaria um novo sentido na memória discursiva. Os saberes e sentidos que circulam socialmente, embebidos na trama sócio histórica, são retomados, repetidos e regularizados pelo/no discurso do sujeito.

Importante lembrar, ainda, que tais sentidos em circulação não estão petrificados: eles têm a capacidade de escapar das fronteiras das formações discursivas onde se encontram e “deslizar” para outra formação discursiva, inscrevendo outro(s) sentido(s). O *todo complexo com dominante* das formações discursivas é o que Pêcheux chama de *interdiscurso*, por onde podem ocorrer tais deslizamentos de sentido.

Eni Orlandi (1998, p. 21-27) afirma que “as palavras não têm um sentido nelas mesmas porque derivam seus sentidos conforme a memória discursiva em que se inscrevem”, ou seja, o sentido das palavras não se encontra nelas mesmas, mas no seu encaixe no discurso, na maneira como a ideologia produz efeitos de sentido materializados no discurso. Com isso, Orlandi indica a existência de um complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de efeitos de sentido no funcionamento da própria linguagem, que numa determinada materialidade histórica estabelece relações entre sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história. É por meio da memória discursiva que o discurso constitui os efeitos de sentido entre os sujeitos discursivos, interlocutores.

Falando sobre a leitura de textos, Pêcheux (ACHARD, 2007, p. 52) ressalta que a memória discursiva “vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita”, possibilitando ao leitor habilitado a capacidade de interligar e (re) construir efeitos de sentido no discurso.

Em 1981, influenciado por todo esse contexto exposto acima, Courtine afirma que “toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega... isto é: em relação às quais esta formulação possui efeitos de memória específicos” (COURTINE, 1981, p. 52). Assim, nas práticas discursivas, a memória equivale à existência histórica do enunciado regulada pelos aparelhos ideológicos. Isso permite a repetibilidade e, por meio desta, a manutenção de uma memória discursiva socialmente estabelecida, relativamente fixa e formadora de efeitos de sentido que construirão a rede simbólica de significados sobre a qual são possíveis a interlocução e o próprio discurso.

Paralelamente a isso, no campo das ci-

ências do comportamento, Cornelius Castoriadis, em sua obra intitulada *A instituição imaginária da sociedade* (1986), discorre sobre as evidências de como os sistemas de organização humana somente podem ser entendidos a partir da relação entre a ordem simbólica e o Imaginário, remetendo diretamente aos registros lacanianos. Castoriadis explica que o Simbólico e o Imaginário têm profundas relações entre si, já que “o imaginário deve utilizar o simbólico não apenas para exprimir-se, mas para ‘existir’, para passar de virtual a qualquer outra coisa”. Inversamente, “o simbólico também pressupõe a capacidade imaginária, para ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é” (CASTORIADIS, 1986, p. 154).

O autor salienta que é no Imaginário que uma sociedade procura o complemento necessário para sua ordem, uma vez que no núcleo deste Imaginário é que se encontra um sentido que não é ditado por fatores reais porque, antes disso, é esse Imaginário que confere a esses fatores reais tal importância e tal lugar no universo, ou seja, suas representações. Estes conjuntos de representações que vão se articulando

do – como se fossem uma rede – têm como efeito a construção da realidade em que vivemos, formando uma rede simbólica e, ao mesmo tempo, uma ordem imaginária. Tal ordem rege os lugares representados pelas coisas na sociedade humana; tal ordem rege o sentido de significação dos signos em uso, estabelecendo hierarquias dentro da linguagem.

Assim, conforme o próprio Castoriadis (1986, p. 175), “o imaginário da sociedade [...] determina a escolha [do signo] e as conexões das redes simbólicas [por ele estabelecidas]”. O signo em seu uso social ganha vida quando corresponde, no Imaginário da sociedade, à representação de um lugar na rede simbólica ocupado por um “nó”, ou referencial. O indivíduo interage quando o signo utilizado no ato comunicativo representa para ele alguma coisa dentro do seu universo de conhecimento, coisa essa socialmente posicionada, coletivamente passível de significação.

Com isso em mente, segue uma breve análise (que mais levanta questionamentos do que respostas) sobre a memória discursiva da virilidade, ou a posição que sua representatividade

ocupa em dado imaginário social, por meio da representação do papel do pênis em duas formações discursivas socialmente construídas: a pintura e a escultura na Arte Ocidental pós-Niceia e a pornografia brasileira contemporânea. A aproximação destas duas áreas do conhecimento humano – utilizando conceitos da Análise do Discurso de Pêcheux e da Psicanálise de Lacan, que se debruçam sobre o fenômeno da linguagem e construção de sentido – pode indicar caminhos para a compreensão dos efeitos de sentido em representações sociais do órgão genital masculino.

Os dois campos aqui brevemente analisados – arte e pornografia – podem indicar o que é chamado de deslize interdiscursivo: a forma como a representação imagética do pênis nestas duas áreas constrói distintas formações discursivas sobre noções anatômicas do corpo masculino como modelo de virilidade, e seus aspectos na construção da memória discursiva do pênis.

Formações discursivas

O conceito de formações discursivas

nasce em *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault (2009), e sofre adaptações quando absorvida pelo campo da Análise do Discurso, a partir das ideias de Pêcheux.

Foucault entende as formações discursivas como relações entre enunciados, e lança brevemente quatro hipóteses sobre elas: quando determinado conjunto de discursos se refere a um mesmo objeto; quando as relações se definem pelo estilo (forma e tipo de encadeamento); quando sistemas de conceitos permanentes instituem grupos de enunciados; e quando da formação de eixos temáticos. Tais hipóteses são eliminadas pelo próprio Foucault, esclarecendo que elas não encerram a totalidade da construção de discursos.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2009, p. 43).

Assim, Foucault propõe a identificação

das formações discursivas a partir das regularidades por trás da dispersão dos elementos (dispersão com o sentido de diferença). Tais regularidades resultam dos processos de formações discursivas. Vincula-se, assim, o conceito de formações discursivas às instâncias do poder, desenvolvida pelo autor em *A ordem do discurso* (1996): a formação regular do discurso poderia integrar procedimentos de controle.

Já Pêcheux entende as formações discursivas, a princípio, relacionadas à noção de formação ideológica, principalmente pela influência de Louis Althusser e de sua obra *Aparelhos ideológicos do Estado* (1983). Partindo de uma premissa marxista, Pêcheux estabelece que

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina 'o que pode e o que deve ser dito' (articulado sob uma forma de alocação, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2009, p. 160).

Pêcheux (2009, p. 149) sugere que a ideologia se articula por meio dos sujeitos e se materializa por meio do discurso, afinal, “só há ideologia pelo

sujeito e para sujeitos”. Assim, segundo o autor, todo sujeito é interpelado pela ideologia que o constitui (processo de assujeitamento) e fala a partir de uma formação discursiva ao enunciar, marcando sua posição-sujeito e constituindo uma identidade enunciativa.

Para Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 392), “num campo discursivo, ‘posicionamento’ define mais precisamente uma identidade enunciativa forte (‘o discurso do partido comunista de tal período’, por exemplo), um lugar de produção discursiva bem específico”. Tal identidade mantida entre o sujeito discursivo e a formação discursiva não deve ser compreendida como fixa: Pêcheux (1997, p. 314) diz que “uma FD [formação discursiva] não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de [...] outras FDs [e] que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais”, tais como pré-construídos e discursos transversos. Sobre tal base instaura-se o interdiscurso, que possibilita a concretização do discurso pelo sujeito, o qual materializa a ideologia e agencia os sentidos. Conforme já citado neste texto, as palavras não constituem efeitos de sentido em si mesmas, mas no discurso.

Assim, para Pêcheux (2009, p. 102) toda formação social, constituída de relações entre classes sociais, apresenta “posições políticas e ideológicas, que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” e que possuem as formações discursivas que determinam o que pode e o que deve ser dito. Isso possibilita às palavras mudarem de sentido quando utilizadas em formações discursivas diferentes.

Este trabalho levará em conta duas formações discursivas imagéticas: a Arte Ocidental pós-Niceia, com especial atenção à pintura e à escultura; e a pornografia produzida no Brasil nestes primeiros anos do século 21. O texto enfocará representações do pênis nessas duas formações discursivas, e o papel que tais representações ocupam ideologicamente nos discursos nelas produzidos.

O pênis artístico

No livro bíblico de Gênesis, possivelmente escrito pelo profeta e legislador

hebraico Moisés cerca de 500 anos antes da Era Cristã, registra-se que Adão e Eva, os primeiros humanos, criações diretas do Divino, ao ingerirem o fruto proibido nascido da árvore do centro do Jardim do Éden, teriam se tornado conscientes, tendo *conhecimento do que é bom e do que é mau*. Antes do fruto, segundo o verso 25 do capítulo 2 do livro de Gênesis, “o homem e a mulher andavam nus e não sentiam vergonha”. Após a desobediência e a consciência, diz o mesmo livro, no verso 7 do capítulo 3: “os olhos dos dois se abriram, e perceberam que estavam nus; então juntaram folhas de figueira para cobrir-se” (BÍBLIA, 1992, p. 17).

Assim, a exposição da figura da genitália (tanto masculina quanto feminina) já era motivo de vergonha e da busca de coberturas para mantê-las em segredo. Toda a tradição judaico-cristã tem tais valores como basilares até os dias de hoje, como identificado na pintura de Jan Gossaert, datada do início do século 16 (Imagem 1).

Um pouco mais tarde, na Grécia clássica, ainda não afetada pelos valores judaico-cristãos, a representação do falo na Arte lá produzida trazia conceitos gerais acerca do órgão genital mas-

culino que influenciariam toda a estética greco-romana. Por extensão, tal influência chegaria a praticamente todo o mundo ocidental como o conhecemos hoje.

O papel da representação social da genitália masculina pode ser notado em uma fala teatral, datada de 400 anos antes da Era Cristã. Aristófanes (1976) escreve a comédia *As nuvens*, na qual o autor ataca a nova elite ateniense e as propostas pe-



Imagem 1 – *Adão e Eva*, de Jan Gossaert (1507).

Fonte: MUSEU (2016).

dagógicas e éticas dos filósofos sofistas, acusando-os de imorais.

Na segunda metade da peça, os personagens *Raciócínio Justo* e *Raciócínio Injusto* empreendem uma retórica (tipicamente sofista), sobre o aprendizado. Em determinado momento, o *Raciócínio Justo* argumenta, sobre os benefícios (em valores físicos e sociais) que os seres humanos teriam ao seguirem seus ensinamentos: “Se fizer o que eu digo e atender nesses conselhos, terá sempre peito robusto, cores brilhantes, ombros largos, língua curta, quadris grandes e *membro pequeno*” (ARISTÓFANES, 1976, p. 45, grifo meu). O *membro pequeno* era sinal de sensatez, segundo os escoliastas – comentaristas que faziam breves anotações sobre os textos com a finalidade de explicá-los ou torná-los mais claros.

Porém, em caso contrário, o mesmo personagem *Raciócínio Justo* assevera: “Mas se praticar os hábitos de hoje, logo terá pele pálida, ombros estreitos, peito acanhado, língua grande, quadris pequenos, *membro comprido* e longos decretos... E ele persuadirá você a pensar que tudo que é vergonhoso é belo e o belo, vergonhoso” (ARISTÓFANES, 1976, p. 45, grifo meu).

A fala do personagem *Raciócínio Justo* deixa claro que o porte atlético do corpo masculino saudável incluiria um *membro pequeno*, um forte sinal de equilíbrio para a estética da época. O contrário, ou seja, um *membro comprido*, seria sinal do oposto: insensatez, falta de equilíbrio, características notadamente negativas para uma sociedade que privilegiava a razão, tal como o fazia a clássica Grécia.

Com o apogeu do Império Romano e a consequente conquista da Grécia, o contato cultural entre os povos fez com que naturalmente os romanos se apropriassem e adaptassem valores dos gregos, em especial na Arte e na religião. Alie-se esta conjuntura o preponderante papel desempenhado pela Igreja Católica – já como religião oficial do Estado Romano – e suas doutrinas frequentemente reforçadas e/ou renovadas por suas maiores autoridades por meio de suas grandes assembleias.

Cabe ressaltar neste ponto a importância que teve uma das mais famosas dessas assembleias que definiram os caminhos da igreja ao longo dos séculos: o Segundo Concílio de Niceia. Realizado no ano 787 da Era Cristã, este concílio delineou, dentre outros assuntos, quais

seriam os *pecados capitais*, uma classificação das condições humanas utilizada pelo catolicismo com o intuito de controlar, educar e proteger os seus seguidores, para que estes compreendessem e controlassem os instintos básicos do ser humano.

Foram estabelecidos sete pecados capitais, indicados como as origens dos vícios da humanidade: avareza, gula, inveja, ira, preguiça, soberba e luxúria – este último o mais importante para a temática desenvolvida neste texto. Cada pecado capital tem o seu demônio representativo. O demônio da luxúria é Asmodeus (Imagem 2), normalmente representado com asas e três cabeças: uma de homem com hálito de fogo, uma de touro e uma de carneiro, símbolos de virilidade e fertilidade, ressaltando tais representações como aspectos negativos.

A representação do órgão genital masculino, símbolo de virilidade por excelência, é constantemente associada à deterioração humana pelo pecado. Ainda que fortemente condenada pelo clero, tal representação geralmente ganha lugar envergonhado nas grandiosas imagens artisticamente produzidas nos séculos subsequentes ao Segundo Con-

cílio de Niceia, seguindo os padrões gregos acerca do tamanho do membro.

Com a declaração da luxúria como um dos sete pecados capitais, o mundo ocidental, sob o jugo da religiosidade judaico-cristã, condenou demonstrações explícitas de prazer carnal – o sexo deveria ter como finalidade única a procriação humana, segundo as autoridades religiosas. Isso fez com que a sociedade ocidental

A representação do órgão genital masculino, símbolo de virilidade por excelência, é constantemente associada à deterioração humana pelo pecado.



Imagem 2 – *Asmodeus, o demônio da luxúria* (c. 1860).

Fonte: PLANCY, 1863, p. 89.

(e naturalmente sua Arte pós-Niceia) passasse a nutrir um “mal-estar” quanto ao pênis.

Freud (1998, p. 42) explica que, com a verticalização do ser humano (o que o diferencia dos demais animais), os órgãos genitais masculinos deixam de estar escondidos entre as coxas nas quatro patas e passam a ser visíveis, necessitando de proteção e tornando-se causa de vergonha. Os órgãos femininos continuam escondidos pela convexidade do púbis e seus pelos. Freud ainda salienta que as partes genitais não podem ser julgadas belas, mas apenas excitantes.

Este mesmo mal-estar artístico é apontado também por Denis Diderot. Mencionando os pelos do corpo masculino e as linhas e formas que estes desenhavam no corpo viril, Diderot (1984, p. 283) identifica:

[A Arte] vos dirá que o caminho dessa linha infinitamente agradável será rompido em seu curso por um tufo interposto; que esse tufo isolado não se liga a nada e causa má impressão na mulher, enquan-

to que no homem, essa espécie de vestido natural, de sombra bastante espessa nos mamilos, vai clareando-se à verdade nas laterais e nos lados do ventre, mas subsiste, ainda que raro, e vai, sem interromper-se, encontrar-se ela própria mais apertada, mais elevada, mais provida em torno das partes naturais; ela vos mostrará essas partes naturais do homem, despidas como um intestino delgado, um verme de formato bastante desagradável.

O *verme de formato bastante desagradável* ao qual Diderot se refere no seu texto é o pênis, um causador de mal-estar da civilização. E nesta formação discursiva, de figura central luxuriosa e excitante, com o peso social de pecado capital, e ainda não devendo ser considerado belo, aproximando-se imgeticamente de um *verme de formato bastante desagradável*, que a figura do pênis vai se tornando cada vez mais marginalizada na memória discursiva.

Na Arte, a virilidade expressa passa pelo corpo masculino como um todo, pelo vislumbre de corpos nus bem tallados, mas com o verme desagradável como presença incômoda, censurado pela ausência de beleza e pela imposição religiosa na limitação de ser símbolo luxuriante e pecaminoso de excitação sexual. Abaixo, nas Imagens 3, 4 e 5,

seguem alguns exemplos bem conhecidos da presença envergonhada do pênis na Arte Ocidental pós-Niceia.

A pornografia

Enquanto a Arte Ocidental pós-Niceia relega à imagem do pênis um *não lugar* na virilidade (como nas três clássicas imagens anteriores), aparentemente é em outro lugar que o órgão genital masculino performatiza uma construção de sentido dentro da formação discursiva que o coloca como grande joia. No campo da pornografia, o pênis *verme de formato bastante desagradável* artístico sai de cena, e o enquadramento focaliza em outro sentido para a genitália.

Na contemporaneidade, o sexo é elemento de valorização de mercadorias, servindo de forte chamariz para o imaginário do grande público. Vários materiais cujo carro-chefe é a publicação de material com teor sexual explícito visando à manifestação de prazeres luxuriosos são disponibilizados a todo momento.

De acordo com Laplanche e Pontalis (1995, p. 394-404), em seu *Vocabulário*

da *Psicanálise*, para Sigmund Freud a pulsão é o processo dinâmico que consiste numa pressão ou força que faz o organismo tender para um objetivo. A pulsão sempre tem sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão), e sua meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional. Tal meta será atingida no objeto, ou graças a ele. Daí o papel fundamental da pornografia no processo.

Dentre as pulsões há a pulsão sexual, que é uma pressão interna que atua num campo muito mais vasto que as atividades sexuais. Sua força-motriz é

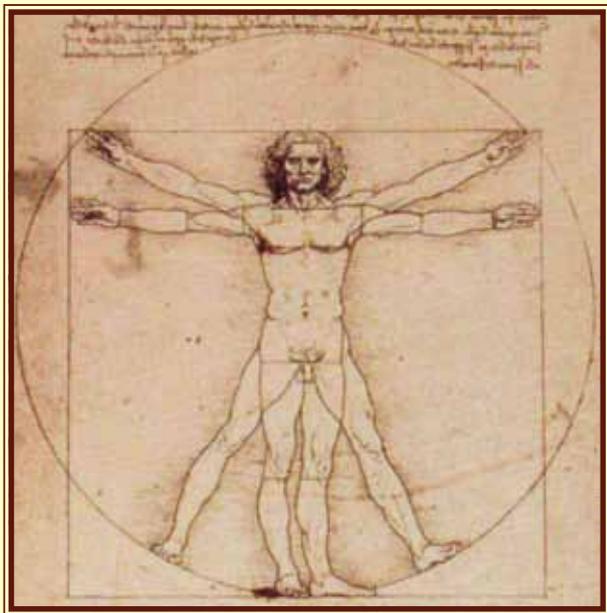


Imagem 3 – *O homem vitruviano*, de Leonardo da Vinci (1490).

Fonte: GALLERIE (2016).

a libido, suas metas são variáveis, mais especialmente ligadas ao funcionamento das zonas erógenas, e seu objeto é escolhido em função das vicissitudes da história do sujeito.

Desta forma, cada sujeito naturalmente sofre tensões que o impõem a escolha de um objeto para suprimir a pressão interna. Em um estado de excitação corporal do indivíduo, a libido responde ao contato com o objeto e cria uma demanda a ser suprida. Este objeto não é padronizado, sendo escolhido a partir da sucessão instável de imprevisibilidades da vida do sujeito.

A moral social vigente, com raízes na religiosidade judaico-cristã, barra o sujeito de sentir determinados prazeres, em especial ligados ao sexo. Práticas sexuais que não visem à reprodução são condenadas como desnaturais. O agente principal desta condenação são doutrinas religiosas conservadoras, que geralmente classifica os atos sexuais que visam ao prazer como pecaminosos. O pecado capital da luxúria continua firme no imaginário social.

Na contrapartida desta moral, o sujeito em meio à civilização continua

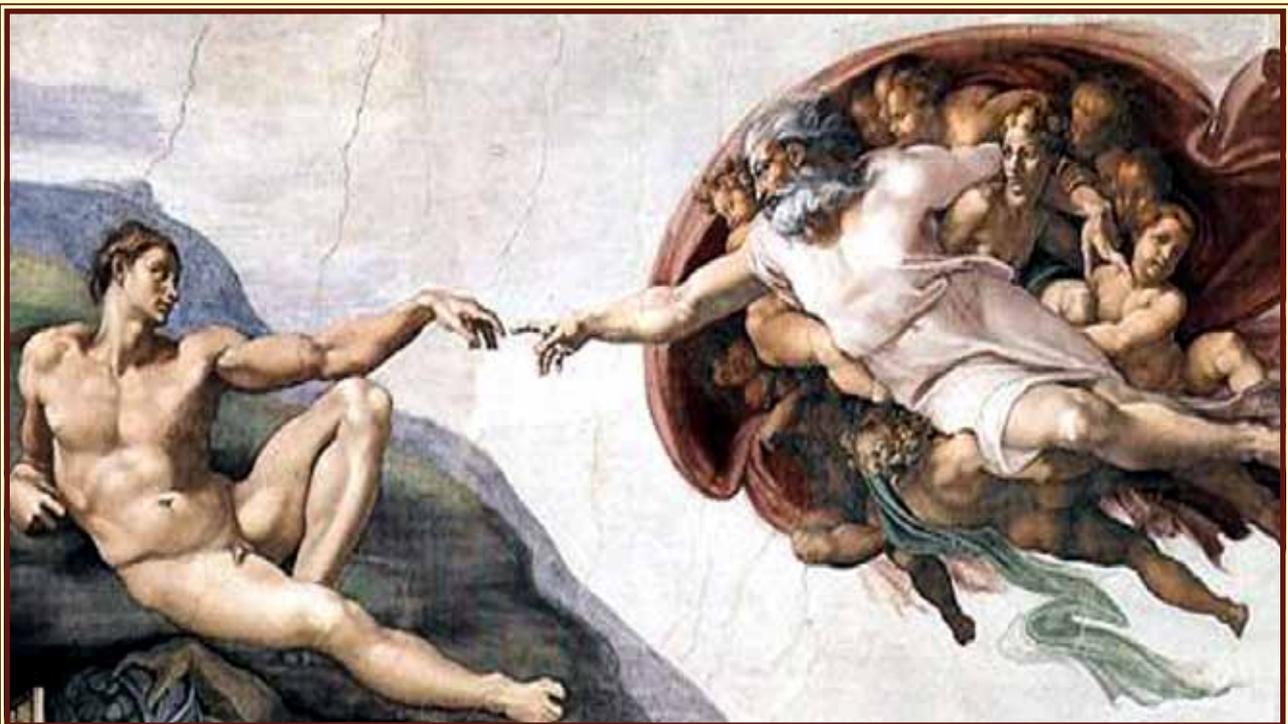


Imagem 4 – *Davi*, de Michelangelo (1504). ▲

Imagem 5 – *A criação de Adão*, de Michelangelo (1511). ▼

Fonte: GUIDE (2016).

Fonte: WEB GALLERY OF ART (2016).



sentindo a tensão que o leva a uma demanda, e procura formas de suprimir a pressão exercida. Então, a própria sociedade encontrou uma solução para este problema e adaptou meios para que o sujeito possa manifestar os prazeres proibidos sem ter de responder pela infração ao código moral.

Em *O mal-estar na civilização*, Sigmund Freud (1974) examina, dentre outras coisas, as formas como prazeres barrados pela moral social são desfrutados pelo sujeito, mesmo que de formas um tanto mascaradas. O homem, então civilizado por eclipsar instintos impostos pelo tabu (lei), priva seu ego de externar determinadas formas de prazer, condenáveis aos olhos da moral social, especialmente a judaico-cristã vigente na sociedade ocidental.

Com uma vida na qual os instintos devem permanecer ocultos, aliada à consciência da morte e à trajetória de sofrimento imposta pelo viver, dificilmente o homem produziria felicidade. Assim, a busca pela felicidade transforma-se no objetivo para o viver. Por intermédio desta constante procura, ao homem permite-se, em meio à civilização, demonstrar somente aquelas felicidades aprovadas socialmente.

Mas, os instintos primitivos continuam latentes e desejados, no entanto, não podem ser apresentados com a mesma intensidade com que são produzidos. O superego – a consciência – tem o papel de punir tais manifestações, punindo também o simples desejo de manifestar alguns prazeres. Estes permanecem pulsantes no sujeito.

Este sujeito, castrado, privado de seus instintivos sentimentos, busca subterfúgios para suprir as demandas barradas. Hoje, este papel vem sendo desempenhado principalmente pelos meios de comunicação, possibilitando ao sujeito partido inclusive a manifestação de prazer, ainda que não completamente.

A utilização da mídia para manifestação dos prazeres tem sido um caminho viável para a construção discursiva que visa a integrar o sujeito a seu meio social sem que lhe sejam impostas diretamente as morais civilizantes. Através do aprimoramento constante do conhecimento das necessidades de consumo do sujeito, a mídia produz um discurso sempre pronto e presente para amenizar os sofrimentos cotidianos.

O prazer sexual, sem dúvida, entra no jogo de manipulação da mídia, visando

à satisfação da demanda de prazeres barrados do indivíduo. Tendo em vista o rígido código moral judaico-cristão com relação ao assunto, a sociedade ocidental contemporânea encontra na contemplação midiática um meio de manifestação de prazeres, não sendo diretamente imposta ao sujeito contemplador os ônus de tal manifestação.

Neste processo de contemplação prazerosa como meio de suprir demandas barradas pela lei inclui-se a pornografia, mídia propagadora de 'imagens proibidas', como objeto por intermédio do qual o sujeito castrado poderá manifestar prazeres a ele barrados.

A pornografia torna-se a mola propulsora, a ignição que dará partida ao processo de manifestação de um prazer sexual socialmente marcado como fora do padrão moral estabelecido. Este mesmo mecanismo funciona nas mídias que publicam o nu feminino.

O prazer sexual advindo do consumo contemplativo de imagens publica-

das pelo veículo midiático poderá ser manifestado sem um ônus social ao sujeito. A publicação, embebida em significação de profundo teor sexual, está diretamente voltada a atingir sua meta, ligada ao funcionamento das zonas erógenas do sujeito.

A necessidade intrínseca ao ser humano de sentir prazer em meio aos sofrimentos impostos pela

existência impõe a este uma noção incômoda de incapacidade, de incompletude, de falta. Deste sentimento de falta, caracterizador de um sujeito partido, surge a busca por algo que faça o humano sentir-se completo, satisfazendo sua demanda por felicidade.

Em seus *Escritos*, Jacques Lacan (1992) elaborou sua teoria de que o sujeito, determinado pela linguagem, começa no lugar do Outro. O sujeito partido é, assim, caracterizado pela falta que seria suprida pelo Outro.

Este sujeito falto iniciará uma busca pela completude, busca esta instaurada pela linguagem. O que dá mo-

A pornografia torna-se a mola propulsora, a ignição que dará partida ao processo de manifestação de um prazer sexual socialmente marcado como fora do padrão moral estabelecido.

vimento à busca (ou, sentido à vida) é a procura pelo falo, que jamais será encontrado. Isso se configura na promessa da posse do falo faltante, que sublimaria a inteireza absoluta, a felicidade completa. Tendo em vista que o falo permanecerá faltante durante toda a vida do sujeito, a promessa jamais será cumprida para o sujeito, pois ninguém consegue obter o suprimento desta demanda, e isso mantém todos os humanos na permanente busca pela felicidade.

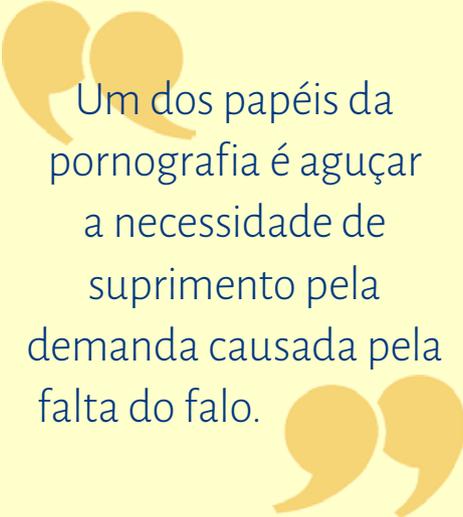
Compreender esta procura do sujeito pelo falo faltante é de extrema importância para se entender, segundo Lacan, como funciona a sexualidade. Em *Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise* (1998), o teórico traça um paralelo antagônico deste sujeito partido na eterna busca pelo falo com a ameba, no que diz respeito à reprodução.

Segundo o autor, a reprodução não sexuada da ameba concede a este ser uma condição de imortalidade: ela não necessita de um Outro para manter-se viva, para sentir-se comple-

ta, neste sentido apresentando uma característica de autossuficiência. Tal imortalidade é subtraída do homem pelo fato de ele ser submetido ao ciclo da reprodução sexuada, necessitando do Outro para se reproduzir. A lâmina, que simbolicamente corta esta sensação de inteireza pela perda de vida à passagem do homem pelo ciclo sexual, é a libido: esta força que leva o sujeito a procurar a satisfação da sua demanda pelo Outro.

Um dos papéis da pornografia é aguçar a necessidade de suprimento pela demanda causada pela falta do falo. Pretendendo ocupar um papel de detentora do falo, a mídia pornográfica disponibilizaria uma nuance da posse deste. Ao mesmo tempo que instiga a necessidade do suprimento por ativar a libido dos leitores, esta mídia provê um vislumbre da posse do falo por meio da exibição dos prazeres proibidos.

Como pretensa detentora do falo, a pornografia poderia oferecê-lo aos sujeitos partidos que por ele buscam, tornando-se disseminadora de prazeres proibidos,



Um dos papéis da
pornografia é aguçar
a necessidade de
suprimento pela
demanda causada pela
falta do falo.

mecanismo por meio do qual leitores manifestariam seus desejos barrados socialmente. Esta mídia desencadearia nestes sujeitos o processo de manifestação de instintos sexuais moralmente reprováveis, reforçando a promessa da completude (nunca) atingida pela (impossível) posse do falo.

O termo *fetichê* é empregado por diversas áreas. Emprestado da antropologia, nas ciências do comportamento ele designa um substituto mágico do falo faltante. Segundo David Zimmerman (2001, p. 149), em seu *Vocabulário contemporâneo de Psicanálise*, o fetichê para Freud era “uma perversão sexual caracterizada pelo fato de uma parte do corpo [...] ou um objeto exterior [...] serem tomados como objetos exclusivos de uma excitação ou prática perversa de atos sexuais”.

Importante salientar que estes objetos são *tomados como exclusivos de uma excitação*, ou seja, cumprem o papel de ativar a libido do sujeito que identifica nele um meio de reprimir a sua tensão. No processo de significação desencadeado pelo sujeito, os objetos tomam significações essencialmente sexuais e, uma vez atizados pela libido, cau-

sam no organismo do indivíduo uma reação de excitação.

É pelo consumo do material, é pela admiração dos corpos nus nas sequências fotográficas estampadas nas páginas da revista que o sujeito poderá manifestar seu prazer. O contato visual com a pornografia, respondendo momentaneamente à demanda da manifestação de prazer incitada pela libido, faz da mídia um fetichê sexual para o sujeito que apresenta esta reação, por ser um objeto inanimado por meio do qual um fetichista manifesta seu prazer, supre sua demanda dotando-o de significação sexual.

O pênis pornográfico

Segundo Pierre Guiraud (1991, p. 50), “a ereção peniana, em correlação com os temas do ‘alto e do baixo’, do ‘erguido e do curvado’, do ‘duro e do mole’, constituem os símbolos privilegiados da superioridade social e da vontade de poder”.

Nesta segunda formação discursiva

acerca da virilidade, o pênis desempenha papel fundamental. Para além da funcionalidade procriativa, há correlações imagéticas de formas e direções que constroem discursivamente o sentido que o *pênis viril* concede a quem o ostenta. O mesmo Guiraud (1991, p. 50) ainda salienta que “a etimologia confunde em uma mesma imagem a ideia de ‘endireitamento vertical’ (erigir, ereção, endireitar, latim *directiare* etc.) e a de comando (dirigir, diretor, rei, latim *rex*)”.

Tal pênis deve ostentar uma imagem de comando, de indicar de direção. Deve ser não apenas funcional, mas também possuir uma determinada estética específica, que talvez agrade determinadas audiências de *voyeurs* e contradiga, de certa forma, Freud e sua negação da beleza do órgão genital. Ou seja, nesta formação discursiva, o pênis, longe de se apresentar como verme desagradável, é símbolo discursivo do poder daquele que o ostenta.

Entre o fim dos anos 1990 e ao longo

da primeira década dos anos 2000, publicou-se no Brasil a *G Magazine*, revista brasileira mensal voltada para o público gay e cujo carro-chefe era um ensaio fotográfico de nu masculino. As sequências de imagens destes ensaios em *G Magazine* tinham por característica peculiar

a exibição de seus protagonistas com ereção peniana, sendo esta uma clara demonstração de poder, de comando, de ação. Abaixo seguem dois exemplos de fotografias publicadas pela revista (Imagens 6 e 7).

O protagonista dos ensaios de *G Magazine* é o *rei*, aquele que detém o poder, aquele que decide, que comanda, aquele a quem o espectador está subjugado. O rei-sedutor se exhibe e domina, toma conta da situação submetendo o olhar do espectador-seduzido. A relação estabelecida entre eles é de subjuço. Estabelece-se a relação de domínio do poderio do masculino viril representado pelo falo. O espectador é seduzido pelo poderoso exibicionista, o qual se produziu para representar

Para além da funcionalidade procriativa, há correlações imagéticas de formas e direções que constroem discursivamente o sentido que o pênis viril concede a quem o ostenta.

imageticamente certa formação discursiva sobre a virilidade: o pênis-símbolo-máximo é objeto de deslumbramento, jamais de vergonha.

O protagonista dos ensaios de *G Magazine* é o *rei*, aquele que detém o poder, aquele que decide, que comanda, aquele a quem o espectador está subjugado. O rei-sedutor se exhibe e domina, toma conta da situação submetendo o olhar do espectador-seduzido. A relação estabelecida entre eles é de subjuço. Estabelece-se a relação de



Imagem 6 – *Ensaio de Rafael Alencar.*

Fonte: G MAGAZINE (2003, p. 36).

domínio do poderio do masculino viril representado pelo falo. O espectador é seduzido pelo poderoso exibicionista, o qual se produziu para representar imageticamente certa formação discursiva sobre a virilidade: o pênis-símbolo-máximo é objeto de deslumbramento, jamais de vergonha.

O corpo-signo é sinal de poder, em especial quando acompanhado da sim-



Imagem 7 – *Ensaio de Rafael do Acorrentados.*

Fonte: G MAGAZINE (2002, p. 30).

bologia divina de demonstração de poder – o pênis. A noção de grandiosidade e poderio exposta pelo protagonista do ensaio de *G Magazine* é, em linhas gerais, a mesma das arquiteturas pomposas de templos das mais variadas instituições religiosas mundo afora. As formas de demonstração de poder seguem uma mesma linha imagética. Ambas seguem o direcionamento de representação da posse do poder. O falo é o símbolo do poder, e seu proprietário – que vai se preparar, se produzir para exibir seu poder – torna-se digno de idolatria, como um deus.

Por meio das sequências fotográficas publicadas mensalmente em suas páginas, *G Magazine* constrói seu discurso oferecendo a seus leitores uma linguagem que mantém o “lugar do pênis” na rede simbólica. Na sua quase totalidade, as sequências de fotografias mostram um pênis rígido, ereto, nunca flácido ou aparentemente abatido. Esta disposi-

ção imagética legítima, de forma geral, a noção de poder atribuída socialmente ao pênis e, especialmente, ao seu portador, o masculino. Instauram-se, assim, discursivamente os jogos entre poderes e prazeres designados por Michel Foucault, que outorgam ao macho detentor do símbolo de

o privilégio de gozar prazeres barrados àqueles que não são possuidores daquele símbolo e estão, portanto, fora do eixo de poder.

Assim, o pênis pornográfico mostra-se exibidamente bem diferente do pênis na Arte em geral. Totalmente desavergonhado, faz questão de ostentar valores que se contrapõem inclusive ao equilíbrio do *membro pequeno* pensado pelos gregos.

Considerações finais

Este ensaio, longe de almejar exibir

O espectador é seduzido pelo poderoso exibicionista, o qual se produziu para representar imagetivamente certa formação discursiva sobre a virilidade: o pênis-símbolo-máximo é objeto de deslumbramento, jamais de vergonha.

pontos inquestionáveis acerca do papel imagético do pênis em diferentes formações discursivas, deseja apresentar formações discursivas paralelas acerca da virilidade, e a posição da imagem do pênis como construção de sentido dessa(s) ideia(s) de virilidade socialmente difundida(s).

A memória discursiva do pênis na formação discursiva do campo da Arte parece construir um discurso mais envergonhado, tímido, não ocupando papel de protagonista, escondendo-se como um *verme* o qual deve ser escondido, motivo de desgraça. Mesmo quando exibido, deve ser apresentado como *membro pequeno*, para evitar associações com desregramentos morais baseados nos valores judaico-cristãos.

Já a memória discursiva do pênis na formação discursiva do campo da pornografia parece construir um discurso bem mais altaneiro, altivo, ocupando papel principal na demonstração da virilidade, exibindo-se como troféu a ser orgulhosamente ostentado por seu portador. Sua representação deve preferencialmente ser ereta, erguida, para cima, associando-se ao domínio do eixo de poder.

As linguagens utilizadas nas duas for-

mações discursivas para apresentar “dadas realidades” foram moldadas na instância do simbólico pelo manuseio do corpo-signo, em especial da representação do pênis, que influencia diretamente na estrutura ilusória construída imaginariamente. As noções de posse e demonstração de poder intrínsecas à disposição anatômica do corpo, bem como à exibição do pênis, em repouso ou ereto, por um protagonista direcionam a visão imaginária social.

A repetibilidade de determinada representação como formação discursiva, fazendo circular formulações anteriores associadas a ela, naturalmente permite a manutenção de memórias discursivas socialmente estabelecidas, relativamente fixas e que formam efeitos de sentido na construção da rede simbólica de significados. Tal fenômeno ocorre com as representações do pênis nas dadas realidades: a artística e a pornográfica.

Os dois campos aqui brevemente expostos, a Arte Ocidental pós-Niceia e a pornografia contemporânea, parecem demonstrar justamente um exemplo de deslize interdiscursivo entre duas formações discursivas que imageticamente trabalham com noções anatô-

micas do corpo masculino como modelos de virilidade.

A representação artística do pênis como símbolo viril parece indicar uma repetibilidade mais discreta, como parte de um conjunto mais contextualizado, enquanto a representação pornográfica do pênis como referencial de virilidade necessariamente precisa mostrar o órgão em posição anatômica de exibição de funcionalidade sexual, como foco central da imagem e objeto de desejo.

Mas, há exceções nas formações discursivas dentro das áreas específicas discutidas acima. Há manifestações artísticas de pênis eretos, bem como imagens pornográficas de pênis fláci-

dos. Ambas iriam contra os efeitos de sentido geral das áreas, da exibição do belo e da potência, respectivamente. Daí uma dificuldade em se determinar com exatidão uma fronteira: quando uma representação do pênis é artística e quando é pornográfica? O que a faz Arte e o que a faz pornografia? Seria a dicotomia flacidez/ereção? O quanto tais repetibilidades fortalecem formações discursivas que embasam a existência de memória discursiva sobre o pênis? O quanto tais representações simbólicas constroem o Imaginário social acerca do órgão genital masculino?

Que o presente texto possa embasar discussões sobre o tema e auxiliar na construção de novos conhecimentos acerca de tão complexa área: o discurso.

Referências

ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ARISTÓFANES. *As nuvens*. Tradução de Junito de Souza Brandão. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/resgate.v24i1.8647135>

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Referência Thompson*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição revista e corrigida. Compilado e corrigido por Frank Charles Thompson. São Paulo: Vida, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

COURTINE, J. J.; MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours? In: CONEIN, Bernard et al. *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires, 1981. p. 21-33.

DIDEROT, Denis. *Salon de 1765*. Paris: Hermann, 1984.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 23.

G MAGAZINE. São Paulo: Fractal Edições, n. 57, jun. 2002.

G MAGAZINE. São Paulo: Fractal Edições, n. 72, set. 2003.

GALLERIE DELL'ACCADEMIA DE VENICE. *Leonardo da Vinci* – The universal man. Disponível em: < <http://www.gallerieaccademia.it/leonardo-da-vinci-universal-man-gallerie-dellaccademia-venice>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

GUIDE TO THE ACCADEMIA GALLERY IN FLORENCE. *Michelangelo's David*. Disponível em: < <http://www.accademia.org/explore-museum/artworks/michelangelos-david/>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

GUIRAUD, Pierre. *A linguagem do corpo*. São Paulo: Ática, 1991. (Série Fundamentos; 70).

LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *Seminário XI: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MUSEU THYSSEN-BORNEMISZA. *Thyssen-Bornemisza Collection*. Disponível em: <http://www-museothyssen.org/en/thyssen/ficha_obra/369>. Acesso em: 28 ago. 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum linguístico*, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul./dez. 1998.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PLANCY, J.A.S. Collin de. *Dictionnaire infernal*. Paris: Plon, 1863.

WEB GALLERY OF ART. *A criação de Adão*. Disponível em: <<http://www.wga.hu/art/m/michelan/3sistina/4ceilin2.jpg>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

ZIMERMAN, David. *Vocabulário contemporâneo de Psicanálise*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

Naiara Sales Araújo

naiara.sas@gmail.com

Graduada em Letras/Inglês (2001) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); especialista em Língua Inglesa (2004) pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI); mestra em Letras (2007) pela UFPI e em Estudos Literários (2008) pela Universidade Metropolitana de Londres (London Metropolitan University), onde também obteve título de doutorado em Literatura Comparada (2013). É professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Fábio Henrique Novais de Mesquita

fabiomesquitaletas@gmail.com

Graduado em Letras (2013) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e mestrando em Letras na mesma instituição. É professor de Língua Portuguesa na rede privada de ensino.

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre as considerações feitas sobre a memória, sua elaboração e implicações na constituição de identidades a partir de estudos realizados por Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak. As considerações feitas por Dominique Maingueneau, que situam o discurso literário a partir de suas condições de produção, fazem pensar na escrita literária como uma atividade de linguagem profundamente marcada pela história. O estudo se alia à abordagem de Naiara Araújo acerca da Ficção Científica Brasileira (FCB), pouco conhecida tanto como gênero que dialoga com o contexto social, político e cultural, quanto como reveladora dos interstícios que a narrativa histórica não se propõe a registrar. A partir da novela de Plínio Cabral, *Umbra* (1977), é traçado um percurso dialógico que leva em consideração a literatura como lugar de memória.

Palavras-chave: Literatura; Ficção Científica Brasileira; Memória; Discurso Literário; Lugares de Memória.

Umbra: uma reflexão acerca da memória construída a partir do discurso literário

Umbra: a reflection on memory constructed through the literary discourse

Abstract

This paper purpose a reflection about the considerations about memory, its construction and implications over identities constitution, bringing the studies of Maurice Halbwachs, Pierre Nora and Michael Pollak. Dominique Maingueneau's considerations about the literary discourse and its production conditions allow us to think the literary writing as a language activity deeply marked by History. This study also consider Naiara Araújo's approach toward Brazilian Science Fiction, little known both as a genre which dialogues with social, political and cultural context, as an instrument able to reveal the interstices that History does not register. Through the literary analysis of Plínio Cabral, *Umbra* (1977), we traced a dialogic route that takes into account Literature as a place of memory.

Keywords: Literature; Brazilian Science Fiction; Memory; Literary Discourse; Place of Memory.

I n t r o d u ç ã o

Discussões em torno da memória vêm despertando um interesse crescente no meio acadêmico e tem suscitado importantes discussões no tocante aos estudos de identidade, sociedade e cultura, sobretudo nas últimas décadas, no Brasil. Com o intuito de contribuir com os estudos já existentes neste universo, este artigo aborda a memória associada ao discurso literário engendrado pela Ficção Científica Brasileira (FCB), gênero não canônico, no entanto revelador dos interstícios dos quais a história oficial não se ocupa. O objetivo aqui não é o de problematizar a pertença de um gênero ao cânone literário ou lançar quaisquer juízos de valor a determinadas obras, mas sim ratificar a escrita literária

como uma atividade de linguagem profundamente marcada pela história em movimento, geradora de sentidos.

Os estudos a partir da obra *A memória coletiva* (2003), do filósofo francês Maurice Halbwachs, realizados por Pierre

O objetivo aqui não é o de problematizar a pertença de um gênero ao cânone literário ou lançar quaisquer juízos de valor a determinadas obras, mas sim ratificar a escrita literária como uma atividade de linguagem profundamente marcada pela história em movimento, geradora de sentidos.

Nora (1993) e Michael Pollak (1989), contribuem de forma significativa para percebermos que a memória é um fenômeno suportado pelas ações coletivas apreendidas pelo indivíduo a partir de suas experiências nos vários grupos dos quais

faz parte. A obra de Halbwachs que constitui uma reunião de textos publicada postumamente, em 1950, leva à desconstrução de equívocos acerca da relação entre memória individual, memória coletiva e memória históri-

ca, pontuando as diferenças a partir dos lugares em que são produzidas e quais mecanismos estão imbricados nestas (des)construções. Nora amplia as reflexões feitas por Halbwachs ao diferenciar as categorias memória e história a partir dos lugares em que a memória se resguarda e Pollak ao relacionar a memória com a elaboração da identidade e os silêncios dos quais a história não se ocupa.

As postulações do linguista francês Dominique Maingueneau (2014) direcionam os estudos acerca do discurso literário a partir de condições de produção da obra. A linguagem como atividade dialógica nos faz pensar a criação literária dentro das relações sociais que são estabelecidas com o outro, tomando assim o discurso como produto destas relações e constituindo-o num espaço dialógico com outros discursos.

Com o intuito de tornar o estudo ainda mais significativo, lança-se mão dos estudos da pesquisadora de Ficção Científica Brasileira, Naiara Araújo, voltados para obras deste cunho com ênfase no discurso pós-colonial e a pós-modernidade. Em sua obra *Brazilian Science Fiction and the Colonial Legacy* (2014), Araújo abraça o gênero FCB como um campo

revelador do discurso literário engajado, ao se posicionar contra argumentos de alguns críticos, tais como Elizabeth Ginway, que o consideram, no Brasil, desvinculado de quaisquer pontos de vista acerca da realidade político-social pela qual passava o país nas décadas de 1960 e 1970.

Embora a ficção científica tenha enfrentado resistência por parte da crítica literária canônica brasileira, que demorou em reconhecer sua legitimidade, ela possui uma longa história. No Brasil, exemplos preliminares de literatura especulativa cujas narrativas vislumbavam possibilidades de mudanças políticas e sociais, nem sempre relacionadas a avanços tecnocientíficos, começaram a ser produzidos ainda no século XVIII, no entanto, a estruturação do que hoje se reconhece como sendo ficção científica brasileira só se deu a partir do século XIX. Segundo Yolanda Molina-Gavilan em seu *A Chronology of Latin American Science Fiction, 1715-2005* (2007), em meados do século XIX autores brasileiros começaram a escrever contos sobre sociedades imaginárias e viagens ao futuro, nos moldes de Júlio Verne e Camille Flammarion. Estes trabalhos descritivos tratavam principalmente sobre refor-

mas políticas através da representação de eventos ou sociedades futuras, como em *Páginas da História do Brasil*, de Joaquim Felício dos Santos (1868-1872) e *O Doutor Benignus*, de Emílio Zaluar (1875).

Após a virada do século, o gênero se desenvolveu com os autores focando em reformas sociais e agrárias, bem como em eugenias e nos papéis sociais das mulheres, como em *Brasil no Ano 2000*, de Godofredo Barnsley (1909) e *O Reino do Kiato*, de Rodolfo Teófilo (1922), *A Liga dos Planetas*, de Albino Coutinho (1922), e *A Amazonia Misteriosa*, de Gastão Cruls (1925), entre outros. Todas estas obras são, todavia, de alguma forma derivadas da ficção científica anglo-europeia.

Em 1926, o escritor José Monteiro Lobato escreveu *O Presidente Negro*, uma sátira que relata a história de um homem comum e professor de física que inventou uma máquina do tempo capaz de prever o futuro dos Estados Unidos até 3527. Neste clima de invenção, há também um transportador capaz de transportar coisas via ondas de rádio, resolvendo assim, todos os problemas de tráfego da cidade. Dentre muitas outras invenções, há também um “te-

atro dos sonhos”, onde os sonhos das pessoas são projetados em uma tela. A influência de H. G. Wells é notável na narrativa de Lobato. Para Araújo (2014), assim como Wells, Lobato usa uma máquina do tempo como um dispositivo literário para explorar ideias futuristas bem como dialogar com as noções de tempo, espaço, identidade e memória de um povo.

As incursões teóricas de Araújo (2014) partem da análise de algumas obras, entre elas o texto novelístico de Plínio Cabral, *Umbra*, publicado em 1977, época em que o Brasil ainda vivia sob o regime de uma ditadura militar que trouxe muitos prejuízos tanto materiais quanto imateriais. Sabe-se que este regime político se prevalece de instrumentos para silenciar vozes, cercear memórias e subjugar por meio de um discurso que tenta mascarar as desigualdades e a exploração por uma falsa ideia de progresso. Esta obra, também será retomada aqui como *corpus* para reflexão. Por isso, a obra de Araújo será o nosso principal percurso para amalgamarmos os fundamentos utilizados aqui, estabelecendo um diálogo sem pretensões de ser conclusivo.

Literatura: o silêncio da memória (i)materializado no discurso literário

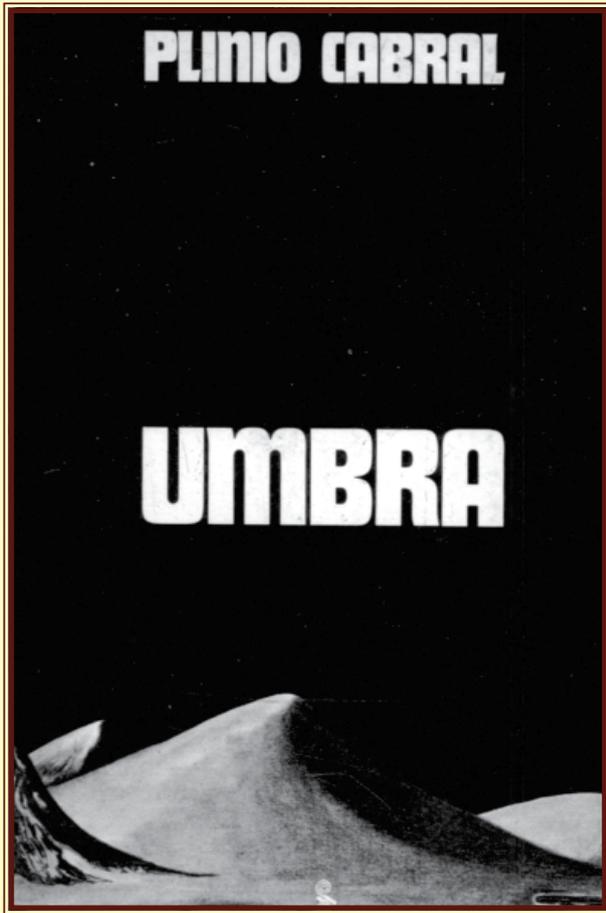


Imagem 1 – Capa do livro “Umbra”, de Plínio Cabral, lançado pela Summus Editorial em 1977.

Na contra mão de uma atitude positivista que ainda permeava o Brasil em pleno século XX, as artes de maneira geral, como a música e a literatura, desempenharam fundamental papel para a elaboração de um discurso que denunciasse as práticas totalitárias do regime da Ditadura Militar que tenta-

va silenciar o que Pollak (1989, p.3) caracteriza como *memórias subterrâneas*. Como as instituições legais estavam incumbidas de transmitir o discurso dominante, os movimentos artísticos e sociais se empenhavam em desconstruir a imagem de um progresso conduzido por uma ordem armada que aquelas projetavam.

Antes de apresentar a obra aqui analisada, vale salientar que o discurso literário, assim como outros discursos, proporciona a captação de uma diversidade de sentidos e que suas representações são mediadas pela linguagem. O contexto em que ela circula vai determinar quais caminhos de sentido são percorridos pela memória. Mais do que uma representação de determinada época com suas ideologias e organizações sociais, o texto literário é a manifestação de vozes que são historicamente enunciadas e situadas. Então,

Não se pode conceber a obra como uma organização de “conteúdos” que permitiria “expressar” de maneira mais ou menos enviesada ideologias ou mentalidades [...] Também a literatura constitui uma atividade; ela não apenas mantém um discurso sobre o mundo como produz sua própria presença nesse mundo (MAINGUENEAU, 2014, p. 44).

A Literatura como atividade de linguagem ratifica a ideia de um discurso que reflete um engajamento mais profundo com o contexto sociocultural. Não um retrato, mas uma caricatura a partir do diálogo, das experiências trocadas, ressaltando o valor da alteridade neste processo.

Memória e linguagem então se articulam num processo dialógico em que individual e coletivo simultaneamente interferem-se e manifestam-se um pelo outro, e segundo Maingueneau (2014, p. 163) “o discurso literário mantém uma relação essencial com a memória”.

Os estudos de Halbwachs (2003), ao se direcionarem às categorias de Memória Coletiva e Memória Histórica, são categóricos ao pontuar que enquanto aquela se vale das experiências vividas, de fatos que atuam de maneira marcante em determinado grupo participado, esta é uma sucessão de fatos e acontecimentos marcantes na história de um país. Para a memória coletiva, passado vivido é matéria de identificação e, por conseguinte, de formação identitária; o passado histórico é uma aglutinação de fatos que não se hierarquizam num grau de menor ou maior importân-

cia para um determinado grupo, um sepultamento de uma memória que deixou de existir pelo fim da tradição. Nora (1993), em seu artigo *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, atribui a existência de lugares de memória à

[...] uma aceleração da história [...] uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou do vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o sentimento histórico profundo. [...] Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais (NORA, 1993, p. 7).

Este acontecimento está diretamente relacionado à imposição que as condições pós-modernas impõem às relações sociais, uma preocupação voltada para o futuro, para o desenvolvimento, para a ordem, observando o passado como um dado a ser superado para a voga do progresso. A história ao tentar reescrever o passado não dá conta das lacunas as quais só a memória pode preencher.

Pollak (1992), ao se referir a Halbwa-

chs, nos coloca diante de duas questões que são respondidas por ele, por conseguinte:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são *os acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens (POLLAK, 1992, p. 201, grifos do autor).

Desta forma, a aparente unidade de nossa constituição como indivíduos, aos poucos revela a presença de vários grupos em nossa constituição como seres sociais, ou, de acordo com Halbwachs (2003, p.64), de outras memórias coletivas das quais “não percebemos que somos apenas um eco”. O que reivindica a presença, mais uma vez do dialogismo, pois

[...] o eu é constituído apenas através de seu relacionamento com o outro; toda compreensão é dialógica por natureza; o significado pertence a uma palavra em sua posição entre os falantes, e a concordância entre os colaboradores no relacionamento dialógico é definida como uma convocação (HALL, 2011, p. 219).

Tal assertiva ratifica a posição de Halbwachs quanto à relação entre a memória individual como um ponto de vista sobre a coletiva, resultando das posições que o indivíduo ocupa em determinados grupos. Por meio deles, a lembrança é evocada, ainda que difusa nas memórias coletivas, assumindo um caráter unitário e ao mesmo tempo múltiplo. Pollak (1992, p.201) afirma que “são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível saber se ela participou ou não”.

Para ele, além dos acontecimentos e das personagens para a constituição da memória, os lugares, mesmo que não sejam investidos por uma referência cronológica, estão vinculados à lembrança de forma a reivindicar uma identificação do indivíduo, por isso lugares de memória. As relações que o grupo estabelece com o lugar são atravessados por uma relação em que há simultaneamente a identificação entre ambos. Acontecendo isto, o grupo, transforma o lugar na mesma medida em que este também pode ser reflexo

dele. Constituem-se assim, os lugares de memória. Para Nora (1993, p.21),

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo um recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente para uma chamada concentrada da lembrança.

Desta maneira, podemos tomar a Literatura como lugar de memória, visto “que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (NORA, 1993, p. 22).

A princípio, a alteridade se constitui como a principal engrenagem para constituição da memória individual e coletiva, visto que a memória indivi-

dual é constituída a partir das relações que se estabelecem com o grupo. A falsa ideia da autonomia total que o indivíduo acredita ter de sua constituição como ser social é rompida pelo deslocamento de uma percepção psicológica para a social. Assim, Halbwachs (2003, p. 30) pontua que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”. Em outras palavras, o homem é formado por um conjunto de memórias geradas no seio de uma sociedade.

Para Pollak (1989), há aí uma via de *negociação* [grifo do autor] entre memória individual e coletiva, em que apenas as recordações trazidas pelos outros não são suficientes para a formação da memória individual. É necessário que haja pontos de interseção entre ambas – individual e coletiva – para que os testemunhos trazidos pelo coletivo – os outros – possam ser ressignificados nestes mesmos pontos. Assim, sinaliza para mudanças de paradigmas ao não

lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se

tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p. 4).

Ao voltar o seu olhar para a história oral, salienta a importância dos grupos minoritários e de suas *memórias subterrâneas* em oposição à *memória nacional*: “Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 4).

Neste contexto, a obra de Cabral se revela como um eco de vozes que só uma linguagem trabalhada com o simbólico se encarrega de manifestar. Os silenciamentos que a censura outorga, fazem emergir a necessidade de recuperar a memória que a Ditadura se empenha em apagar.

Umbra: o sombrear da memória

Publicada em 1977 e dividida em três

partes – O Velho, As Lendas e O Menino – *Umbra* retrata um planeta desfigurado pelos maus tratos do Homem à Natureza e como as condições de sobrevivência são precárias numa Terra destruída e sem vida. Os personagens não têm nome, a não ser os heróis das Lendas que constituem a segunda parte da obra. Todos vivem dentro da Fábrica e medram sair, pois fora dela não há condições de sobrevivência. Dentre os habitantes, há o Velho, pescador, único que sabe pescar *Mosqueixes* e que se arrisca para além dos muros onde seres estranhos vagam ao escurecer. As águas do rio são negras, mas o Velho sempre se aproxima, com cuidado, da Grande Margem para não ser engolido pelo Marental. Sua ida à Grande Margem é justificada pela necessidade que ele tem de encontrar o Menino, personagem destinado a resgatar a memória, que é passada a partir de lendas contadas pelo Velho. Todos os dias os dois se encontravam e a cada encontro uma nova lenda era contada. O lado de fora da Fábrica reserva muitos perigos e os dois tinham que chegar antes que seus portões se fechassem. Certo dia, o Menino não vai ao encontro do Velho, o que o deixa desolado e curioso. Ao se acom-

dar para dormir, “Pensou no Menino. Lembrou-se das Lendas, que eram treze. E depois, satisfeito, adormeceu” (CABRAL, 1977, p. 20). Esta é a primeira parte da novela.

Em seguida as Lendas começam a ser narradas envolvendo o leitor numa confusão de sonhos e lembranças de um passado sem memória. Cada uma delas possui um herói que assume diversos nomes na medida em que ressuscita na outra Lenda. Eric, Aric, Deric, Teric, Talaric, Taric, Alaric, Laric, Daric, Valderic, Galderic, Genseric, Goderic, treze Lendas no total. Na primeira delas, Eric tem o objetivo de matar a Cidade Morta, pois ela é a responsável por toda a destruição da Natureza. Ao alcançar o seu objetivo, também sucumbe à morte. Os outros que o sucedem, tentam salvar os escassos recursos naturais que ainda restam da ganância e do poder destrutivo do homem.

O pássaro, a flor, a água, não resistem à vontade de poder do homem. Como a terra estava seca e não havia mais raízes para comer, Genseric, conduziu as pessoas até a Cidade Morta onde construíram a Fábrica em sete anos.

No entanto, como todos os outros, muito cansado e já velho, enrolou-se no pó e dormiu. Já Goderic, o único que não desapareceu desta maneira, desapareceu pelos ares, voando em sua invenção que fazia lembrar o pássaro de Teric.

Na terceira e última parte há, finalmente, o reencontro do Velho com o Menino, o qual resolve ir em busca das Lendas, contrariando as expectativas do Velho. Como não consegue convencer o Menino a ficar para que os seus ensinamentos e a tradição não se perdessem, como os heróis, que estavam muito velhos e cansados, se enrolou no pó e dormiu.

De acordo com Araújo (2014), a obra de Cabral é bastante atual à sua época por dialogar com movimentos ecológicos que surgiram na década de 1970, como a fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente, que defendia a preservação da fauna e da flora e o combate à poluição causada por veículos e indústrias. Com a censura como principal arma da ditadura, quaisquer ações ou manifestações que responsabilizassem o governo pela destruição ambiental eram reprimidas pelo regime militar.

Observa-se que Cabral (1977) utiliza muitas metáforas religiosas em sua narrativa. Para alguns leitores ou críticos, esta comparação pode não passar de uma análise superficial e pessimista do futuro pautada em visões apocalípticas. Contudo, são bastante significativas para compreensão dos fatos que são retratados pelas Lendas. A noção bíblica da origem do Homem é tão arraigada à memória coletiva, que o discurso religioso perpassa pela narrativa como um grande aliado na compreensão da dinâmica da ditadura e suas estratégias para perpetuar um discurso dominante.

A própria imagem messiânica do herói, em especial a de Daric, que em sua morte lembra a crucificação de Cristo, a história subvertida dos Reis Magos, a repetição do símbolo numérico *setenta vezes sete* como indicativo de infinito, a criação da Fábrica em sete dias, misturam memórias a fim de constituir uma identidade perdida num passado inexistente. Conforme Araújo (2014, p. 133),

Given the fact that this novel was published in 1977, it is pertinent to highlight that its publication coincided with some important ecological movements that arose in Brazil during the 70s. Another important issue to stress is the particular significance

of the environment for Brazilian national identity which is associated with the myth of greatness, or national greatness. This myth goes back to images of Brazil's wealth and beauty, its forests and fertile lands...¹

Por meio do discurso engendrado por uma política nacional de desenvolvimento, se propaga a imagem de que o Brasil seria o lugar ideal para se viver, sendo produzida de tal forma que, de acordo com Giddens (2002, p. 31), “a familiaridade gerada pela experiência transmitida pela mídia pode talvez, com frequência produzir sensações de inversão de realidade”. Para ele, “os meios de comunicação não espelham a realidade, mas em parte a formam” (GIDDENS, 2002, p. 32).

Conforme expressa Araújo (2014), os escritores de FCB do terceiro mundo eram vistos como imitadores dos modelos do primeiro mundo que defendiam o ponto de vista de que o advento da transformação pela tecnologia estava relacionado a um futuro melhor para o mundo. Araújo enfatiza ainda, que esta visão faz

¹ Visto que este romance foi publicado em 1977, é pertinente salientar que sua publicação coincidiu com alguns importantes movimentos que emergiram no Brasil durante a década de 1970. Outro importante aspecto a ser enfatizado é a particular importância do meio ambiente para a identidade nacional brasileira que está associada ao mito da grandeza nacional. Este mito remete à riqueza e beleza do Brasil, suas florestas e terras férteis...[tradução nossa].

parte do imaginário do homem europeu que, fomentado pela descoberta de novos continentes, viam o lugar ideal para se viver no futuro como lugares belos e exóticos, onde poderiam desfrutar da Natureza, que lhes proporcionaria tudo o que precisassem.

A afirmação de uma memória nacional, aquela que oprime e uniformiza, de acordo com Pollak (1989), se torna necessária para enfrentar a emergência das memórias das minorias. Neste sentido, percebe-se na narrativa de *Umbra* o eco de vozes que ao mesmo tempo em que são inscritas na Literatura, inscrevem-na na realidade por meio da verossimilhança.

O trabalho de Pollak, *Memória e identidade social*, se ancora em registros orais nos quais percebeu “marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (POLLAK, 1992, p. 201). Mesmo que não participe de alguns acontecimentos que envolvam o grupo, o indivíduo pode ainda ser investido por uma memória herdada, que pode ser acumulada dentro do grupo ou engendrada por fatores externos a ele. Observando o caráter oral da constituição da Lenda como gênero, sabemos que ela pode ser remodelada com elementos culturais de determi-

nado grupo em variados contextos. De acordo com Maingueneau (2014, p.177, grifo do autor), “*devemos tomar lenda aqui, portanto, em sua ambiguidade de palavra que é preciso dizer, ou melhor, redizer, porque memorável, e palavra de acompanhamento de imagens*”.

As Lendas, que constituem a segunda parte da obra, resgatam a figura mitológica do inconsciente imaginário, o herói, como a última esperança de salvação da Natureza, nem que fosse uma parte dela apenas. Ele assume diversos nomes, no entanto, estas mudanças figuram a sua ressurreição em cada lenda narrada, em cada tempo.

Como supracitado, o Velho, como os demais, vive na Fábrica de onde poucos ousam sair devido às péssimas condições de sobrevivência que o lado de fora oferece. Contudo, ele é o único que se permite avançar um pouco mais além dos limites da Fábrica e o único que sabe caçar *Mosqueixes*, uma metamorfose possível entre a mosca e o peixe. Geralmente, essas imagens metamorfas em obras de ficção científica são causadas por contato com lixos tóxicos ou com alguma substância radioativa.

As narrativas de FCB das décadas de sessenta e setenta, no Brasil, eram influenciadas por elementos inseridos pelo Realismo Maravilhoso nas obras latino-americanas. De acordo com Araújo (2014, p. 23),

[...] many of these characteristics are present in science fiction by Brazilian authors produced from the 60s onwards as if the magical realism model that had emerged in Latin American during the 60s influenced how the genre of science fiction developed in Brazil².

Assim como as narrativas anglo-americanas refletiam suas imagens de um futuro paradisíaco influenciadas pelo Realismo Mágico, as latino-americanas mergulhavam no mundo do maravilhoso, um discurso entranhado da / na realidade pós-colonial de muitos países deste continente. O Brasil, por quase duas décadas, vive uma grande transformação política, social, econômica, cultural que irá movimentar a elaboração de uma memória coletiva em meio a um de seus maiores eventos históricos: a ditadura militar – um

² Muitas dessas características estão presentes nas obras de ficção científica escritas por autores brasileiros a partir da década de 1960, como se o modelo de realismo mágico que emergiu na América Latina nesta mesma década, tivesse influenciado no desenvolvimento do gênero de ficção científica no Brasil [tradução nossa].

período que compreende as décadas de sessenta, setenta e oitenta despontar na década de oitenta: “as teorias pós-coloniais e ecofeministas têm sido úteis para analisar e explorar a ficção científica brasileira bem como revelar importantes elementos que a distinguem dos modelos internacionais” (ARAÚJO, 2014, p. 26, tradução nossa).

Neste momento, percebe-se uma crítica forte às políticas ecológicas governamentais que permitiram, nos anos 1970, durante o período ditatorial, a abertura total a indústrias estrangeiras, sem que fossem submetidas a despesas com a legislação ambiental (ARAÚJO, 2014). A emissão de gases poluentes, a poluição de rios e nascentes, o desenvolvimento industrial no Brasil marcou a sua entrada no processo de industrialização e o colocou no processo de globalização da dinâmica pós-moderna. Ao mesmo tempo, os direitos civis eram cassados pela ditadura e as vozes censuradas pela política da ditadura.

Em *Umbra*, a manipulação exercida pela memória nacional é claramente exposta tanto no controle exercido pelo fechamento dos portões da Fábrica quanto na alienação produzida pela

ideologia dominante que, segundo Althusser, tem a finalidade de garantir

[...] uma reprodução da submissão desta [a população da Fábrica] às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, pela palavra, a dominação da classe dominante (ALTHUSSER, 1980, p. 21-22).

Para ele, não basta garantir apenas a força material como o salário para garantir a circulação do discurso dominante, mas também a reprodução da ideologia por meio de instituições como, por exemplo, a escola. No caso de *Umbra*, este poder é exercido diretamente pela Fábrica, que funciona como um dispositivo de controle do comportamento dos indivíduos, como se percebe:

Nada era importante: cada um fazia o que era necessário fazer, desde os tempos imemoriais. E ninguém se importava com o resto. A Fábrica fornecia tudo: roupa sintética, alimento concentrado, figuras visuais e reuniões onde se debatiam histórias sobre o futuro (CABRAL, 1977, p. 10).

Ao longo da primeira parte, tanto o Velho quanto os outros personagens são tratados como pessoas sem memória. Pessoas sem memória não têm passado. Não há senso de identidade. Figuras estranhas que circulam fora da Fábrica as quais ninguém havia visto, são retratadas como *sombras deslizantes* ou *indefiníveis*. A transposição feita do substantivo comum para o próprio pode ser vista como uma estratégia do autor para retratar as consequências dos esforços conduzidos para apagamento da memória e uma profunda crise de identidade que distancia cada vez mais a humanidade do mundo fora da Fábrica. Não há possibilidade de viver fora dela, ela é a única alternativa de sobrevivência, então não há motivos para sair de lá. A humanidade está condicionada às suas regras, uma sujeição que é forçada pela censura e aos poucos se torna um comportamento natural.

De acordo com Araújo, Cabral lança mão das teorias pós-colonialistas, que emergiram na década de 1980, para retratar as consequências da colonização sobre a identidade.

The degeneration of men, for example, is strongly emphasized in *Umbra*, suggest-

ing the destructive impact of colonization on human identity; like technological development, the process of colonization generates people without memories, dreams or hope (ARAÚJO, 2014, p.140)³.

Sabendo-se que na época em que a obra foi escrita, havia uma imposição das políticas estrangeiras, por questões econômicas, a denúncia que Cabral faz na narrativa é pertinente uma vez que as políticas estrangeiras impõem suas regras no mercado nacional instaurando uma política de desenvolvimento global onde a nova metrópole se apropria da matéria prima da colônia para lhe revender como produtos mais caros. A dinâmica da globalização prevê

Aceitar o risco como risco, orientação que nos é mais ou menos imposta pelos sistemas abstratos da modernidade, é reconhecer que nenhum aspecto de nossas atividades segue um curso predestinado, e todos estão expostos a acontecimentos contingentes (GIDDENS, 2002, p. 33).

A realidade apresentada pela Terra degradada irá determinar de que forma o Homem vai se adaptar às novas

³ A degeneração do homem, por exemplo, é fortemente enfatizada em *Umbra*, sugerindo o impacto destrutivo do processo de colonização na identidade humana; assim como o desenvolvimento tecnológico, o processo de colonização gera pessoas sem memórias, sonhos ou esperança [tradução nossa].

condições de existência. No momento, apenas a Fábrica pode proporcionar uma vida melhor. No entanto mais favorável que o ambiente hostil em que se transformara. Para Giddens (2002, p. 33), “o futuro não consiste exatamente na expectativa de eventos ainda por vir”, mas são organizados de maneira reflexiva no presente com elementos da memória, da história de maneira crônica (no sentido cronológico).

Pollak (1992) admite três fatores essenciais no processo de construção de identidade: a *unidade física*, que abarca as fronteiras individuais e do grupo; a *continuidade dentro do tempo* – cronológico, moral ou psicológico; e o *sentimento de coerência* no qual os elementos diferentes da constituição de um indivíduo se unificam. De acordo com ele,

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204, grifo do autor).

O desfecho da obra de Cabral (1977) revela a necessidade de não deixar a memória morrer, pois ela está intimamente ligada aos lugares de seu pertencimento. Para Pollak (1992, p. 202),

Existem lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu [...] Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa podem constituir lugar importante para a memória do grupo e, por conseguinte, da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a este grupo.

A ausência destes lugares na lembrança dificulta a reconstituição da memória, pois, conforme Halbwachs (2003, p. 189), “é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer”, um simulacro da imutabilidade do tempo, remontando o passado no presente.

Considerações finais

Pretendeu-se neste estudo contribuir com reflexões que problematizem os estudos acerca da memória que evoca um passado vivo no presente e dinamizado por lugares em que encontra suporte. Na obra de Cabral, encontramos um percurso que nos ajudou a identificar a literatura como lugar de memória pelo seu caráter material, simbólico e funcional.

A narrativa de *Umbra*, longe de ser um mero registro de uma memória morta, um arquivo histórico, é investida pelo que Nora (1993) chama de uma *aura simbólica*, visto que na relação dos indivíduos com a Fábrica remete uma tentativa de apagamento da memória, do passado vivido, percebido principalmente na alienação das pessoas. Ao se reunirem para contar histórias sobre o futuro, revelam um passado silenciado e que não conseguem mais evocar. Deixa de ser um caráter meramente funcional e se estabelece como um ritual, uma perpetuação das experiências vividas, renovadas, mesmo que repetidas. Assim, pode-se evocar

Nora (1993, p. 22), pois as lendas, por serem carregadas de material simbólico, são “uma chamada concentrada da lembrança”.

A ausência dos lugares de memória na novela de Cabral impossibilita qualquer senso de identidade nos habitantes da Fábrica. Sem ter um suporte de memória, eles recorrem à narração das lendas que de alguma forma reconstróem o passado, que não é histórico para eles, mas mítico. Uma memória reelaborada, no entanto discordante entre eles o que dificulta a sensação de pertença ao grupo, ao passado, não constituindo assim uma memória coletiva, pois esta nasce da negociação que as memórias individuais fazem entre si encontrando uma base comum.

A premissa de que a constituição da memória é um ato individual e de que há uma aparente espontaneidade em seu ponto de partida, se desfaz na medida em que entendemos que as relações sociais são formas de consciências que moldam não só o comportamento, mas também os valores e princípios de seus membros. Mesmo em momentos em que nos encontra-

mos aparentemente sozinhos, trazemos conosco elementos de grupos aos quais pertencemos, ainda que “outros não estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco uma certa quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWALCHS, 2003, p. 30).

A partir desta consideração, somos levados a seguir este percurso, tendo em vista que é a partir do grupo ou dos grupos aos quais pertencemos – considerando os dois tempos que esta forma verbal (*pertencemos*) admite, presente ou pretérito – que as nossas lembranças são evocadas deslocando sua origem do individual para o coletivo. Contudo, um acontecimento pode ser considerado como lembrança ou não, dependendo do envolvimento afetivo que nos liga a ele. Será que este processo de identificação (ou não) com determinado evento de um dado grupo ao qual somos ligados pode se constituir matéria de identidades? Arrisco dizer que, para Halbwachs, sim, visto que a pertença a vários ambientes e as várias posições de sujeito ocupadas por cada indivíduo de certa maneira são referências identitárias. De acordo com Hall,

As estruturas exibem tendências – linhas de força, aberturas ou fechamentos que constriam, modelam, canalizam e, nesse sentido, “determinam”. Mas estas não podem definir, no sentido de pensar absolutamente ou garantir. As ideias que devem pensar, estão irrevogável ou indelevelmente inscritas nas pessoas; o senso político que elas devem ter não se encontra como inscrito em seus genes sociológicos (HALL, 2011, p. 158).

Vale ressaltar que o jogo de influências exercido por várias correntes sociais (grupos) às quais estávamos aparentemente alheios, se manifesta no jogo de conflitos que se estabelece entre a memória individual e a coletiva, pois “enquanto sofremos docilmente a influência de um meio social, não a sentimos. Ao contrário, ela se manifesta quando em nós um ambiente

é cotejado com o outro” (HALBWALCHS, 2003, p. 58).

A criação literária por ser profundamente marcada por seu contexto de produção possibilita um diálogo cada vez mais eloquente e aberto com as diversas memórias coletivas, visto que elas são as memórias dos grupos dos quais fa-

A criação literária por ser profundamente marcada por seu contexto de produção possibilita um diálogo cada vez mais eloquente e aberto com as diversas memórias coletivas, visto que elas são as memórias dos grupos dos quais fazemos parte ao longo de nossa existência social.

zemos parte ao longo de nossa existência social. A difusão e o contato com esta Literatura evidencia o fato de estas obras serem profundamente engajadas às condições históricas, sociais, culturais, políticas de suas condições de produção, revelando como o processo de elaboração da identidade é vinculado a essas condições.

zemos parte ao longo de nossa existência social. A difusão e o contato com esta Literatura evidencia o fato de estas obras serem profundamente engajadas às condições históricas, sociais, culturais, políticas de suas condições de produção, revelando como o processo de elaboração da identidade é vinculado a essas condições.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ARAÚJO, Naiara Sales. *Brazilian Science Fiction and the Colonial Legacy*. São Luís: Edufma, 2014.

BARNSELY, Godofredo Emerson. *Regeneração nacional: crônica da sociedade brasileira futura*. São Paulo: Rothschild, 1909.

CABRAL, Plínio. *Umbra*. São Paulo: Summus, 1977.

COUTINHO, Albino Jose Ferreira. *A Liga dos Planetas*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1923.

GASTÃO Cruz. *Amazonia misteriosa..* Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1925.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALBWALCHS, Maurice. *A memória coletiva (1950)*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LOBATO, Monteiro. *O Presidente Negro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2014.

MOLINA-GAVILAN, Yolanda; BELL, Andrea; GINWAY, Elizabeth et al. A Chronology of Latin American Science Fiction, 1775-2005. *Science Fiction Studies*, Greencastle, Indiana, v. 34, n. 3, p. 369-431, 2007.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Districto Diamantino da Comarca do Serro do Frio (Provincia de Minas Gerais)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868-1872.

TEÓFILO, Rodolfo. *O Reino de Kiato: no País da Verdade*. São Paulo: Monteiro Lobato Editor, 1922.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Exposição Nacional Brasileira de 1875*. Rio de Janeiro: Typ. do Globo, 1875.

Raimundo Expedito dos Santos Sousa

raimundo_sousa@terra.com.br

Graduado em Letras (2008) pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura (2013) pela mesma universidade, e doutorando em Teoria da Literatura e Literatura Comparada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Resumo

Nas últimas décadas, o revigoramento do interesse pelo passado implica o investimento discursivo na memória, depositária do afã pela retenção da experiência histórica, esvaziada de sentido frente à vertiginosa obsolescência que notabiliza a sociedade contemporânea. Contudo, uma vez que a “memória oficial”, assentada no dilema entre a lembrança e o recalque, possui caráter excludente, tornam-se politicamente significativas memórias disjuntivas como as manifestações populares, capazes de apresentar formas contra hegemônicas de articulação identitária. Nesse diapasão, este trabalho concebe a imaterialidade como necessário alargamento do conceito de patrimônio, uma vez que democratiza a participação de diferentes estratos sociais na organização da cultura. Assim, este trabalho procede a um estudo em torno do patrimônio intangível, com enfoque em três manifestações culturais peculiares à microrregião do Médio Piracicaba, Minas Gerais, que denomino o *linguajar dos sinos*, o *dialeto do macaco* e o *ouro vermelho*.

Palavras-chave: Memória cultural; Patrimônio imaterial; Médio Piracicaba.

Memória cultural e patrimônio imaterial no Médio Piracicaba, Minas Gerais

Cultural and intangible heritage memory in the Middle Piracicaba, Minas Gerais

Abstract

In recent decades, the reinvigoration of interest in the past implies discursive investment in memory, the depositary of the desire of retention of historical experience, emptied of meaning in face of the vertiginous obsolescence that characterizes contemporary society. However, since the ‘official memory’, seated in the dilemma between the memory and repression, has a exclusivist character, disjunctive memories, such as popular manifestations, become politically significant, once they are able to present counter-hegemonic forms of identity articulation. In this vein, this paper conceives immateriality as a necessary extension of the concept of heritage as it democratizes the participation of different social strata in culture organization. This paper carries out a study about the intangible heritage, focusing on three peculiar cultural manifestations of the micro-region of the Middle Piracicaba, Minas Gerais, which I denominate *the language of bells*, *the monkey dialect* and *the red gold*.

Keywords: Cultural memory; Intangible heritage; Middle Piracicaba.

I n t r o d u ç ã o

Vivemos, hoje, sob o signo da perda de referências identitárias provocada por uma constelação de fatores, entre os quais merecem relevo a aceleração do tempo e a conseqüente crise da experiência histórica. Em um tempo que se nos afigura como um presente fechado em si mesmo, a proscricção do pretérito e do porvir implica o desmantelamento do senso de continuidade graças ao empobrecimento tanto da lembrança do passado quanto da imaginação do futuro. Por conseguinte, somos, em certa medida, subtraídos do exercício da memória, que parece tão menos vinculada à experiência quanto mais atrelada ao vertiginoso fluxo de informações disseminadas pela tecnologia. Numa cultura que humaniza os bens de consumo e desumaniza o humano, computadores “inteligentes” ganham cada vez mais capacidade de memória para armazenamento de dados, enquanto, em patente contraste, res-

sentimo-nos da escassez de memória no duplo sentido cognitivo, enquanto processamento do volume de informações recebido, e afetivo, enquanto lembrança subjetivamente significativa. Assim, vacilamos, não raro, entre duas posições contraditórias, porém decorrentes do mesmo esvaziamento da experiência. De um lado, queixamo-nos frequentemente de “falta de tempo” para fazermos o que nos apraz, quando, na verdade, somos reféns do próprio tempo e de seu ritmo célere; de outro, realizamos atividades anódinas com a declarada finalidade de “matar o tempo”, intuito revelador do *taedium vitae* catalisado pelo caráter exíguo do chamado “tempo livre” (curiosa expressão numa sociedade pós-escravagista), que obsta a experiência qualitativa da temporalidade. Se nas sociedades “primitivas” o tempo é cíclico, porque mítico, em nossa sociedade “civilizada”, não menos eivada de mitos, o tempo é linear e vazio de tal

forma que por vezes não lembramos, sequer, o que ceamos no dia anterior e, sem o invento de dispositivos como a agenda, possivelmente esqueceríamos a sequência de compromissos do dia seguinte.

Em reação a esse quadro, vivemos, também hoje, um expressivo interesse pelo passado, depositário da idealização de uma identidade estável frente à fugacidade peculiar à sociedade contemporânea. Temos empreendido, nas últimas décadas, um movimento de fetichização do passado como provedor de coerência e significado ao presente esvaziado de sentido, fenômeno de que são exemplos a profusão de biografias no mercado editorial e a voga do estilo retrô nas artes plásticas, na moda e na decoração. Não é casual, portanto, a coincidência entre a aceleração do tempo e esse ímpeto memorialista, pois, no dizer de Sarlo (2001, p. 98, tradução minha¹), “a aceleração produz o vazio de passado que as operações da memória tentam compensar”, de modo que nossa época

Não é casual,
portanto, a
coincidência entre
a aceleração do
tempo e esse ímpeto
memorialista

é balizada pela “contradição entre um tempo acelerado que impede o transcorrer do presente e uma memória que busca dar solidez a esse presente fulminante que desaparece comendo-se a si mesmo”.

Esse afã pela memória também implica, em nível coletivo, a valorização de práticas culturais que emprestam sentido à existência de um grupo, tais como as manifestações populares, tema do qual tratarei neste artigo. Todavia, é preciso, desde logo, fazer uma ressalva. Se, como sabemos por dever de ofício, as memórias são seletivas porque sujeitas à manipulação política, cabe ao crítico da cultura escovar a história a contrapelo, nos termos de Benjamin (1974), de sorte que, ao averiguar quem as define, sob quais critérios, quais lembranças perpetuam em detrimento de quais e que interesses subjazem ao esquecimento, contribua para o registro da história dos vencidos. Desse modo, a cultura da memória não deve ser celebrada inadvertidamente como um bem simbólico genérico; afinal, a cultura constitui um campo de batalhas simbólicas travadas

¹ Todas as traduções de citações em língua estrangeira foram feitas por mim.

entre grupos que, em posições assimétricas nas hierarquias de poder, visam à legitimação de sua identidade cultural, e nesses embates os grupos legitimados a tecer a memória “oficial” o fazem como convém à sua representação do presente. Engendrada na tensão dilemática entre o que se decide lembrar e o que se elege esquecer, a memória oficial, embora pretensamente universal, perpetua determinados significados em detrimento de outros, pois, para legitimar sua concepção unificadora de identidade, depende do eclipsamento de dissidências capazes de revelar suas contradições.

Se a memória oficial tem sido historicamente determinada por mediadores culturais que absorvem do passado somente o que interessa à sua noção particular de cultura, esse empreendimento monolítico pode ser pressionado centrifugamente por meio de contra

Engendrada na tensão dilemática entre o que se decide lembrar e o que se elege esquecer, a memória oficial, embora pretensamente universal, perpetua determinados significados em detrimento de outros, pois, para legitimar sua concepção unificadora de identidade, depende do eclipsamento de dissidências capazes de revelar suas contradições.

narrativas que evidenciam seu caráter excludente e apontam possibilidades outras de articulação identitária. Onde a relevância política das memórias coletivas, cuja lógica suplementar desloca o foco para processos de agenciamento microssociais que reagem à atomização promovida pela memória oficial. Nesse sentido, é preciso considerar, segundo Halbwachs (1950), que o fenômeno da rememoração não pode ser analisado ao largo das

relações sociais sob cuja base a construção da memória se edifica, porque esta, longe de constituir um fenômeno cognitivo estritamente pessoal, é tecida no interior de experiências partilhadas coletivamente. Desse modo, são exemplares dessa memória coletiva suplementar os repertórios memorialísticos sedimentados no interior de grupos negligenciados pela memória oficial, mas que, graças à sua luta por causas como a ampliação da ideia de patrimônio,

têm gradativamente adquirido visibilidade.

De fato, até meados do século XX o patrimônio era concebido em termos estritamente materiais, com ênfase em edificações, monumentos e obras de arte provenientes das elites civis e eclesiásticas. No Brasil, a concepção cultural de patrimônio foi atrelada à formação tardia da nação – corolário da experiência colonial –, de modo que se elegeu entre os símbolos identitários do país a suntuosidade do barro-

co mineiro, manifesta, sobretudo, nas igrejas. Não por acaso, ao olhar curioso do turista em vias de adentrar uma cidade histórica mineira se impõem, antes de tudo, as igrejas legadas pela aceitação estética e teológica colonial. A visibilidade dessas edificações se deve não apenas à sua localização topográfica comumente privilegiada, mas, sobretudo, à sua exuberância arquitetônica, resiliente ao efeito corrosivo das intempéries e ao desgaste natural decorrente de sua idade secular, bem como à in-

A memória cultural mineira, longe de restrita ao acervo material, compreende outras expressões cujo valor simbólico foi, por muito tempo, negligenciado pelo discurso patrimonialista.

solência com que suas elevadas torres parecem tocar as nuvens. Precisamente por atuarem como o que Nora (1984) denomina “lugares de memória” (*lieux de mémoire*), isto é, espaços investidos como pontos de referência da memória histórica de um grupo, as igrejas ergui-

das pelo braço escravo e ornadas ao modo barroco pelas mãos habilidosas de escultores, entalhadores e pintores são o signo maior dos tempos auríferos de Minas Gerais. Tempos em que, por ocasião do ciclo do ouro, a região se notabilizava como manancial do precioso metal, que foi-se escasseando para atender à demanda portuguesa de tal sorte que seus resíduos mais expressivos repousam na decoração das igrejas.

Todavia, a memória cultural mineira, longe de restrita ao acervo material, compreende outras expressões cujo valor simbólico foi, por muito tempo, negligenciado pelo discurso patrimonialista. Não foi antes dos anos 1970 que as leis patrimoniais passaram a considerar também o patrimônio cultural,

abrindo caminho para, décadas mais tarde, a emergência da nomenclatura patrimônio cultural imaterial. Na medida em que assumiu uma concepção de cultura mais antropológica, o discurso patrimonialista conferiu legitimidade a criações de grupos esquecidos pela memória oficial. Como corolário desse movimento, a aceção de patrimônio cultural imaterial foi adotada, no Brasil, há pouco mais de uma década, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mediante emitido no ano 2000, admitiu a imaterialidade como bem cultural e instituiu o registro como forma de identificação, reconhecimento e salvaguarda do bem intangível. A noção de imaterialidade amplia o escopo do conceito de patrimônio para incluir manifestações culturais populares, como os saberes e crenças, a música e a dança. Noutros termos, o patrimônio imaterial se consubstancia nos “modos de vida”, aceção antropológica que abrange desde manifestações culturais a práticas, saberes e fazeres que uma comunidade identifica como seu legado histórico. Assim, na organização do mosaico cultural brasileiro, essa ampliação conceitual favorece a expressão da diferença

ao permitir a participação de grupos cujos repertórios culturais eram historicamente marginalizados.

Dada essa exposição inicial, focalizarei no que se lerá a seguir, o liame entre a memória cultural e o patrimônio imaterial na microrregião do Médio Piracicaba. Esse pedaço de Minas Gerais integra o Circuito Cultural Vieira Servas (CCVS), idealizado pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade (FRMFA), que firmaram parceria com a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba (Amepe) com vistas à preservação e valorização da memória cultural desses municípios. A microrregião foi residência do escultor e entalhador português Francisco Vieira Servas (1720-1811), um dos expoentes da estética barroca mineira, que ali viveu durante várias décadas e produziu parte expressiva de sua obra. Esse fato, *per se*, justifica o interesse pela memória cultural do Médio Piracicaba e, sobretudo, o empenho pela preservação e divulgação dessa memória (CUNHA & SCHETTINO, 2014). Além disso, os municípios que a

integram também possuem, cada qual ao seu modo, várias especificidades culturais que ratificam esse interesse e empenho. Embora as várias cidades pertencentes à microrregião possuam rica cultura imaterial, a impossibilidade de tratar detidamente de cada uma me obrigou à delimitação de um recorte temático no qual, sem a quimera de abranger todas as manifestações culturais das diversas cidades, optei por focalizar três manifestações culturais paradigmáticas: o *linguajar dos sinos*, o *dialeto do macaco* e o *ouro vermelho*.

Para tanto, lancei mão de uma metodologia pautada em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, com vistas, respectivamente, à fundamentação teórica do estudo, à busca de materiais impressos sobre as referidas manifestações culturais e à observação *in loco* para conhecê-las mais densamente. Quanto à pesquisa bibliográfica, recorri a estudos de referência sobre patrimônio, memória e história; em relação à pesquisa documental, utilizei fontes primárias como panfletos, jornais locais e decretos; no que tange à pesquisa de campo, realizei observações *in loco* nas cidades de

Catas Altas, Itabira e Barão de Cocais, a fim de apreender com mais acuidade o ambiente em que as manifestações ocorrem e explorar o campo da experiência como paradigma de estudo no aqui-e-agora das relações sociais no lugar de me ater a significações textuais desprendidas de sua base material. Importa sublinhar, à guisa de ressalva, que, quando das referidas observações, recolhi dados relevantes por meio de contato com as expressões patrimoniais e diálogos travados informalmente com atores sociais envolvidos. Todavia, sem embargo da importância metodológica da história oral nas pesquisas em torno do patrimônio, não foi possível, dentro do escopo da pesquisa, realizar entrevistas com esses atores, de modo que os depoimentos constantes no trabalho advêm de fontes secundárias.

O linguajar dos sinos

Nas Minas Gerais, os sinos se notabilizam por possuir uma faculdade comunicativa tal que praticamente se personificam como personagens das

idades que habitam do alto de suas torres. Meios de comunicação dos mais democráticos, eles comunicam a todos os moradores ao mesmo tempo e, mais surpreendentemente, interagem entre si, pois nas cidades históricas mineiras suas badaladas seguem uma sincronia tal que dobram alternadamente, como que em diálogo. Assim, essas personagens encenam o teatro da vida cidadina em dramatizações ora divertidas, ora solenes, ora, ainda, comoventes, dependendo das contingências situacionais que orientam seus badalares. De fato, os sinos são instrumentos criados para transmitir um sinal (donde sua origem derivar da palavra latina *signum*). Em tempos idos, quando o rádio, a televisão e a internet não existiam, cabia-lhes não apenas atuar como um relógio comunitário que informa as horas, como também avisar a cidade sobre acontecimentos significativos para a comunidade, o que lhes conferia prestígio inestimável devido à sua utilidade pública.

Os sinos acompanham os moradores citadinos a todo o tempo, pois às 6 horas da manhã, ao meio-dia e às 18 horas assinalam, respectivamente, o iní-

cio, o meio e o fim do dia. Na verdade, acompanha-os no transcurso de toda a vida, desde o batismo ao funeral, uma vez que anunciam tanto o nascimento quanto a morte. Entre o retumbante tom festivo, quando de celebrações, ao tom lacrimoso de réquiem, por ocasião de falecimentos, há, segundo o Iphan, cerca de 40 variedades de sons:

Os toques mais conhecidos são Ângelus, A Senhora é Morta, Toque de Exéquias, Toque de Cinzas, Toque de Finados, Toque de Passos, Toque de Treva, Glória de Quinta-feira Santa, Toque da Ressurreição, Toques de Te Deuns, Toque das Rasouras e Procissões, Toques de Incêndio, Toques de Agonia, Toques Fúnebres, Toques Festivos, Toque de Parto, Toque chamada de sineiros, Toque chamada de sacristão, Toque de Posse de irmandade, Toque de Almas, Toque de Missas, Toque de Natal, Toque de Ano Novo, Toque das Chagas ou Morte do Senhor (IPHAN, 2015b, s.p).

Apesar de trazido ao Brasil pelos portugueses e, portanto, ter origem europeia, o toque dos sinos, cuja prática remonta ao século XVIII, recebeu matizes da cultura africana, uma vez que os escravos eram responsáveis pelo ofício de sineiro durante o período colonial (BELISÁRIO, 2010). Elaborados ainda no contexto do Brasil Colônia, os repiques característi-

cos dos sinos das igrejas barrocas mineiras foram legados de uma geração a outra, por meio da oralidade, constituindo uma tradição masculina por excelência:

Os sineiros são, portanto, os detentores e os responsáveis pela reiteração e transmissão da habilidade e do conhecimento requeridos por essa forma de expressão e do seu repertório, pois essa prática não se aprende na escola. É aprendizado que requer observação, envolvimento e dedicação desde a infância, quando os meninos, que não têm acesso às torres, começam a reproduzir os sons dos campanários em painéis, postes, enxadas, picaretas e em tudo o mais que possa servir como objeto de percussão. Em geral, a partir da adolescência, eles passam a frequentar as torres das igrejas para ouvir, ver e acompanhar a execução dos toques. [...] Outra característica da formação dos sineiros está na profunda relação que costumam manter com bandas, orquestras, liras, escolas de samba e outros espaços de expressão da musicalidade, seja popular ou erudita. É possível, pelo toque, identificar um sineiro (IPHAN, 2015c).

Como que em um teatro de marionetes, o badalar dos sinos reflete o movimento do sineiro, que, portanto, exerce função criadora na medida em que, embora a linguagem dos sinos obedeça a um conjunto de códigos litúrgicos, há

um coeficiente de liberdade para que o sineiro intervenha criativamente. Assim, cada sineiro impõe às badaladas seu ritmo próprio. Por isso, o Iphan reconhece que

A atividade de sineiro é uma prática e uma arte que envolve criação e aprimoramento dos toques, indo além, portanto, da mera repetição de um repertório. Sineiros experientes podem criar adereços para os sinos e novas técnicas que são incorporadas ao seu trabalho, como é o caso da colocação de um gancho entre o badalo e a corda. Esta inovação, em especial, proporcionou significativa valorização do toque dos sinos e destaque a seus praticantes (IPHAN, 2015c).

Cabe indagar em que medida os meninos de gerações vindouras estarão dispostos a se dedicar a um ofício que exige esforço e disciplina sem oferecer, em contrapartida, recompensa senão a satisfação pessoal de contribuir para a conservação da tradição religiosa. Uma possível resposta tem sido diagnosticada pela Igreja católica, pois a diminuição do interesse dos jovens pelo catolicismo resulta na escassez de material humano para o ofício de sineiro. Some-se a isso a dificuldade de manutenção, que resulta na precariedade dos sinos, muitos dos quais se encontram racha-

dos, despossuídos de badalo ou carentes de torres adequadas para sua instalação. Como alternativa, o desenvolvimento de novos meios de comunicação tem estimulado algumas igrejas a substituírem os sineiros por martelos movidos a eletricidade ou por sons de sinos gravados em alto-falantes. Assim, os sinos têm sido gradativamente substituídos por instrumentos eletrônicos, com o beneplácito da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (O GLOBO, 2009).

Entretanto, em Minas Gerais o toque dos sinos se mantém como um dos apanágios mais característicos das cidades históricas do estado. Em várias das cidades que integram o Circuito Cultural Vieira Servas, por exemplo, a tradição sineira continua presente e, dentre elas, Catas Altas (Imagem 1) se destaca pelo fato de perfilar entre as cidades mineiras cujo Toque dos Sinos adquiriu *status* de patrimônio imaterial do país. Ali, os sinos e suas batidas

acompanham a rotina dos habitantes da cidade há centenas de anos, e, conforme o número e a cadência das badaladas, os cidadãos identificam acontecimentos, celebrações e anúncios (CATAS ALTAS, 2015).

De fato, o (en)canto dos sinos, somado à finalidade de manter essa tradição no es-



Imagem 1 - O sino em Catas Altas.

Fonte: Fernando Bezerra (acervo pessoal).

tado de Minas Gerais, resultou, em 2009, no tombamento do Toque dos Sinos em Minas Gerais como patrimônio imaterial pelo Iphan. O tombamento teve como referência as cidades de São João del-Rei, Tiradentes, Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Diamantina, Sabará, Serro e Catas Altas – esta última integrante da microrregião do

Médio Rio Piracicaba (IPHAN, 2015c). Devido às circunstâncias mencionadas anteriormente, a proteção patrimonial, por meio do registro, faz-se necessária para impedir que, devido a dificuldades de manutenção, os sinos sejam substituídos por instrumentos eletrônicos de maior praticidade.

Uma forma criativa de immortalizar os diversos toques dos sinos consiste no *Projeto 40 Sons de Sinos*, que em 2014 concorreu na categoria patrimônio imaterial, do Programa Cultural das Empresas Eletrobrás, e foi um dos dois vencedores. Empreendido por duas pesquisadoras, o projeto foi responsável por digitalizar os 40 tipos de sons e disponibilizá-los como aplicativo para dispositivos móveis, como o telefone celular. Graças ao projeto, o usuário, com apenas um toque no celular, pode ouvir os sinos de cada uma das cidades contempladas no projeto – entre as quais Catas Altas. Essa plataforma, que coaduna tradição e modernidade, constitui, segundo o Iphan, a primeira medida capaz de immortalizar um tipo de patrimônio imaterial no país (DUMMONT, 2015).

O dialeto do macaco

A língua, sistema de signos linguísticos que atua segundo regras internas próprias, e a linguagem, processo de significação e produção de sentido por meio

da língua (SAUSSURE, 1922), situam-se entre os índices identitários mais significativos de uma cultura. Porém, casos há em que a língua/linguagem se desenvolve com tal peculiaridade que distingue ainda mais o grupo que a operacionaliza. Isso ocorre no município de Itabira, situado a 110 quilômetros de Belo Horizonte. Terra do poeta Carlos Drummond de Andrade, mestre no uso criativo da língua portuguesa, Itabira desenvolveu um dialeto particular, a linguagem do macaco – ou, mais precisamente, guinlagem do camaco –, que consiste em uma tradição oral peculiar ao município. Ainda que a origem desse dialeto seja desconhecida, tem-se por tradição que seu surgimento ocorreu quando da atuação de mineradores ingleses e estadunidenses nas minas de ouro de Itabira, entre o final do século XIX e início do XX, e se tratava de uma estratégia comunicativa transgressora, em um contexto de fricções culturais nem sempre amistosas, para que os trabalhadores locais não fossem compreendidos pelos estrangeiros. Inicialmente utilizada pelos operários das minas, a linguagem do macaco se espalhou pela cidade, tornando-se recorrente em diversos espaços de sociabilidade.

O camaco – corruptela da palavra macaco – se baseia, *grosso modo*, na troca das consoantes da primeira sílaba com as da segunda (DIÁRIO DE ITABIRA, 2015). Desse modo, a palavra patrimônio é transformada em trapimônio, cultura em tulcura, e assim por diante. Na época da mineração, esse caráter diferenciador em relação ao léxico do português padrão facilitou seu potencial transgressivo nas relações travadas com os estrangeiros no que Pratt (1992) denomina “zonas de contato” (*contact zones*), espaços nos quais culturas díspares se encontram e estabelecem relações não raro marcadas por assimetrias de poder. Afinal, os “gringos” poderiam aprender o português, por ser a língua oficial e possuir gramática instituída, mas não teriam acesso ao dialeto do macaco por se tratar de uma linguagem cifrada. Portanto, embora as *zonas de contato* sejam espaços caracterizados por relações de poder assimétricas, essa hierarquia é instável, sobretudo porque a experiência do contato intercultural implica flexibilização das relações de poder aí instauradas, demonstrando que o centro não determina a periferia unilateralmente.

Signo de uma cultura ágrafa, a língua do macaco é agramatical, ou, melhor, contragramatical, pois possui, ainda que tacitamente, uma gramática internalizada que orienta a interação entre os falantes em apropriação transgressiva da gramática tradicional. Como praticamente não há registros sobre esse dialeto, sua inscrição como patrimônio imaterial se faz necessária para que não se perca na poeira dos tempos. Nesse sentido, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Itabira (Comphai) está em vias de inserir a linguagem do macaco como patrimônio imaterial do município. Em reportagens realizadas por jornais impressos e televisivos, repórteres têm observado que alguns habitantes de Itabira ainda utilizam o dialeto para conversar, cantar e declamar poemas. A administradora Selma Duarte, por exemplo, explica em uma reportagem como aprendeu essa prática linguística de tradição secular:

Eu aprendi com o meu pai, que aprendeu com o pai dele. Ele me dizia que quando os ingleses chegaram em (sic) Itabira há muitos anos eles traziam a língua deles e as pessoas aqui não entendiam. Como uma forma de resistência decidiram inventar

uma língua, começaram a falar e isso foi se disseminando (R7, 2014, s.p).

Seu pai, o aposentado Osvaldo Setembrino da Cruz, explica de forma simplificada a origem do nome dado a essa linguagem: “Não tinha um nome para dar e acharam que macaco falaria assim se falasse” (R7, 2014, s.p). De fato, trata-se de uma denominação apropriada para o propósito em que o dialeto foi originalmente empregado, já que macaquear implica arremedo, jogo, zombaria, e possui, portanto, caráter subversivo. O informante relata que, em sua meninice, a linguagem era corriqueira nas escolas, sobretudo entre os alunos, que utilizavam a linguagem do macaco com finalidade de “enrolar os professores” (DIÁRIO DE ITABIRA, 2015, s.p). Esse depoimento deixa entrever que o uso transgressivo do dialeto se estendeu para além das relações interétnicas e se tornou presente em formas de relações sociais. Esse potencial transgressivo se mantém ainda hoje, como exemplifica o músico Rafael Henrique Carvalho Sampaio: “Tenho amigos que, entre uma prosa e meia, sempre sai uma palavra ou outra do camaco. Quando tem alguém por perto que não pode saber ou compreender o que estamos

falando, conversamos em camaco” (DIÁRIO DE ITABIRA, 2015, s.p). Portanto, a língua do macaco figura duplamente como instância de resistência e expressão cultural, pois na dinâmica das relações sociais constitui uma forma de negociação, enquanto na esfera da identidade cultural constitui a expressão da particularidade linguística da cidade.

O ouro vermelho

Barão de Cocais, situada a 93 quilômetros de Belo Horizonte, foi fundada no início do século XVIII. A cidade possui edificações arquitetônicas proeminentes, como o Santuário de São João Batista, construído entre 1764 e 1785 e tombado pelo Iphan em 1939. Sua atratividade se deve, em larga medida, ao engenho de Antônio da Silva Lisboa, conhecido pelo epíteto “Aleijadinho”, que esculpiu, em pedra-sabão, a imagem de São João Batista, situada no nicho da fachada principal, e participou tanto do desenho da fachada quanto do ousado projeto de construção do prédio,

cujas torres são posicionadas diagonalmente em relação ao corpo da igreja. Já em seu interior, o templo, cujo teto foi pintado pelo célebre Manuel da Costa Ataíde, possui altares folheados a ouro. Todavia, interessa-me chamar atenção para outro ouro, não mineral, mas vegetal, não amarelo, mas vermelho, que tem sido produzido na cidade.

O turista que se dispõe a um passeio por Barão de Cocais logo avistará uma profusão de goiabeiras e descobrirá – se já não o souber – que o município tem-se notabilizado pela produção artesanal da goiabada-cascão. Embora seja largamente produzido em Minas Gerais, esse doce é feito na cidade de modo peculiar tal que a “arte” secular do seu preparo foi registrada como patrimônio histórico imaterial municipal, mediante o Decreto nº 060/2012:

O Prefeito Municipal de Barão de Cocais, em conformidade com os fins estabelecidos na Lei Municipal nº 1548/2011, que estabelece as normas de proteção do Patrimônio Cultural deste município, decreta o *Modo de Fazer a Goiabada Cascão*, que ocorre no município de *Barão de Cocais*, Minas Gerais, por seus valores histórico, cultural e simbólico. Este bem cultural fica sujeito às disposições de pro-

teção estabelecidas pela Lei Municipal nº 1548/2011 e à (sic) diretrizes específicas contidas no Dossiê de Registro do Modo de Fazer a Goiabada Cascão, deste município (BARÃO DE COCAIS, 2012, s.p.; ênfase original).

Além disso, o poder público e a comunidade local têm somado esforços para que esse modo de preparo receba o mesmo tratamento em nível estadual, isto é, seja reconhecido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). No entanto, de acordo com Fonseca (2015, s.p.), “a política atual adotada pelo Iepha-MG é a de não trabalhar as manifestações de formas isoladas, mas pensar o Estado como um todo. Assim, o tombamento mineiro da goiabada cascão dependeria do reconhecimento, também, em outras cidades”. Apesar desse empecilho, a simples reivindicação patrimonial constitui um avanço se considerarmos que essa medida seria impensável há algumas décadas, quando inexistia o conceito de patrimônio imaterial.

O modo de preparo da goiabada-cascão em Barão de Cocais (Imagem 2) é um exemplo inequívoco da noção de patri-

mônio imaterial. Afinal, a culinária constitui simultaneamente um suporte da memória coletiva e um elemento constitutivo da identidade grupal fomentada por essa memória, pois, conforme Lévi-Strauss (1968, p. 411), “[a] cozinha é uma linguagem na qual a sociedade traduz inconscientemente sua estrutura”. Como linguagem, a gastronomia consiste em um índice identitário de uma comunidade, na medida em que a preparação dos alimentos implica um *savoir-faire* (“saber-fazer”), ou seja, um conjunto de técnicas, saberes e artefatos desenvolvidos no curso de várias gerações. Esse argumento vale, *a fortiori*, para países extensos e multiculturais como o Brasil. Devido à sua extensão territorial e à interpenetração de legados culinários provenientes das culturas indígena, portuguesa, africana e de imigrantes, o país possui uma culinária tão rica quanto variada, quer na seleção dos ingredientes, quer no modo de preparo, quer, ainda, nos utensílios utilizados. Essa culinária variada resulta em um caleidoscópio de cozinhas regionais

que tem implicações patrimoniais, haja vista que já foram registrados como bem cultural imaterial o “Ofício das Panelas de Goiabeiras” (Goiás), em 2002, o “Ofício das Baianas de Acarajé” (Bahia), em 2005, e o “Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas Regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre” (Minas Gerais), em 2008 (IPHAN, 2015a).

Se bem que, em Minas Gerais, a goiaba



Imagem 2 – *Cooperação intergeracional e integração comunitária: doceira prepara a goiabada-cascão, auxiliada por uma jovem, e observada por integrantes da comunidade e visitantes.*

Fonte: Elivane Costa (acervo pessoal).

seja ingrediente basilar para guloseimas variadas, como a goiabada tradicional, em barra ou pote, geleias, biscoitos “casadinhos” e licores, a especialidade da doçaria de Cocais é a goiabada-cascão. Apesar de seus ingredientes consistirem,

basicamente, em goiaba e açúcar, o doce se caracteriza pelo preparo minucioso e extenuante que requer tanto técnica quanto força. Colhidas nos pomares, as frutas recebem tratamento meticuloso que consiste em extrair a polpa, com o cuidado de separar os pequenos caroços, e lançá-la no tacho de cobre, juntamente com generosos pedaços da fruta e colheradas de açúcar. O longo processo de cozimento exige braços fortes o bastante para mexerem constantemente a mistura que vai se avermelhando cada vez mais sob efeito do calor e paciência para esperar cerca de três horas até que o doce esteja “no ponto”, quando formada uma densa massa vermelho-escura matizada pelo amarelo dos pedaços da fruta.

Na cidade, cuja população é estimada em 29 mil habitantes, a produção da goiabada-cascão é um ofício majoritariamente feminino, pois boa parte das mulheres sabe prepará-la, seja para consumo familiar, seja para comercialização. Esse ofício é ensinado, no mais das vezes, por mães, avós, tias e sogras, de maneira que a técnica de preparo é transmitida de geração a geração como exercício rememorativo realizado pelas representantes mais antigas, que figuram como correias de transmissão da memória coletiva por tecerem o elo entre o passado e o presen-

te. Se a tradição, para se perpetuar, precisa da reafirmação do pertencimento em cada geração, em Barão de Cocais as meninas, desde tenra idade, são incorporadas a essa tradição, que, por assim dizer, sedimenta os laços intergeracionais. Essa matrilinearidade simbólica confere à memória coletiva o sentimento de pertença ao que Halbwachs (1950) denomina “comunidade afetiva”, na qual a tradição é tecida coletivamente e ressignificada pelas gerações que a recebem. Esse vínculo de transmissão intergeracional ilustra a noção de patrimônio, derivada do latim *patrimonium*, que se refere a bens legados pelos antepassados aos viventes, a quem compete, enquanto seus legatários, salvaguardá-los para que sejam recebidos pelas gerações vindouras. Como forma de perpetuar essa tradição, a Prefeitura de Barão de Cocais tem fomentado a formação de novas doceiras por meio de iniciativas como o *Concurso de Quitandeiras Mirins*, cuja primeira edição ocorreu em 2014.

A gastronomia estimula a realização de festas e festivais cuja repetição periódica, geralmente anual, engendra uma tradição catalisadora de vínculos comunitários, como ocorre em Barão de Cocais, onde, desde 2012, tem-se realizado o Festival da Goiabada, no início de maio, com fina-

lidade de divulgar e preservar a produção do doce. Apesar de abrir espaço para outras iguarias, a organização da festa adota uma política de incentivo à utilização da goiabada-cascão mesmo em outras receitas. De acordo com informe do jornal *Impacto*, referente ao regulamento da edição de 2013 do Concurso da Quitanda, “dentre os ingredientes da receita, deveria figurar, obrigatoriamente, a Goiabada Cascão” (IMPACTO, 2013, p. 5).

A doçaria constitui um elemento socializador na medida em que as festas constituem instantes de sociabilidade nos quais os partícipes da comunidade ratificam seus vínculos de solidariedade e comunitarismo, reforçando suas identidades sociais, pois a cultura popular encontra expressão inequívoca nas festas e em todo o aparato simbólico que as particularizam. É significativo, nesse sentido, que os organizadores da festa tenham tomado a iniciativa de criar um espaço para exibição pública do rito de preparação do doce: “Para mostrar aos presen-

tes um pouco da história e o processo de fabricação da goiabada cascão, [...] foi criado o ‘Espaço Goiabada Cascão’, onde, além de ver o processo de fabricação da-

quele saboroso doce, os visitantes puderam apreciar aquela deliciosa iguaria” (IMPACTO, 2013, p. 5).

A preservação da memória cultural gastronômica em Barão de Cocais agrega valor não apenas simbólico como também econômico aos bens culturais, que, desse modo, atuam como catalisadores de desenvolvimento socioeconômico do município, na medida em que conferem às mulheres a possibilidade de obterem sua própria renda.

de desenvolvimento socioeconômico do município, na medida em que conferem às mulheres a possibilidade de obterem sua própria renda. Conforme Fonseca (2015), dezenas de mulheres da cidade têm a goiabada cascão como principal fonte de renda. Para ficarmos com apenas um exemplo, Aparecida Ribeiro, uma das doceiras mais conhecidas, chega a produzir anualmente cerca de duas toneladas de goiabada-cascão. Todavia, a comercialização da guloseima enfrenta empecilhos como a mobilidade precária,

A preservação da memória cultural gastronômica em Barão de Cocais agrega valor não apenas simbólico como também econômico aos bens culturais, que, desse modo, atuam como catalisadores de desenvolvimento socioeconômico do município, na medida em que conferem às mulheres a possibilidade de obterem sua própria renda.

já que a maioria das cozinheiras reside em propriedades rurais cujo difícil acesso constitui um entrave para o transporte dos produtos.

Em um contexto balizado pelo aumento vertiginoso dos fluxos culturais globais e pela intensa mercantilização da cultura (APPADURAI, 1996), a comercialização da guloseima traz à baila a complexa relação entre os bens patrimoniais e a comodificação ao impor o desafio de conciliar a manutenção de legados tradicionais com os imperativos mercadológicos. Esse desafio instaura uma aporia, na medida em que, por um lado, o patrimônio não pode ser concebido meramente como *commodity*, pois é precisamente seu alheamento em relação ao circuito de valoração mercadológica que assegura seu valor simbólico, mas, por outro lado, o alargamento da produção cultural depende da comercialização (JEUDY, 2005). Frente à tarefa de conjugar os princípios da arte artesanal com as regras do mercado, deve-se atentar para o risco de fetichização do patrimônio, isto é, para o modo como a mercantilização oblitera os agentes produtores em favor da ênfase exclusiva nos produtos, que são esvaziados de significação simbólica por

que descolados do processo produtivo e preenchidos com sentidos fugazes que caracterizam o presentismo contemporâneo. Por isso não se pode jamais perder de vista os significados que as expressões culturais têm para as comunidades de onde provêm. O patrimônio imaterial deve, portanto, ter como horizonte a noção de “referência cultural”, remetente ao processo de elaboração, às relações sociais entre os artífices e ao repertório simbólico da comunidade em que ele emerge (VELOSO, 2007). Outro desafio consiste em regulamentar os direitos de propriedade sobre os saberes das comunidades mantenedoras de tradições ancestrais, em face de um mercado cuja expansão de fronteiras se apropria instrumentalmente das manifestações populares. No caso de Barão de Cocais, o registro constitui uma garantia de segurança, assim como o “selo cultural”, que, conforme Fonseca (2015), as doceiras têm recebido para caracterizar os doces como bens registrados e também para comprovar sua qualidade e procedência.

A forma de preparo da iguaria pelas doceiras de Barão de Cocais se caracteriza, evidentemente, pelo trabalho artesanal, realizado em pequena escala. Porém, al-

gumas mudanças têm sido trazidas pelos ventos da modernidade, que, mesmo tardiamente, não deixam de soprar nas pequenas cidades interioranas. Assim, processadores eximem as cozinheiras da laboriosa separação entre a polpa e as sementes, que se dava por meio de peneiras de bambu; o açúcar cristal substitui o antigo melado, feito a partir da garapa; o forno a lenha cede lugar ao forno fogão a gás, que agiliza o processo de cocção, e assim por diante (FONSECA, 2015). Essas alterações não subtraem, contudo, o estatuto patrimonial da confecção dos doces. Como a cultura é dinâmica, a própria ideia de patrimônio imaterial presume ressignificações, uma vez que este é “constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história” (IPHAN, 2015d, s.p.). Se o horizonte da patrimonialização pode ser sintetizado pela metáfora da dupla face de Jano, na qual um rosto se volta para o passado (tradição) e outro para o porvir (progresso), é incontornável – e necessário – o movimento bifrontal de *conservação*, enquanto salvaguarda de tradições, e *inovação*, enquanto esforço pela melhoria imprescindível ao desenvolvimento da cidade e da microrregião em que se situa.

Considerações finais

Numa contemporaneidade balizada, de um lado, pela crise identitária deflagrada pela dissociação entre passado e presente e, de outro, pela reação a essa crise mediante o cultivo da memória, a preservação do patrimônio imaterial dá mostras da possibilidade de conjunção temporal consubstanciada por tradições como a culinária, a linguagem dos sinos e a linguagem popular. Por isso cabe, à guisa de conclusão, alinhar considerações sobre o trabalho de patrimonialização empreendido na microrregião do Médio Piracicaba.

Conforme vimos neste artigo, até algumas décadas atrás a acepção materialista de patrimônio privilegiava os grandes monumentos, legados de grupos historicamente dominantes. Em contraposição a essa perspectiva tanto reducionista quanto elitista, a acepção de patrimônio imaterial democratizou a cultura, de sorte que a noção de patrimônio, hoje, considera bens de ordem material e imaterial que remetem às identidades dos diversos grupos formadores da nossa sociedade. Assim, por patrimônio devemos compreender todos os bens materiais e

simbólicos que criamos coletivamente e desejamos preservar exatamente porque conferem sentido à nossa existência como comunidade.

A memória, como categoria socialmente construída, configura um fenômeno social que estabelece e sedimenta vínculos entre sujeitos pertencentes a uma mesma comunidade ou região, como ocorre nas cidades que integram o Circuito Cultural Vieira Servas. Conforme observamos, as manifestações culturais analisadas dão mostras de que a memória cultural é tecida coletivamente, no curso de várias gerações, conferindo coesão ao grupo de pertencimento, que estreita seus laços sob a mediação de um sistema simbólico catalisado pela tradição. Afinal, é precisamente o vínculo intergeracional que assegura a perpetuação da cultura sineira, da linguagem do macaco e do preparo de guloseimas como a goiabada-cascão.

Ao tratarmos de modos diversos como algumas cidades da microrregião do Médio Piracicaba lidam com sua memória cultural e, especificamente, com seus bens patrimoniais intangíveis, identificamos que a organização e transmissão dos repertórios culturais, sobretudo os

intangíveis, depende de um empreendimento comunitário, já que a memória tem inflexão eminentemente coletiva. Nesse sentido, é imprescindível a adoção de medidas como a concatenação entre a gestão pública e os organismos privados, além de interlocução com outros municípios empenhados na patrimonialização dos bens simbólicos imateriais, a fim de viabilizar o registro como patrimônio em nível estadual e, possivelmente, nacional.

O investimento em *folkmarketing* constitui uma relevante ferramenta de divulgação das atrações turísticas e consequente captação de mais fluxo de visitantes para as cidades. Todavia, a cultura imaterial deve ser uma prática que, longe de circunscrita à atração turística, faça parte da rotina da comunidade. Ou seja, não se deve priorizar o faturamento econômico, pois o enfoque no retorno financeiro conduz à obliteração do valor simbólico do bem cultural patrimonializado. Caso não seja bem implementada, a patrimonialização pode assumir efeito contra-producente no sentido de reduzir os bens culturais à condição de *commodities*, pois o patrimônio cultural, atrelado à noção de identidade comunitária, dá-se exatamente em contraposição à pasteurização provocada pela “cultura de massas”.

Referências

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large*: cultural dimensions of globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BARÃO DE COCAIS. Prefeitura Municipal. Decreto nº 060/2012. (2012). Disponível em: <<http://www.baraodecocais.mg.gov.br/upload/legislacao/%7BE0B0A7EA-488C-E7C8-BAE0-CA2E5EAB33EC%7D.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2015.

BELISÁRIO, Adriano. *O som dos sinos*: toque dos sinos vira patrimônio nacional. (2010). Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/o-som-dos-sinos>>. Acesso em: 31 maio 2015.

BENJAMIN, Walter. Über den Begriff der Geschichte. In: _____. *Gesammelte Werke*. Frankfurt: Suhrkamp, 1974. v. 1. p. 691-704.

CATAS ALTAS. Prefeitura Municipal. *O som dos sinos em Catas Altas*. 28 abr 2015. Disponível em: <http://www.catasaltas.mg.gov.br/Materia_especifica/6641/O-Som-dos-Sinos-em-Catas-Altas->>. Acesso em: 25 jul. 2015.

CUNHA, Edite P.; SCHETTINO, Patrícia T. J. (Orgs.). *As Geraes de Servas*: Circuito Cultural Vieira Servas. Belo Horizonte: UFMG/Pró-Reitoria de Extensão-PROEX, 2014.

DIÁRIO DE ITABIRA. *Linguagem do camaco pode virar patrimônio imaterial*: Jeito irônico de falar, que antecede o período da mineração do ferro, é característico de Itabira (2015). Disponível em: <<http://www.diariodeitabira.com.br/materia/36236/linguagem-do-camaco-pode- virar-patrimonio-imaterial>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

DUMMONT, Patrícia. 40 sons de sinos: projeto immortaliza história de Minas. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 1 maio 2015. Caderno Horizontes, p. 7.

IMPACTO. *Editorial*. Festa da quitanda e goiabada leva sabor e alegria para Cocais. Itabira, n. 204, maio 2013, p. 5.

FONSECA, Renato. Modo de fazer goiabada cascão pleiteia título de Patrimônio Imaterial de Minas. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 2 maio 2015. Caderno Horizontes, p. 11.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). *Bens culturais registrados*. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conOrdemE.jsf?ordem=3>>. Acesso em: 31 maio 2015a.

_____. *Linguagem do Toque dos Sinos de Minas Gerais é registrada como patrimônio nacional*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2685/linguagem-do-toque-dos-sinos-de-minas-gerais-e-registrada-como-patrimonio-nacional>>. Acesso: 31 maio 2015b.

_____. *Ofício de sineiro*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/70>>. Acesso em: 25 jul. 2015c.

_____. *Patrimônio imaterial*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 31 maio 2015d.

JEUDY, Henry Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *L'Origine des manières de tables*. Paris: Plon, 1968.

NORA, Pierre. Entre *mémoire* et histoire: la problématique des *lieux*. In: NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. v. 1. La République, p. xvii-xlii.

O GLOBO. *Sons dos sinos em nove cidades mineiras são tombados e viram patrimônio nacional*. Rio de Janeiro, 4 dez. 2009. Caderno Brasil, p. 8

PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*: London, New York: Routledge, 1992.

R7. *Língua batizada de “camaco” é inventada por moradores de Itabira (MG)*. 23 de maio de 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/lingua-batizada-de-camaco-e-inventada-por-moradores-de-itabira-mg-23052014>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

SARLO, Beatriz. *Tiempo presente: notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1922.

VELOSO, Marisa. O fetiche do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (Orgs.). *Museus, coleções e patrimônio: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/Ipahan/Demu, 2007, p. 229-245.

Maristela Cury Sarian

maristelasarian@unemat.br

Bacharel em Letras - Tradutor pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/São José do Rio Preto), especialista em Didática do Ensino Básico e Superior pelo Centro Universitário do Norte Paulista (Unorp), mestre em Estudos Linguísticos pela Unesp/SJRP e doutora em Linguística pela Unicamp. É docente do curso de Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), além de professora e vice-coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras/Unidade Cáceres).

A constituição de um arquivo: injunções, (de)limitações, efeitos

Composing an archive: injunctions, (de)limitations, effects

Resumo

Este trabalho se inscreve na perspectiva da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux e Eni Orlandi e tem por objetivo dar visibilidade ao processo de constituição de um arquivo para a elaboração de tese de doutorado, composto de materiais relacionados ao *Programa Um Computador por Aluno* (Prouca), do governo federal brasileiro, que foram recebidos por e-mail ou circularam em páginas oficiais e não oficiais na Internet. Colocamos em evidência as condições de produção da própria constituição desse arquivo, formado por documentos inscritos no âmbito jurídico, administrativo e institucional, ao mesmo tempo em que o remetemos às condições de produção daquilo que se configurou enquanto arquivo. Daremos visibilidade também aos efeitos produzidos pela autoria e pelo modo de circulação desses materiais, que têm, na Internet, a ancoragem para sua condição (provisória) de existência.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Corpus; Memória Institucional; Pesquisa; Prouca.

Abstract

The present paper is based on the perspective of Discourse Analysis as proposed by Michel Pêcheux and Eni Orlandi and intend to give visibility to the process of composing an archive for a doctoral thesis, made up of materials related to a Brazilian Federal Government program called Prouca - *Programa Um Computador por Aluno* [One computer per student program], that were received by email or circulated on official and non-official pages on the Internet. We seek to highlight the production conditions involved in the constitution of such archive – which is composed by documents registered in the legal, administrative and institutional scope – while referring to the production conditions of what has been configured as the archive itself. We shall also unveil the effects produced by the authorship and the circulation mode of these materials, which have, on the Internet, the anchor for its own (provisional) condition of existence.

Keywords: Discourse Analysis; Corpus; Institutional Memory; Research; Prouca.

I n t r o d u ç ã o

Uma das questões centrais para a elaboração de uma pesquisa é o estabelecimento de um objeto, a ser interpretado à luz de uma determinada teoria, por meio da qual se mobiliza um dispositivo, além de teórico, metodológico. Em se tratando dos trabalhos filiados à Análise de Discurso de Pêcheux e Orlandi, aprendemos que a questão do dispositivo de análise, o dispositivo da interpretação, se impõe ao analista por meio do material que pretende compreender, no batimento descrição-interpretção, inscrito na materialidade simbólica (ORLANDI, 2007).

Para a autora (ORLANDI, 2007), esse movimento interpretativo da análise discursiva, por meio do qual o analista busca compreender o processo de produção de sentidos em determinadas condições de produção, tem seu início já no estabelecimento do corpus, conjugado com a natureza desse material, ao ponto de vista que o organiza e ao recorte que determina seu modo da análise, por meio de uma mediação teórica.

Desse modo, a constituição de um corpus é determinante para o empreendimento do gesto analítico. Assim, pretendemos colocar em evidência, num primeiro momento de nossa reflexão, o processo de constituição do arquivo da nossa pesquisa, mobilizando as condições de produção. Num segundo momento, voltaremos nosso olhar a dois recortes desse arquivo, com o objetivo de dar visibilidade a nosso gesto interpretativo.

As condições de produção da constituição de um arquivo

Estávamos no ano de 2008 e nosso objetivo era trabalhar, na tese, com a questão das chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), na relação com o ensino de língua portuguesa, propondo alinhar a Análise do Discurso à Educação.

Encontramos, no Prouca, uma possibi-

lidade de compreender discursivamente as redes de filiações e os trajetos de sentidos constituídos nesse Programa, que, na discursividade institucional do Estado, foi significado como uma política pública de inclusão digital, com vistas à melhoria do ensino-aprendizagem e ao adensamento (e aqui acrescentamos do sujeito aluno e das empresas) à cadeia produtiva, por meio do fornecimento às escolas de ensino fundamental de laptops com acesso à Internet, para serem utilizados na sala de aula.

Para tal, fazia-se necessário arregimentar o corpus de análise para darmos início à pesquisa, a partir do qual poderíamos delinear as perguntas que conduziriam à entrada no material e proceder ao recorte sempre necessário. Tomamos a noção de recorte tal como proposta por Orlandi (1984) e retomada por Lagazzi (2009, p. 67), como um gesto que busca “compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes”.

O conjunto de materiais com os quais trabalhamos foi sendo constituído em diversos momentos da pesquisa e de formas diversas. Para construí-lo, iniciamos pelas buscas na Internet, com

o uso da ferramenta *Google*, gesto que indica que a rede, ao produzir “artefatos para a produção do conhecimento”, amplia as formas de saber e inaugura uma nova relação do sujeito com a pesquisa, com a mudança na divisão do espaço institucional (DIAS, 2012, p. 98).

Ensina-nos Gallo (2011, p. 263) que, se por um lado, o mecanismo de busca *Google* “já recorta o arquivo (no sentido pêcheuxtiano do termo) de certo modo, levando o leitor a determinados espaços discursivos e não outros”, em virtude de um mecanismo de filtragem dos resultados denominado “filtro-bolha”, em que “não é o sujeito que decide o que entra no filtro-bolha, e mais, ele não vê o que fica de fora” (DIAS, 2011, p. 40), por outro lado, “precisa haver uma memória discursiva para que a memória metálica exista” (GALLO, 2012, p. 61)¹. Em outras palavras, “na medida em que *nós*

1 Compreendemos memória metálica tal como propõe Orlandi (2010a, p. 9): “Não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação – produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o ‘quanto mais, melhor’”.

publicamos coisas na Internet, essas mesmas coisas serão devolvidas pelo buscador” (GALLO, 2012, p. 61, grifos nossos). Esse “nós” que publica na rede, no que se refere a este Programa, era o Ministério da Educação (MEC).

Àquela época, a divulgação do Programa na mídia eletrônica se dava de forma incipiente e o então recém-lançado Projeto Piloto UCA (2007) mostrava-nos “guardado a sete chaves” pelo Estado: além do *Google*, todos os buscadores mobilizados nos levavam sempre ao blog “Pilotos do Projeto”, onde encontramos informações esparsas que se repetiam a cada atualização. Na página do MEC, nenhuma menção.

Dessa busca, os materiais iniciais aos quais tivemos acesso, entre 2008 e 2009, foram: blogs de notícias dos participantes do então denominado Projeto Piloto UCA, “Pilotos do Projeto UCA”; slides de apresentações do Programa produzidas pelo MEC e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED); e algumas Portarias designando as comissões responsáveis pela elaboração e pelo acompanhamento das fases desse incipiente projeto. Eram, à época, os arquivos dados a conhecer. Eram as “coisas-a-saber” (PÊCHEUX, 2008, p. 34) e a circular nas

redes institucionais. Sentidos possíveis, administrados, dispersos, controlados pelo Estado: “os governados só conhecem aquilo que pelo próprio governo lhes é dado a conhecer”, nos lembra Dias (2011, p. 36), o que compreendemos, com a autora, como um efeito dos deslocamentos dos dispositivos de poder e suas formas de controle do sujeito e do sentido na nova reorganização do espaço, no mundo virtual (DIAS, 2012). Sentidos que não são qualquer um.

Embora esses materiais nos fornecessem pistas importantes sobre o modo de funcionamento do Programa, compreendíamos que era necessário ampliarmos nosso corpus, não no sentido de darmos conta de um “todo” imaginário que supostamente tangenciaria a completude, um efeito impossível, mas de darmos conta de descrever e, por conseguinte, interpretar esse objeto simbólico de forma que julgávamos satisfatória para o que havíamos proposto no projeto de tese. Assim, continuávamos, em pesquisas sucessivas na Internet, ainda no *Google*, a procurar por mais materiais que poderiam constituir o nosso corpus.

Em setembro de 2009, localizamos o arquivo “Um computador por aluno – Pro-

jeto base”, versão 0.40, de 13 de março de 2007, disponível no *site* chileno Enlaces, no qual se delineava a proposta do então UCA, trazendo outras questões pertinentes para nosso trabalho.

Continuando com as buscas por materiais na Internet, tivemos acesso a endereços de e-mails de pessoas ligadas ao MEC e à SEED, bem como a membros da comissão responsável para propor o uso educacional do laptop. Enviamos várias mensagens, via e-mail, sem resposta. Silenciamentos que nos motivaram a insistir na procura por esse material, a mantê-lo como nosso objeto de estudo, a continuar com as incessantes pesquisas na rede, no envio de tantos outros e-mails, com as frequentes solicitações de informação...

Até que, por meio da mediação de pessoas com trânsito no MEC, um dos então coordenadores do projeto, autorizado a falar sobre o UCA, nos ouviu e nos enviou dois documentos *não disponíveis na Internet*, via e-mail, que foram incorporados ao nosso material de pesquisa: os *Princípios orientadores para o uso pedagógico do laptop na educação escolar* (2007), produzidos pelo MEC/SEED; e o *Caderno um computador por aluno: a experiência brasileira* (2008), produzido pelo

Conselho dos Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados. Foi assim que melhor compreendemos o funcionamento das noções de relação de força e da não transparência do processo de circulação dos sentidos!

Revido esse percurso, suspendendo-nos momentaneamente para a elaboração deste texto, recordamo-nos das palavras de Orlandi (2010b, p. 20), quando diz: “Uma produção não resulta tão diretamente da teoria e do método quando se trata de análise de discurso. Resulta também da resistência dos materiais que analisamos, da capacidade que eles têm de nos desafiar em nossa compreensão”...

Como efeito do processo de resistência e das injunções em funcionamento na (de)limitação do corpus, compreendíamos que havia chegado o momento de enfrentar o material, de fazer perguntas, de nos expor, para a construção de uma nossa produção. Íamos nos debruçar sobre esses documentos, pois considerávamos que já dispúnhamos de um arquivo pertinente sobre nossa questão em formato digital, composto por documentos jurídicos – duas Portarias (2007; 2008), nas quais nos deteremos adiante – bem como por documentos de outras

naturezas, como o *Projeto Base* (2007), os *Princípios* e o *Caderno*, todos produzidos na instância institucional. Mas, para nossa surpresa, em fevereiro de 2011, na página do CNPq², localizamos um edital que nos levou a encontrar o

endereço do portal oficial do UCA na Internet. Esse site, disponível até então no endereço <http://www.uca.gov.br>, nos dava a conhecer elementos outros sobre o Programa, já institucionalizado, denominado Prouca:

Educação
Ministério da Educação

UCA Página Inicial O Projeto Critérios de Escolha Escolas beneficiadas Pré-piloto Projeto Piloto Suporte Técnico Contato

Pré-piloto

Durante o ano de 2007 foram iniciados experimentos do UCA em cinco escolas brasileiras, visando avaliar o uso de equipamentos portáteis pelos alunos em sala de aula. A Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC) fez várias sondagens a estados e municípios buscando adesão dos mesmos. Inicialmente foram pré-selecionadas dez escolas e, destas, cinco foram escolhidas.

Para a fase dos experimentos, chamados de pré-pilotos, três fabricantes de equipamentos doaram ao Governo Federal três modelos de laptops. A Intel doou o modelo Classmate para as escolas de Palmas/TO e Piraí/RJ. A OLPC doou o modelo XO para as escolas de Porto Alegre/RS e São Paulo/SP. A empresa Indiana Encore doou o modelo Mobilis para escola de Brasília/DF.

As escolas selecionadas foram:

- Escola:** Escola Municipal Emani Bruno
Localização: São Paulo/SP
Modelo: XO (OLPC)
Lições aprendidas: [Experiências Educacionais São Paulo](#)
Relatórios: [Contexto da escola](#) | [Infraestrutura](#) | [Gestão da escola](#)
Estudos de caso: [Estudo 1](#) | [Estudo 2](#) | [Estudo 3](#)
- Escola:** Escola Estadual Luciana de Abreu
Localização: Porto Alegre/RS
Modelo: XO (OLPC)
Lições aprendidas: [Lições aprendidas - LEC](#)
Relatórios: [Contexto da escola](#) | [Infraestrutura](#) | [Gestão da escola](#)
Estudos de caso: [Estudo 1](#) | [Estudo 2](#) | [Estudo 3](#)
- Escola:** Colégio Estadual Dom Alano Marie Du Noday
Localização: Palmas/TO
Modelo: ClassMate PC (Intel)
Link: <http://domalanopalmasto.blogspot.com/>
Lições aprendidas: <http://www4.pucsp.br/uca>
Relatórios: [Contexto da escola](#) | [Infraestrutura](#) | [Gestão da escola](#)
Estudos de caso: [Estudo 1](#) | [Estudo 2](#) | [Estudo 3](#)
- Escola:** CIEP Municipal Profª Rosa Conceição Guedes
Localização: Piraí/RJ
Modelo: ClassMate PC (Intel)
Link: [Blog da Escola](#)
Lições aprendidas: http://www.piraidigital.net.br/experiencia_uca_pirai/
Relatórios: [Contexto da escola](#) | [Infraestrutura](#) | [Gestão da escola](#)
Estudos de caso: [Estudo 1](#) | [Estudo 2](#) | [Estudo 3](#)
- Escola:** Centro de Ensino Fundamental nº 1 do Planalto
Localização: Brasília/DF
Modelo: Mobilis (Encore)
Link: [Blog do Projeto UCA - DF](#)

Relatórios de sistematização

Síntese das avaliações dos experimentos UCA iniciais	Orientações a gestores para o plano de expansão	Guia de implementação, monitoramento e avaliação
Texto completo	Texto completo	Texto completo

Imagem 1 – Página do Projeto UCA (Pré-Piloto).

Fonte: Brasil (2011).

2 Agradeço à colega Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa (Unemat), que, generosamente, nos presenteou com essa preciosa informação.

Organizado em links, foi possível também encontrar nesse portal informações de ordem mais geral sobre o Programa, workshops realizados e relatórios de ordens diversas, como de avaliação de impacto, além de estudos de casos, avaliações da experiência, atividades realizadas na fase de testes nas escolas selecionadas, acompanhadas de vídeos com depoimentos de professores e alunos, e a Lei nº 12.249, de 10 de junho de 2010, que criava o Programa. De conhecimento dessa lei, chegamos também ao dispositivo que a regulamenta, o Decreto nº 7.243, de 26 de julho 2010, disponível na página da Câmara dos Deputados.

A partir do acesso a essas informações, víamos, nos arquivos disponíveis nesse portal, a possibilidade de estabelecermos relações entre os materiais de que já dispúnhamos e aqueles então publicizados na rede, como também de construir uma relação entre os materiais de cunho mais documental – conforme compreendíamos a legislação, o *Projeto Base*, o *Caderno* e os *Princípios* – e as experiências com o laptop divulgadas como realizadas durante a Fase I do Programa, em 2007. O objetivo era co-

locar em evidência não apenas os conteúdos em circulação nessas práticas de ensino, mas também – e sobretudo – como esses conteúdos circularam nessas atividades e quais seus efeitos, ou seja, o modo de apropriação desses conteúdos pelos sujeitos da escolarização³.

Em outras palavras, foi possível estabelecer uma relação entre a discursividade institucional do Programa em circulação nos documentos e o modo de constituição das práticas de linguagem de língua portuguesa tomadas como realizadas nessa primeira fase do Programa, dando consequência a um questionamento recebido da Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi-Fontana⁴ (IEL/Unicamp) durante a discussão de um trabalho apresentado no Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI), em 2010, realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Neste período, já estávamos apresentando trabalhos em eventos, ensaiando alguns gestos de interpre-

3 Recortamos, para nossa análise, três atividades de língua portuguesa, denominadas “Uso de laptop no reforço escolar”; “Caso 6 – Monteiro Lobato e as novas tecnologias” e “Livro da quarta série” (SARIAN, 2012).

4 Agradeço à Profa. Mônica pela valiosa contribuição, por meio da qual foi possível redimensionar a pesquisa.

tação do *Projeto Base*, o que suscitou o questionamento da professora: iríamos nos ater somente aos documentos institucionais ou também olhar para o que foi feito com o computador, na sala de aula? Sentidos que fizeram sentido cerca de um ano depois, quando tive acesso à página do Prouca na Internet.

Compreendemos a publicização do Programa na rede como um efeito do que se tem praticado nas sociedades ditas democráticas, nas quais se produz o efeito evidente de que *tudo* pode se ver e se mostrar na Internet, projetando, imaginariamente, o sentido de que, no site, *tudo* se diz, pois *tudo se mostra*, *tudo* se dá a ver, porque está na Internet. Esse processo de dar visibilidade às ações governamentais em páginas institucionais na rede, sobretudo a programas de governo, nos faz pensar em iniciativas como as do *e-governo*. Segundo Dias (2011, p. 57), o *e-gov* “diz respeito à administração gerencial das cidades, [que] vai se organizar numa forma de governo transparente e clicável, uma vez que oferece ao cidadão acesso a procedimentos administrativos do governo através dos portais de serviços e informações do governo fe-

deral”, num processo de silenciamento da materialidade da língua de Estado, que Pêcheux (1990) denomina *língua de madeira*.

Importante ressaltar que os documentos que havíamos recebido por e-mail, o *Caderno* e os *Princípios*, não estavam disponíveis na página do Prouca, o que compreendemos como efeito do processo contraditório em funcionamento na circulação do conhecimento e das informações na rede, sobretudo no que tange a esse Programa, desestabilizando o sentido imaginário dominante de Internet em nossa sociedade, em que a rede é desenhada como um terreno livre e democrático, em que *tudo* está lá e, como tal, *tudo* se pode arquivar. Efeito do “*ça circule*” (PÊCHEUX, 1981, p. 18), que, na transparência da circulação do dizer, sobre o qual não se pergunta quem diz, como diz, nem como o dito circula, apaga-se o caráter material da circulação dos sentidos.

Nesse estágio do trabalho, tínhamos um arquivo consistente constituído, compreendido “no sentido amplo de ‘documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’” (PÊCHEUX, 2010, p. 51) e formulado no lugar do Estado,

lugar autorizado para a proposição de políticas públicas em nossa sociedade. Em nossa compreensão, o Estado é organizado de forma heterogênea e articulado com a Universidade, fazendo significar esse arquivo, no dizer de Orlandi (2008, p. 59), como um “discurso documental, institucionalizado, memória que acumula”. Trazer essa compreensão de arquivo para nosso trabalho se faz pertinente para darmos visibilidade às redes de filiações e aos trajetos de sentidos que compõem nesse corpus, aos “gestos de leitura que constroem o arquivo” (ORLANDI, 2004, p. 95), em que “o dizer é documento, atestação de sentido, efeito de relações de força” (ORLANDI, 2003, p. 15), bem como para colocarmos em evidência a exterioridade constitutiva do sentido, ou seja, as condições de produção nas quais esse corpus de pesquisa foi desenhado; condições que apontam para a impossibilidade de compreendê-lo como um objeto empírico.

Considerando a natureza eletrônica de parte desse material, fomos levados a compreender o funcionamento dos arquivos digitais, a fim de pensarmos sobre o modo de constituição dessas discursividades que circularam por meio da rede em seu caráter material.

Em Gallo (2004) encontramos uma (re)significação da noção de arquivo proposta por Pêcheux (2010) para a concepção de *arquivo encontrado na Internet*, filiada a uma “prática discursiva, instaurada pela Internet, [que] funda uma memória ‘nova’, um novo ‘arquivo’ a ser consultado, essencialmente diferente daquele disponível nas bibliotecas tradicionais” (GALLO, 2004, p. 48). Para a autora, o *arquivo digital* seria o “campo de documentos pertinentes e disponíveis, *na Internet*, sobre uma questão” (Idem, grifos nossos), colocando, de saída, uma distinção entre os modos de constituição dos arquivos impressos e eletrônicos, trazidos pelas próprias condições de produção das novas tecnologias da informação e da comunicação, ao mesmo tempo em que essa noção reitera o que está em funcionamento na constituição de todo e qualquer material, seja na circulação no modo impresso, seja no modo eletrônico: sua historicidade constitutiva. Essa nova forma de compor o arquivo na Internet é, portanto, efeito de uma nova concepção de tempo e de espaço, que permitiu a instalação de uma nova temporalidade, constituída pela existência virtual das coisas do mundo (DIAS, 2012).

Ainda de acordo com Dias (2005, p. 45), os arquivos provenientes do eletrônico são significados como

arquivos que podem ser alimentados diariamente e que se caracterizam pela fluidez, pela possibilidade de sempre ser outro. São arquivos que se constituem de modo aberto, passíveis de desconstrução, e cuja natureza define-se pela própria estrutura fluida e não-linear da Internet, pela estrutura em teia.

No entanto, justamente pelo fato de a Internet, hoje, fazer parte da vida de muitos brasileiros, é que o sentido de arquivo eletrônico acaba sendo naturalizado, tanto no que diz respeito à sua leitura, quanto a seu modo de constituição e circulação. Como bem lembra Dias (2005, p. 41), “nossa relação com o arquivo já faz parte de uma prática cotidiana que se dá na evidência dos sentidos”. Naturaliza-se, assim, a dimensão técnico-histórica que lhe é estruturante, efeito das novas condições materiais de produção, que instituem as particularidades dos arquivos eletrônicos, a velocidade com que circulam e a dinamicidade em que são produzidos no ciberespaço, um “espaço discursivo” (DIAS, 2005, p. 47): um espaço material de significação, o que implica em considerá-lo como um espaço de lingua-

gem, um espaço político-simbólico de construção de sentido, marcado pela temporalidade organizada a partir do acontecimento instaurado pela Internet (DIAS, 2012).

Nesse jogo do que é visível/localizável e invisível/não (mais) disponível, observamos que alguns materiais mobilizados em nosso trabalho, como as Portarias e os Decretos, foram publicados em suportes de circulação institucionais, como as páginas eletrônicas do Diário Oficial da União e da Câmara dos Deputados. É desse modo que compreendemos que a Internet não produz, por sua existência empírica, acontecimentos discursivos: “ela só pode ser assim considerada quando, além de uma nova textualidade, há também uma discursividade nova” (GALLO, 2011, p. 267). No caso dos materiais em análise, a rede produz acontecimentos enunciativos, “a partir de enunciados originados fora dela e para ela transportados” (Idem, p. 259), o que produz como efeito, segundo a autora, “a permanência da memória institucional” (Idem, p. 269). Ao mesmo tempo, observamos, cerca de um ou dois anos depois após a conclusão da pesquisa, findada em 2012, que a página do Prouca foi extinta, bem como o Projeto Base não foi mais localizado na

rede. Um funcionamento contraditório que nos remete aos ensinamentos de Orlandi (2008, p. 139) sobre a circulação dos sentidos: “se não circula, se extingue [...] o dito presumido estaciona e desaparece, pois é a circulação que lhe dá existência”.

Um gesto analítico

Feito esse percurso e para colocar em evidência nosso gesto de interpretação de parte dos materiais analisados na pesquisa, elegemos, para este trabalho, duas Portarias: a Portaria nº 8, de 19 de março de 2007, por meio da qual é designado um grupo de professores para compor um grupo de trabalho, objetivando assessorar, do ponto de vista pedagógico, a elaboração do documento básico, o acompanhamento e a avaliação das experiências; e a Portaria nº 85, de 16 de junho de 2008, da SEED (Secretaria de Educação a Distância), relativa à composição do grupo de trabalho de assessoramento ao *Projeto Um Computador por Aluno – UCA*, ambas apresentadas na sequência:

PORTARIA No. 8, DE 19 DE MARÇO DE 2007⁵

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria GM n.º 1089, de 04 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 06 de abril de 2005, e considerando da prerrogativa conferida e este órgão no artigo 25, inciso III do Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004, resolve:

Art. 1º. Compor grupo de trabalho com o objetivo de assessorar pedagogicamente a elaboração do documento básico do Projeto Um Computador por Aluno - UCA, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação das experiências iniciais a serem implantadas.

Art. 2º. Designar para compor o referido Grupo de Trabalho, sob a coordenação do primeiro, como representantes do Ministério da Educação:

- I. *Espartaco Madureira Coelho* - SEED/MEC;
- II. Francesca Lóes - SEED/MEC;
- III. Carmem Prata - SEED/MEC;
- IV. Maria de Fátima Simas Malheiro - SEB/MEC;
- V. Márlúcia Delfino Amaral - SEB/MEC.

Como assessores pedagógicos:

- I. *José Armando Valente* - Universidade Estadual de Campinas;
- II. Julíbio David Ardigo - Universidade do Estado de Santa Catarina;
- III. *Léa da Cruz Fagundes* - Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- IV. *Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida* - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

⁵ Todos os grifos são nossos.

V. Maria Helena Cautiero Horta Jardim - Universidade Federal do Rio de Janeiro;
VI. Mauro Cavalcante Pequeno – Universidade Federal do Ceará;

VII. Paulo Gileno Cysneiros – Universidade Federal de Pernambuco;

VIII. Roseli de Deus Lopes – Universidade Estadual de São Paulo;

IX. *Simão Pedro Pinto Marinho* - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;

X - Stela Conceição Bertholo Piconez - Universidade Estadual de São Paulo.

Art. 3º. O grupo de trabalho tem o prazo de 300 (trezentos) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, para apresentar os resultados no formato de documento.

Art.4º. Em eventual necessidade de deslocamento, os representantes do Grupo de Trabalho terão as despesas relativas a passagens e diárias custeadas pela Secretaria de Educação a Distância - SEED.

Art.5º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA SEED n.85/2008, de 16 de junho de 2008⁶:

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 25, inciso III do Decreto Nº 5.159, de 28 de julho de 2004, resolve:

Art. 1º Compor o Grupo de Trabalho de Assessoramento ao Projeto Um Computador por Aluno - UCA que terá a finalidade de:

I - subsidiar a Secretaria de Educação a Distância na implantação, acompanhamento e avaliação do Projeto UCA;

II - colaborar na definição de diretrizes e critérios de implantação e implementação do Projeto UCA;

III - prestar assessoramento técnico-pedagógico sobre o uso intensivo de laptops educacionais em escolas públicas;

IV - promover articulação entre o Projeto UCA e as instituições de pesquisa e de ensino superior, objetivando a transferência de conhecimentos técnicos e científicos na área de tecnologia educacional;

V - prestar aconselhamento pedagógico na definição dos critérios e dos indicadores de desempenho à elaboração da sistemática de avaliação e do acompanhamento do Projeto UCA.

Art. 2º Designar para compor o referido Grupo de Trabalho, sob a coordenação do primeiro:

a) como representantes do Ministério da Educação:

1) **Mauro Cândido Moura** - Secretaria de Educação a Distância/MEC;

2) **Pedro Ferreira de Andrade** - Secretaria de Educação a Distância/MEC;

b) como assessores pedagógicos:

⁶ Todos os grifos são nossos.

1) Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira - Universidade Federal do Pará;

2) Divanizia do Nascimento Souza - Universidade Federal de Sergipe;

3) *José Armando Valente* - Universidade Estadual de Campinas;

4) *Léa da Cruz Fagundes* - Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

5) Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

6) Maria Helena Cautiero Jardim - Universidade Federal do Rio de Janeiro;

7) Mauro Cavalcante Pequeno - Universidade Federal do Ceará;

8) Paulo Gileno Cysneiros - Universidade Federal de Pernambuco;

9) Roseli de Deus Lopes - Universidade de São Paulo;

10) Simão Pedro Pinto Marinho - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;

11) Stela Conceição Bertholo Piconez - Universidade de São Paulo.

Art. 3º O Grupo de Trabalho do Projeto UCA, ora instituído, terá o prazo de 360 dias, prorrogáveis por mais noventa dias, para a conclusão das atividades.

Art. 4º O Grupo de Trabalho poderá, quando necessário, e em caráter temporário, solicitar a constituição de comissões ou convocar grupos de especialistas para as-

sensorá-lo na realização de estudos específicos.

Art. 5º O Grupo de Trabalho do Projeto UCA reunir-se-á ordinariamente mensalmente e extraordinariamente por convocação da coordenação.

Art. 6º Em eventual necessidade de deslocamento, os representantes do Grupo de Trabalho terão as despesas relativas a passagens e diárias custeadas pela Secretaria de Educação a Distância - SEED.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Elegemos esses materiais porque tais Portarias constituíram o ponto inicial de um primeiro recorte em nosso arquivo, uma vez que compreendíamos que esses documentos, constituintes de um discurso jurídico-político-administrativo, produzidos na instância do jurídico, estruturante da nossa sociedade, ao serem produzidos pelo Estado, instituição que rege a relação dos sujeitos no sistema capitalista, são significados como instrumentos de um poder dirigido. Documentos que produzem uma “força de realidade, de reconhecimento” (ORLANDI, 2011, p. 108), o que compreendemos como parte do processo de dominação simbólica pelo qual somos afetados nessa sociedade,

o que também sinaliza para o funcionamento, da e na escola, de um “espaço jurídico” (NUNES, 1998, p. 27).

Nosso gesto analítico foi, então, neste primeiro momento, nos ater às formulações desses materiais, os quais estabelecem um “espaço de validade” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 22) e um efeito de “congelamento de uma escritura no tempo” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 98), por compreendermos as Portarias como instrumentos que estabilizam sentidos por meio de uma língua de Estado, compreendida como “uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes” (PÊCHEUX, 1979, p. 86). A historicidade de sua constituição é apagada no documento jurídico, dando visibilidade ao funcionamento da memória institucionalizada, que produz “um efeito de fechamento” e de “estabilização dos sentidos” (ORLANDI, 2003, p. 15) que, nas pesquisas filiadas à Análise de Discurso, não se objetiva apagar, mas explicitar, por meio do gesto de interpretação do analista.

No movimento com o arquivo que vínhamos construindo, era forte a com-

preensão de que a composição de uma equipe para a elaboração das políticas institucionalizadas pelas Portarias colocava em evidência o movimento tensionado daquilo que seria selecionado, absorvido, confrontado, excluído e silenciado no Prouca, à medida que nomes e instituições que compareceram nos documentos instituía as filiações de saberes e de sentidos que o Prouca trilharia no que diz respeito às práticas políticas – teóricas, metodológicas, epistemológicas – legitimadas para sua implementação, práticas que produziram efeitos no modo de significar o ensino, a língua e a tecnologia digital neste Programa⁷.

Em linhas gerais, vimos funcionar “relações de continuidade” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 22) entre as formulações das duas Portarias. A Portaria nº 85, de 16 de junho de 2008, especifica com mais detalhamento em que consiste o trabalho do grupo, ao mesmo tempo em que apresenta novos membros. Observamos, na passagem de uma Portaria para outra, a mudança de coordenação dos trabalhos de *Espartaco Madureira Coelho* (Portaria n. 8, de 19 de março de 2007) para *Mauro Cândido*

⁷ Sobre essa questão, sugerimos a leitura de Sarian (2012).

Moura (Portaria n. 85/2008, de 16 de junho de 2008), ambos da SEED/MEC, ao passo que outros nomes se mantêm em ambos os documentos, como *Léa da Cruz Fagundes* (UFRGS), *José Armando Valente* (Unicamp), *Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida* (PUC-SP) e *Simão Pedro Pinto Marinho* (PUC-MG).

Compreendíamos a constituição desses nomes como um ponto fundamental para a compreensão do processo de autoria apresentada e representada nas nomeações, elemento que se mostrava essencial nesse processo de institucionalização dos saberes em funcionamento no Prouca. Conforme nos ensina Lagazzi (2007, p. 13), “a legitimação científico-institucional se faz pela afirmação da autoria, ou seja, pela representação e circulação dessas nomeações”, ou, em outras palavras, entre o “nome do saber e nome de quem produz esse saber e o ratifica, sendo ratificado como autor”, o que, no programa em questão, é o MEC, a SEED, a SEEB e as universidades públicas ou privadas brasileiras. Nesse movimento, compreendemos, com Pfeiffer (2012), a atribuição de sentidos, da parte do Estado, para o espaço da pós-graduação como um lugar que legitima a autoria; é o Estado quem referenda o direcionamento de sentidos dado pelas

universidades, o que chama para a cena a impossibilidade de se dissociar as imbricadas relações construídas historicamente entre conhecimento, Estado e sociedade (SILVA, 2007).

Vimos circular, nos materiais, nomes de pesquisadores e de instituições que vêm dizer da relação instituída entre a intelectualidade e o Estado na proposição de políticas de ensino e de língua (SILVA, 2007) e a relação entre a produção do conhecimento científico produzido na universidade e a transmissão do conhecimento escolarizado (SILVA, 2005).

No que concerne à relação intelectualidade – Estado, são projetados, por meio de formações imaginárias, que “permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso” (ORLANDI, 2007, p. 40), sentidos distintos para os sujeitos que as elaboram e para os sujeitos aos quais se dirigem. Nesse movimento, em que vemos a constituição de lugares institucionais e de posições-sujeito distintos, se dá visibilidade para a “formalização das relações de força entre as pessoas, através da atribuição de lugares socialmente definidos” (LAGAZZI, 1988, p. 90).

Dar visibilidade aos efeitos produzidos por essas relações em nosso material permitiu-nos colocar em evidência, a partir do funcionamento da autoria de nosso arquivo, uma divisão já estabelecida no social e, portanto, naturalizada, qual seja, a divisão social do trabalho da leitura (PÊCHEUX, 2010); divisão que reverbera na relação universidade x escola, na qual se toma como evidente o processo de elaboração do Programa pelos professores universitários, ao passo que se toma como natural o processo de execução do Programa pelos professores da escola pública, o que compreendemos como efeito do funcionamento das relações de força em nossa sociedade e das condições de produção nas quais esse Programa se dá.

No que tange à relação entre a produção do conhecimento científico produzido na universidade e a transmissão do conhecimento escolarizado, bem diz Barbai (2011, p. 6): “aquilo que podemos ‘saber’ fala antes, depois e independente de nós”, o que vai ao encontro das colocações de Ferreira (2009, p. 54-55, grifos da autora):

Dizer que *algo é saber* é, antes de mais nada, dizer que *algo não é*. As instituições

universitárias são lugares privilegiados desta divisão política e normativa que institui algo como *um saber* e que produz aí uma divisão. Elas são os espaços onde os saberes são legitimados, ao mesmo tempo que eles as legitimam.

Compreendemos esse funcionamento como parte de um processo de autoria e, portanto, de autorização, a partir do qual as universidades ganham no cenário educacional brasileiro, principalmente, após a chamada modernização ou democratização do ensino, que se deu, como mais ênfase, a partir dos anos de 1990, como parte de um processo mais amplo advindo com a mundialização, no qual se delineia, nas políticas de ensino, certo tipo de trabalhador que se imagina formar na escola. Essa relação estabelecida entre a ciência e o Estado, para Silva (2007, p. 146), são “ambíguas, conflitantes e contraditórias”, o que também compreendemos como efeito de um processo de absorção da ideologia liberal pela universidade (CHAUI, 2000). Segundo Silva (2012)⁸, o estreitamento dessa relação se deu em virtude da reforma do Estado, marcada por certo esvaziamento da burocracia, na

⁸ Anotação tomada durante o curso “O processo de escolarização do português como língua nacional: segunda metade do século XX”, ministrado pela Profa. Dra. Mariza Vieira, na Unicamp, em 2012.

medida em que, atualmente, não são mais os técnicos do MEC os responsáveis pela elaboração das diretrizes que estabelecem as políticas de educação e de língua. Como efeito das relações de força em funcionamento nesse gesto de institucionalização dos sentidos, vemos funcionar, com a publicação das Portarias, uma força de reconhecimento “do trabalho do outro na institucionalização de um saber constituído, numa relação de alteridade explícita” (LAGAZZI, 2007, p. 13).

Ao darem visibilidade às relações de força em funcionamento no Programa, as Portarias dão voz a quem pode dizer e legitimam o que pode ser dito: uma questão de política de Estado para as questões de língua, de ensino e de tecnologia digital. As Portarias constituem-se, portanto, em um lugar de poder: “poder legitimar uma forma de conhecimento científico”, por meio de um “poder se fazer visível” (ORLANDI, 2009, p. 187).

Pousando nosso olhar na distribuição geopolítica das instituições às quais pertencem os pesquisadores nomeados nesse material, vemos uma forte predominância de professores de

universidades paulistas em ambas as composições (Unicamp, PUC-SP e USP). Vemos essa representatividade de profissionais do Estado de São Paulo numa forte relação com as compreensões de Pfeiffer (2007, p. 24) a respeito das Associações brasileiras de Linguística, como o Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL): “o território é marca de uma agremiação de profissionais pertencentes àquele território, não definindo especificamente a Linguística que se realiza nesse território”.

No que tange à condução das atividades nas escolas participantes da primeira fase do Programa, denominada “Fase de testes” ou “Pré-Piloto”, em que cinco escolas, uma em cada Estado (SP, RJ, TO, RS e DF), receberam laptops doados por fabricantes, é a Pontifícia Universidade Católica (PUC) que tem maior representatividade dentre as universidades. Em São Paulo e Palmas, é a PUC-SP que tutela as ações; em Porto Alegre, a UFRGS-RS; no Rio de Janeiro, a UFRJ e a UFF; em Brasília, a UnB. Lembra-nos Orlandi

(2007, p. 39): “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Esse direcionamento, como já mencionamos, produz uma estreita relação entre as linhas de pesquisa praticadas por esses grupos dessas universidades e o modo de significar o ensino, a escola e as políticas públicas no Programa, ao mesmo tempo em que dão visibilidade a um determinado grupo de pesquisadores, e não a outros, por legitimarem essa formação, e não outra.

Considerações finais

Para produzir o efeito de fechamento deste texto, temos a dizer que, com

a constituição desse arquivo, foi possível, na pesquisa, dar visibilidade às condições de produção nas quais esse Programa emergiu e ao modo como se organizou.

A constituição desse arquivo, marcado pela dispersão, tanto no que diz respeito à produção dos materiais, elaborada em momentos diversos e com objetivos distintos, apresentando modos de circulação particulares, tendo o formato digital como ponto comum, quanto no que tange ao acesso aos materiais, que se deu de modo disperso e produziu efeitos no desenho do trabalho, vem dizer, para nós, do modo de funcionamento do Programa, significado como uma política pública de Estado, instituída de forma impositiva e autoritária.

Referências

BARBAI, M. Ideologia e inconsciente: educar é possível? ENELIN – Encontro de Estudos da Linguagem, 4, 2011, Pouso Alegre. *Anais...* Disponível em: <www.cienciasdalinguagem.net/enelin/anais/texts/95.pdf>. Acesso em: 25 maio 2012.

BRASIL. Lei nº 12.249, de 10 de junho de 2010. Cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional – RECOMPE. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=261443>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

_____. Decreto nº 7.243, de 26 de julho 2010. Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional – RECOMPE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7243.htm>. Acesso em: 19 mar. 2012.

_____. *Um computador por aluno*: a experiência brasileira. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2008. (Série Avaliação de Políticas Públicas; n.1).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Portaria nº85, de 16 de junho de 2008. Dispõe sobre a composição do Grupo de Trabalho de Assessoramento ao Projeto Um Computador por Aluno - UCA. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2008/06/18/Secao-2>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 8, de 19 de março de 2007. Dispõe sobre a composição de grupo de trabalho com o objetivo de assessorar pedagogicamente a elaboração do documento básico do Projeto Um Computador por Aluno - UCA, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação das experiências iniciais a serem implantadas. Disponível em: <<http://pilotosdoprojetouca.blogspot.com/2007/03/portaria-do-gt-assessores-pedagogicos.html>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Um computador por aluno*: projeto base. 2007. Disponível em: <http://portal.enlaces.cl/portales/tp5fdaa5dc4n55/documentos/200712171646020.Projeto_Base_umcomputadorporaluno_UCA.pdf>. Acesso em: 02 set. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Princípios orientadores para o uso pedagógico do laptop na educação escolar*. MEC/SEED: 2007.

_____. Ministério da Educação. Projeto UCA. Pré-piloto. Disponível em: <<http://www.uca.gov.br/institucional/experimentosFase1.jsp>>. Acesso em: 15 set. 2011

CHAUÍ, M. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. *Os sentidos da democracia*: políticas do dissenso e hegemonia global. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 27-51.

DIAS, C. P. *Sujeito, sociedade, tecnologia*: a discursividade da rede (de sentidos). São Paulo: Hucitec, 2012.

_____. *Cidade, cultura e corpo*: a velocidade do mundo. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2011. (Série Escritos, n. 10).

_____. Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à sede de sentidos. In: GUIMARÃES, E.; PAULA, M.R. de (Orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005. p. 41-56.

FERREIRA, A. C. F. *A lingüística entre os nomes da linguagem*: uma reflexão na história das idéias lingüísticas no Brasil. 2009. 249 fls. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

GALLO, S. L. Novas fronteiras para a autoria. *Organon*, v. 27, n. 53, p. 53-64, jul./dez. 2012.

_____. A Internet como acontecimento. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 255-269.

_____. Plágio na Internet. In: MORELLO, R. (Org.). *Giros na cidade*: materialidade do espaço. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2004. p. 47-55.

LAGAZZI, S. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade*: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

_____. O político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 11-18.

_____. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

NUNES, J. H. Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998. p. 25-46.

ORLANDI, E. P. A fundação de um Estado: cidade de São Salvador, Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 53, n. 2, p. 101-112, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revisita/index.php/cel/issue/current/showToc>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. *Revista Rua*, Campinas, v. 2, n.16, p. 5-17, 2010a. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/capaArtigo.rua?id=91>>. Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência In: _____. (Org.). *A produção do consenso nas políticas públicas urbanas*. Campinas: RG Editora, 2010b. p. 11-42.

_____. *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. *Língua brasileira e outras histórias*: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: _____. (Org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, 2003. p. 7-20.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 49-59.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Pontes: Campinas, 2008.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

_____. Ouverture du colloque. In: CONEIN, B.; COURTINE, J. J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lilles, 1981. p.15-18.

_____. (1979). Foi “propaganda” mesmo que você disse? Tradução de Eni Orlandi. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.

PFEIFFER, C. Abralín, Gel e Anpoll: espaços de institucionalização da lingüística. In: ALMEIDA, E.; PAROLIN, M. I. (Orgs.). *Fronteiras de sentidos e sujeito nacionais*. Campinas: RG, 2012. p. 47-58.

_____. A lingüística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política lingüística. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p.19-33.

SARIAN, M. C. *A injunção ao novo e a repetição do velho*. 2012. 273 fls. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

SILVA, M. V. da. A escolarização da língua nacional. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 141-161.

_____. A disciplinarização da lingüística: Ciência e Estado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 4, 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.ucb.br/textos/2/456/ArtigosEComunicacoes>>. Acesso em: 06 mar. 2011.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade: a construção do *corpus* discursivo

e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. (Orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005. p. 93-115.

_____. Ordem jurídica, ordem política e a (des)ordem nas ruas. *Discurso y Sociedad*, Madrid, v. 1, n. 1, 1999, p.105-122.

Luciana Kuchenbecker Araújo

lubecker32@hotmail.com

Mestra em Letras e Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O bom sujeito da ditadura militar em Goiás: um estudo sob a perspectiva de Michel Pêcheux sobre o Manifesto de Mauro Borges (1961)

The good subject of military dictatorship in Goiás: a study under Michel Pêcheux's perspective about Mauro Borges' manifest (1961)

Resumo

Este artigo tem como objetivo promover uma reflexão acerca das posições-sujeito e da produção de sentidos materializadas no Manifesto à Nação, de 1961, redigido por Mauro Borges, governador de Goiás, no qual expõe seu posicionamento em defesa de seus ideais democráticos, constitucionais e contrários à tentativa de instauração do regime militar, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Para tanto, elegemos como referencial teórico os estudos de Michel Pêcheux, que defende a materialidade textual e o contexto discursivo como unidades de análise para a verificação das complexidades enunciativas, lançando mão da metodologia de análise sócio-histórica na interpretação das sequências discursivas recortadas do corpus. A partir das reflexões propostas, foi possível demonstrar de que maneira as diferentes posições-sujeito materializam-se discursivamente e como as sobreposições são processadas na relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, aos quais se afilia, como “bom sujeito”, o governador Mauro Borges.

Palavras-chave: Sujeito; Sentidos; Discurso; Ditadura.

Abstract

This article conducts a discussion about the subject-positions and the production of meanings embodied in the Manifesto to the Nation (1961), written by Mauro Borges, former governor of Goiás, in which he exposes his position in defense of his democratic and constitutional ideals and against the attempt of the military regime establishment, after president Jânio Quadros' resignation. Therefore, we elected as theoretical model the studies of Michel Pêcheux, that defends the textual materiality and discursive context as units of analysis for the verification of the enunciative complexities, employing a methodology of social-historical analysis in the interpretation of the discursive sequences taken from the corpus. From the proposed reflections, it was possible to demonstrate how different subject-positions materialize themselves discursively and how the overlaps are processed in the relationship between the subject of enunciation and the universal subject, to which is affiliated, as “good man”, the former governor Mauro Borges.

Keywords: Subject; Senses; Speech; Dictatorship.

I n t r o d u ç ã o

Primeiras palavras

O golpe militar de 1964 marcou o início de um dos capítulos mais polêmicos da história do Brasil, o qual perdurou de 1964 a 1985. Durante os 21 anos de ditadura, a nação assistiu cenas de desrespeito aos direitos constitucionais e humanos, perseguição política e censura. Os discursos que circularam por todo país antes da instauração do golpe foram decisivos para a formação de alianças políticas e divulgação dos posicionamentos das lideranças partidárias, como o *Manifesto à Nação*, redigido pelo governador do estado de Goiás, Mauro Borges, em 1961. Esses discursos fazem parte de um rico acervo para análise e reconhecimento das marcas identitárias e posicionamentos dos sujeitos e dos governos que marcaram os rumos da nossa história.

Assim, tomando como corpus o referido *Manifesto à Nação* (1961), este artigo buscou analisar as posições-sujeito materializadas nesse discurso, consideran-

do que o dizer de Mauro Borges inscreve-se no lugar discursivo de governador de estado, o que possibilitou resgatar suas memórias e forças ideológicas de oficial das Forças Armadas, democrata, cidadão e cristão em defesa de seu posicionamento político pela legalidade jurídica constitucional.

Com base no referencial teórico da Análise do Discurso (AD) de orientação pecheuxtiana, selecionamos, para efeitos de análise, algumas sequências discursivas (doravante SD) relevantes ao funcionamento das distintas posições-sujeito presentes na materialidade do corpus. Este trabalho, por situar-se em um espaço/gênero discursivo breve, não tem pretensões de abarcar toda complexidade teórica da área, mas propor, sobretudo àqueles que iniciam suas pesquisas em AD, um exercício de reflexão acerca das materialidades linguísticas e discursivas inscritas na história da população goiana, considerando alguns conceitos basilares dos estudos de Michel Pêcheux

(1997b), proponente desse campo de pesquisas sobre a linguagem.

Michel Pêcheux (1997b), que, a partir do materialismo histórico, do marxismo e da luta de classes propostos pela teoria de Althusser (2007), reconhece que os sujeitos e os sentidos são atravessados pelo inconsciente e pela ideologia. Segundo Pêcheux (1997b), as condições de produção e a memória discursiva são aspectos de extrema relevância para que se possa identificar as posições ideológicas dos sujeitos em qualquer procedimento de análise, já que esse autor interroga a Linguística a partir da historicidade dos enunciados e da produção dos sentidos regulada pelo tempo e pelo espaço das práticas humanas. Nessa perspectiva, Pêcheux (1997b, p. 130) reconhece o materialismo histórico como condição para analisar o sujeito e o discurso e, desse modo, somos convocados a realizar, nas primeiras partes desse estudo, uma breve contextualização histórica sobre os rumos da política brasileira entre o período de 1961 a 1964, precedente ao golpe militar, e sobre a história de Mauro Borges no cenário político de Goiás para que pos-

samos compreender as condições de produção do *Manifesto à Nação* (1961), apresentado na terceira parte desse estudo. Na quarta parte, apresentamos a perspectiva teórica de Michel Pêcheux quanto aos procedimentos de análise de discursos para, finalmente, na quinta parte, procedermos à análise das SD recortadas do corpus e refletirmos sobre questões relativas à ideologia, às posições-sujeito e aos efeitos de sentidos produzidos *no* e *pelo* discurso.

Contextualizações histórica e política de Goiás entre 1961 e 1964

Para Teixeira (1994), o *Manifesto à Nação* (1961) pode ser considerado como um documento histórico que resguarda um período importante da história política de Goiás. Segundo consta registrado em ata da Câmara dos Deputados, o Manifesto foi transcrito e declarado como documento “que honra e orgulha o povo goiano e imortaliza o seu autor, para conhecimento da posteridade, numa prova eloquente

de que os patriotas brasileiros de hoje souberam lutar pela grandeza da Pátria brasileira de amanhã” (TEIXEIRA, 1994, p. 54). Para que possamos observar o contexto de criação e circulação do referido documento, retomamos nosso passado através de uma breve narrativa histórica.

No dia 25 de agosto de 1961, o presidente da República Federativa do Brasil, Jânio Quadros (PR/PL), publicou uma Carta em que renunciava seu governo, conturbando o cenário político brasileiro. De acordo com a Constituição, o vice-presidente deveria assumir o poder, porém os ministros militares e políticos conservadores se opuseram à posse de João Goulart (PTB/PSD) que na ocasião estava na China, pois acreditavam que ele mantinha vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). E isso, segundo eles, representava uma ameaça ao país.

Como movimento contrário a esse ato inconstitucional, foi criada uma rede de resistência legalista contra o movimento golpista liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), e apoiada pelo então

governador de Goiás, Mauro Borges. Usando a Rádio Brasil Central (RBC) para divulgar suas ideologias, o governo de Goiás passou a fazer parte do chamado *Movimento da Legalidade*, que tinha à frente a Rádio Guaíba de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (TEIXEIRA, 1994).

Em 28 de agosto de 1961, o governador de Goiás expôs sua discordância à inconstitucionalidade política dos ministros redigindo o *Manifesto à Nação*, pontuando argumentos contundentes a sua posição antigolpista. Como havia rumores de que a direita já armava o golpe ainda em 1961, Mauro Borges dirigiu-se ao povo com o objetivo de esclarecer sobre a real situação do país e mostrando à sociedade goiana e à nação brasileira o seu patriotismo. Teixeira (1994, p. 52-54) afirma que o *Manifesto* foi bastante divulgado na imprensa nacional (Imagem 1) e repercutiu de maneira positiva através de diversas manifestações de apoio ao governador feitas por deputados, vereadores, pelo PTB, pelo conselho da Maçonaria e representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE).



Imagem 1 – Repercussão do Manifesto de Mauro Borges no jornal “O Popular”¹.

Fonte: Teixeira (1994, p. 152).

Tanto o *Manifesto* (1961) quanto os demais Comunicados Oficiais, articulados pelo Chefe do Estado como estratégia de comunicação com seu eleitorado, são documentos que alcançaram repercussão nacional e os posicionamentos defendidos nesses discursos foram determinantes e marcaram a história da ditadura em Goiás, como podemos observar nos desdobramentos da crise em 1964.

Em 26 de novembro de 1964, uma multidão de goianienses a favor de Mauro Borges presenciou, na Praça Cívica, a

¹ Edição de 20 de agosto de 1961.

tensão provocada pela movimentação de tropas e tanques em torno da cidade (Imagem 2) e pelos rasantes de caças a jato da Força Aérea Brasileira (FAB). Essa ação deveu-se ao Decreto de Intervenção Federal em Goiás, que colocava o interventor Carlos de Meira Mattos à frente do poder do Estado no lugar de Mauro Borges, acusado de manter um governo com tendências comunistas, legitimando o golpe em Goiás e em todo território brasileiro.

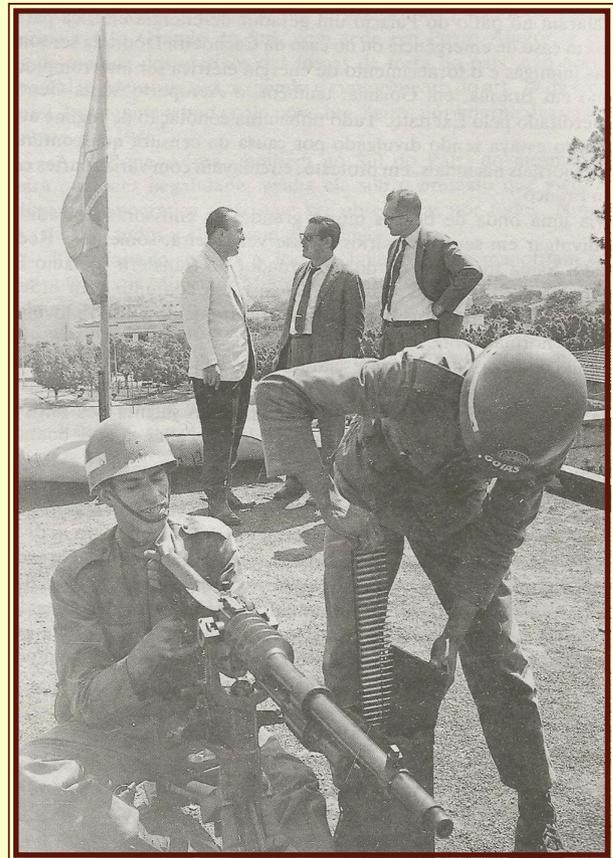


Imagem 2 – Mauro Borges, aliados políticos e soldados se preparam para proteger Goiás da invasão militar.

Fonte: Teixeira (1994, p. 75).

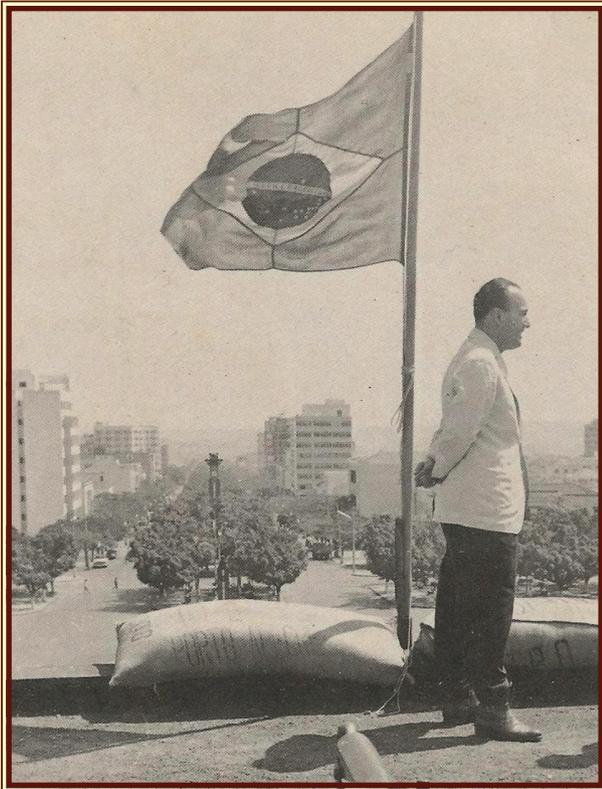


Imagem 3 – Mauro Borges observa a capital de Goiás, Goiânia, do alto do palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica.

Fonte: Teixeira (1994).

O sujeito empírico e sua história na política

Mauro Borges Teixeira nasceu em 15 de fevereiro de 1920, na cidade de Rio Verde, Goiás. Teve uma forte presença política na sua formação, pois era filho de Pedro Ludovico Teixeira, fundador de Goiânia, e presenciou toda movimentação e articulação que seu pai empreendeu durante o período da Revolução de 1930, da construção da capital do estado de Goiás e da resistência ao movimento paulista de

1932. Tornou-se militar ingressando na Escola Militar do Realengo, Rio de Janeiro, em 1938. Serviu junto à guarda presidencial de Getúlio Vargas e, em 1948, conseguiu entrar para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) onde recebeu instruções teóricas e práticas de liderança para enfrentamento de crises, sob a ótica da organização militar.

Anos mais tarde, então Tenente-Coronel, participou do “golpe preventivo”, deflagrado pelo Marechal Lott, em favor da posse do presidente eleito Juscelino Kubistchek. Nessa época, sua proximidade com a política aumentou e, apoiado pelo pai, candidatou-se e foi eleito deputado federal em 1958. Antes de encerrar esse mandato, conquistou, em 1961, o de governador de Goiás. À frente do poder do estado, viu seu governo ser ameaçado pelos rumores de intervenção militar após a renúncia de Jânio Quadros e, por meio de Manifestos e Comunicados Oficiais, dirigiu-se à Nação e ao povo goiano como medida de estabelecimento da ordem social e divulgação de seus ideais políticos. Foi, também, deputado federal (1959-1960; 1991-1994) e senador da República (1982-1990).

É necessário ressalvamos que a superficialidade das informações acerca dessa personalidade pública deve-se ao fato de considerarmos relevante que em qualquer exercício de análise é preciso que o analista reconheça e saiba discernir aquilo que é essencial para a realização de seu trabalho e se abstenha de posicionamentos pessoais, preconceitos, crenças, convicções ideológicas, políticas, religiosas. Por essa razão, expomos um pouco sobre a vida do governador, sujeito empírico, para que possamos observar, ao longo da análise das SD recortadas do corpus, de que maneira suas identificações, escolhas, afiliações desenvolvidas ao longo de sua história aparecem materializadas em seu discurso.

O discurso

A considerável extensão do Manifesto nos motivou a apresentar apenas algumas SD recortadas do texto original. Devido à necessidade de cortes, as SD foram selecionadas no sentido de manter a materialidade linguística

do autor com relação ao texto original ao mesmo tempo em que não ficasse demasiadamente prejudicada a produção de sentidos.

Manifesto à Nação

[SD1] Nesse momento histórico, em que se firmam as linhas mestras que determinarão o nosso futuro político, nos próximos anos, como representante do povo

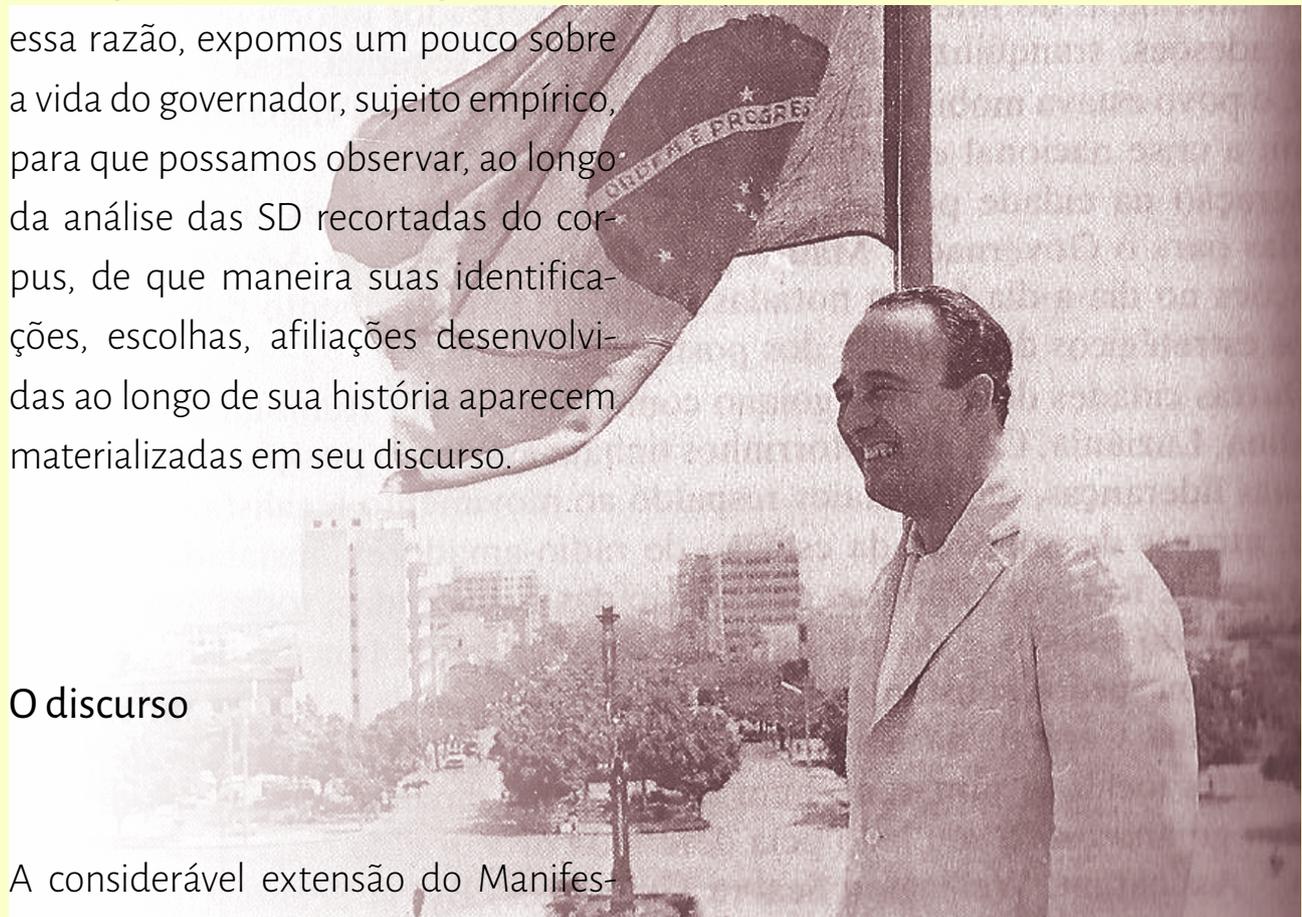


Imagem 4 - Mauro Borges à frente do movimento da legalidade contra o golpe, na Praça Cívica, em Goiânia.

Fonte: Teixeira (1994, p. 96).

goiano, seria pusilaminidade² furtar-me ao cumprimento do dever, deixando de fazer um pronunciamento claro, o que importaria cumplicidade com o que agora se trama contra o povo.

[SD2] Nessas condições, qualquer eleição que convocassem não passaria de uma farsa, pois não haveria liberdade no clima de tensão popular reinante e adredemente³ preparado. Duas conclusões ressaltam esses fatos: a) Caso o Congresso se submeta à pressão dos ministros militares, manipulados, ao que parece, pelo general Cordeiro de Farias, teremos apenas um governo fantoche, desvinculado das origens que o legitimaram – o consentimento dos governadores; b) Caso o Congresso não se submeta, será dissolvido e implantada uma ditadura militar, espúria⁴ como todas as ditaduras, contando ou não com a presença de um elemento civil, para melhor ilaquear⁵ a boa-fé popular. Em qualquer dessas hipóteses, haverá completo retorno do Brasil à situação de país caudatário⁶, republiqueta sem qualificação, sem rumo próprio na condução de seus destinos.

[SD3] A verdade é que apenas Jânio Quadros e João Goulart foram eleitos pela

vontade livre e soberana do povo brasileiro e somente eles poderão governar o Brasil até que se esgotem os seus mandatos e o poder seja entregue aos sucessores legitimamente escolhidos. [Só] há um caminho digno, democrático e constitucional, na letra e no espírito da lei: a posse do vice-presidente João Goulart, no cargo vago da Presidência da República.

[SD4] Fora disso, será aceitar uma ditadura militar retrógrada, sem programas e sem rumo, a não ser a obstinação de que o Brasil é imaturo para pensar com a própria cabeça e andar com os próprios pés. [...] Não sou nem jamais fui comunista. Coerentemente, em toda a minha vida, sempre defendi essas idéias.

[SD5] Quando acatamos e defendemos o direito impostergável de o Brasil manter relações diplomáticas e comerciais com todos os povos do mundo, não estamos dando preferência à esquerda ou à direita, não estamos ensaiando a renúncia de nossas profundas convicções democráticas e cristãs, pois temos a certeza de que o Brasil pode resolver todos os seus problemas sem a perda das liberdades fundamentais, mantendo as linhas mestras do regime vigente sem a perda de nossas caras tradições de povo católico, em sua maioria.

[SD6] Na qualidade de modesto membro do glorioso Exército de Caxias, Osório,

2 Covardia.

3 Previamente.

4 Falsa.

5 Enlaçar, prender.

6 Subserviente, que não tem opinião e atitude próprias.

Florianópolis e tantos outros heróis do Brasil, tendo tido toda a formação da juventude e da vida madura nas escolas militares e nas fileiras do Exército, conheço a sua profunda vocação democrática e sua vinculação ao povo e sei que ele não trairia os interesses da Pátria, sei que ele não funcionaria como um guarda pretoriano de interesse espúrio, a esmagar, com a força de suas armas que o povo lhe pôs nas mãos para defendê-lo, a vida dos patriotas.

[SD7] Se os ministros militares ultrapassarem as raias da legalidade em que legitimam suas determinações, estão os subordinados exonerados de dever de obediência, pois a ordem legal difere da inconsciência.

[SD8] Se a vontade do povo não for respeitada, se tentarem mistificá-la e em seu nome ousarem lançar o país na degradação de uma ditadura, sob a alegação [...] de que era preciso salvá-lo da ameaça comunista, só nos resta um caminho – fazer o apelo dos grandes momentos e das grandes crises: a resistência legalista, democrática e patriótica.

[SD9] Convocamos a resistência, a repulsa aos aventureiros, a todos os governadores, prefeitos e vereadores que hauriram⁷, no consentimento popular, a

legitimidade do seu mandato e cuja política passaria agora a depender, unicamente, do beneplácito de usurpadores.

[SD10] Aos companheiros e ao povo de Goiás, peço para que se mantenham calmos, que aguardemos as decisões do Congresso e dos responsáveis pela manutenção da paz social, pois das atitudes deles dependerá a nossa palavra de ordem.

Mauro Borges Teixeira, Governador do Estado de Goiás

Goiânia, 28 de agosto de 1961 (TEIXEIRA, 1994, p. 49-52).

Procedimentos de análise de discurso em Pêcheux

Para Pêcheux (1997b), a Análise do Discurso (AD) não deve ser reduzida a uma prática hermenêutica de interpretação dos discursos, mas entendida como dispositivo que permite analisar a textualização do político para que seja possível compreender não somente a maquinaria linguística e os textos políticos, mas, sobretudo, a relação empírica entre o simbólico e o poder na cadeia discursiva. Dessa forma, para que possamos debru-

⁷ Tirar para fora de lugar profundo, esgotar.

çar-nos sobre a materialidade discursiva do corpus, é necessário recorrermos a alguns conceitos basilares da obra de Michel Pêcheux (1997b), que, a partir do materialismo histórico, do marxismo e da luta de classes propostos pela teoria de Althusser (2007), reconhece que os sujeitos e os sentidos são atravessados pelo inconsciente e pela ideologia.

Pêcheux (1997b, p. 131) propõe uma teoria materialista do discurso, uma teoria não subjetiva da subjetividade ao referir-se a um mundo de bases econômicas, de definição de lugares sociais a partir do poder aquisitivo, da pertença de classes sociais distintas. Isso significa empreender que a subjetividade, como lugar em que são construídas as 'verdades' por meio da exterioridade discursiva, é o que torna possível o funcionamento das ideologias, e, por essa razão, o autor limita a autonomia do objeto linguístico através da descentralização da subjetividade.

Os sujeitos são produzidos *nos e pelos* discursos e a linguagem deve ser apreendida como sistema capaz de apresentar certa ambiguidade, o elemento material da análise linguística

Dessa forma, em Pêcheux (1997b) encontramos a teorização de um objeto cujos procedimentos de análise relacionam as condições de produção aos processos de produção dos discursos, que são sempre determinados por uma relação histórica. O caráter político do trabalho desse autor refere-se ao materialismo concreto ao pensar a existência social e real dos sujeitos que falam, funcionam, interagem, trabalham, têm suas verdades, suas identidades, que assumem uma forma sujeito do discurso e que são assujeitados por uma ideologia dominante.

Podemos compreender, dessa maneira, que os sujeitos são produzidos *nos e pelos* discursos e que a linguagem deve ser apreendida como sistema capaz de apresentar certa ambiguidade, o elemento material da análise linguística. A materialidade textual e o contexto discursivo são, portanto, unidades de análise essenciais para a verificação das complexidades enunciativas:

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido da oposição: é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou comédia ridícula, segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz (PÊCHEUX, 1997b, p. 77).

Assim, somos convocados a pensar a opacidade do texto objetivando compreender aquilo que o sujeito diz em relação a outros dizeres possíveis e ao que ele não diz, bem como a refletir sobre a seguinte questão: por que esse enunciado (o dito) e não outro em seu lugar? Para Pêcheux (1997b), o interdcurso ou a memória discursiva (o já dito) é o que torna possível todo dizer, pois todo dizer carrega consigo um significado precedente adquirido em outro lugar e independentemente.

Em se tratando de um corpus consti-

tuído por um discurso político, a discussão não é tão simples, é preciso que o analista conheça ou pelo menos tenha uma ideia do que seja a democracia e a ditadura no Brasil. Como os dois termos configuram uma relação dicotômica, é necessário também que se tenha bastante zelo ao abordar esses conceitos, pois não se trata de um debate tranquilo, homogêneo e consensual como se a democracia representasse o lado positivo e bom da história e a ditadura o lado negativo, obscuro. Nesse caso, é preciso que se observe o fato de que muitas pessoas desejaram a ditadura ou uma certa disciplinarização administrativa do país, outras condenaram a arbitrariedade e a inconstitucionalidade jurídica ditatorial ao considerarem contraditório o estabelecimento da ordem e da segurança sociais por meio da violência, opressão e punições de natureza diversa como solução para os problemas políticos. A tarefa do analista, então, é penetrar, desvendar a materialidade discursiva (os ditos e os não ditos) considerando a linguagem não apenas como representação do objeto, transparente e reveladora de verdades, mas reconhecendo seu mascaramento, sua opacidade,

sua exterioridade, para que possa, então, pensar a produção de sentidos.

Olhar teórico para o corpus: as formas-sujeito e a produção de sentidos na perspectiva de Michel Pêcheux

Pêcheux (1997b) reconhece que a linguagem é materializada na ideologia ao discutir de que maneira uma se manifesta na outra, avaliando a especificidade de sua exterioridade e associando os efeitos de sentidos à materialidade linguística produzida nas relações entre os sujeitos, os espaços de enunciação e as condições de produção. Por isso, ao concebermos o discurso como sendo efeito de sentidos entre locutores, um objeto social e histórico em que o linguístico está pressuposto, é preciso explicar os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação através da análise do funcionamento discursivo e do conceito de Formação Discursiva (FD). A esse respeito, Pêcheux (1997b, p. 146) afirma que

[é] a ideologia que fornece evidências pelas quais “todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que relamente dizem” e que mascaram assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material das palavras e dos enunciados.

A partir dessa reflexão, podemos compreender que a ideologia, como forma de dominação, penetra a existência dos sujeitos nos processos de subjetivação, de tudo aquilo que é produzido pela exterioridade através de práticas concretas materializadas discursivamente. Essa visão do estudioso deve-se ao fato de que toda exterioridade habita a subjetividade, todos os elementos exteriores produzem e constituem os sujeitos, pois não é possível pensarmos em um “não-sujeito”, um indivíduo puro, livre, imune, ileso aos estímulos externos, às práticas sociais, às experiências humanas, e isso faz com que seja inevitável as (des)identificações com as mais distintas e variadas formações ideológicas (FI). Nesse sentido,

os indivíduos “são interpelados em sujeitos falantes [...] por formações discursivas

que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes”, o que significa que o sujeito se identifica com a formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 1997b, p. 198).

Para ilustrarmos esse pensamento, podemos considerar que na negação (ou seria afirmação?) “Não sou nem jamais fui comunista” (SD4) já estão postos alguns dogmas, a (des)crença do sujeito a outro(s) sistema(s) econômico(s), seu posicionamento político através da identificação com aquilo que o representa, a democracia, por exemplo. Essa criação de um lugar de identidade no discurso é o que Pêcheux (1997b, p. 159) chama de *forma-sujeito*. Para o autor, a luta de classes representa a construção ideológica dos sujeitos que não se realizam no campo das ideias, mas nas práticas discursivas, assim como os discursos produzidos por Mauro Borges em defesa de seu posicionamento político-ideológico, da integridade física do povo e do estado, representados na posição de governador.

Contra-pondo-se à filosofia do idealismo linguístico, que converge à existência espontânea do sujeito como fonte, origem ou causa em si, e à transparência dos sentidos, Pêcheux (1997b, p.

155) concebe os sujeitos, como já mencionamos, não como dados *a priori*, mas constituídos no discurso. Assim, a noção de sujeito para o estudioso é determinada pela posição, pelo lugar de enunciação no interior de uma FD regulada por uma FI, já que essas formações definem o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição na conjuntura histórica. Dessa maneira, podemos compreender que a interpeção do sujeito pela ideologia, conceito que Pêcheux pega emprestado de Althusser (1974, p. 104), faz com que ele assuma uma forma no discurso e tenha a ilusão de ser a fonte, a origem de seu dizer. Para o autor, essa ilusão de liberdade de escolha, de associação, de identificação a determinadas FD é condição para a existência do sujeito (PÊCHEUX, 1997b, p. 170). Trata-se, pois, de uma contradição para a existência e condição do sujeito na AD ao promover todo apagamento do lugar de funcionamento da ideologia que interpela o indivíduo enquanto sujeito.

Mauro Borges, ao afirmar sua liberdade de escolha “Não sou nem jamais fui comunista” (SD4) apresenta valores e uma posição identitária; e essa convicção, esse lugar de verdade, faz com que ele assuma, enquanto sujeito discursivo

sivo, uma forma no discurso. Temos, assim, o que Pêcheux (1997b) concebe como sujeito da enunciação, assujeitado, que toma uma posição consciente no ato comunicativo (não ser comunista) e o sujeito universal, o representante máximo da FD que regula o que pode e o que deve ser dito no seu interior, pois todo mundo tem uma ideia do que seja um Chefe de Estado; já esperamos que o seu dizer corresponda à FD a qual se inscreve no lugar de governador.

O discurso se materializa como dúvida, soa como protesto, produzindo revolta e questionamento, já que não há uma coincidência entre o lugar de enunciação, do enunciador e do discurso

Pêcheux (1997b) afirma não ser possível a sobreposição plena dessas duas formas sujeito ao considerar uma maior ou menor incidência entre ambas no ato enunciativo. Essas variações de identificação correspondem ao que o autor chama de modalidades de posição-sujeito. A primeira modalidade, que é adjetivada como “bom sujeito”, pressupõe maiores identificações e a coincidência entre os sujeitos da enunciação e universal, é o que podemos observar no *Manifesto à Nação*, de 1961, cujos dizeres da enunciação correspondem à posição ideológica do lugar de governador, de sujeito universal. A

segunda é denominada “mau sujeito”, pois revela um movimento de desidentificação do sujeito com sua FD ao fazer/dizer algo diferente daquilo que se espera dele ao se colocar contra seu lugar de enunciação. Não há uma convergência entre ambos, há uma separação. Dessa maneira, o discurso se materializa como dúvida, soa como protesto, produzindo revolta e questionamento, já que não há uma coincidência entre o lugar

de enunciação, do enunciador e do discurso. Poderíamos observar claramente o que diz Pêcheux e Mauro Borges, no lugar de um Manifesto, no qual se posiciona em defesa de seu estado e seu povo, elege-se como gênero discursivo um Poema em que enaltecesse a grandeza das forças armadas do Brasil.

A terceira modalidade surge a partir da observação de Pêcheux sobre o “caráter historicamente novo da prática ideológica do proletariado” (PÊCHEUX, 1997b, p. 201), uma tentativa de ex-

plicar as falhas de querer determinar tudo pela ideologia que, enquanto categoria, não desaparece, funciona às avessas através do desarranjo dos processos de FI. Trata-se de uma modalidade de desidentificação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, ou seja, um deslocamento da forma sujeito mas não sua anulação. Pêcheux (1997b, p. 201-202) adverte, entretanto, que

a ideologia “eterna” enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos, não desaparece, ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo).

A exemplo do que diz o autor sobre a forma de desarranjo-rearranjo que configura a (des)identificação do sujeito com a FI, portanto com as FD, mencionaremos o fato que sucedeu, três anos após a publicação do *Manifesto à Nação*, a respeito do (re)posicionamento político-ideológico de Mauro Borges. Desapontado com a administração João Goulart, o governador queixava-se de contenção de

recursos federais destinados a Goiás e passou a apoiar o golpe com a indicação do Marechal Castello Branco à Presidência da República.

Isso implica considerarmos que há uma identificação temporária do sujeito em relação à FI que o representa, pois, nesse caso, houve uma (des) identificação do sujeito em relação à ideologia democrática, contradizendo sobremaneira seu discurso anterior “Não sou nem jamais fui comunista” (SD4) ao identificar-se com a ideologia comunista, mesmo não sendo de forma espontânea. Assim, o enunciado é atrelado, de modo automático, às determinações das formações ideológicas nas formações discursivas. Para Pêcheux (2010, p. 102), qualquer “formação social implica a existência de posições políticas e ideológicas que não são obra de indivíduos, mas se organizam em formações, estabelecendo entre si relações de antagonismo, de aliança ou de domínio”.

Conforme pudemos observar, a concepção de sujeito proposta por Pêcheux (1997b) é marcada por uma forte relação de posições entre os sujeitos e de natureza sócio-histórica sendo, assim

como os sentidos, constituídas num processo simultâneo através da interpelação ideológica. O autor afirma que

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (PÊCHEUX, 1997b, p. 146-147).

Para prosseguirmos com a análise das SD, é necessário que pensemos, inicialmente, na estrutura composicional do enunciado de Mauro Borges. Isso significa que devemos olhar para o gênero discursivo manifesto, no qual se insere o discurso de Mauro Borges, e questionarmos os motivos da escolha desta e não de outras formas de enunciação. Manifestos nos textos, os gêneros organizam nosso discurso e são definidos por Bakhtin (2003) como tipos relativamente estáveis de enunciados. Sem a presença dos gêneros, a comunicação verbal seria praticamente impossível, pois eles surgem através de condições específicas de produção

e, à medida que crescem em complexidade, ampliam o repertório de gêneros discursivos.

Pêcheux (1997b) trata os gêneros discursivos como unidade das FD que determinam o que pode e deve ser dito em determinadas condições de produção, porém, muitas situações também determinam o gênero discursivo a ser utilizado pelo sujeito. O gênero manifesto é geralmente utilizado para declarar publicamente as razões que justifiquem algumas ações ou para que sejam reivindicados certos direitos, visando ao convencimento de outros por meio de marcas de persuasão, apelo emocional e, muitas vezes, acenando uma polêmica já existente. Nas palavras de Pêcheux (1997b, p. 147), as FD “são aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc)”, ou seja, aquilo que o sujeito pode e deve dizer em determinada situação está ligado às condições de produção. Entretanto, esses dizeres, conforme observamos na fala de Pêcheux, são determinados pelas FD, articulados e organizados na for-

ma de gêneros discursivos, que participam da situação de produção dos discursos. Dessa forma, percebemos que no discurso de 28 de agosto de 1961, a situação determinou o gênero, pois, ao eleger esse gênero discursivo, o governador não pretendia apenas comunicar um fato ocorrido ou que por ventura viesse a ocorrer, mas argumentar com o objetivo de convencer a população a respeito de seu posicionamento político, direcionando para si o olhar dos interlocutores ao assumir seu lugar no ato comunicativo, respondendo por ele enquanto enunciador e cumprindo com seu dever de chefe de estado, e, enquanto sujeito universal, de representar, defender, informar e tranquilizar seus eleitores.

Os fatos que sucederam à publicação do *Manifesto à Nação*, com a invasão das forças armadas em Goiânia, permitem-nos reconhecer que o gênero discursivo, nesse caso, determinou a situação, já que os efeitos de sentidos provocados pelo discurso do governador soaram como afronta, desafio e

auferimento de poder aos militares. Isso significa compreender que todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de derivas possíveis oferecendo lugar à interpretação. Nas palavras de Pêcheux (1997a, p. 53), “toda descrição está exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Consideramos relevante apontarmos também o fato de que todo o governo de Mauro Borges foi marcado pela circulação de vários discursos inscritos nos mais diversos suportes e gêneros discursivos, a exemplo, os manifestos, os comunicados, os panfletos que eram distribuídos pelo centro da capital, além daqueles que eram veiculados na Rádio RBC. Essas estratégias de comunicação eleitas pelo governador, para dirigir-se a seu povo, nos revela indícios de uma forma de gestão de

O governador não pretendia apenas comunicar um fato ocorrido ou que por ventura viesse a ocorrer, mas argumentar com o objetivo de convencer a população a respeito de seu posicionamento político

Governo voltada ao diálogo, promovendo a aproximação entre o povo e seu representante.

Na (SD1) podemos perceber que Mauro Borges marca seu lugar no discurso de governador como sujeito universal, *representante do povo goiano*. Esse lugar de enunciação pressupõe os saberes que o autoriza a tomar esse lugar no discurso, pois, conforme Foucault (2001), existe, na ordem do discurso, três tipos de interdição, uma delas trata-se do direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala, já que qualquer um não pode falar de qualquer coisa e estabelecer a relação entre os saberes e os poderes que (des)autorizam os nossos dizeres. No caso específico do sujeito Mauro Borges, há de se tentar caracterizar o sujeito universal que reflète a FD da democracia a qual se filia, consciente e livremente, enquanto sujeito que enuncia de um lugar social e historicamente marcado. O que se espera da fala de um governador de Estado democrático e o que todos sabem, “o que pode ser dito”, desde uma dada posição na conjuntura (PÊCHEUX, 1997b, p. 160), constituem o sujeito universal da FD.

A filiação de Mauro Borges à FD democrática fica explícita na SD2 quando ele afirma não ser possível estabelecer, sem que haja liberdade, o exercício maior da democracia, a eleição pelo voto popular, que foi posta em xeque ao suscitar o eminente clima de tensão. Nesse caso, o governador relaciona os termos *liberdade* e *democracia* em oposição à *falsidade* e *ditadura*, termos que não fazem parte dos saberes que podem ser discursivizados em uma FD da democracia, que é onde se inscreve esse discurso e cuja posição sujeito dominante é a de governador. Na SD4 encontramos um repertório de adjetivações pejorativas em relação à situação do país caso confirmassem os rumores do golpe: *governo fantoche, ilaqueação da boa-fé popular, país caudatário, republiqueta sem qualificação, sem rumo próprio na condução de seu destino*. Esse tipo de estratégia discursiva, ao atribuir juízo de valor negativo à ideologia ditatorial, permite que o governador revele a seus interlocutores que a ordem democrática seria o antônimo, o oposto dos termos selecionados para que se estabelecesse uma crítica incisiva anti-golpista. Entretanto, se por um lado o governador associa adjetivações nega-

tivas à ditadura, por outro, conforme percebemos na SD3, relaciona termos como *verdade, liberdade, soberania e dignidade* à constitucionalidade democrática. Isso se confirma, por um lado, na condição de um nacionalista ao defender a democracia, a lei e a ordem constitucionais; por outro, dentro de um contexto marcado por conflitos de interesses em torno da distribuição e redistribuição de poder, Mauro Borges buscou assegurar uma proeminência política para fortalecer e manter politicamente seu governo e, conseqüentemente, seu poder.

Podemos observar que as adjetivações pejorativas ao regime militar reincidentem no discurso do governador e vão se tornando cada vez mais recorrentes, conforme percebemos na SD4, ao afirmar que aceitar a ditadura significa *retrocesso, imaturidade e incapacidade de autonomia*, fazendo com que os interlocutores associem a democracia aos termos opostos àqueles que simbolizam esse período ditatorial. O que observamos funcionando nessa SD4 é o atravessamento ideológico das memórias (saberes) do regime não democrático, funcionando como discurso transversal, possível graças à “ascendência dos processos ideológico-discursivos so-

bre o sistema da língua e ao limite da autonomia, historicamente variável, desse sistema (PÊCHEUX, 1997b, p. 165). Ao analisarmos o enunciado “Não sou nem jamais fui comunista” (SD4), observamos que o governador seleciona seis palavras para construir o período, sendo que três delas carregam consigo caráter de negação (Não, nem, jamais) para enfatizar sua posição contrária ao comunismo. Mesmo que seu posicionamento democrático não esteja explícito nesse período, ao tomarmos conhecimento das condições de produção do discurso, do contexto de enunciação, é possível reconhecer sua identificação com um sistema econômico em detrimento de outro, e é essa a materialidade, segundo a perspectiva de Pêcheux, para a qual o analista deve direcionar seu trabalho.

Podemos constatar na SD5 que Mauro Borges defende os interesses e instituições nacionais em face dos estrangeiros, no seu entendimento, através da legalidade democrática e do nacionalismo enquanto processos complementares entre si. A voz plural (*acatamos, defendemos, estamos*) indica a identificação do discurso do sujeito com a coletividade que, no decorrer das SD5 e SD6, fica claro, e é possível infe-

rirmos que Mauro Borges ocupa outras posições sujeito além de Chefe de Estado. Seus dizeres nessas SD revelam deslocamentos significativos da posição do sujeito enunciador como cidadão, católico e ex-militar. Mesmo ocupando diferentes posições, o sujeito Mauro Borges, assujeitado aos saberes que circunscrevem a forma sujeito universal dessa FD, inscreve-se num mesmo lugar discursivo ressignificando-o: o lugar de governador.

As interpretações de Mauro Borges traduzem uma visão de mundo de inspiração cristã, na qual impera um ideal de sociedade baseada na cooperação, sem lutas de classes, com predomínio do interesse coletivo em detrimento dos individuais, visando à ordem social traduzida na Constituição. Essa estratégia de associar o idealismo político ao religioso é recorrente nas FD de natureza política. Trata-se, portanto, de uma tentativa de mobilizar a opinião pública através dos dogmas e crenças religiosas, como se o “certo” fosse ser democrata e cristão. Todavia, essa relação empírica entre o simbólico e o poder na cadeia discursiva torna-se um equívoco enquanto estratégia de persuasão na medida em que não se trata de um *status* permanente, já que, de acordo com a teoria de Pêcheux

(1997b), pode ocorrer a desidentificação dos sujeitos com as FI fazendo com que estes se identifiquem com outras. Prova disso é o fato de não ser possível acreditarmos com veemência que hoje, de fato, somos católicos em maioria, haja vista a representatividade exponencial do número de templos evangélicos, por exemplo, espalhados pelos quatro cantos do país.

O deslocamento da posição-sujeito expresso na fala de Mauro Borges na SD6 oscila entre governador e ex-militar. No entanto, numa relação tensa entre o distanciamento e a identificação, a posição-sujeito dominante é a de governador que se envolve com as causas democráticas e foi eleito pelo voto popular. Sob esse lugar discursivo, o mesmo sujeito enunciador ocupa distintas posições-sujeito sem romper com os saberes/sentidos da FD em que o seu discurso se inscreve: de governador, ex-militar, cidadão, cristão. Nota-se que a formação militar de Mauro Borges proporcionou-lhe um perfil de administrador, assegurando os princípios de racionalidade e capacidade de planejamento e execução em situação de conflito. O posicionamento de Mauro Borges retrata a maneira como ele buscou articular a prática militar com a ação política refletindo em suas práticas institucio-

nais sua visão de mundo. Por meio das estratégias propostas por ele, é possível depreender sua coerência ao posicionar-se politicamente naquele contexto com base em sua formação militar, cristã e democrática. O que observamos nesse conjunto de SD analisadas é o embate constante entre os saberes/sentidos que se inscrevem em duas FD contraditórias entre si: a FD da democracia e a FD da ditadura. Assim, os dizeres permitidos na FD da ditadura são rechaçados pela posição de chefe de estado que se inscreve na FD democrática. Na SD8, podemos empreender que sua memória discursiva, de outras FD, como as que presenciou na infância através das lutas políticas do pai, Pedro Ludovico Teixeira, fundador de Goiânia, ilustram a teoria de Pêcheux (2010) ao considerar que os indivíduos “são interpelados em sujeitos falantes [...] por formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 1997b, p. 198), o que significa que o sujeito se identifica com a FD que o domina.

Ao convocar a *resistência e a repulsa aos aventureiros*, propostas na SD9, temos a impressão de que essa atitude significa uma relativa independência e desobediência do governador de Goiás. Nesse sentido, há um tom de reprovação aos

políticos profissionais, tidos como movidos apenas por *interesses menores*, que se contrapõem aos ideais nacionalistas do governador de Goiás, expressos em um projeto de sociedade menos desigual e democrática e um pedido de manutenção da tranquilidade por parte da população em relação aos desdobramentos da crise, conforme podemos verificar na SD10.

Considerações finais

O exercício de análise que apresentamos demonstra de que maneira as diferentes posições-sujeito e FI aparecem no discurso com sobreposições processadas na relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal aos quais se afilia, no referido discurso publicado em 1961, como “bom sujeito”, o governador Mauro Borges. Buscamos, através da materialidade linguística do corpus, refletir sobre a pluralidade de posições-sujeito, demonstrando que não são fixas, mas construídas e atravessadas, e podem aparecer no discurso como estratégia para persuadir seus interlocutores, o povo brasileiro,

a população goiana, a corporação militar.

A partir das reflexões apresentadas neste trabalho, foi possível demonstrar de que maneira as diferentes posições-sujeito e FI aparecem no discurso e como as sobreposições processadas na relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. Pudemos

verificar que a noção de sujeito universal, embora acionada pelo dispositivo analítico, mostrou não dar conta da complexidade das ocorrências do evento discursivo. Por isso buscamos, através da materialidade linguística do corpus, refletir sobre a pluralidade de posições-sujeito, demonstrando que elas não são fixas, mas construídas e atravessadas *no* e *pelo* discurso.

Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.

_____. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de Walter J. Evangelista e Maria Laura V. de Castro. São Paulo: Graal, 2007.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAVARO, Tereza Cristina Pires. Movimento da legalidade (1961): resgatando o protagonismo de Mauro Borges. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 41-65, jul. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/25398/18240>>. Acesso em: 10 set. 2014.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2001.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997a [1983].

_____. *Semântica e discurso*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

_____. *Análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

TEIXEIRA, Dulce Loyola. *Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás: movimento da legalidade*. Brasília: Senado Federal, Centro gráfico, 1994.

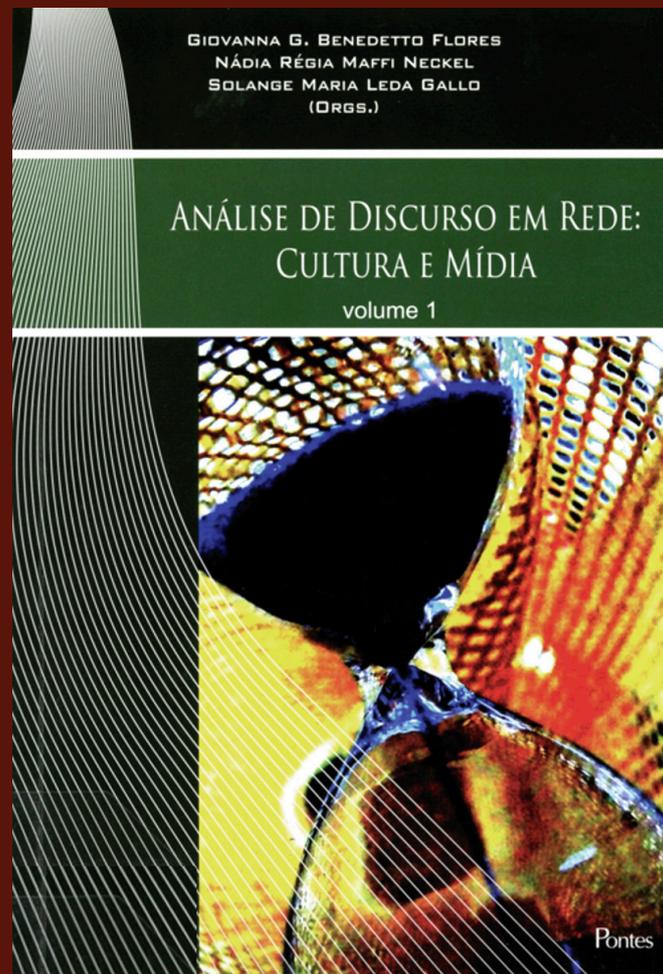
TEIXEIRA, Mauro Borges. *Tempos idos e vividos: minhas experiências*. Goiânia: [s.n.], 2002.

Gestos de leitura em Análise de Discurso na atualidade: a resenha de uma obra

*Reading gestures at Discourse Analysis
today: a review of a work*

Juciele Pereira Dias*
jucieledias@gmail.com

Raphael Trajano de Morais**
raphademorais@gmail.com



Referência da obra
resenhada:

FLORES, Giovanna;
NECKEL, Nádia;
GALLO, Solange.
*Análise de Discurso
em Rede: cultura e
mídia*. Campinas:
Pontes, 2015. v. 1.

*Possui graduação (2006),
mestrado (2009) e dou-
torado (2012) em Letras -
Estudos Linguísticos pela
Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM). Fez
doutorado-sanduíche na
Universidade de Franche
Comté, como bolsista da
CAPES-PDEE (2011-2012).
Fez pós-doutorado no
Programa de Pós-Gra-
duação em Estudos da
Linguagem e Laboratório
Arquivos do Sujeito da
Universidade Federal Flu-
minense (2013-2016).

**Doutor em Estudos de
Linguagem pela Univer-
sidade Federal Flumen-
se. Professor Assistente I
de Língua Portuguesa na
Faculdade de Letras da
Fundação Técnico-Educa-
cional Souza Marques.

Nunca lhe aconteceu, ao ler um livro, interromper com frequência a leitura, não por desinteresse, mas, ao contrário, por afluxo de ideias, excitações, associações? Numa palavra, nunca lhe aconteceu ler levantando a cabeça?

Roland Barthes (1984, p. 156).

Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia é uma obra organizada por Giovanna Flores, Nádia Neckel e Solange Gallo, pesquisadoras da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que elege o Discurso como objeto de estudo de quinze capítulos de pesquisadores de diferentes universidades brasileiras¹, distribuídos em quatro partes: I) Memória e política; II) Línguas e leituras; III) Imagem e mídia; IV) Cultura e conhecimento.

A Parte I, *Memória e política*, conta com quatro capítulos e é primorosamente aberta com o capítulo intitulado *Políticas do esquecimento x políticas de resgate da memória*, de Freda Indursky (p. 11-27), que discute fortemente noções da Análise de Discurso na análise de discursividades constituídas em decorrência da instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil. De acordo com a autora, a criação da

CNV por uma ex-guerrilheira e vítima da ditadura ao chegar ao poder, possibilitou que “este acontecimento se produzisse e, em seguida, se desdobrasse em paráfrase [...], constituindo um *acontecimento discursivo*, fundador de novas discursividades” (p. 13). Ao mesmo tempo em que formula e teoriza a densa noção de *políticas de resgate da memória*, a autora analisa a produção de sentidos sobre os gestos do trabalho da CNV na mídia eletrônica televisiva, bem como as políticas de renomeação de espaços públicos (escola, rua, ponte) que traziam os nomes de ditadores/torturados e durante as manifestações são renomeados com nomes de torturados dos anos de chumbo da Ditadura Militar. Estas *políticas de resgate da memória* funcionam como um “gesto de resistência aos sentidos e silêncios que foram impostos sobre essas vítimas” (p. 26), porém, essas renomeações jogam para dentro da “dobradura da memória” nomes

¹ UFRGS, Univás, Unisul, UCPEL, Unicamp, UFSC, Unesp, UFF, UESB, UFPE.

que fazem retornar sentidos dos anos de chumbo, de modo se questiona se não poderiam vir a construir outra via do que a autora denomina “*política do esquecimento*” ou ainda uma “*desmemória*” (p. 25-26).

Com a temática dos acontecimentos trágicos da imigração na atualidade, Maria Onice Payer nos brinda com um excelente capítulo intitulado *Imigração à deriva e efeitos de extraposição discursiva* (p. 29-54), em que discute os discursos *sobre* a imigração, considerando as navegações, os naufrágios e os imigrantes à deriva no Mediterrâneo. Esses discursos sobre a imigração, fortemente em circulação por imagens e enunciados na mídia internacional, demandam por interpretação e, nesse segundo capítulo da obra, eles são analisados pela autora, que os coloca em relação com discursos sobre a emigração italiana para a América durante o período industrial republicano, em um batimento entre as semelhanças e as diferenças desses dois movimentos: o de uma sociedade industrial e o de uma era tecnológica e da informação. A questão de investigação do trabalho se centra na

“*extraposição* do imigrante em relação a lugares discursivos supostos no discurso *sobre* a imigração” (p. 30), ou seja, sobre o modo como as contradições constitutivas dos discursos sobre a imigração se inscrevem de forma “forçosa em relação a lugares discursivos pré-estabelecidos, que a eles se extrapõe (extrapola)” (p. 31). Pelas excelentes análises, Payer compreende que as relações constituídas entre as posições do discurso *sobre* a imigração passam – em meio a confrontos/integrações de elementos dos distintos universos – a constituir os discursos *dos* imigrantes, produzindo *para o* imigrante possíveis caminhos/sulcos de experiência com a linguagem, em um novo lugar.

O terceiro capítulo, de autoria das organizadoras da obra Giovanna Flores, Nádia Neckel e Solange Gallo, traz à cena uma necessária análise do enunciado “#VemPraRua”, que tem circulado nas manifestações dos últimos três anos seja nas ruas, seja nas redes sociais. Sob o título *Vem pra rua: sentidos em deslizamento na cena política brasileira* (p. 55-72), o objetivo desse trabalho é o de compreender o movimento do político da/

na linguagem, tendo como corpus 38 enunciados de cartazes e 8 imagens que circularam na mídia eletrônica, produzindo distintos sentidos nos protestos de 2013. As autoras propõem a denominação *autorreferentes* (imagéticos) na análise dos enunciados em relação ao funcionamento discursivo do enunciado “VEM PRA RUA. Vem (você que está aí) pra (cá) rua!”, determinado pelas condições de produção do político no digital, o que “faz coincidir o espaço privado com o espaço público” (p. 65). Tal enunciado “Vem pra rua”, segundo as autoras, produz um gesto político que materializa a própria contradição do sujeito no contemporâneo e se faz repetir nas manifestações de 2014, produzindo derivas de sentidos outros, tais como de “rua” a “arena”, a “palco”.

Na sequência, fechando esta primeira parte do livro, que conta com densas discussões teóricas e analíticas, temos o quarto capítulo, de Naiara Souza da Silva e Ercília Cazarin, intitulado *Demônio da Tasmânia: diferentes leituras dessa tatuagem* (p. 73-91). Propondo uma discussão sobre a questão dos sentidos da inscrição da tatuagem no corpo de sujeitos em situação de conflito com a

lei do Estado, as autoras propõem a tatuagem materializada no corpo como um texto e recortam como objeto de análise as diferentes leituras da tatuagem *demônio da tasmânia*, produzidas em uma *Cartilha de Orientação Policial – Tatuagens*, elaborada pela Polícia Militar do Estado da Bahia, a partir de uma entrevista oral com um sujeito tatuado. É interessante a forma como as autoras confrontam sentidos predeterminados por esse instrumento didático com as discursividades sobre alguns casos de abusos policiais em circulação por vídeos na rede de compartilhamentos, o *Youtube*. Uma grande contribuição do trabalho se centra na leitura das imagens predeterminadas pela Cartilha, que tem um funcionamento autoritário e não didático, retendo a polissemia e a maneira como essa leitura produzida pelas autoras é contraposta com sentidos produzidos na posição sujeito tatuado, em que sentidos da inscrição do personagem “Taz” no corpo estão em relação com “um Demônio de Tasmânia” e as “asas de anjo”.

A Parte II do livro, *Línguas e leituras*, é composta por quatro capítulos que se dedicam a discutir a noção de leitura

em diferentes perspectivas teóricas, e trazendo para a análise objetos que se relacionam com questões sobre o ensino de língua tanto na escola quanto na universidade. Em uma abordagem discursiva, Claudia Castellanos Pfeiffer nos apresenta com mais um imprescindível texto na área da História das Ideias Linguísticas, intitulado *Discursos sobre a língua escolarizada, leituras possíveis* (p. 95-108), em que analisa discursos sobre a língua escolarizada com o objetivo de compreender o processo de institucionalização da língua portuguesa no Brasil, produzindo um lugar de escuta social, conforme Pêcheux. Inscrevendo sua pesquisa em uma relação com outros trabalhos produzidos na área, como os de Marisa Vieira, Eduardo Guimarães, Eni Orlandi, Bethania Mariani, Lauro Baldini, Amanda Scherer, Verli Petri e outros, a autora problematiza as relações entre escrita/oralidade, escrever/ler, com a ideia de alfabetização e o modo como essas relações determinam a construção de evidências sobre o sujeito brasileiro, o sujeito escolarizado, o sujeito urbano. No que diz respeito aos sentidos produzidos em/sobre a língua portuguesa e a constituição do sujeito, Pfeiffer

atenta para o fato de que é preciso se trabalhar “com o ensino de um lugar onde a técnica não sobredetermine os gestos de interpretação, as leituras possíveis, lidando assim com a ordem do político” (p. 106) dos dizeres no espaço escolar.

Na esteira dos trabalhos sobre leitura no espaço escolar, mas também em espaços outros, Maria José Coracini escreve ao se inscrever no capítulo intitulado *Leitura ou interpretação: pulsão escópica e gesto de violência* (p. 109-125), desenvolvido nas perspectivas teóricas de Michel Foucault e Jacques Derrida. Com uma fluidez teórica, a autora retoma a noção de leitura enquanto interpretação ou compreensão, discutida em suas obras anteriores, e as atualiza em relação à noção de leitura como um gesto, um corte, uma violação (necessária) da tessitura do texto para que o leitor se inscreva produzindo sentidos outros. Na análise do filme *Hanna Arendt* e também das ideias dessa filósofa alemã concernentes à discussão, Coracini mobiliza noções de leitura a partir de resultados de suas pesquisas publicadas em duas de suas obras organizadas e re-

editadas pela autora: *O Jogo Discursivo na Aula de Leitura e Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático*. Numa dentre tantas contribuições, em um gesto de leitura sobre a noção de pulsão na perspectiva lacaniana, Coracini coloca que “ler como compreender ou interpretar apela sempre para o desejo”, bem como cada gesto de leitura ou interpretação deixa uma cicatriz, marcas impressas que apontam para experiências, vidas do texto (p. 118).

Os dois capítulos seguintes, que fecham essa segunda parte, trazem a discussão do tema do plágio e da autoria na escrita de leitura acadêmica. Este é um tema contemporâneo que desconforta pesquisadores, seja na posição de quem produz um trabalho acadêmico, seja na de quem orienta e compartilha de uma responsabilidade ética e política de interpretar, segundo Pêcheux. No sétimo capítulo da obra, Sandro Braga é o autor de *O sujeito submetido à língua escrita sob o viés dos gêneros acadêmicos: é possível ser autor da posição-sujeito aluno-universitário?* (p. 127-154), em que adentra com propriedade na investigação das formas como o sujeito na posição aluno-universitário produz sentidos para a leitura e a escrita

no âmbito no letramento acadêmico, mobilizando noções de texto e de autoria em relação às (im)possibilidades do sujeito se inscrever nessa produção do conhecimento científico na Universidade. Na discussão proposta por Braga, são problematizadas questões contemporâneas, como o batimento entre o medo de plagiar e o medo de não ter nada a dizer no texto científico ou, dito de outro modo, é colocada em cena a “contradição que consiste na necessidade de se colocar no texto para dizer e, ao mesmo tempo, se afastar para poder dizer” (p. 127).

Com o capítulo intitulado *A ‘morte do autor’, a leitura de outrem e a construção autoral* (p. 155-173), Maria Marta Furlanetto fecha essa segunda parte com uma discussão sobre a autoria, que implica uma tríade: a leitura, a escrita e a “pontuação”. Já na abertura de seu texto, Furlanetto nos brinda com a epígrafe de Roland Barthes, a qual reproduzimos desta resenha. É pela noção de leitura para Barthes, passando também por noções de Shopenhauer e De Certeau, que a autora nos conduz por trajetos teóricos em uma discussão e análise sobre a questão do plágio a partir de Orlandi, que trata

de cópia, plágio e meio plágio como mecanismo de “apagamento da autoria” em relação com a noção de heterogeneidade discursiva. Ao final desta parte, nossa leitura já marcada pelos movimentos de “levantar a cabeça” – passamos a levantar a cabeça produzindo sentidos outros sobre esse próprio gesto na/de leitura.

Abrindo a Parte III do livro, *Imagem e Mídia*, com seu artigo *Paráfrase da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco* (p. 177-189), Suzy Lagazzi analisa fotogramas que nomeia como “Cenas de um social dividido”, presenteando-nos, destarte, com a retomada do procedimento parafrástico, com destaque para a exploração do primado da descrição. Trabalhando com o objeto em termos de composição textual, a proposta é tratar a imagem, sob uma perspectiva discursiva, observando a remissão constitutiva do intradiscorso ao interdiscorso, à memória do dizer, dando a ver o jogo parafrástico constitutivo da linguagem (neste caso, de toda forma de linguagem). Isto requer que se aborde a materialidade imagética/visual partindo do princípio de sua deslinearização, levando-se em conta que ela se constitui em/de um funcionamento que não é organizado por meio de uma sequência linear de elementos

em relação. É assim que a autora nos oferece mais uma grande contribuição, ao cunhar a noção de *cena prototípica* que tende a auxiliar o analista do discurso em sua tarefa de buscar compreender o trabalho da equivocidade da composição do visual – um trabalho de compreensão muito caro à Lagazzi, o qual tem perpassado inúmeras de suas produções. Por fim, trata-se de um artigo que brinda o leitor com mais uma bela reflexão sobre a análise do imagético, para juntar-se a tantas outras que têm sido referência indispensável nos estudos discursivos sobre a imagem em seus trajetos de memória.

O artigo *Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na WEB* (p. 191-211), assinado por Maria do Rosário Gregolin, mobiliza os estudos sobre o corpo na obra de Michel Foucault, a fim de discutir, com extraordinária acuidade, as relações entre discurso, imagens e mídia. Lançando mão do conceito de *heterotopia*, o texto destaca a elaboração do filósofo francês em sua consideração da modernidade como marcada por espaços ambíguos, nos quais convivem distintos objetos e temporalidades. A autora propõe, de maneira arguta e assaz proeminente, tratar a WEB, nos lugares contraditórios inaugurados pela mídia

digital, como a heterotopia por excelência do século XXI. Desse modo, convida o leitor a deleitar-se em sua proposta de pensar sobre e promover discussões acerca do corpo na contemporaneidade, como “forma simbólica de produção de subjetividades e discursividades”, enquanto “materialidade significativa produzida historicamente” (p. 191). Para sustentar os pressupostos teóricos em questão, Gregolin proporciona ao leitor o estabelecimento de contato com análises demasiado finas e perspicazes, as quais têm como objeto imagens postadas em blogues e redes sociais. Assim sendo, estamos diante de um trabalho singular, cuja leitura conduz a importantes reflexões. Mais uma obra que se anuncia como importante referência para pesquisadores que se inclinam a pensar o estatuto do corpo, relacionando discurso, imagens e mídia.

Silmara Dela Silva, em *(Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre os sujeitos na língua* (p. 213-232), apresenta uma obra que se entrelaça de maneira consequente como fio indispensável à textura constituída no livro. A pesquisadora revisita o conceito de acontecimento discursivo - que se define como o encontro entre memória e atualidade -, a fim de

trabalhar sua noção de acontecimento jornalístico e, assim, poder pensá-lo como prática discursiva. Para tal, analisa dizeres da mídia sobre sujeito, em revistas autodenominadas como veículos de informação. Uma análise densamente fundamentada, cujo interesse se organiza em torno da labuta de continuar refletindo, como a autora tem feito em seus trabalhos mais recentes, sobre a sustentação da produção de discursos jornalísticos como construídos mais do que meramente por fatos. Afinal, esta construção do discurso como realidade e/ou a sustentação de qualquer possibilidade de imparcialidade/isenção não passa de um esforço na produção de evidências de sentido que se podem estabilizar como verdades, pela denegação da assunção de posições discursivas ideologicamente determinadas. Tal sustentação, de acordo com a autora, deve ser pensada como gesto de interpretação, o que reserva para a teoria do discurso e seu aparato metodológico, cuidadosamente mobilizados neste suntuoso trabalho de Dela Silva, um lugar imprescindível em análises sobre o discurso jornalístico.

Materialidades da ansiedade: corpo e retorno a si em filmes de fadas (p. 233-257), de Nilton Milanez, é mais um daque-

les textos que nos despertam para algo novo e instigante. O que se nos coloca sob a apreciação é uma análise precisa sobre o tema da ansiedade, uma questão atual que merece cada vez mais reflexões. Adota-se como *corpus* desta pesquisa obras cinematográficas que se inscrevem no universo dos contos de fadas. Quanto ao tratamento conferido à materialidade submetida à análise, chama a atenção a autenticidade no modo como o autor observa aquilo que considera como regularidades audiovisuais que materializam ansiedades do sujeito. Tem-se, portanto, para além de uma reflexão importante sobre um tema contemporâneo, um avanço nos domínios da análise de diferentes materialidades postas em relação na composição de um objeto. Desse modo, pode-se dizer do artigo de Milanez que ele dá conta, com firmeza e fineza, da incumbência de demonstrar o modo como o que se marca, nas materialidades, como (des)ordem e des(controle), está sujeito a deslocar sentidos, conduzindo o processo de ansiedade do lugar de perda do controle pelo sujeito, em direção ao reencontro desse sujeito consigo mesmo.

A Parte IV, *Cultura e conhecimento*, traz como texto de abertura o artigo *Entre o sujeito usuário e o sujeito do conhecimento:*

contradições e atravessamentos no discurso da escrita dos AVAs (p. 261-278), de Evandra Grigoletto. Apresentando uma proposta de análise que nos prende em suas teias de formulação, a autora dá prosseguimento a reflexões anteriores, para conferir destaque às mudanças promovidas, a partir da Internet, nos processos de produção de conhecimento. Tendo isto em vista, toma como objeto de análise o discurso produzido por alunos em ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs). O objetivo é, pois, investigar aspectos inerentes à representação da escrita que constitui o sujeito, atentando para a relação entre o que Grigoletto denomina como “sujeito usuário” e “sujeito do conhecimento”, além de como se constrói, em tal relação – por meio da tecnologia – a inclusão/exclusão desse sujeito. Isto culmina por dar a ver a operação de deslocamentos, os quais trazem à baila novos sentidos, que emergem a partir do confronto estabelecido pelas relações de força entre discursos inscritos em diferentes posições. Contemplamos, assim, no fluxo da proposta da autora, mais uma empreitada que certamente se constituirá como referência, tendo como ponto forte uma discussão potente, abalizada na relação entre discurso, sujeito e sentido na Internet.

Em seguida ao artigo de Grigoletto, uma obra pujante: *A tecnologia como condição de produção do conhecimento na sociedade contemporânea: redes, memória e circulação* (p. 279-291), brilhantemente assinada por Cristiane Dias. A autora, de antemão, lança perguntas que estimulam seus movimentos de incursão pelas linhas de um texto que inter-relaciona teoria e prática, enquanto indissociáveis, de uma forma peculiarmente certa: o que determina a produção de conhecimentos e a constituição de sujeitos em uma *sociedade das tecnologias digitais?*; que conhecimento é esse organizado em redes cujo acesso é a conectividade?; que efeitos este modo de organização produz no próprio sentido do conhecimento? O que se nos apresenta a seguir é uma reflexão profundamente motivadora, como de praxe nos trabalhos da pesquisadora. De tal modo, constrói-se um empreendimento exemplar, que leva o leitor a compreender como o sentido de conhecimento produzido pelo movimento da circulação tende a promover o apagamento dos movimentos de constituição e formulação, seguindo as trilhas indicadas pela agudeza analítica de Cristiane Dias.

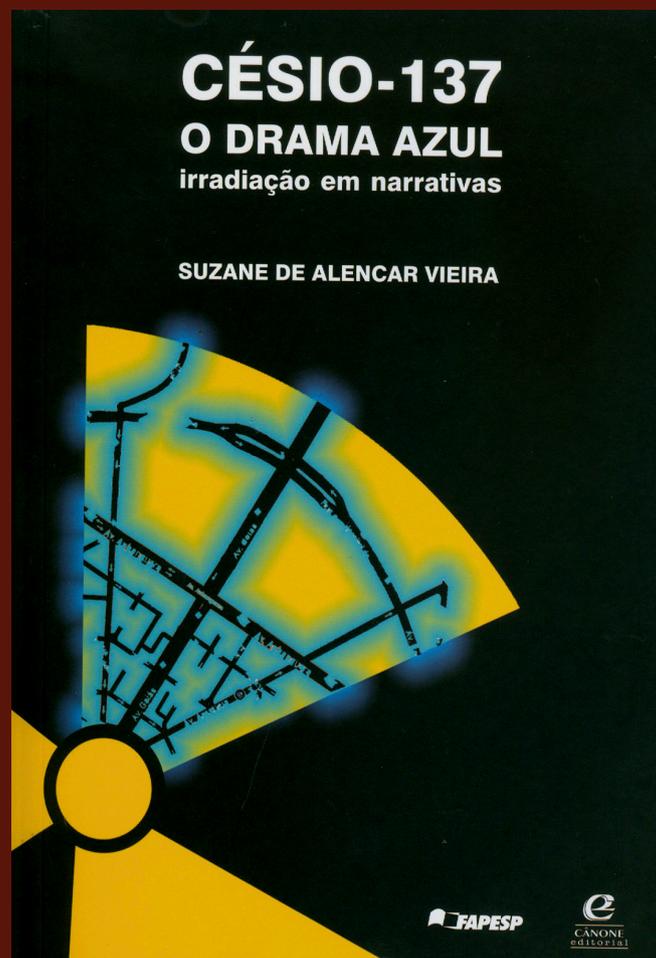
Por fim, Silvânia Sieberr lança seu artigo

intitulado *Transfiguração: o movimento dos sentidos entre a escrita e a imagem* (p. 293-305), em que problematiza, trazendo uma reflexão ímpar, as noções de tradução e transferência, tomadas como procedimento analítico para leitura e interpretação de obras adaptadas. Para isso, submete à análise aquilo que aborda enquanto produção enunciativa do sujeito adaptador, isto é, o sujeito que produz uma versão audiovisual adaptada a partir de uma obra fonte. Dessa maneira, parte da noção de incorporação, proposta pelo filósofo francês Michel Pêcheux, precursor da Análise do Discurso, para oferecer sua contribuição aos estudos do discurso a partir da noção de transfiguração (de um texto fonte para sua versão audiovisual adaptada). O diferencial trazido por esta noção está no fato de marcar o movimento entre a escrita e a imagem, apresentando uma terminologia que assinala uma indispensável mudança de materialidade e de discurso. Desse modo, a autora encerra com chave de ouro a obra *Análise de Discurso em rede: cultura e mídia*, que tem tudo para se consolidar como referencial imperioso a estudos que abordam como objeto discurso, sujeito, sentido e(m) rede.

Dos “tempos do Césio”: memória coletiva de um evento crítico

*Of the “Caesium times”: the collective
memory of a critical event*

Marcio da Silva Queiroz*
marcio.queiroz@usp.br



Referência da obra
resenhada:

VIEIRA, Suzane de
Alencar. *Césio-137,
o drama azul:
irradiação em
narrativas*. Goiânia:
Cânone Editorial,
2014. 194p.

*Possui graduação em
Gestão de Políticas Públi-
cas (2013) e em Engenha-
ria Ambiental (2008) pela
Universidade de São Paulo
(USP). Atualmente ocupa o
cargo de Especialista Ambien-
tal II no Governo do
Estado de São Paulo, lota-
do na Secretaria de Saneam-
ento e Recursos Hídricos
(SSRH).

Uma narrativa sobre narrativas. Em *Césio-137, o drama azul: irradiação em narrativas*, a antropóloga Suzane de Alencar Vieira apresenta sua etnografia sobre o evento radiológico ambientado na capital goiana, cujo início data de 1987 e se prolonga até a atualidade por meio de um drama. Fruto de sua dissertação de mestrado, a obra analisa a dinâmica conformada por narrativas de ampla circulação, presentes em livros, filmes, textos acadêmicos, trabalhos de artistas plásticos, fotografias e em relatos das vítimas coletados pela autora.

Marco inicial recorrente nas narrativas analisadas, a retirada da cápsula de Césio-137 de uma edificação abandonada, na qual funcionara o Instituto Goiano de Radiologia (IGR), se desdobra em uma trama que envolve diversos personagens, substâncias e instituições. Entretanto, na descrição do evento que abre o livro, a autora opta por iniciar a narrativa de outro ponto: o acordo celebrado para que instituto utilizasse o terreno, cujo conflituoso rompimento posterior possibilitaria a ocorrência do drama.

Essa opção elucidada não somente as

variações possíveis na construção das narrativas sobre o caso, mas destaca o próprio trabalho etnográfico enquanto uma composição narrativa, se inserindo em um circuito fundamentado por um drama. Referenciada no modelo do drama social apresentado pelo antropólogo britânico Victor Turner (1974), Suzane Vieira identifica o drama como uma forma e uma temporalidade específica, não se constituindo enquanto conceito, nem se circunscrevendo ao núcleo de ação primordial do evento.

Envolvendo a contaminação por radioisótopos e suas consequências que se prolongam no tempo, as características do caso permitem compreender a relação constituinte entre evento, drama e narrativas, para além das metáforas sobre a perenidade da radioatividade e as transformações oriundas do contágio.

O drama é central na dinâmica do evento radiológico estendendo-lhes os limites, modulando sua intensidade e atualizando-o a cada nova narrativa. O modelo vai sendo composto pelas narrativas e, na medida em que vai se consolidando, oferece os contornos e paradigmas para novas narrativas. O modelo dramático e as

narrativas criam-se mutuamente (VIEIRA, 2014, p. 36).

Após descrever o evento e introduzir as condições nas quais realizou a pesquisa, a autora divide o livro em quatro capítulos, sendo o primeiro deles dedicado a uma discussão de caráter teórico. Para tanto, percorre as variadas denominações relacionadas ao caso, como acidente, catástrofe, desastre, encontrando no conceito de evento crítico uma referência para sua compreensão. Enunciado pela antropóloga indiana Veena Das (1995), o conceito envolve a ruptura provocada pela situação traumática e sua assimilação ao cotidiano das pessoas que a vivenciaram, sendo abordado a partir da perspectiva desses sujeitos.

Analisando as disputas colocadas em torno da categoria vítima, no Capítulo 2, Suzane Vieira expõe como os critérios para sua definição não são unânimes e que, mesmo considerando somente a contagem oficial, o número de vítimas continuou a crescer ao longo dos anos. Se a princípio essa categoria poderia ser restrita aos que apresentaram determinados níveis de radiação logo após a constatação da

abertura da cápsula, posteriormente vários outros agentes passaram a reivindicar sua inserção neste rol, como policiais militares, bombeiros e servidores da Vigilância Sanitária, os quais participaram dos trabalhos de contenção, descontaminação e assistência aos primeiros radioacidentados.

No processo de contestação das definições técnico-científicas e burocráticas, a elucidação do caráter político da categoria vítima guarda estreita relação com a circulação de narrativas, sobretudo as testemunhais. “Os relatos sobre a dor e sobre a experiência traumática agenciados nas narrativas dramáticas conectam as pessoas afetadas e não reconhecidas oficialmente na trama do evento” (VIEIRA, 2014, p. 88).

É possível traçar um paralelo com a noção de memórias subterrâneas presente em Pollak (1989), na medida em que as novas vítimas se contrapõem a um discurso oficial que lhes nega pertencimento à categoria. Todavia, a análise da etnografia não nos permite concluir que as condições político-ideológicas tenham se alterado abruptamente e propiciado a emergência dessas memórias sufocadas, sinalizando

uma gradual inserção dessas vítimas por meio das narrativas.

A circulação de narrativas verificada não se limita aos que se identificam como vítimas do Césio-137, agregando também outros sujeitos ao drama. Assim, apresenta-se no terceiro capítulo uma abordagem baseada na noção de comunidade de sofrimento, para qual a autora busca inspiração na comunidade de aflição do povo Ndembu, relatada por Turner (1972).

Dada a conformação narrativa dessa comunidade de sofrimento, juntando ao drama pesquisadores, jornalistas e artistas que produziram narrativas sobre o caso, faz-se possível sua compreensão a partir dos mecanismos de construção e reconstrução de uma memória coletiva. Dessa forma, destaca-se o papel desempenhado por símbolos identificados por Suzane Vieira, como o radioisótopo Césio-137 e a menina Leide das Neves.

Considerando o conceito de lugar de memória, entendido por Pierre Nora (1997) como “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do

tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (apud GONÇALVES, 2012, p. 34), podemos identificar, na dinâmica dramática descrita pela autora, elementos relacionados a este processo de conversão.

Diagnosticada com contaminação interna aguda e uma das primeiras vítimas fatais do acidente, a menina Leide das Neves é tornada mártir, simbolizando “a relação entre o perigo da energia nuclear e a ingenuidade com que as pessoas o acolheram. O mesmo elemento usado em armas atômicas é inocentemente manipulado por uma menina comum” (VIEIRA, 2014, p. 131). Além de seu túmulo ser ponto de peregrinação, organismos estatais voltados ao atendimento às vítimas e à pesquisa sobre os efeitos da radioatividade foram nomeados em sua referência, como a Fundação Leide das Neves Ferreira (Funleide).

De substância utilizada em equipamentos radioterápicos, o Césio-137 passa não somente a nomear o evento, tornando-se uma referência identitária para as vítimas, ainda que compreendida como um estigma em alguns

casos. Adicionalmente, Suzane Vieira observa o uso recorrente da expressão “tempos do Césio” nas narrativas, analisando no Capítulo 4 como o evento em sua conformação dramática instaura uma temporalidade distinta.

A permanência da radioatividade dos rejeitos gerados e a ininterrupta vigília frente ao aparecimento de doenças que possam ter relação com a exposição à radiação contribuem para a configuração da temporalidade dramática veiculada pelas narrativas. Para a autora, essa temporalidade atualizaria o evento, ligando os acontecimentos de 1987 ao tempo presente. “O drama é concebido como um “tempo outro” que permeia o tempo cotidiano e atravessa o passado, o presente e o futuro” (VIEIRA, 2014, p. 177).

Se a maior parte das narrativas abordadas no texto pode ser considerada como oriunda de fontes secundárias, Suzane Vieira não se furta a analisar a experiência da realização de entrevistas. Inicialmente justificadas pela tentativa de traçar uma genealogia do grupo familiar que perfaz o núcleo basilar do evento, o escopo das entrevistas se ampliou no decorrer da pesquisa.

Os relatos obtidos exemplificam as formas pelas quais as vítimas articulam sua experiência pessoal, a história de suas famílias e o evento crítico. Ao compará-los, a autora identifica modos distintos de relacionar essas dimensões. De um lado, o relato bem concatenado de Odesson Ferreira, membro da família mais atingida pela contaminação e então presidente da Associação de Vítimas do Césio-137, situando o evento, descrito de forma meticulosa, em uma posição culminante na trajetória familiar. De outra parte, a fragmentação da fala de Sueli Silva, entendida como um sinal da dificuldade de organizar a experiência dolorosa do evento, abordado pela entrevistada com um dos diversos infortúnios que vivera.

Diferentemente da constatação de Pollak (1989) a partir de seu estudo junto a mulheres que foram prisioneiras em Auschwitz-Birkenau, não é possível relacionar as dificuldades do relato de Sueli com ausência de engajamento político, uma vez que esta era secretária associação de vítimas à época da entrevista, sendo responsável pela guarda de toda a documenta-

ção da entidade. Para Suzane Vieira, a diferença entre os relatos residiria no fato de Odesson ter se tornado uma das personagens da forma canônica das narrativas, permitindo referenciar sua experiência pessoal em um enredo de ampla circulação.

No prefácio da obra, Maria Suely Kofes apresenta uma indagação acerca da comunidade de sofrimento associada ao evento radiológico. “Cabe então nos perguntar: nos incorporamos

a esta ‘comunidade de sofrimento’ – alargada narrativamente –, ao ler este livro?” (KOFES, 2014, p. 15). A resposta à questão parece ser afirmativa, na medida em que a composição desta resenha representa uma repercussão dos afetos mobilizados pela leitura do texto. Aqueles que se interessam pelos processos de construção de memórias coletivas podem encontrar no livro uma fonte irradiadora de reflexões, se juntando, talvez, a essa comunidade narrativa.

Referências

- DAS, V. *Critical Events: an anthropological perspective on contemporary India*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- GONÇALVES, J. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, 2012.
- KOFES, M.S. Prefácio. In: VIEIRA, Suzane de Alencar. *Césio-137, o drama azul: irradiação em narrativas*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2014. 194p.
- NORA, P. (dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v. 1-3.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- TURNER, V. *Schism and Continuity in an African Society: A study of a Ndembu village life*. Manchester: University Press, 1972 [1957].
- _____. *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1974.

Laura Candian Fraccaro

lauracfraccaro@gmail.com

Mestre (2010) e doutoranda em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas, com graduação (2009) em História pela mesma universidade.

O acervo do Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas

The collection of São Paulo's Court of Justice, Campinas County

Resumo

O presente texto tem como objetivo fazer uma análise histórica da constituição do fundo do Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas, que se encontra sob guarda do Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (CMU). O referido acervo contém por volta de 50 mil documentos, entre processos judiciais e testamentos e quase duas centenas de livros de registros de assuntos diversos. O reconhecimento da importância de acervos judiciais, como o descrito aqui, está fortemente entrelaçado com os movimentos da história e da historiografia. Nessa breve análise, pretendo demonstrar como o surgimento de novos protagonistas na história fomentou a necessidade de guarda e preservação de documentos, principalmente, os judiciais.

Palavras-chave: Tribunal de Justiça; Processo; Historiografia; História vista de baixo.

Abstract

This paper aims to make a historical analysis about the Court of São Paulo Fund, Campinas County, which is under custody of Centro de Memória – Unicamp (CMU). This collection contains about 50 thousands of documents, including lawsuits and wills, and almost two hundred books of various subjects records. The recognition of the judicial collections' importance, as described here, is strongly intertwined with the movements of history and historiography. In this brief review, I intend to show how the emergence of new players in the history fostered the need for storage and preservation of documents, especially the judicial ones.

Keywords: Court of justice; Process; Historiography; History from below.

Não me recordo da primeira vez que entrei no Centro de Memória – Unicamp (CMU), pois foram tantas as visitas que a memória não pôde escolher guardar um dia em particular. Depois de mais de uma década consultando seu acervo, ainda me encontro fasci-

nada com as descobertas feitas cotidianamente no fundo do Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas.

Com mais de 50 mil processos judiciais, o fundo, chamado pelos pesquisadores de TJC, permite uma infinidade de pesquisas para todo o tipo de pesquisador (historiadores locais, estudantes secundaristas, pós-graduandos e curiosos). Além de processos judiciais – criminais, cíveis e comerciais – há livros de registros, testamentos, censo estatístico de órfãos pobres, alguns mapas de fazendas e uma infinidade de outras fontes sobre a cidade de Campinas. Esses registros iniciam-se no final do século XVIII e se estendem até o começo da segunda metade do século XX. Disponíveis quase em sua totalidade para consulta, os processos judiciais foram catalogados e devidamente colocados em um sistema de busca que possibilita a procura através do nome dos envolvidos, o tipo e o ano do processo.

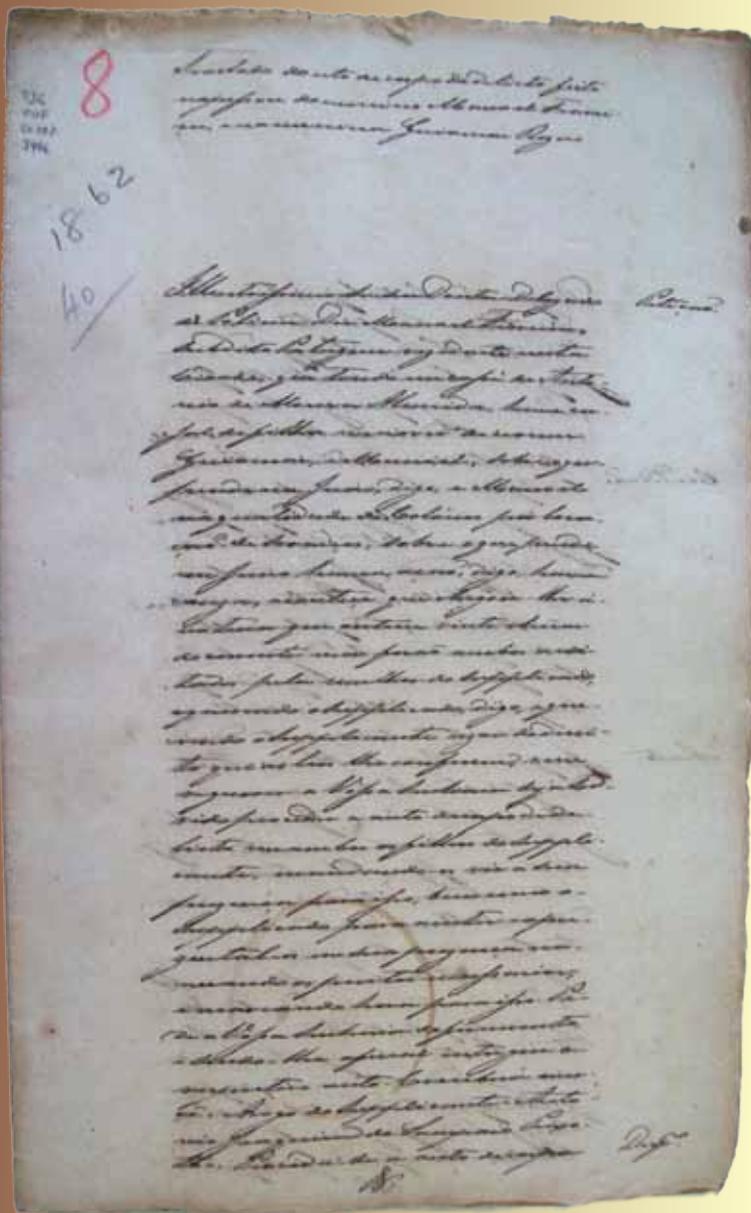


Imagem 1 – Pedido de Justificação feito por Salvador Lopes (1807).

Fonte: CMU, TJSP, Comarca de Campinas, Ofício n.1, Processo n. 9614.

A criação do acervo do Tribunal de Justiça pelo CMU, que se concretizou no fim da década de 1980, fazia parte de um movimento maior, internacional, de mudança de paradigmas e de objetos da História, que afetaria diretamente a guarda e a preservação de documentos¹. Uma infinidade de novos sujeitos – mulheres, negros, pobres, doentes, órfãos – emergia nas pesquisas históricas, tornando os arquivos judiciais impreteríveis ao ofício do historiador. Um dos idealizadores e realizadores da constituição do acervo do Tribunal de Justiça, o professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp), José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000), meia década depois da fundação do CMU, iniciava uma ampla pesquisa sobre a cidade de Campinas e seus sujeitos históricos.

E foi assim que procuramos surpreender os momentos desse movimento sequencial em que se processa a transfiguração da cidade. Acompanhamos personagens e atores, nomeados uns tantos, anônimos muitos, uma multidão na verdade, Uns e outros representam seus papéis num espaço, este, sim, o protagonista principal

¹ Para uma apreciação mais densa sobre essa mudança, ver Chalhoub (2005).

de nossa aventura, a cidade, a cidade de Campinas (LAPA, 2008a, p. 12).

A necessidade de remarcar o “protagonismo principal” da cidade de Campinas, em meio a tantos personagens “nomeados” e “anônimos”, só nos assegura a ideia de que a transformação pela qual a cidade passara séculos antes envolvia uma multidão de sujeitos. Esses sujeitos se multiplicariam noutro livro de Lapa, *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*.

Neste estudo, procuramos seguir uma terceira via de abordagem: nem os trabalhadores (operariado) inseridos no sistema de produção ligado à grande lavoura de exportação e ao mercado de trabalho dela decorrente, portanto a força de trabalho organizada, nem os do lumpemproletariado, a marginalidade da qual, entretanto, não foram de todo excluídos, pois vagam também pelo universo que procuramos desvendar. Esse universo, no entanto, é povoado por legiões de desgraçados, excluídos diríamos hoje, que, se não estão inseridos na economia formal e muitas vezes até na informal, não caíram também no submundo (LAPA, 2008b, p. 18).

Essa profusão de sujeitos anônimos, por muitos séculos desprezados pelos

estudos históricos, raramente deixava registros feitos por suas próprias mãos, como diários ou cartas. Os processos judiciais e testamentos, ambos presentes no acervo, permitem que o historiador entre em contato com a realidade vivida por esses sujeitos e suas impressões sobre diversos temas. Acontecimentos do cotidiano como brigas em bares, bate-bocas entre vizinhos, entre mestres e aprendizes e homicídios, por exemplo, são recorrentes nos registros do acervo do Tribunal de Justiça. A riqueza desses processos já foi muitas vezes assinalada pelos historiadores, sem, no entanto, se absterem de fazer crítica à fonte:

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” – apesar de como foi indicado, isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos

ou interpretações cujos significados cabem desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações sociais que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas (CHALHOUB, 2001, p. 40).

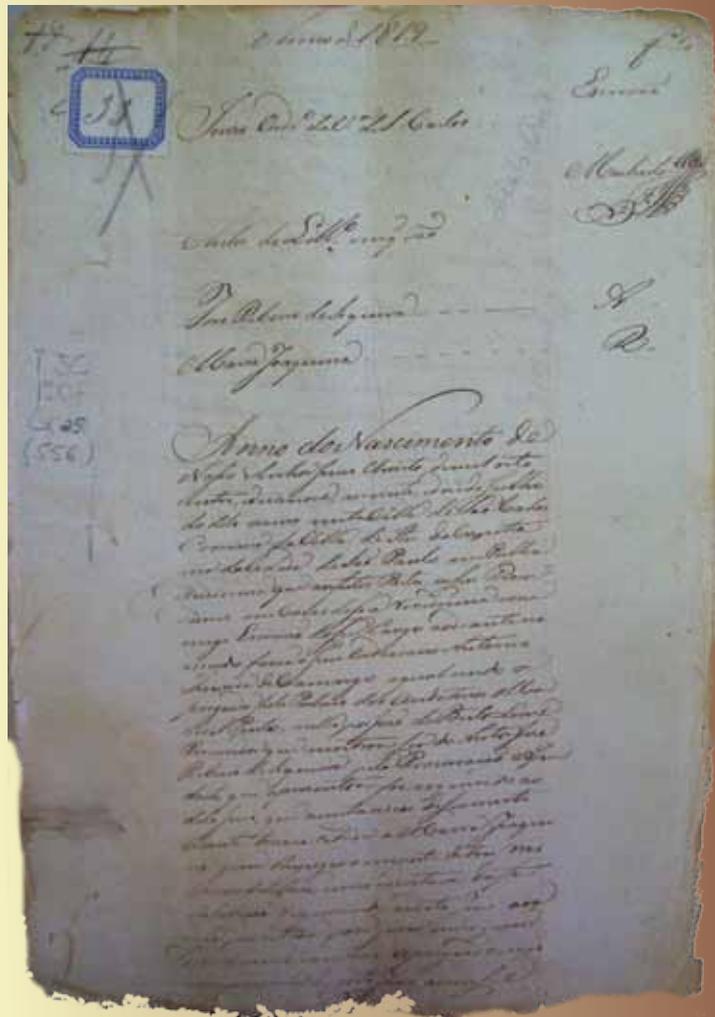


Imagem 2 - Depoimento da testemunha João Manuel de Campos no processo de Força movido por Coronel Gavião contra José Ribeiro (1800).

Fonte: CMU, TJSP, Comarca de Campinas, Ofício n.1, Processo n. 9562.

Detenho-me, aqui, a fazer uma breve descrição de algumas tipologias de processos e suas possíveis aplicações.

Dentre os processos que tratam de interações do cotidiano, destaco os de *Justificação*, que são processos, em geral, muito ricos em detalhes sobre os envolvidos e suas relações sociais. A justificação constitui-se em uma petição feita por um indivíduo, ou um grupo de pessoas, que apresenta um acontecimento por meio de argumentos, justificativas, com o objetivo de se “provar uma verdade”². Entrega-se ao juiz uma petição na qual se explica o que se pede, a razão do pedido e uma sugestão para solucionar o entrave ou uma punição. Apresento duas dessas ações para tornar mais clara a sua definição.

No ano de 1807, Salvador faz um requerimento afirmando que havia trocado seu cavalo por outro e, chegando à Vila de Campinas com sua aquisição, o Padre Vigário tomou-lhe o quadrúpede, dizendo que o animal pertencia-lhe, mas havia sido furtado. Salvador foi à justiça pedindo que se provasse que o cavalo era de fato do dito Padre e que, se não fosse possível a comprovação, ele deveria receber o

cavalo de volta³. No ano de 1823, moradores do bairro da Santa Cruz afirmavam que Francisca de Paula era “mulher prostituta e meretriz, de vida depravada, e língua sanguinolenta, [que] sem ter casa própria naquele bairro, persegu[ia] os suplicantes” e, se sua conduta fosse provada, ela deveria sair do bairro, conforme uma lei do reino de Portugal⁴. As testemunhas pouco disseram sobre a vida pessoal da acusada, mas repetidamente afirmaram que era uma ladra contumaz das criações de seus vizinhos⁵. As duas ações, brevemente apresentadas, trazem requerimentos de indivíduos que gostariam de resolver uma situação de uma forma mais simples e rápida. São acontecimentos do cotidiano que não se transformaram em longos processos ou que não envolviam uma quebra aguda das leis, mas discordâncias sobre acontecimentos.

As ações de Justificação oferecem aos pesquisadores um mundo de demandas, conflitos e visões sobre trabalho, saúde, honra, propriedade e uma

2 No Dicionário Bluteau (1728, p. 179), define-se justificação como “Exibição, ou produção dos títulos, ou testemunhas, em ordem a provar uma verdade”.

3 Centro de Memória - Universidade Estadual de Campinas, Acervo do Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas, Processo n. 9614, Ofício n.1.

4 CMU, TJSP, Comarca de Campinas, Processo n. 804, Ofício n.1.

5 Para uma análise mais detalhada sobre esse processo, ver Fraccaro (2012).

gama variadíssima de temas que a sua nomenclatura não deixa mostrar. A maneira como foram classificadas pelo próprio sistema judicial – chamadas de *Justificação* – acaba por esconder fontes ricas que não devem passar despercebidas pelos pesquisadores. Assim como as ações de Justificação, os Libelos Cíveis tratam de diversas disputas travadas entre os habitantes de Campinas. Ambas as tipologias são plurais e seus nomes pouco revelam o conteúdo fértil. Olhando mais detalhadamente, há disputas sobre terras, posses, gados e também de famílias sobre a partilha de seus inventários.

Em minha pesquisa de doutoramento, *Estratégias de pequenos agricultores livres de cor perante a expansão dos engenhos de açúcar em Campinas: 1779-1836*⁶, utilizo diversos tipos de processos judiciais do acervo do Tribunal de Justiça. A metodologia por mim adotada é a de cruzamento nominativo de fontes, cuja proposta, nesta pesquisa, é seguir, ao longo dos anos e em todo tipo de documentação, os produtores de

alimentos para que se possa analisar as estratégias traçadas em momentos diferentes da expansão da produção de açúcar e as possibilidades de manutenção da terra⁷. Utilizo, portanto, o banco de dados do acervo que oferece a busca por nomes dos envolvidos sem precisar limitar a busca pelo tipo da ação, acessando, assim, todo tipo de processo que uma pessoa possa ter sido uma das partes (autor, acusado, suplicante, suplicado, réu).

De forma geral, analiso os processos relativos à disputa de terras e, a partir de nova busca no banco de dados com os nomes dos envolvidos, encontro outros processos para saber quem eram e que fim levaram depois da disputa inicial. Poderia ter escolhido analisar sistematicamente apenas os processos sobre terras, porém acredito que o uso circunscrito de fontes pode ocultar possíveis relações que os indivíduos construíram ao longo da vida. Ao seguir os sujeitos em outras documentações e ao longo de toda a sua vida, desde a paróquia na qual foram batizados por seus pais e padrinhos até seus inventários, pode-se re-

6 Pesquisa desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Robert W. A. Slenes, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp), na linha História Social da Cultura, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

7 Cf. Macfarlane (1977).

cuperar toda uma rede de conhecidos que são acionados em uma situação de necessidade, perigo, celebração, amizade...

Se me detivesse apenas nos processos que tratam de disputa sobre uma propriedade, chamados de processos de Força Velha ou Nova, não teria notado uma rede de posseiros e pequenos agricultores que engenhosamente invadiram a sesmaria do Coronel Joaquim José da Costa Gavião. Em pouco mais de dois anos, o sesmeiro moveu dez processos tentando retirar os invasores de sua terra⁸. Ao buscar detalhes, dentro dos próprios processos e em outros registros, sobre os agricultores que invadiram a sesmaria de Gavião, foi possível descobrir que a maioria começou a roçar no mesmo mês e ano: agosto de 1799. Todos decidiram começar a roça plantando milho. A entrada orquestrada na sesmaria, a seleção do cultivo e o trabalho em grupo adquirem significados mais profundos do que se vistos caso a caso. Esses homens e mulheres não vagavam a esmo, procurando qualquer terra para iniciar sua roça. Pelo contrário, havia

planejamento, que só pode ser percebido pela pesquisa quando os processos foram analisados em conjunto e cruzados com outros registros.

A escolha de iniciar a roça com milho em uma posse vulnerável, que podia ser terminada por vias judiciais, pode ser explicada pelos usos do vegetal e seu tempo de colheita. Milho é conhecido como um grão de múltiplas funções, sendo essencial para a estratégia desses posseiros. Além de alimentar pessoas, pode servir a animais e, ainda, pode ser colhido num prazo de três meses. Para aqueles que pretendiam entrar no mercado local, o milho era uma forma segura de fazer esse investimento, pois, se o preço caísse muito, a colheita poderia servir ainda para alimentação do grupo familiar e engorda de animais, o que era impossível com a cana, por exemplo. A colheita rápida renderia ainda frutos, mesmo que houvesse uma expulsão desses agricultores.

Não é possível, no entanto, dizer, sem dúvida, que adentraram todos juntos e de forma articulada nas terras de Gavião, mas os registros indicam que eles sabiam quão difícil seria começar

⁸ CMU, TJSP, Campinas, Ofício n. 1, Processos n. 9546, 9562, 9557, 9544, 019, 021, 9567, 9543, 9564, 029, 030.

uma roça sozinhos. De acordo com as testemunhas, esses posseiros contaram com ajuda de camaradas, filhos e genros para desmatar e iniciar a sua roça. Movimentar-se junto à família ou outro grupo parece ter sido vital a esses pequenos agricultores.

Alguns desses posseiros deixaram outros registros que sobreviveram até os dias de hoje, como Bento e Ana, cujos inventários pude consultar no CMU. Através das informações dessa fonte e dos maços de população, é possível

afirmar que Bento viveu junto no mesmo domicílio com seus filhos e filhas, netos e seus respectivos cônjuges, o que explicaria algumas casinhas pequenas e muito humildes listadas no inventário de sua esposa. Apesar de ter sido expedida a ordem para sua retirada da posse, Bento e sua família continuaram morando no mesmo bairro⁹.

Além de viverem juntos, eles compartilhavam algumas dívidas. Bento pediu, de acordo com o inventário de sua esposa, que um de seus genros devolvesse uma quantia que Bento havia emprestado para quitar dívidas de impostos. Em outro ponto do inventário, ele informou ao juiz que tinha mais empréstimos e dívidas do que a venda de sua terra poderia pagar, e ainda afirmou que seu filho mais velho tinha se tornado o arrimo da família, ajudando-o. Bento estava com quase setenta anos e qualquer auxílio seria bem-vindo.

Bento assegurou-se de ter, próximo de si, sua família e agregados. Desde



Imagem 3 – Inventário de Bento Lopes, que teve como inventariante Teodoro Leme (1839).

Fonte: CMU, TJSP, Comarca de Campinas, Ofício n.1, Processo n. 2061.

⁹ CMU, TJSP, Campinas, Inventário de Bento Lopes, Processo n. 2061, Ofício n. 1, Ano 1837; Inventário de Ana Góis, Processo n. 475, Ofício n. 1, Ano 1817; Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de População, Campinas, 1816, p. 43 (no qual se encontra o domicílio chefiado por Bento, que contava com a presença de outras dezesseis pessoas, entre herdeiros e agregados).

o momento que adentrou as terras de Gavião, escolheu um cultivo seguro para iniciar sua roça, porém terminou a vida com poucos pertences e endividado. O que teria acontecido na vida de Bento e de outros pequenos agricultores que os impossibilitou de ascender socialmente? A falta de uma propriedade legal teria grande peso para suas trajetórias? O quanto a expulsão das terras adentradas teria influenciado as suas vidas e as de seus familiares? Como competiram com esses grandes sesmeiros e donos de plantéis de açúcar? Essas são algumas das questões

que pretendo responder com a minha pesquisa e cujas respostas acredito estarem no acervo do Tribunal de Justiça da Comarca de Campinas.

O acervo do Tribunal de Justiça permite aos pesquisadores o encontro de sujeitos “anônimos” e “nomeados” e, por guardar processos judiciais, o conflito fica sempre à vista, destacado na superfície. Cabe aos historiadores encontrar as camadas inferiores e colocar esses sujeitos inseridos na sociedade, em seus grupos familiares e de solidariedade.

Dados sobre o fundo:

Título: Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas.

Período de acumulação: 1793 -1966

Procedência: Documentos doados, sob custódia, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Âmbito e conteúdo: Conjunto documental diverso produzido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Composição: Documentos textuais e iconográficos

Especificação da documentação: Mais de 50 mil documentos (processos), 196 livros de registros e 386 testamentos avulsos.

Conteúdo: Processos cíveis, comerciais e criminais, como, por exemplo, inventários, testamentos, execuções fiscais, Forças, injúrias verbais, inquirição de testemunhas, despejo, acidentes de trabalho, tutela, apreensão de menores, ações de liberdade e homicídio.

Referências

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. v. 4. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 1 set. 2016.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. O Conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. In: *Curso de Formação de Multiplicadores em Políticas de Resgate, Preservação, Conservação e Restauração do Patrimônio Histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região, 2005.

FRACCARO, Laura C. *Vidas em liberdade: pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Cantos e os antros: Campinas: 1850-1900*. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da Unicamp, 2008a.

_____. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008b.

MACFARLANE, Alan. *Reconstructing Historical Communities*. London: Cambridge University Press, 1977.